B.S. 9/5-1

B.G. 33-5-4

Revista "GIL VICENTE"
OFERTA

GIL VICENTE

PROPRIEDADE E EDIÇÃO DE
MANUEL ALVES DE OLIVEIRA
RUA DE FRANCISCO AGRA, 161 — Guimarães

COMPOSTO E IMPRESSO NAS GRANDES OFICINAS GRÁFICAS «MINERVA», DE GASPAR PINTO DE SOUSA, Sucessores, Ld.ª - V.ª N.ª DE FAMALICÃO - 1944

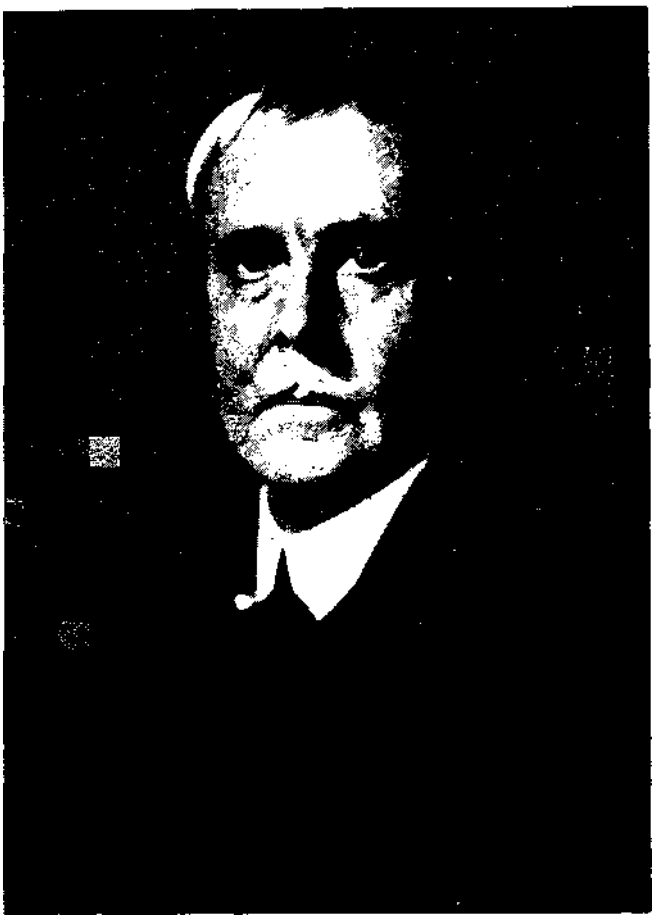
GIL VICENTE

MEROS 1 a 12 JANEIRO A DEZEMBRO

VOLUME XX

GVIMARÃIS

MCMXLIV



A minha profunda admiração pelo herói nacional Paiva Couceiro, filia-se simultâneamente na sua bravura de militar e na sua coragem moral demonstrada pela aceitação plena de tôdas as conseqüencias das suas atitudes e acções.

D. DUARTE (Duque de Bragança).

Há 25 anos — no exílio —, os drs.
António Sardinha, Alberto de Monsaraz e Luís de Almeida Braga.

DUCEM CAECORUM

QUANDO, após a morte de Sidónio, Couceiro ergueu a sua espada numa nova tentativa de salvar a Pátria do abismo para que resvalava, mostrou-se à altura da sua missão, daquela missão patriótica que se tinha iniciado nos longes de Africa, mantido nas agruras do exílio e voltava a revelar-se naquela manhã fria de Janeiro, em que todo o norte secundou o gesto do Paladino.

Como no caos moral de 1910, a sua energia patriótica e monárquica honrou a alma nacional em defesa da Pátria. Ele foi, em verdade, *ducem caecorum*, guia dos cegos de inteligência que não quiseram abrir os olhos à luz da Verdade.

Henrique de Paiva Couceiro no seu aspecto e serena firmeza dos heróis lendários, era uma das maiores glórias de Portugal.

Revivemos, ainda, as horas de intenso júbilo daquele curto período, de tão sentida vibração patriótica, de 19 de Janeiro a 13 de Fevereiro de 1919.

É precisamente ao completarem-se 25 anos sôbre essa jornada de Esperança, que se converteu, depois, em novas agruras, em novos sacrifícios, em novos anseios de libertação, morre o Paladino, de resoluta, firme e inteiriça vontade.

Alma grande, alma de Herói, alma forte de Português, nunca soube atraiçoar a sua idéia, nunca soube louvaminhar os vencedores de ocasião, nunca soube viver a vida cómoda dos que estão sempre voltados ao sol nascente.

Ducem caecorum, seguido por muitos, incompreendido por vários, tôda a sua vida foi devotada ao serviço da Nação. O seu exem-

plo frutificará porque a sua espada, reflexo da sua alma, era, no inspirado soneto de Luís de Magalhães:

Severa espada de combate. Eram assim
Suas grandes avós de Ourique e Aljubarrota.
No punho negro e a guarda em arco, não se nota
Nenhum áureo lavor, nem gemas, nem marfim.

Não é damasquinada a lâmina, mas, sim,
Dum aço puro, que não torce, nem se embota;
E, nobre sempre, na vitória ou na derrota,
Só com honra se empunha e se embainha enfim!

Espada altiva, espada heróica de Epopeia,
Que num fulgor sangrento, esplêndida, se alteia
Qual rubra flor que, ao sol da glória, desabroche,

Da alma do Paladino és a imagem perfeita:
Como tu, ela é clara, espelhada, direita,
Forte, austera, leal — sans peur et sans reproche!

• • •

A nossa revista enviou à ilustre família de Paiva Couceiro o seguinte telegrama:

Revista «Gil Vicente» sente profundamente falecimento Grande Português e nobre carácter.

Também se fêz representar nos funerais do Paladino pelo nosso Director Sr. D. José Ferrão e na missa de *Requiem*, celebrada no dia 10 de Março, na Igreja da Misericórdia, desta cidade, pelo Director Sr. Manuel Alves de Oliveira.

Couceiro, honra de portugueses

«*Tenho sofrido muito física e moralmente, mas estou absolutamente liberto de tôdas as dores do corpo pois o meu espírito está muito bem preparado para o acto final que me fará aparecer ao meu verdadeiro Amo e Senhor, o único que me poderá julgar*» — são as suas derradeiras palavras nos últimos dias do justo e do Herói. Glória a quem assim desprendidamente dos vícios da terra se partiu em busca do Imortal. Honra a quem em vida só lidou no Espírito e no respeito ao passado, e por lição sempre agasalhou o bom nome da Grei que êle tanto sublimou.

Descansou no Senhor sem guardar na mortalha que o cobriu, a pequenez dos ódios dos mesquinhos; foi-se da terra sem se fazer acompanhar do apêgo às terrenidades soberbas do homem que passa.

Se o homem do vulgo passa e esquece como o pó a que se reduz, Couceiro fica nas laudas imorredouras da história de um Povo cuja Raça êle ennobreceu escrevendo páginas de maravilha e de epopeia. E fica porque permanece pelos séculos em fora no coração agradecido de todos os seus soldados, — soldados da sua causa que é a causa legítima de Portugal na afirmação de si mesmo, dos seus valores.

O seu Espírito reina entre as gentes. Tanto o Minho que o amava e tanta vez o seguiu quando das incursões, até a província distante de Angola que êle administrou e engrandeceu — o Portugal inteiro que Êle bem serviu e elevou em dignidades e no exemplo, todo o Portugal de lés a lés o possui na integridade do seu portuguesismo.

Morde-nos ainda a tristeza acorrentada em ardumes de mágoa e de muita saüdade. Sentimos respirar perto de nós, no chão bendito de Portugal ainda bafejado pelas energias do seu nome, o sentimento da sua perda. Deixou de pulsar o coração de um Homem, de um Português da melhor linhagem.

O Homem do ponto de honra, senhor de uma vida pura — como o chamou Mestre Afonso Lopes Vieira. O «*Nun'Álvares*» de António Ennes. O «*meu Roldão*» como o tratava em 1895, quando dêle dizia que se tem nascido na Idade-Média «*de que romances de cavalaria não seria herói*».

Mestre de mocidade, escola de portugueses, e fama de uma geração — como já alguém quis.

«*Aquilo é que é homem! Aquilo é que é oficial!* — bradou de Couceiro a ordenança e essa fala humilde divulgada, ainda no dizer de Ennes, correria mundo e dentro em pouco abrasaria com o seu calor todo o Portugal, «*primeiro por todos os expedicionários, depois pelo País inteiro*».

Henrique de Paiva Couceiro foi o último depositário das nossas virtudes caseiras, guardador da lealdade portuguesa de Martim de Freitas e Alcaide de Faria, e romeiro do juízo da Honra nacional em peito forte de Soldado de Ideal, como um Beato Nuno de Santa Maria.

Ao acompanhá-lo à sua última morada, demo-nos a pensar e a recordarmos quem fôra o Homem que tão alto erguera as vozes de Portugal, e da Nação bem merece pela maneira como a ilustrou, a bem serviu e muito a amou.

Engatinhávamos ainda, mas lembramo-nos de que os nossos o apontavam como o esposado do lealismo, como símbolo e govêrno afirmativo da virilidade portuguesa sucessora da dos Barões de D. Afonso Henriques; como carácter seguro no homem-bom dos concelhos e lugares de Portugal. Lealdade onde sempre se espelhou o cavalheirismo; virilidade onde sempre se gerou a esperança e a fé; carácter de entranhado portuguesismo, onde se abrigaram e se juntaram a Honra com a Justiça.

Contávamos tão verdes anos e já nos habituáramos no seu respeito, a tê-lo como o último mantenedor da verdade e da legitimidade, e a garantia da Justiça com a Ordem no *hinterland* irregular e vazio da anti-nação dêsses tempos.

Caíu o regime trazido à república pela mão trémula dos maus servidores da Realeza. Eram os mesmos políticos que, perante a Nação alheada, quiseram a queda das instituïções e agora governichavam o País. E aí nos caíu a desordem, a anarquia de tantos anos cansados e gastos no mal. Isto é já velho e relho. Não merece a recordação!

Da casa dos meus vi eu quantas vezes os assaltos à Católica, onde se despedaçavam os valores da tradição. A populaça anónima, massa amorfa das ruas, aquêles que sempre se orientam pelo impulso da ocasião lá estavam a castigarem-se na sua própria sumição. Por debaixo da minha janela muitas vezes ouvi o crepitar chocalheiro das fogueiras lambendo o passado de cicatrizes do Portugal quinhentista, calando a sua vocação no conflito de interêsses e de paixões dos indivíduos mercenários.

A encaminhar os trabalhos lá se achava o Grémio, por fronteiriço à Católica, mesmo na curva de rua. A essa mesma hora do *nada*, uns

senhores bem postos esfregavam as mãos e iniciavam novos adeptos. Os quintais da minha casa jogavam com os da dêles, e assim se assistia ao reinadio da festa nas funções dêsses dias nebulosos, empobrecidos e de luto na cidade.

Estar na Igreja era um perigo e só os mais afoitos e corajosos lá se atreviam. Já arrebentara uma bomba à hora da missa conventual em São Pedro e com a profanação do lugar santo hôuvera ainda vítimas e atropelos. Era o niilismo, a redução do nada ao nada.

No fundo, nas almas simples e idealistas das gentes, vivia o bom Deus no seio das famílias e Portugal era presente. Couceiro tornou-se assim no Encoberto de tôdas essas gentes sempre na guarda de melhores dias, no *caudilho* dos patriotas como hoje se diria.

Na minha casa, como em todos os lares das famílias que se não abastardaram, rezava-se em cada noite, pelos serões, pedindo por Portugal. A religião era o contra-dique que ainda sustinha os furores do dilúvio.

A Esperança, essa nunca se sumiu e alimentava-se, e era, no cavalheiroso paladino da Realeza, defensor do respeito pelas gerações que nos legaram a História e com ela gravaram o nome de Portugal nos destinos do mundo. Paiva Couceiro foi êsse *Cid* da alma popular, apóstolo de cruzada pelas liberdades maiores do povo emancipado. O Homem capaz de criar assim uma mística, não será realmente o Roldão da Idade-Média, como queria Ennes? Ou, o Condestável pelo partido nacional, como êle surgiu no entusiasmo dos homens?!

Na Escola, — no Colégio Lisbonense de saüdosa memória e onde cedo criamos amizades e raízes que nos trouxeram pela vida fora, — falaram-nos da nossa cavalgada homérica de África, nos louros colhidos da nossa epopeia máxima do século XIX. Mousinho, Paiva Couceiro, Aires de Ornellas, Ennes, e tantos, tantos outros, também imortais pelo sangue e insignes pela ilustração com que eternizaram a Raça. Os compêndios de história apoucavam os Homens, amesquinhavam-lhes a altura dos seus feitos; reduziam a formosura e o brilho da emprêsa, adulteravam os factos denegrindo o bom nome nacional. Mas mesmo assim a lição era magnífica e confortante, e o exemplo dos Soldados de África metia-nos no peito tenro de criança o legítimo orgulho de ser português.

Henrique de Paiva Couceiro seria dêste modo o nosso primeiro aprendizado na escola de patriotismo, de comovido preito às virtudes imorredouras da Grei. Com Couceiro aprendemos a rezar a História de Portugal; com êle demos os primeiros passos na lição consoladora do amor a Portugal.

Couceiro encarnou a Honra do soldado com o Heroísmo de ontem, e ressuscitou a nossa história quinhentista — valentia, fidelidade, abnegação, arrôjo, hombridade. Herdeiro legítimo da firmeza portuguesa dos sécs. XV e XVI, estava nêle o Soldado leal e magnânimo para o inimigo, intransigente para consigo próprio. Como militar o seu aprumo não sofria desfalecimentos, a sua honra só admitia educar e avançar em campo descoberto e lealdoso. Homem, a sua dignidade avassalava uma integridade moral e mental, que já hoje infelizmente se não usa corrompidos como andam os estados do indivíduo.

Um dia, já em Lisboa (éramos então escolar de direito), foi-nos dado conhecer pessoalmente a Couceiro.

A primeira vez que o vimos saía êle da casa de amigo comum, ali para os lados do Campo de Santana, na Rua de Luciano Cordeiro. Entrávamos para o prédio na companhia dêsse excelente e muito querido Valentino de Sá — tão apressadamente ido a buscar o descanso eterno e que na sua breve passagem entre nós só conheceu o Bem e só lucrou as inclemências e os frios daqueles que, como Couceiro e como êle, não transigem com as honrarias do tempo e da fortuna.

Depois, muitas mais vezes nos encontrámos com Couceiro. Mas, dêsse dia em que pela vez primeira o vimos, para sempre guardámos a admiração que nos tomou; ainda hoje nos sustém a gratidão agradecida que nessa tarde nos surpreendeu. Couceiro era um Homem tão desumido dêsses homens a-dias que enchem a praça e se assenhoreiam da cidade quando menos damos por êles!

Lágrimas nos olhos sempre que o escutávamos, tolhiamo-nos pigmeu perante êsse Alguém, êsse ilustre Portugal velho.

Morreu Henrique de Paiva Couceiro. Glória à sua memória!

Quando assistimos aos seus funerais, e vimos o enterramento dos seus restos (a única coisa que sempre soube desprezar na vida) não nos pudemos render senão na tristeza e não conseguimos os nossos olhos enxutos. A nosso lado, também outros mais homens choravam. Um humilde, que fôra seu soldado na Galiza, soluçava alto e sentidamente pedia do seu comandante um último abraço.

Connosco tôda a Nação consciente se amortalhava na dor e o seu luto era a nossa melhor afirmação de civismo português.

Couceiro era um Homem-bom igual ao do Portugal velho de há mais de século.

Razão assistiu no sr. Cons. António Cabral quando, ainda quente o coração dêsse Português de elevada figura moral e de esforçada beleza

medieva, nos disse que o retrato de Couceiro não podia fazer-se sem separar da sua forte personalidade os vários aspectos da sua vida — «*como soldado, foi herói em Marracuene e Magul; como colonial serviu, como nenhum outro, a província de Angola; como político, foi sempre fiel à sua bandeira e ao seu Rei; como Português, uma das mais altas figuras da nossa vida contemporânea, amando acima de tudo a sua Pátria*». É que de Paiva Couceiro não pudemos traçar o seu Elogio; fazê-lo, êle seria o Elogio da nossa História, o panegírico da nossa glória instruída nas dignidades da honra e do valor no séc. XIX.

Couceiro é o militar das vésperas de Magul — êste seu gesto valia por si um Canto dos *Lusíadas* se Camões vivesse no seu século ou se (o que estando mais de vigor com as idades, por certo não esqueceria a Luís de Camões) tivesse sido Couceiro coevo de Albuquerque, de Vasco da Gama, de Zargo, de todos êsses da grandeza de Portugal. É o *bravo* que nunca se afadiga, nem desampara as horas de Portugal quando o dever o chama à peleja contra os aguerridos de Ambunda; é o canonizado pela fama no Marracuene, o capitão de Almenda e da guerra com os ganguelas do Bié; o comandante de espada direita, condestável sempre pronto a lutar pelo *reaportuguesamento de Portugal*.

Temos o colonialista admirável. O administrador, o governador enérgico nas disciplinas da sua arte. Companheiro de Ennes na expedição de Moçambique o lustre de suas façanhas enche prenhe as páginas sagradas da nossa história ultramarina. Bondoso, de recto e cordato espírito na corregedoria dos povos e para quem a aplicação da Justiça não sofria tardanças, — o que ainda o torna mais respeitado são as suas convicções de implacável, feroz e arraigada firmeza e o seu amor carinhoso pelos humildes de quem se revela o seu mais aturado defensor. Guardião dos interêsses nacionais, é sempre o intransigente, o inconformista, o batalhador pela verdade contra o mercantilismo cosmopolita dos políticos e dos partidos.

A sua prudência só conhece uma política — servir Portugal; e um partido — a grei que se orgulha de possuí-lo seu.

A única verdade que conhece, e a que sempre buscou, é a da Honra nacional, e essa firma os seus alicerces nas instituïções que fizeram Portugal.

O seu único Amo é Deus; o único dono da sua espada de Soldado, o seu Rei — mantenedor da legitimidade política. Uma só Religião; uma só política a servir; um só partido — assim sempre viveu. Nêle com verdade se pode dizer: «homem de um só rosto, e uma só fé, de antes quebrar que torcer».

Era o seu carácter. Como carácter, Português; como Português, pertencendo à galeria dos nossos Heróis, e como Herói ainda Português.

Como politico, a sua honradez, a sua lealdade provada até mesmo para com os adversários, a sua intransigência sàdia e de uma formosura encantadora que mereceu o respeito de muitos dos seus inimigos de combate. Se Couceiro quisesse podia ter sido tudo em Portugal; a sua espada quebraria todos os obstáculos, vencidas tôdas as canseiras. À vã glória do mando, quási sempre soberba, antes êle desejou o prémio da sua honrada pobreza, lei suprema de todos os seus actos. Antes quis morrer vestindo o hábito franciscano, sem levar para a sepultura as medalhas ganhadas em campos de batalha e sem baixar com as descargas das ordenanças, do que trair o Passado e o Futuro de Portugal.

Fidalgo do ponto de honra e verdadeiro fiador dela. Êle, certa vez, dissera para os seus amigos que nem as pelejas de África, nem as inclemências dos exílios, nem os tratos das ingratidões lhe custaram tanto como a luta para conservar-se pobre tôda a sua vida. Aqui está o melhor retrato moral de Couceiro para figurar no catálogo dos varões que se ilustraram na fama de Portugal. Foi um Português honrado; é bem o Português de estirpe igual à do nosso D. João de Castro.

Dêle guardamos uma carta, escrita de Santo Amaro de Oeiras e já então bastante enfêrmo, que não calamos por representar o testamento e uma bênção dêsse Portugal velho.

Andávamos então na campanha pela *Casa de Portugal* em Alcácer-Quibir, e a êsse propósito nos dizia Couceiro — «*o assumpto é atrahente no mais alto grau. D. Sebastião! ¿Qual é o nacionalista integral que o não assista sempre nas perspectivas dos seus sonhos de gloria?*

«*E os problemas dos nossos destinos? — Qual é o português consciente que os não tenha debatido muita vez no seu espirito, — perplexo entre o caminho da India que seguimos, — e o caminho do Algarve de Alem-Mar onde D. Sebastião encontrou os louros da Morte ao serviço da Patria?*»

. . . . . .

«*Tudo isto é verdade. Mas apezar de o ser, há ainda impenitentes que se regosijam por termos seguido a rota das Indias.*

«*Bem sabem elles os malles que dahi nos vieram, e da peior especie, como são os males d'ordem moral.*

«*Mas foi tal a ceára de glorias, o serviço prestado à Religião e à Humanidade — a afirmação indiscutivel das primazias d'uma Raça, — de sua coragem, de sua inteligencia, e do seu poder constructivo, — que há ainda impenitentes. E um d'elles, sou eu mesmo. A Historia heroica e superhu-*

mana dos Seculos XV e XVI, enche-me a alma d'um tal orgulho, que sou ainda pelo caminho das Indias. O que não quer dizer que não acompanhe o meu querido amigo em todas as suas aspirações e afectos pela expansão portugueza no Algarve Africano. Lastimo mesmo e muito, que a acanhada politica portugueza não tente d'alguma forma tirar partido do grande prestigio de que ainda goza em Marrocos o nome português.»

Glória a Couceiro!

Devoto nos seus costumes, cristão nas suas acções, fidalgo na nobreza da sua palavra êle ressuscitou ao vivo, nos sécs. XIX e XX, a alma eterna de Portugal.

O seu corpo foi a enterrar e a esta hora já os bichos deram-se a êle — é o fim reservado a todos nós os mortais. Mas a imortalidade do nome de Couceiro com a crença na sua memória quedará, arreigando-se cada vez mais no culto da nossa História e, com ela, transmitida à posteridade restará sempre homenagem das gentes de todos os lugares de Portugal a quem tão alto ergueu a bandeira da terra dos nossos antepassados, — da *terra patrum.*

Três vezes mereceu Couceiro a Tôrre e Espada, sempre alcançada em combate. A Nação deve-lhe; Êle à Nação nada ficou devendo senão trabalhos, canseiras, incompreensões e ingratidões... até exílios por terras alheias (em Portugal nunca teria sido um exilado. Mesmo sob prisão êle sempre teria entre os portugueses o primeiro lugar, pelo ilustre, pela verdade e pela honradez).

O lugar do seu repouso não pode ser onde ficaram os seus despojos mortais. Mas ao lado de Mousinho, seu par nas campanhas de África, sob a abóbada simbólica da nossa Expansão. Que a Nação reconhecida assim o tenha.

FERNANDO DE AGUIAR.

Entre precipícios

. . . . . .

Teimosamente os velhos preconceitos, como as ervas daninhas, em incessante renôvo se mantinham. O relatório do decreto n.º 20.342, de 24 de Setembro de 1931, abria por estas palavras: «Iniciando a tarefa do lançamento das bases da futura democracia portuguesa, o Govêrno da República faz hoje publicar as providências que devem moldar a constituïção e funcionamento dos organismos representativos das profissões e dos interêsses económicos dos grandes grupos de actividades.» Algumas linhas abaixo insiste: «Esta organização será o alicerce sôbre que se levantará a nova democracia portuguesa...» Com mêdo, talvez, de não ter dito bastante, explicava ainda que a actual constituïção «é mais intensamente democrática do que a imposta por qualquer das constituïções que até hoje nos tem regido». Enfim, com êsse decreto marcava-se — palavras textuais — «um avanço formidável no caminho da organização da democracia».

Oh! a floresta escura das contradições, onde mal entra o luar das idéias desinteressadas!

Na verdade, se um dos atributos da Democracia é que o povo participe na escolha dos seus governantes — confiando ao povo a eleição do Chefe do Estado e concedendo a êste o poder supremo, extenso e intenso, a Democracia atinge aí a sua máxima expressão. Pelo estatuto fundamental da primeira República, o povo só indirectamente participava na designação do Chefe do Estado. A eleição directa do Chefe do Estado, adoptada pelo diploma vigente, é a acabada aplicação da ideologia democrática. Sob êste aspecto, agora teríamos, efectivamente, uma Democracia bem mais perfeita do que a outra. Para satisfazer as condições de elegibilidade, pouco é preciso exigir. Basta ser cidadão português de nascimento, ter completado 35 anos de idade e estar no gôzo pleno de todos os direitos civis e políticos. Nem sequer é necessário saber ler e escrever. Apenas com suspeitosa cautela se reclama que não haja ligação de paren-

tesco, até ao 6.º grau, com os que foram reis de Portugal. É o sufrágio universal elevado à sua mais alta representação! Declara-se o Estado anti-individualista, e ao fim é na soma das opiniões individuais que o Estado encontra a razão da sua soberania. Reconhecendo a todos a inteligência e os conhecimentos precisos para eleger o Chefe do Estado, que há-de decidir os mais árduos problemas da vida colectiva, a todos será negada a competência para escolher o presidente da sua Câmara Municipal!

Eis-nos caídos assim em uma daquelas muitas ficções de que a Democracia é formada. Quere a Constituïção que no Presidente da República resida, segundo o cuidado pensamento do sr. Dr. Oliveira Salazar, «o grande centro propulsor da vida do Estado», mas a vida do Estado embaraça-se e estanca logo que os cadernos eleitorais se ajeitam para a nova eleição do Presidente da República.

Pode a lei garantir-lhe a independência e a autoridade, mas a virtude da continuïdade não há palavra humana que lha assegure. Quem vota, discute. E poder discutido não é poder. Dizendo *poder*, diz-se *fôrça*. E a fôrça, para que seja efectiva e justa, tem de assentar em coisas julgadas, definitivas. Para a eleição se considerar como um princípio, haveria de conseguir-se dos eleitores uma absoluta igualdade, — tinham êles de ser, utilizando uma expressão geométrica, *quantidades iguais*. E quantidades iguais não as revelam no mundo político as pobres criaturas que nós somos.

O conceito de democracia não exige que o poder esteja nas mãos dum único homem ou tenha de ser exercido por uma assembleia, sacudida por tôdas as paixões do mando. Para o poder se considerar democrático, é à sua origem que havemos de ir buscar as leis que o definem. Se o poder vem do número, se tem por fonte a eleição, êsse poder será democrático. De acôrdo com a História antiga e moderna, os melhores tratadistas políticos ensinam que a Democracia toma variadas aparências: tanto exercita directamente o poder no tumulto dos comícios populares, como o delega num conselho, num congresso, ou o entrega a um homem, que pode chamar-se Cléon ou Péricles, Graco ou Mário, César ou Napoleão; que pode ser um professor sombrio ou um soldado feliz, ou seja aquêle que no fragor da contenda arranca a espada ou o de frágil garbo, que no meigo silêncio dos salões do palácio, virginal, a abraça.

O mal do sistema electivo nobremente o apontou o sr. Dr. Oliveira Salazar ao lamentar-se, em um dos seus grandes discursos, de não ter sido possível assegurar ao Chefe do Estado inteira independência quanto

à forma de designação. E mais tarde, desvendando completamente o seu pensamento, dizia até: «Felizes as nações que nos momentos cruciais da sua vida não são obrigadas a escolher e às quais a Providência com desvelado carinho dispõe os acontecimentos e suscita as pessoas de modo tão natural e a propósito que só uma solução é boa e essa a vêem com nitidez no íntimo da sua consciência todos os homens de boa vontade! Felizes porque não se debatem em dúvidas angustiosas, porque não se arriscam em desmedidas contingências, felizes sobretudo porque não se dividem!».

Queixava-se o grande Rei D. Carlos de que Portugal fôsse uma Monarquia sem monárquicos. Dissipado o fumo dos entusiasmos da República, é agora a República que não encontra republicanos para a servir!

O sr. Artur Ribeiro Lopes, traçando em luminosas sínteses a mortificante história da República Portuguesa, termina por dizer: «Oliveira Martins destruíu os fundamentos históricos da Monarquia sem que ela tivesse disso consciência; os integralistas, por meio duma ofensiva doutrinária, destruiram a essência do regime republicano sem que o Estado republicano se desse conta.»

Entre tão contrários movimentos René Richard perdia o rumo. E, por sua vez desorientado, deixava cair da pena o comentário fabuloso: «Salazar é republicano, mas deu ao seu País uma organização monárquica, sem rei.»

Também durante algum tempo a República francesa foi quási uma Monarquia electiva. Monárquicos a fizeram, monárquicos a sustentavam. Depressa as puras crenças aboloreceram e das fagueiras ilusões soltou-se a cinza amarga do arrependimento. As fôrças ocultas do regime foram na sombra enleando as vontades, e as inteligências adormecidas, inutilizadas para as altas emprêsas da acção, desprezìvelmente caíam na sordidez dos ergástulos! A ordem falsa dava o lugar às violências extremas. E o regime, perdido o pudor, mostrava à crua luz dos seus acometimentos a chaga repelente dos vícios que em si trazia. Sôbre os destroços das transigências covardes, a República triunfava!

Já por mais duma vez abrolhou entre nós a fraudulenta esperança de converter as instituïções republicanas ao gôsto antigo de Portugal. Como se a Causa Monárquica fôsse uma tenda aparelhada para as delícias dos longos sonos consolatórios, pareceu então a alguns que mais valia acomodar a vida aos mimos da abundância do que deixá-la exposta à crueldade dos vários sucessos do tempo e da fortuna.

No consulado de Sidónio Pais, amansada a República, abriu a Qui-

mera as grandes asas nevoentas e julgou-se que o problema português achara enfim o almejado têrmo. Como a lança dum arcanjo guerreiro, espargindo fogo, a espada de César iluminava as alamedas deslumbrantes da Restauração!

Não deixou António Sardinha que o cegasse o brilho embaïador. Bem compreendia êle que a ordem não é apenas a repressão a horas certas e que a vida dum homem é vaso frágil para a conter.

Sidónio suprimiu os efeitos da indisciplina democrática, mas deixou intactas as suas causas.

O seu Govêrno era uma reacção contra a anarquia democrática, mas da anarquia democrática ciosamente guardava as envenenadas nascentes.

«Todos sentem, escreveu então António Sardinha, que a ordem entre nós é provisória, que não passa dum interinato, que é bem precário o título em que se fundamenta e legitima».

Se por sentimento patriótico aos monárquicos não era lícito comprometer a situação de Sidónio, também, para evitar confusões perigosas, não lhes era permitido engrossar o fatal equívoco, emprestando à República facilidades de duração. «A República não se melhora senão destruindo-se», prevenia o inspirado restaurador dos nossos valores nacionais.

Atento à clara lição da História, António Sardinha advertia que a ordem gerada pelo movimento de Sidónio Pais não passava duma ordem inconsistente e condicional, sem mais duração do que a da energia do homem que a forjara. Com fino sentido da realidade, o ínclito desmantelador da *Feira dos Mitos* recordava: «Atrás de si tivera Napoleão uma epopeia militar que o coroava irmão de Alexandre e de Aníbal, senão maior, — e Napoleão tombou, porque a sua obra era êle só, não fundamentava os seus alicerces no consórcio duma dinastia com a marcha larga dos séculos.»

Cumprira-se a profecia. Já a luz dos brandões funerários se extinguiu. Na solidão das naves de Santa Maria de Belém está cerrado o sepulcro do Ditador. «E agora?» — ansiadamente pregunta António Sardinha. Pronta e segura acode a resposta. «Agora, como sempre, a Monarquia ou a Morte».

Foi a morte. Dessa vez ainda não trouxe o *Diário do Govêrno* o aviso do pedido de demissão da República, por que esperava a fácil crendice de tanto monárquico alegre e satisfeito...

Com Sidónio jazia na escuridão do túmulo a miragem de paz que o trazia enlevado. E a confiança que lhe fôra oferecida era sob a laje sepulcral como flor inútil, crestada e triste. A sua morte foi a morte de tudo

que penosamente amealhou. Nada lhe sobreviveu. Porque tudo estava condicionado à sua fraca existência, tudo com êle teve as pompas fúnebres quando se lhe viu parado o coração.

Arredada para plano secundário a primordial questão do regime, na sombra dos crepes era maior e mais grave a confusão. E já o sangue vinha dar testemunho de que fôra valdio o empenho de iludir as realidades. Muito judiciosamente lembrou o sr. Dr. Oliveira Salazar: «Algumas pessoas esquecem que a indiferença àcêrca dum princípio equivale à sua negação e que muitas vezes o silêncio tem o valor da concordância com o êrro, havendo num e noutro caso responsabilidade doutrinal.»

Até que o Estado tenha achado a segurança e a duração na pessoa do Rei, e por ela nos que depois d'Êle hão-de vir, o problema político é o primeiro na escala das preocupações nacionais. Não fica assim acima de tudo; mas porque dêle está dependente a definitiva extinção das causas de desordem, antes de tudo tem de ser considerado, deve ser pôsto antes doutro fim da actividade humana. Livre então o homem das incertezas em que se debate, confiadamente poderá dedicar-se às desinteressadas especulações do espírito. «Nós caminhamos sôbre um incêndio latente, acautelaria António Sardinha. Impõe-se-nos uma *remodelação total* da sociedade. E o dilema é êste, sem equívocos e ilusionismos: — Anarquia ou Monarquia». Sem equívocos nem ilusionismos, acrescentamos, no claro reconhecimento de que na Monarquia reside a única fôrça apta para realizar e garantir a paz social; sem equívocos nem ilusionismos, com a cara levantada ao sol, firmes na fé, dispostos a renunciar às alegrias fáceis e a sofrer jubilosamente privações, afrontas, juízos falsos, disparatados propósitos!

(Excerto do livro *Posição de António Sardinha*).

LUÍS DE ALMEIDA BRAGA.

REFOIOS DE MENESES

QUANDO se viveram alguns anos, a vida torna-se-nos um cemitério, que nos deixa para trás muitas cruzes a assinalar a memória de entes, que amámos, de companheiros de luta, que o mesmo sonho animou, que a mesma ânsia espiritual levantou da poeira das paixões e das ambições.

Um dos que a morte levou à minha amizade foi um rapazito franzino, estudante de profissão, que pertencia à falange integralista, naquele tempo em que ser integralista era ter os motejos dos amigos e a perseguição dos inimigos. Bravamente arrostou aquêle grupo de rapazes, que a sedução intelectual de Sardinha, de Xavier Cordeiro, de Pequito Rebêlo, de Hipólito Raposo, de Almeida Braga e poucos mais, aliciara e que a doutrinação depois consolidara numa posição de luta e generosidade. Havia que sofrer perseguições, destemer da polícia, destemer sobretudo das idéias feitas e dos fáceis sarcasmos duns monárquicos (eram a maioria!), que não compreendiam e não queriam aprender.

Pois dêsses rapazes e dos da primeira hora foi Refoios de Meneses.

Estou a vê-lo: meão de estatura, delgadito, pálido, olhos muito vivos, negra e farta cabeleira sôlta, e todo êle embrulhado na sua capa negra de estudante e comunicando aos amigos o seu entusiasmo juvenil, ardente, vibrante.

O diário integralista — *Monarquia* — era ponto de concentração de inteligências e vontades. Refoios de Meneses colaborava com assiduïdade. Dali gritava a verdade política aos seus companheiros e aos seus contemporâneos, com a firmeza das sólidas convicções.

Era crente sincero, pautando a sua vida pelas normas da lei de Deus e da lei da Igreja.

— Integralista quere dizer que aceita a Verdade tôda. E a mais nobre e alta das verdades é Deus. Deixou-nos Êle a sua Igreja, projecção da sua Verdade e Vontade. Eu sou integralista — dizia êle um dia, com a mais perfeita naturalidade.

Veio Monsanto (completaram-se agora 25 anos sôbre essa jornada de esperança e de resgate). Refoios de Meneses correu lá para combater.

Depois da vitória da República foi preso. Esteve bastante tempo encarcerado. Não sei quanto. Pelos cárceres padeceu privações. Era fraquito, enfermiço. Quando saíu estava perdido. Deu em enfraquecer cada vez mais, em tornar-se cada vez mais pálido e tomou-o uma tristeza, que êle não sabia explicar. Mas os amigos compreendiam...

Um dia uma propagandista republicana, D. Maria Barjona de Freitas, que hoje não professa as idéias que então vozeava com entusiasmo sincero, deu-se por ofendida com qualquer coisa, que Refoios escrevera na *Monarquia*. E não esteve com meias medidas: mandou-lhe «padrinhos»!

Deve dizer-se que o primeiro movimento de Refoios foi aceitar o repto, que lhe pareceu maneira de combater ainda a República. Mas logo o seu sentimento de disciplina católica se sobrepôs. Todavia queria castigar a provocação.

—É uma mulher, mas desde que se mete nas lutas políticas mais furiosamente que os homens e como é mais forte que eu, quando a encontrar — palavra de honra! — bato-lhe!

Discutimos o caso. Opinava eu que não devia fazer nada. Refoios de Meneses acabou por dizer:

—V. diz bem: o mais difícil é não fazer caso nenhum disto. Pois é o que farei. O duelo é proïbido pela Igreja. Dar qualquer resposta seria quási aceitar a legitimidade do duelo...

Foi Refoios de Meneses emagrecendo ainda mais, tornou-se quási diáfano. Estava perdido. Hipólito Raposo e Nuno de Montemor arranjaram-lhe maneira de recorrer aos ares sàdios e finos da Estrêla em sítio propício a salvá-lo, se ainda fôsse possível.

Para lá foi. De lá me escreveu algumas vezes. A princípio animado com as melhoras que sentia.

—Vou revivendo. Êstes ares são maravilhosos. Dentro duns meses regressarei a Lisboa. Recomeçarei.

Quando estava na Guarda, visitava-o com freqüência o nosso comum amigo P. Álvares de Almeida, que tornou ilustre nas letras o *nome* de Nuno de Montemor (não se deverá dizer *pseudónimo*, tão viva é a personalidade do escritor assim apresentado ao público). Uma tarde, Refoios, munido dum binóculo, mergulhava a vista e o espírito nos cumes azulados das serras. Tão preso estava da sua contemplação, que mal proferia de vez em quando um monossílabo — êle que gostava tanto de conversar. Por fim, retirando o binóculo, disse:

— Sabe o que estava a ver? O castelo de Almeida. Lá esteve preso, por *malhado*, um general liberalista, que foi meu avô. O outro meu avô

também era general e também *pedrista*. Não acha curioso que o neto esteja em posição tão diversa?

Nuno de Montemor lembrou o caso de Psichari e disse que a redenção das nações estava muitas vezes em os filhos deixarem o partido dos seus pais, para tornarem ao partido dos avós.

Refoios de Meneses contou então um episódio da sua odisseia.

— Quando, depois da derrota de Monsanto, me levaram para a casa-mata de S. Julião da Barra e me meteram num ergástulo, onde a água escorria das paredes, enxarcando os leitos, lembrei-me dum pormenor. Lá estivera também preso um dos meus avós. O neto expiava ali a vitória completa das idéias, que o avô professara. Mas erraram de boa fé. Julgavam regenerar o Mundo e empurraram-nos para o atoleiro demagógico...

Refoios de Meneses era pobre. O seu braço era necessário ao pão da casa. Mas nem por isso deixara de partir para Monsanto, sem dizer nada aos seus, sem uma prevenção, sem um beijo de despedida, para não alarmar, nem ter de resistir aos carinhos assustados. No cárcere, pobre de pobres, comia o rancho intragável, muitas vezes de bacalhau bichoso, com vermes à vista. Fechava os olhos e comia, «como um cão vadio e faminto» — dizia êle. Quando as irmãs aparecíam a visitá-lo, mentia generosamente, dizendo que de nada precisava, que se alimentava bem e coisa alguma de essencial lhe faltava. Quando saíu estava perdido. O seu pobre corpo não resistira às privações. Começava o seu Calvário.

— «A minha vida é uma expiação!» escrevia êle numa carta, enviada da Estrêla.

E noutra:

— «Eu sou daqueles doentes, que não se enganam nem enganam. Já estou a preparar os meus para a resignação de me perderem. O que me custa mais é ter de desenganar a minha noiva...»

Regressou a Lisboa sem esperanças, mas resignado, inteiramente dado à vontade de Deus.

— Trouxe uma reserva de fôrça para gastar aqui, durante o inverno — dizia-me êle, com um sorriso triste. — Depois esta lâmpada há-de ir enfraquecendo, há-de ir afrouxando em claridade e no fim do verão, quando começarem a cair as fôlhas, terão alguns amigos de acompanhar a uma cova esta pobre e fatigada carcassa...

Depois dum minuto de silêncio, em comentário retardado a palavras de ânimo e esperança, a que faltava o calor da convicção, continuou:

— Se não fôsse ridículo, eu diria que tenho pena. Porque havia cá

dentro alguma coisa a dizer... Queria deixar aos novos algumas palavras ardentes... que êles depois chamariam a «Mensagem do Refoios». Mas parece-me que isto é mais vaidade que outra coisa. Não faltará quem pregue e clame a verdade sôbre os tectos. Eu tenho de ser a vítima expiatória, propiciatória do triunfo. Estou inteiramente conformado com a vontade de Deus. Quando me veem estes pensamentos da «mensagem», peço-Lhe perdão...

Chamou-o Deus antes do cair da fôlha. Levou-o quando as rosas de Maio começavam a abrir, no ano de 1923.

Era uma bela alma êste Refoios de Meneses. Vítima duma Causa sagrada, quem se lembra dêle hoje?!

CORREIA MARQUES.

VELHARIAS VIMARANENSES

DOCUMENTOS & EFEMÉRIDES

1844

GUIMARÃES HÁ 100 ANOS

Janeiro

Dia 18 — Decreto nomeando Cavaleiro do Habito de Cristo a Joaquim Cardoso de Freitas, secretário da Câmara, em atenção ao zêlo e inteligência com que se tem havido no desempenho do seu lugar e aos serviços que prestou à Causa do Trono Constitucional, sendo perseguido na época da Usurpação em conseqüência dos seus bons sentimentos políticos.

Dia 27 — Morreu na Quinta do Salgado, José Lourenço, vulgo o «Galego d'Aldão», o qual não quis receber os sacramentos da Santa Madre Igreja. Foi depositado e sepultado no dia seguinte na igreja de Santo Estevão. Tinha vendido a Quinta do Salgado, onde morreu, a José Martins d'Aldão, por 23 mil cruzados, pouco tempo antes da sua morte. Esta importância estava em poder de Manuel Baptista (Sampaio), negociante de mercearia no Toural, intitulando-se o filho dêste herdeiro do José Lourenço!... (P. L.)

Fevereiro

Nada houve digno de registo.

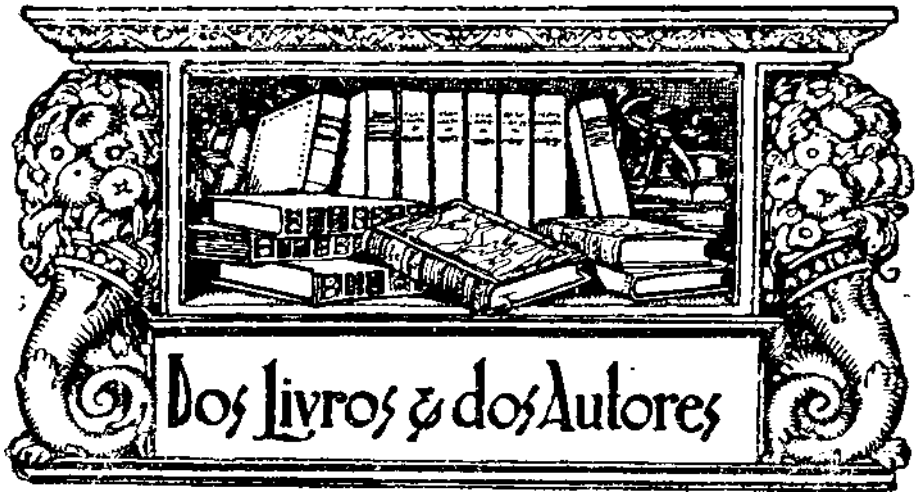
Março

Dia 17 — A polícia da vila foi a casa de Frei Sebastião Cachada para o prender, em virtude de ter entrado na revolta que os académicos de Coimbra tinham feito naquela cidade, no dia 8 dêste mês, contra o govêrno e a favor dos revoltosos que estavam em Almeida e que tinham levantado o grito em Tôrres Novas. Êste Cachada era académico e foi ferido, tendo sido preso no conflito Frei Francisco Quatro Olhos. Também não voltou a aparecer Frei António Correia, cunhado de João da Costa Carvalho. (P. L.)

Dia 20 — Deram-se as testemunhas no Tribunal de S. Francisco, para a redução do testamento de José Lourenço, do Salgado, a favor de João Baptista, filho de Manuel Baptista. A concorrência do povo foi imensa, indo ali pessoas que nunca tinham aparecido naquele lugar. Tôda a vila se indignou contra os Baptistas, pois estava certa da falsidade do testamento, assim como das testemunhas, que tinham sido tôdas compradas. Conhecendo tôda a gente que o que se praticava era um roubo e não havendo, nesta vila um Letrado que quisesse assistir a êste acto vergonhoso, foi preciso que os tais Baptistas mandassem vir um de Braga, o qual disse, antes de se ir embora, que se soubesse a opinião que tinha esta gente e a causa que êle tinha vindo advogar, que, de certo, não viria. A herança constava de uns nove contos e tanto e era produto da venda da Quinta do Salgado. (P. L.)

Dia 24 — Saiu a procisão de Passos, segundo o seu costume, não tendo saído no seu pr prio dia, domingo de Lázaro, 24, nem no dia 25, por causa da muita chuva. (P. L.)

JOÃO LOPES DE FARIA.



EM REDOR DE ALCÁCER, por *Fernando de Aguiar*. Pôrto, 1942.

Êste volume, de elegante apresentação, é constituído por quinze artigos publicados pelo Autor em vários jornais em defesa da idéia da fundação duma «Casa de Portugal» no próprio lugar em que se travou a batalha de Alcácer Quibir, sendo essa Casa constituída por uma ermida da invocação de Santo António, e «moderna e espaçosa biblioteca para arquivo e estudo de todos os documentos e textos referentes à acção dos portugueses em Marrocos, e mesmo para cultivo do árabe, tão decadente entre nós» (pág. 65).

Parece-nos impraticável tal idéia, apesar da generosa intenção que a ditou, porquanto os documentos e textos referentes à nossa história em Marrocos devem estar na Tôrre do Tombo, ao alcance de qualquer estudioso que precise de os compulsar, sem se ver inibido de a êles recorrer, em qualquer oportunidade, por impossibilidade de ir fazê-lo a Marrocos. De resto, uma biblioteca no próprio areal adusto de Alcácer, seria tão desacertado como um museu no Hogar ou uma galeria de pintura nas solidões do oeste canadiano.

Quanto à idéia da edificação duma ermida em que se rogaria «pelos mortos portugueses, e não só por os mortos de aquêle campo, mas ainda por quantos, por Deus e por Portugal, morderam o pó em conquistas, descobertas ou guerras dos portugueses» (pág. 79), achámo-la razoável, e concordamos com que se agite a idéia para a sua realização. Cumpre apenas que os que podem contribuam para isso.

A edição é valorizada com uma reprodução do magnífico retrato de D. Sebastião, executado por Cristóvão Lopes e existente no Museu Nacional de Arte Antiga.

FABULÁRIO. *Ensaio preambular, selecção e notas* de *Mário Gonçalves Viana*. Editora Educação Nacional, Ld.ª Pôrto, 1942.

A infatigável emprêsa editora «Educação Nacional» inaugura com êste interessante volume a 2.ª série da sua «Colecção Juventude», em cuja 1.ª série já se publicaram, em conscienciosas adaptações, algu-

Nesta secção só serão feitas referências aos livros de que nos sejam enviados dois exemplares.

mas obras primas da literatura portuguesa e das estrangeiras.

Com a sua conhecida honestidade, disserta o sr. dr. Mário Gonçalves Viana sôbre a fabulística num substancioso ensaio com que abre o volume, estudando-a através dos tempos. Podemos considerá-lo verdadeiramente exaustivo, porque se algo ficou por dizer deve ser de importância tão remota que se lhe não nota a falta. E assim, numa notícia histórica sôbre a fábula, que considera «talvez o mais antigo género literário que o homem criou» (pág. 5), refere-se à persistência de certas fábulas que encontramos em muitos povos do Oriente e se teriam espalhado pelo Ocidente até revestirem a forma actual, por vezes bastante diferente da originária. Passa depois a estudar o papel do maravilhoso na vida do homem, acentuando que êste «tem necessidade de ilusões» que procura «através do Amor, da Arte, da Poesia, do Teatro», concluindo por reconhecer que a «Fábula tem sido, através dos tempos, um dos alimentos mais gratos ao homem, precisamente porque vai ao encontro das suas íntimas e secretas ansiedades», (pág. 35). Refere-se, depois, à universalidade das fábulas, porque «em tôda a parte onde houver homens, hão-de, por fôrça, brotar as lendas, os mitos e as fábulas, que são companheiras dêles inseparáveis», pois a «alma humana tem necessidade psicológica de se iludir, de procurar, em redor de si, um pouco de sonho, de mistério e de enigma» (pág. 43). Trata, seguidamente, da fabulística e o adagiário, estabelecendo a relação, por vezes íntima, entre o adágio e a fábula; dá resenha dos principais fabulistas portugueses, e conclui por acentuar o valor e o papel da fábula na educação, e os serviços daquela à religião. Como pode depreender-se dêste escorso, é, como acentuámos, um ensaio completo sôbre o assunto.

A segunda parte do volume constituem-na fábulas originais, traduzidas ou adaptadas por alguns poetas portugueses, desde Sá de Miranda até António Feijó, tudo acompanhado de notas muito elucidativas, que auxiliam a compreensão dos passos obscuros.

Obra cuidadosamente organizada, não é só aos novos a quem prestará assinalados serviços, porquanto até os homens feitos nela podem encontrar muito que aprender.

NOCTURNOS, por *Gonçalves Crespo* (6.ª edição). Domingos Barreira — Editor. Pôrto, 1942.

A inclusão desta obra na «Colecção Portuguesa» valoriza-a sobremaneira, e seria de aconselhar que o operoso Editor mantivesse critério análogo na escolha das que hão-de seguir-se a esta para evitar que numa colecção, que deve primar por obras representativas do génio português, figurem a par trabalhos inferiores (por ex. a *Rosa do Adro*) com outros que muitíssimo os sobrelevam. A propósito entendemos dever propor aos editores de Portugal que, sempre que entendam deverem abalançar-se à publicação duma colecção constituída por obras de interêsse literário, entreguem a sua direcção a um escritor ou professor de reconhecido mérito, ou, pelo menos, com êle se aconselhem, para evitar êsse hibridismo acima assinalado. Poderão objectar-nos que os editores entendem que o seu dever é ir ao encontro do gôsto do público, até mesmo porque são, antes de mais, comerciantes. Mas, por nossa parte, entendemos que o editor nunca deve pôr completamente de lado a idéia de também dever contribuir para elevar o nível mental do leitor e, assim, para educar as massas. O caso da *Rosa do Adro* é perfeitamente sintomático. Obra inferior em tudo, tem sido lida àvidamente por três ou quatro gerações que nessa leitura se comprazem, talvez por nela

encontrarem muito daquele sentimentalismo reles de que o povo tanto gosta.

Numa colecção em que já se publicou mais uma edição do *Amor de Perdição* não ficam mal os *Nocturnos* dum dos poetas que mais lapidaram o verso e melhor cultivaram a nossa língua. Do valor da obra nada há que dizer, porque a sua crítica fez-se oportunamente. As poesias mais conhecidas de Gonçalves Crespo — *O cura Santa Cruz, O juramento do árabe, As primeiras lágrimas de El-Rei* e *A venda dos bois* — nêle se encontram. Mas não são, apesar de tudo, essas as melhores. Muitas e muitas outras ali figuram, verdadeiras jóias que dêste livro fazem um escrínio.

A edição, ilustrada com uma linda aguarela do grande mestre Alberto de Sousa, é muito elegante, e foi revista pelo sr. dr. A. C. Pires de Lima.

duvidoso, o qual, como declarou o Autor ao editor da 2.ª edição, «não devia ser reimpresso tal qual saíra na primeira edição» pelo que «julgava necessário refundi-lo», o que não fêz por lho não permitirem as suas variadas ocupações. Entendemos que as razões apresentadas pelo distinto académico eram de pêso bastante para evitar que a 2.ª edição saísse, como saíu, em 1925, dobrado pêso tinham em 1942.

É natural que, apesar de tudo, o grande público (que no fundo é como eram os seus pais há 40 anos) encontre na obra muitos passos que lhe agradem e lhe falem ao sentimento, pelo que nos parece lhe está destinado grande êxito de livraria.

A edição é elegante e ilustrada com uma aguarela magnífica do mestre que é o pintor Alberto de Sousa.

A SEVERA, por *Júlio Dantas*. 3.ª edição. Domingos Barreira — Editor. Pôrto, 1942.

Esta obra constitui excepção entre os numerosos volumes que, desde 1899 até hoje, o distinto escritor e académico tem publicado. Trata-se, com efeito, do único romance que o sr. dr. J. D. escreveu e de onde êle tirou o assunto para a peça do mesmo nome, que há 40 anos o consagrou. Nenhuma glória acrescenta à obra do festejado autor da *Ceia dos Cardiais*, tratando-se, como se trata, de «uma obra da mocidade, escrita em condições especiais para uma publicação em fascículos, e que, portanto, não estava amoldada à actual orientação do seu espírito literário», como escreve o editor da 2.ª edição no prefácio que se reproduz nesta reedição.

De lamentar foi que se entendesse voltar a reimprimir livro tão irregular como êste, de factura tão precária e de gôsto tão

ETNOGRAFIA DA BEIRA, pelo *Dr. Jaime Lopes Dias*, vol. VI. Lisboa, 1942.

O sr. dr. J. L. D., beirão ilustre, há bastantes anos que vem revelando aos seus compatriotas todos os tesouros da etnografia e do folclore da sua Província, com uma persistência e um entusiasmo dignos da nossa admiração e do nosso aplauso. A sua *Etnografia da Beira* é obra que fica, porque está redigida e organizada de modo inexcedível. Embora dela conheçamos apenas os volumes IV e VI, por êles podemos avaliar bem qual o esfôrço despendido em tão grandiosa emprêsa. O folclore nacional é riquíssimo, e apesar dos esforços do falecido mestre Leite de Vasconcelos e de todos quantos lhe seguiram na peügada — entre os quais sobressai justamente o sr. dr. J. L. D. —, a despeito do que a *Revista Lusitana* e poucas mais arquivaram nas suas páginas, a verdade é que há muito ainda que dizer. Se cada homem que pelo fol-

clore se interessa procurasse coligir e publicar tudo o que sôbre o assunto lhe pode oferecer à sua terra natal (já não diremos a sua Província), dentro em breve teríamos manancial riquíssimo a que recorrer para o estudo, a explicação, a interpretação de tanta coisa que ainda ignoramos ou não sabemos explicar.

O sr. dr. J. L. D. é um dêsses valorosos cabouqueiros que tem explorado cuidadosamente a sua Província, uma das mais características de Portugal. Neste volume, agora saído, insere numerosas lendas e romances, fala de vários costumes e usanças curiosíssimas, de indústrias rurais (entre as quais as do fabrico do azeite, das cordas, do linho, da lã, da sêda, da resina; da águarrás e do pez-louro), descreve muitos jogos populares, muitos usados em todo o País, mas bastantes próprios das Beiras, e refere-se a algumas crenças e superstições. Mas o que torna êste volume sobremaneira curioso é o último capítulo, intitulado «Linguagem», e no qual foram recolhidos, de acôrdo com as normas há pouco indicadas pelo sr. dr. Paiva Boléo, muitos termos em uso na Beira e que podem prestar assinalados serviços aos estudiosos da língua, quer na resolução de muitos problemas de etimologia, quer na interpretação de termos e modismos de significação duvidosa. Se mais nada contivesse êste volume, bastaria êsse capítulo para o tornar precioso.

Para concluir obra tão grandiosa como útil deveria o seu ilustre Autor publicar o índice alfabético, onomástico e topográfico dos seis volumes publicados, com o que muito beneficiariam os estudiosos e o que viria aumentar o valor da *Etnografia da Beira*.

⊠

ITALIA E PORTOGALLO. Vallechi Editore. Firenze, 1941.

Êste volume é, no dizer duma nota prévia que traduzimos, «uma colectânea dos artigos que tratam das relações culturais e históricas entre a Itália e Portugal do Renascimento aos nossos dias, publicados no fascículo de Julho-Agôsto da revista *Romana* dedicado a Portugal».

Abre o volume com um breve artigo de apresentação — «Duas palavras» — do sr. dr. Vitorino Nemésio, no qual se referem as relações seculares dos dois países, seguindo-se: *Sá de Miranda e l'Italia*, de A. Petrone; *Considerazioni su Sá de Miranda*, por G. Manuppella; *Spigolature su una tradudione portoghese delle «Notti Clementine» dell'abate A. Bertóla*, por L. Panarese; *Romanticismo portoghese: detrattori e amici dell'Italia*, de L. di Poppa; *Italia, dolce terra d'esilio*, por L. Pessina; *Maria Pia di Savoia nei poeti portoghezi*, por G. C. Rossi; *La lettera di un suocero al genero*, por G. Saviotti; e *D'Annunzio e Mussolini visti da Antonio Ferro*, por Dante Severin.

Os artigos, de valor desigual, constituem uma apreciável contribuïção para o estudo das relações culturais entre Portugal e a Itália, especialmente o do sr. A. Petrone referente à viagem de Sá de Miranda à Itália. O do sr. dr. L. Panarese é um estudo da tradução portuguesa das «Noites Clementinas» dedicadas por Bertola à memória do famoso papa Clemente XIV, com indicações curiosas sôbre a obra e a tradução. O do sr. dr. Di Poppa estuda os «detractores e amigos da Itália», classificando Almeida Garrett entre os primeiros, partindo das opiniões expendidas por alguns dos personagens de «Um Auto de Gil Vicente». Não nos convencem as razões do sr. dr. Di Poppa, porquanto, em nosso modo de ver, as palavras de Garrett não traduzem o seu modo pessoal de pensar, mas sim o que êle atribuía aos cortesãos de D. Manuel I.

O artigo sôbre D. Maria Pia aprecia, sobretudo, o modo como os poetas portugueses consideraram a Rainha, quer à sua chegada a Portugal, quer no decorrer da

sua vida. Escusadas seriam, porém, as considerações que o Autor faz em nota 1 da pág. 73, a propósito da famosa carta de Gomes Leal a D. Luís I *A Traição*; parecem-nos inoportunas e, no momento que passa, deselegantes, além de não contribuírem em nada para a compreensão do texto.

O volume, que fecha com uma nota bibliográfica das publicações portuguesas sôbre a Itália ou a ela respeitantes, é ilustrado com fotografias e um *fac-simile* duma carta do Rei Vítor Manuel II a D. Luís I.

IBERO-AMERIKANISCHES ARCHIV. Jahrgang XV. Heft 3-4, Okt. — Jan. 1941 — 2. N.º 1-2. Abril-Julho de 1942. Ano XVI.

Devido às circunstâncias anormalíssimas dos tempos actuais, chega-nos agora extraordinàriamente atrasada esta excelente Revista de estudos hispano-americanos. Estes números publicam os seguintes estudos e ensaios: *Zur Geschichte der Karíben*, por P. von Luetzelburg; *Alexander von Humboldts Kunstbeziehungen zu Ibero-Amerika*, por Gertrud Richert; *Ibero-Amerikanes, die 1939 und 1940 an deutschen Hochschulen promovierten*, por H. Praesent; *Der spanische und der deutsche Geiot*, por E. Jiménez Caballero; *Anderungen des Landschaftsbildes der La Platastaaten im 16. Jahrhundert*, por Franz Kühn, e *Fray Marcos de Nizu entdeckt New Mexico im Jahre 1539*, por Martin Gusinde. Publica uma notícia acêrca da Exposição de arte espanhola e portuguesa em Berlim, e outra a respeito da morte de Teixeira Lopes.

Em apêndice figura a habitual secção bibliográfica de trabalhos publicados recentemente sôbre as nações hispânicas e hispano-americanas.

ANTÓNIO ÁLVARO DÓRIA.

FERNÃO LOPES, por *Aubrey F. G. Bell*. Edição da revista *Ocidente*. Lisboa, 1943.

Edições *Ocidente*, sob o bom critério de Álvaro Pinto, tem publicado obras valiosas, que não é de mais enaltecer e louvar.

Está nestes casos o trabalho de Bell, incansável lusófilo, sôbre Fernão Lopes, agora publicado em segunda edição, traduzido pelo nosso dedicado camarada e inteligente trabalhador António Álvaro Dória.

E bem merecem Fernão Lopes e o trabalho de Bell esta divulgação, já para tornar mais conhecido o nosso melhor cronista, já pelo valor intrínseco da obra.

A tradução de Dória é garantia de um trabalho consciencioso e metódico, afirmado nas anotações feitas e na manifesta melhoria de versão, em paralelo com a 1.ª edição. A bibliografia é mais completa, o que facilita a consulta dos trabalhos publicados sôbre «o melhor cronista de todos os tempos e nações».

Como desmentido ao nosso característico desleixo, justiceiramente notado por Bell no prefácio ao seu trabalho, Fernão Lopes teve agora uma cuidada edição que honra *Ocidente*.

A HERANÇA DE CALCUTÁ, por *José de Campos e Sousa*. Lisboa, 1943.

Não estamos em presença de um livro que nos fale da Índia, dos seus mistérios e dos seus costumes, embora seja na Índia, em Calcutá, que se desenrola a história da Casa do Seguro e de uma fabulosa herança que ainda dá que falar.

A Casa do Seguro foi criada por Carta Régia de 10 de Maio de 1810 e instalada a

29 de Novembro de 1817 em Macau, tendo sido feita a sua liquidação em 2 de Novembro de 1820. Transferida para Calcutá e constituída nova sociedade em 6 de Dezembro daquele ano, veio a falir em 1827. Campos e Sousa nárra-nos, depois, minuciosamente, a odisseia da célebre herança de Calcutá, até agora de complicada divisão.

No Prefácio e a propósito do Barão de S. José de Pôrto Alegre, categorizado negociante português no Oriente e um dos fundadores da Casa do Seguro, Campos e Sousa fala-nos dos fidalgos negociantes, dentre os quais destaca Manuel Pereira, fidalgo cavaleiro da Casa Real, restaurador da Gruta de Petane, onde Camões compôs os *Lusíadas*, razão pela qual é mais conhecida por «Gruta de Camões».

Conclui com uma desenvolvida e bem organizada notícia histórica e genealógica do Barão de S. José de Pôrto Alegre e do Conselheiro Manuel Pereira.

Edição magnífica, fartamente ilustrada com retratos e cartas de brasão, é valorizada com anotações e documentos, bem ordenados e esclarecedores dos assuntos tratados.

A HERDADE DOS CASTROS, por *Virgílio Godinho*. Edições «Gama». Lisboa, 1943.

Quando apareceu *Calcanhar do Mundo* Virgílio Godinho pôde exclamar como César, depois de ter vencido Farnaces: — *veni, vidi, vici!* A revelação inesperada do escritor e o seu merecido triunfo concediam-lhe êsse direito.

Nessa altura foi logo anunciada *A Herdade dos Castros* que ficou sendo aguardado com natural ansiedade. Continuaria, em escala crescente, a auréola do escritor?

A Herdade dos Castros, porém, ficou tècnicamente aquém do *Calcanhar do Mundo*. Mas há nêle, também, páginas de inegável relêvo literário, dentre as quais destacamos as do idílio entre Afonso e Branca.

Êste romance tem intuïção simbólica, de renovação nacional, e é de leitura agradável. Afonso de Castro, jovem fidalgo, cujos antepassados vinham das primeiras vicissitudes incertas da Pátria (não será êle a personificação da própria Pátria?), sempre notáveis por seus feitos, sempre ciosos dos seus brios, concluíu os seus estudos de agronomia. Perante a ruína do seu património, reage e, com a colaboração de dedicados servidores, salva a Herdade, que, vencida a terrível crise, prospera e engrandece-se. E assim, na sua lição ao mesmo tempo patriótica e social, apercebe-se, na urdidura do entrecho, a realidade tangível do seu personagem principal.

Virgílio Godinho continua a ser credor das nossas esperanças.

O SOCIALISMO E ANTERO DO QUENTAL, por *José Tomás de Sousa*. Livraria Clássica Editora. Lisboa, 1942.

Êste trabalho, valioso a todos os títulos, surgiu no momento próprio e fica bem na colecção «Gládio» que a Clássica em boa hora iniciou.

Antero serve a tôdas as escolas e a tôdas dá assunto vasto para a sua propaganda. O socialismo proclamou Antero seu patrono. No entanto, como afirma José Tomás de Sousa, Antero não tinha «a formação mental e as qualidades indispensáveis a um mestre de um credo político ou social, nem o seu socialismo possuía o conteúdo que à primeira vista se poderá pensar, nem tão pouco ainda nos legou uma obra que o possa elevar à categoria de corifeu ou sequer teórico do socialismo. O seu papel foi de mera divulgação e está muito longe

de possuir o alcance que em regra se lhe atribui» (pág. 64).

Esta é, de facto, a verdade. Antero era subretudo um poeta, mas, como salienta o Autor «Querer ver nêle um mestre político é desconhecer a sua psicologia e a sua obra profundamente contraditória, que não é mais do que um reflexo da primeira, que, como bem se sabe, roçava fortemente pela anormalidade» (pág. 64). A propósito, José Tomás de Sousa, cita o diagnóstico feito por Sousa Martins e, ao analisar a psicologia de Antero, êste insuspeito testemunho de António Sérgio: «Intelectualmente estou em crer que Antero do Quental era também ainda um homem desordenado, incoerente, caótico, deixando-se arrastar em palavriado mirabolante» (pág. 66). E Tomás de Sousa depois de analisar, com critério, *O socialismo de Antero de Quental*, a sua *oposição ao socialismo materialista*, o seu *anti-revolucionarismo*, a *concepção do Estado* e o *conceito da propriedade* igual em Antero ao conceito de Proudhon, conclui: «Transportado aos nossos dias o socialismo de Antero de Quental acha-se em perfeito divórcio com o socialismo moderno. O seu idealismo moral, que é a parte, digamos, mais vigorosamente traçada de todo o seu pensamento, aproxima-se mais das escolas sociais cristãs. As suas soluções, apenas esboçadas, constituem verdadeira filantropia social» (pág. 77). E assim fica reduzida às devidas proporções o tão reclamado socialismo do admirável poeta que já se quis apresentar como adepto de Marx e Engels.

Êste trabalho de José Tomás de Sousa deve ser considerado como um dos melhores que se tem publicado sôbre o mágico burilador de *Os Sonetos*.

Está também indicado para quem desejar conhecer as origens do socialismo, desde o filosófico aó político e ao económico nas suas diversas fazes, começando no célebre filósofo grego Platão (passando por More, Campanella, Morelly, Babeuf, Saint-Simon, Fourier, Owen e Proudhon) até Marx.

Esplêndido trabalho, sob todos os aspectos, merece larga divulgação.

COLÉGIO DUBLIN. Braga, 1943.

Fundado há 32 anos, êste Colégio para meninas continua a manter os seus créditos.

De situação privilegiada e corpo docente escolhido, as suas instalações são modelares e satisfazem a tôdas as exigências pedagógicas.

O anuário de 1943, de óptima apresentação e muito ilustrado, é o melhor índice do desenvolvimento que tem tido o Colégio Dublin e dos bons resultados obtidos pelas suas alunas.

OS ROMENOS, LATINOS DO ORIENTE, por *Mircea Eliade*. Livraria Clássica Editora. Lisboa, 1943.

Só agora se começa a falar entre nós dêsse povo latino das embocaduras do Danúbio e do Mar Negro.

Mercê do esfôrço de Mircea Eliade, autor dêste trabalho, também da colecção «Gládio», se deve esta aproximação entre os dois povos latinos mais afastados um do outro: os Portugueses e os Romenos.

Na verdade pouco, em Portugal, se conhecia dos romenos, dos seus costumes, das suas tradições, da sua história, do seu valor geopolítico, da sua literatura e dos seus escritores. No entanto Liviu Rebreanu é já conhecido em diversos países como o romancista mais popular da Roménia. Mas

quem, de entre os portugueses, conhece *Ion*, o romance da sua estreia, publicado em 1920?

Da vida dos Geto-Dácios a nossa ignorância é quási igual. E no entanto foi «o Ocidente Latino e o Oriente helenizado, que exerceram alternadamente, a sua influência espiritual e política na formação e no destino dêste povo» (pág. 27).

Bom foi, pois, que a Clássica, a quem se devem já tantos e tão bons trabalhos, incluísse êste na sua já valiosa Colecção «Gládio». Mircea Eliade conta-nos nêle a história do heróico povo. Depois da sua leitura melhor se compreende e sente a verdadeira posição da Roménia, na defesa do Ocidente contra as ameaças euro-asiáticas, como noutros tempos formou barreira ao Islão e estabeleceu o equilíbrio entre os imperialismos otomano e russo.

Tradução correcta de Eugénio Navarro.

53

O VISCONDE DE SANTARÉM, MESTRE DO NACIONALISMO PORTUGUÊS, por *Fernando Campos*. Lisboa, 1943.

Fernando Campos tem já uma vasta e valiosa obra. A sua acção no campo das letras e na doutrinação nacionalista é daquelas que se podem apontar como exemplo a seguir.

Trabalhador consciencioso, dá-nos, nos seus livros e nos seus trabalhos, lições preciosas.

E, assim, a publicação da sua conferência, proferida na Associação dos Arqueólogos Portugueses, na 2.ª sessão solene comemorativa do 150.º aniversário do nascimento do 2.º Visconde de Santarém, era aguardada com justificado interêsse.

Na verdade o Ministro dos Estrangeiros do Rei D. Miguel I aguarda, ainda, a hora da justiça que lhe é devida.

À parte a *História e Teoria das Côrtes Gerais*, prefaciada por Sardinha e editada pelo benemérito e saüdoso Fernandes Júnior, pouco mais se conhece da prodigiosa obra do Visconde de Santarém.

A reedição dos seus trabalhos impõe-se, porque, tanto na polémica, como na literatura, como nas ciências, o Visconde de Santarém ocupa um lugar inconfundível.

Fernando Campos salienta a grande obra, quer quantitativamente quer qualitativamente considerada, do Visconde de Santarém, em sínteses admiráveis, para «lembrar que no Portugal Restaurado dos nossos dias e, especialmente, à mocidade nacionalista desta hora, cumpre coroar de louros a memória gloriosa e veneranda do 2.º Visconde de Santarém, que tão dignamente soube servir a sua Pátria, servindo a Ciência, a Cultura e o Pensamento político nacional».

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA.

Registo de obras recebidas (*)

Ofertas dos Editores:

Editorial *Nós*. Braga:

História de uma gota de água, por *Eduardo Prias* e *Francisca do Carmo Costa*.

Em busca de um ponto de vista crítico para a cultura, por *Alberto Pimenta*.

Angústia, por *Duarte de Montalegre*.

Princípio e Intermédio, por *Vaz Craveiro*.

Câmara Municipal de Barcelos:

A servidão de Barcelos a Guimarães, por *J. Mancelos Sampaio*.

A propósito do pianista e compositor Miguel Angelo Pereira, por *Bertino Daciano R. S. Guimarães*.

Livraria Tavares Martins. Pôrto:

Ortodoxia, por *Gilbert Keith Chesterton*.

Carlos Ramos. (Colectânea).

Edições *Gama*. Lisboa:

Carvões, Paisagens e Figuras, por *Pires de Lima da Fonseca*.

Elogio da Monarquia, por *António Corrêa d'Oliveira*.

As relações diplomáticas e comerciais entre a Suécia e Portugal de 1641 a 1670, por *Edgar Prestage* e *Karl Mellander, F. L.*

À Lareira de Casteia, por *António Sardinha*.

A paixão de um homem rico, por *Fernão Dantas da Gama*.

Grémio do Comércio de Guimarães:

No vasto panorama da tradição histórica de Guimarães — uma centúria de labor comercial na mesma família, por *Eduardo d'Almeida*.

Editorial *Nobel*. Coimbra:

O país e o povo romeno, por *Simion Mehedintzi*.

(*) Nesta secção registam-se todos os livros que nos forem enviados.

Belém no século XVI

...Belém, e S. Bento de Enxobregas, a que se alargão os ultimos arrabaldes...

LUIZ MARINHO DE AZEVEDO, *Fundação, Antiguidades e Grandezas de Lisboa* (1753), pág. 118.

AO Infante D. Henrique deve Belém o nome, que teve e conserva. Quando, para servir o espiritual dos mareantes, os seus mareantes, que iam do Tejo para o Mar, e dos que vinham do Mar para o Tejo, na maré alta dos Descobrimentos, comprou chão, e levantou ermida, na orla das areias do Restelo ou Rastelo, deu-lhe a invocação, que se popularizou na forma de Santa Maria de Belém. O nome da padroeira estendeu-se à paróquia envolvente da ermida, — igreja lhe chamava o Infante, — na largura de um tiro de besta (1).

Porque ideològicamente se separaram as duas partes do nome invocativo — uma a de invocação de *Santa Maria*, outra a do lugar de origem, ligado à invocação, — *Belém*, — e, por confusão ou justaposição a Belém de Judá, correspondeu a localização da ermida com o nome de Belém, separando-se nas partes o nome composto ficou para o lugar do Restelo o topónimo de Belém. Estendeu-se a tôda a zona próxima, e a generalização abrangeu integralmente o sítio.

Na *Crónica de D. João I*, Fernão Lopes fala, a cada passo, do Restelo, nas referências de localização de movimentos dos Castelhanos no cêrco de Lisboa. Por exemplo: no Capítulo CXIV da Parte I diz que a frota castelhana, durante o cêrco da Cidade, estava junto do Restelo; no Capítulo CXXXIII descreve a entrada das naus de socorro, vindas do Pôrto, e afirma que a esquadra castelhana as esperou à entrada no Restelo Velho; o combate foi defronte do Restelo, a meio do rio, e, depois que as naus portuguesas lograram entrar, a esquadra regressou ao Restelo.

(1) Cfr. *Ocidente*, Lisboa, 1939, vol. VI, n.º 14, págs. 151-152: «A Povoação e a Praia do Restelo: Uma Estância de Camões».

Na do cronista, que quereria dizer a insinuação constante do Restelo? Ou o novo topónimo ainda não se fixara, e Fernão Lopes daria sem dúvida o nome corrente, ou, porque os factos eram anteriores a esta mudança, quis manter o nome do tempo. Sem esquecer que à mudança de nomes é mais renitente o povo, mas, aceite ela, são mais mantenedores do velho uso os escritores.

O certo é que na margem direita do Tejo, a distância pequena de Lisboa, e a distância também curta da foz do Tejo, ou gola do golfo em que desagua o Tejo, pouco importa a diferença para o nosso caso, que não é de morfologia geográfica, assentava o lugar conhecido pela designação de «Barra» ou «Surgidouro» do Restelo e Rastelo, e simplesmente o *Restelo* ou *Rastelo*.

Prestava o lugar boa antecâmara marítima à cidade de Lisboa. Mais à vontade correriam aí, apartados de Lisboa, os serviços de preparação das tripulações e de arranjo das naus. Todo o movimento derivou para o que o povo chamou *Praia das Lágrimas:* as lágrimas dos que partiam e as dos que ficavam (1), lágrimas magoadas; as lágrimas alegres dos que chegavam e as dos que os recebiam; e ainda as lágrimas de desespêro dos que, na chegada ansiosa das naus, não viam o regresso dos seus. Magnífico poema de dor na dura designação popular!

O Restelo não teria crisma imediato na voz do povo. Como o nome dos dinheiros velhos e retirados fica para a moeda nova, também os topónimos, substituídos oficialmente, permanecem através de muito tempo.

Fr. Agostinho de Santa Maria no *Santuário Mariano* fala-nos da imagem de Nossa Senhora do Restelo, imagem «lindissima, & de admiravel escultura» de madeira, que não tinha muito mais de três palmos (2). Tal lògicamente haveria de ser a invocação da ermida do Restelo, fundada no Restelo, à beira do rio, sôbre as areias salgadas por onde Portugal saía para o Mar e para o Mundo, — invocação para o povo, que dificilmente adoptaria a que o Infante D. Henrique, ao fundá-la lhe deu. Nome velho: Restelo. Nome novo: Nossa Senhora de Bethlem, Senhora de Belém.

(1) Quero relembrar aqui a expressiva quadra popularizada, cujos dois versos finais cantam:

Quem parte, leva saüdades,
Quem fica, saüdades tem.

(2) Fr. Agostinho de Santa Maria, *Santuário Mariano*, Lisboa, 1707, Liv. I, Tít. XVL, pág. 115. Na capela do Cruzeiro, no tôpo, do lado do Evangelho, mostram-nos hoje nos Jerónimos a imagem de Nossa Senhora do Restelo.

E todavia a Senhora de Belém estava na Praia do Restelo. Porque estranhar que o Restelo ficasse por muito tempo Restelo?

Quando D. Manuel I edificou o mosteiro de Belém, e sôbre a ermidinha humilde e marinheira do Infante levantou o Rei a basílica orgulhosamente bela e artística dos Jerónimos, a Raínha D. Maria mandou fazer uma imagem de oito palmos de altura, que representava a Virgem com o Menino nos braços, e foi conhecida por Nossa Senhora de Belém. Outros tempos. Até as imagens acompanharam o engrandecimento do lugar [1].

Vejamos os documentos da doação da ermida à Ordem de Cristo, onde o Infante alude à fundação da ermida no Restelo:

«Doação que fez o Iffante dom Anrrique aa ordem da egreja de nossa sñra de Bethlem e seu padro-lo, ortas, e casas que elle edificou em termo da cidade d'Lixboa onde se chama Restello em terra que pera isso cõprou junto da praya do Mar. Da qual terra e aguoa que pera ahi trouxe por canos juntamente, faz doação aa ordem, e elle he o que pos nome aa egreja Bethlem. E de seu tempo pera qua se chama Bethlem o sitio em que estaa. Aqual doação fez aa ordem, principalmente pera na dita egreja ouuirem missa e receberem os ecclesiasticos sacramentos os mareantes, e gozarem da dita aguoa assi pera os nauios, como pera o que mais lhes comprir, e pera se enterrarem no cimiterio da dita egreja os que ali falecerem. Pera o que impetrou letras de confirmação e aprouação e ereição em parrochia aa dita egreja do Papa Pio 2.º por sua bulla que apos esta carta vay. Polla quam aguoa manda que caminhantes nõ paguem tributo nenhum. E que o capellão que for da dita egreja, digua cada sabado missa por sua alma. Ao qual manda se dee hum marco deprata em prata em cada hum anno por dizer a dita missa.»

«Eu Iffante Dom Anrrique Regedor e gouernador da ordem da caualaria do mestrado de nosso sñor jesu christo Duque de Viseu e sñor de Couilhaã. faço saber aos que esta minha carta virem, que esguardando eu em como em Restello termo da cidade de Lixboa per mujtas vezes erão juntos muitos homẽs estando hi per espaço de tempo em armadas que se fazião destes Reinos pera muitas partes; e isso mesmo dos que hião e vinhão a trautar suas mercadorias pera lugares desuairados. Na qual estada assy estauão no dito porto, nõ podiaõ ouuir missa, carecendo em

(1) Fr. Agostinho de Santa Maria, *Santuário Mariano*, Liv. I, Tit. XVI, págs. 115-116.

elio os ecclesiasticos sacramentos e morriaõ mujtos alli e os lançauão naquellas areas, sendo desfalecidos de non poderem auer sacerdote que os confesasse, nẽ egreia, nem cimiterio em que taes corpos assi mortos podessẽ ser lançados. E peró os ditos mortos assi nõ ouuessem o q̃ polla santa madre egreia he estabelecido, e suas almas cõ seus corpos recebessem em ello pena e pouqua consolaçam: e os viuos e sãos que assi alli estauão e por tal lugar passauão, asaz recebião em ello afriçom e pouco conforto per somte alli non acharem augua. Porende por serviço de ds e do seu santo nome, e em louuor e reuerencia da gloriosa virgẽ Maria minha sñra madre do meu sñor Deos, mandei alli fazer hũa igreia poendolhe o nome, Santa Maria de Bethlem, mandando isso mesmo fazer um cano e chafariz e fonte pera uso da dita egreja e pera os sobreditos que em tal porto esteuerem, e pera os que por alli forem poderem auer augua. E resguardando eu como tenho recebidos muitos bens da dita ordem de nosso sñor jesu christo, e assi das pessoas della como das rendas, faço pura irreuogavel doaçom pera todo sempre aa dita ordem da dita igreia e augua e terra que lhe comprei. As quaes assim dotei e anexei á dita igreia com certas condições ajuso escritas. P. que da dita augua aja a ordem sempre seruidoõe pera a que lhe mester fazer pera seus pumares e ortas e outra qual quer despesa. E que outro si os ditos caminhantes e os dos nauios ajão e se possão seruir da dita augua, assi pera beber, como pera bestas e gados...

.....

feita em a minha villa. xviij. dias de setembro. Johão de Moraes a fez. Anno de nosso sñor jesu christo de mil.cccc.lx.»

Lviro das Escrituras da ordem de nosso sñor jesu christo — 3.ª Parte, p. xxxj e ss. (1).

A Confirmação do Papa Pio 2.º está exarada nas fls. xxxiij a xxxv. com a data de *pridie idus octobris* de 1459: «q̃ esta egreja e parrochia seja vnida á ordem polla maneira q̃ he a egreja de santiago de Santarem, e isto durando a vida do dito Iffante e nõ mais».

O limite da paróquia ficava assim determinada: «hum tiro de beesta ao redor della».

(1) Doc. já publicado pelo sr. dr. Jordão de Freitas.

Não há referências na carta do Infante a qualquer povoado anterior à fundação da igreja de Santa Maria de Belém. Apenas se fala dos mareantes e «pera os que por alli forem». Facto a observar no que interessa a Belém. Se não havia água, nem igreja e padres para ministrarem os sacramentos aos moribundos e orarem pelos mortos, nem cemitério onde os enterrassem, o que faziam nas terras, indícios temos de não haver povoação. Prevê talvez o Infante que ali tome origem um agregado populacional: a água porém destinava-a por então a uso «da dita egreja e pera os sobreditos que em tal porto esteuerem, e pera os que por alli forem»; isto é, para, segundo facto a fixar, população flutuante.

Na cêrca da capela haveria a ordem de Cristo «seus pumares e ortas». As terras eram férteis; formaram territórios anexos ao futuro mosteiro dos Jerónimos (1). Para aproveitamento de rega nas terras dava também a concessão de águas, feita pelo Infante.

* * *

Iam começar as grandes viagens marítimas. O Infante D. Henrique escolhera o Restelo, para o aproveitar a varadouro das naus. Mandou edificar a ermida de Nossa Senhora de Belém, que o povo chamava de Nossa Senhora do Restelo, ao meio do surgidouro, arqueado desde a ponte onde mais tarde D. Manuel construiu a Tôrre de S. Vicente de Belém, e por isso também Tôrre de Belém, até a ponta onde no século XVII defendia a Cidade o forte de S. Pedro ou da Estrêla (2), e sôbre o qual o 4.º Marquês de Angeja e 6.º Conde de Vila Verde levantou um palácio por especial concessão de D. José, em compensação do que o terramoto de 1755 lhe arruinou, às Cruzes da Sé (3).

Animavam a praia os mareantes, mesteirais de navios, pescadores,

(1) D. João IV gostava de caçar nestas paragens da cêrca monacal. Brotava muita água, abundava a fruta. Descansava o real caçador no bosque chamado o «Cunchoso», a meio do vale cercado pelas pedreiras.

(2) «Estrêllas são Fortins, ou Redutos feitos em forma de estrella de quatro, cinco, ou seis angulos com os lados retirados para dentro, & outros tantos angulos reintrantes»: *Methodo Lusitano de desenhar as fortificaçoens das Praças Regulares e Irregulares...* por Luís Serrão Pimentel, engenheiro-mor e cosmógrafo-mor do Reino e Senhorios, Lisboa, 1680, pág. 16. *À Estolle* lhes chamava Alain Manesson Mallet, engenheiro dos Campos e Exércitos do Rei de Portugal, nomeado Sargento-mor de Artilharia na Província do Alentejo, em *Les Travaux de Mars ou la Fortification nouvelle*, Paris, 1674, I, 236.

(3) Luz Soriano, *História do Reinado de D. José I*, vol. I, pág. 323.

gente de comércio «que hião e vinhão a trautar suas mercadorias pera lugares desuairados». O cenário do Restelo era em pequenina paisagem a síntese de Portugal inteiro: um canto da terra com o mar em frente a espraiar-se nela, e ao centro a capelinha da Virgem.

Naus que chegam, naus que partem. A vaga do povoléu, que chega a ver o espectáculo, sempre o mesmo e, no entanto, espiritualmente sempre renovado. As pompas da nobreza e a presença do Infante, a côrte com o Rei. Cerimónias de liturgia grande nas procissões, que levam os mareantes às naus. Cortejos de pendões arvorados com a Cruz de Cristo a sangrar. A multidão policrómica dos que vão despedir-se da Virgem ou dar graças à Senhora pela torna-viagem feliz, que os trouxe. A actividade inteligente do Infante, a direcção insatisfeita de D. João II. Os longes devassados, e adiante dêstes outros longes ainda. A psicologia de um povo, que se comprime como o líquido para sair pela abertura, que lhe oferecem, e por Belém sair na cruzada do engrandecimento da terra, da fé, da alma. Todo êste dinamismo representa à nossa imaginação o surgidouro do Restelo.

A epopeia continua. *O Príncipe Perfeito* prossegue a realização do plano do Infante, caminho aberto à Índia, depois que Bartolomeu Dias dobra o Cabo Tormentório, a que o Rei chama entusiasmado o Cabo da Boa Esperança. O próprio monarca dirige activamente a construção das naus, que hão-de chegar à Índia. Do Restelo iam partir Vasco da Gama para a Índia, e Pedro Álvares Cabral para o Brasil. Não com o Príncipe Perfeito mas, já então, com D. Manuel I, o *Venturoso*.

Portugal ia subir o acume da sua trajectória, começada aqui em Belém, nas praias do Restelo. Camões inspiraria o estro na viagem da Índia, para abrir horizontes vastíssimos ao génio poético dos Descobrimentos. O Restelo, o arraial policrómico da despedida das naus, as cerimónias religiosas da consagração de homens e coisas, a decisão heróica dos que partem, a comoção dilacerante dos naufrágios, a saüdade de todos, a magnificência das almas votadas em holocausto da idéia comum, fundem na distância dos tempos retábulo de bronze, que o estuário do Tejo enche de luz e de mar.

Belém vive no quadro, como vive nas estâncias de Camões, ante o Rei de Melinde.

E já no pôrto da inclita Ulyssea,
C'hum alvoroço nobre e c'hum desejo
(Onde o licor mistura e branca area
Co'o salgado Neptuno o doce Tejo)
As náos prestes estão; e não refrea

Temor nenhum o juvenil despejo;
Porque a gente maritima e a de Marte
Estão para seguir-me a toda a parte.

Pelas praias vestidos os soldados
De várias cores vem e varias artes,
E não menos de esforço apparelhados,
Para buscar do mundo novas partes.
Nas fortes náos os ventos socegados
Ondeam os aerios estandartes:
Ellas promettem, vendo os mares largos,
De ser no Olympo estrellas, como a de Argos.

Despois de apparelhados desta sorte,
De quanto tal viagem pede e manda,
Apparelhamos a alma para a morte,
Que sempre aos nautas ante os olhos anda;
Para o sumo Poder, que a etherea corte
Sustenta só co'a vista veneranda,
Imploramos favor, que nos guiasse,
E que nossos começos aspirasse.

Partimo-nos assi do sancto templo,
Que nas praias do mar está assentado,
Que o nome tem da terra, para exemplo
Donde Deos foi em carne ao mundo dado.
Certifico-te, ó Rei, que se contemplo
Como fui destas praias apartado,
Cheio dentro de duvida e recelo,
Que apenas nos meus olhos ponho o freio.

A gente da cidade aquelle dia,
(Huns por amigos, outros por parentes,
Outros por ver somente), concorria,
Saudosos na vista e descontentes;
E nós, co'a virtuosa companhia
De mil Religiosos diligentes,
Em procissão solemne a Deus orando,
Para os bateis viemos caminhando.

Em tão longo caminho e duvidoso
Por perdidos as gentes nos julgavam,
As mulheres c'hum choro piedoso,
Os homes com suspiros, que arrancavam;
Mães, esposas, irmãs (que o temeroso
Amor mais desconfia) accrescentavam
A desesperação e frio medo
De já nos não tornar a ver tão cedo.

Qual vai dizendo: «ó filho, a quem eu tinha
Só para refrigério e doce amparo
Desta cansada já velhice minha,
Que em chôro acabará, penoso e amaro,
Porque me deixas, misera e mesquinha?
Porque de mi te vás, ó filho charo,
A fazer o funereo enterramento
Onde sejas de peixes mantimento?»

Qual em cabello: «ó doce e amado esposo
Sem quem não quis amor que viver possa,
Porque is aventurar ao mar iroso
Essa vida, que é minha, e não é vossa?
Como por hum caminho duvidoso
Vos esquece a affeição tão doce nossa?
Nosso amor, nosso vão contentamento
Quereis que com as velas leve o vento?»

Nestas e outras palavras, que diziam,
De amor e de piedosa humanidade,
Os velhos e os meninos os seguiam,
Em quem menos esforço põe a idade.
Os montes de mais perto respondim,
Quási movidos de alta piedade;
A branca area as lágrimas banhavam,
Que em multidão com elas se igualavam.

Nós outros, sem a vista alevantarmos
Nem a mãi, nem a esposa, neste estado,
Por nos não magoarmos, ou mudarmos
Do proposito firme começado,
Determinei de assi nos embarcarmos
Sem o despedimento costumado,
Que, postoque é de amor usança boa,
A quem se aparta, ou fica, mais magoa [1].

D. Manuel quere monumentalizar a praia do Restelo. No entusiasmo delirante de grandezas, que é o reinado glorioso dêste Rei, a ermidinha do Infante D. Henrique perdeu as proporções. Escambou-a o Soberano em 1495 aos freires de Cristo, dando-lhes por troca em Lisboa a Igreja da Conceição Velha. Doou-a então aos frades Jerónimos em 1498, e no sítio consagrado da ermida levantou-se o Mosteiro — Mosteiro dos Jerónimos — cuja basílica recebeu a invocação de Santa Maria de Belém.

(1) Os *Lusíadas*, Canto IV, est. 84 e segs.

Se os *Lusíadas* são o poema português do Mar, os *Jerónimos* constituem o padrão de pedra, animada pelos lavores evocativos do Mar português. João de Castilho, apesar de biscaínho, integrado na inspiração nacional, foi aqui nos Jerónimos «o mais genial intérprete da arte das descobertas marinhas», exclama o Dr. Reinaldo dos Santos; e mais: atinge «grandeza épica na obsessão evocativa do mar» (1). Cordas e calabres, apetrechos navais, flora do mar, a esfera armilar e a cruz-de-cristo por tôda a parte, esculpiram estâncias do Oceano pelos silhares do mosteiro. A «cruzada do mar», levava pelos Portugueses aos continentes mais distantes, e, regada pelo sangue generoso de tanta gente, petrificou em tal maravilha.

O pórtico mais pomposo volta-se para a praia, onde embarcaram durante dois séculos os mareantes; sobe a alma diante dêle, desde a estátua do mainel a representar logo à entrada, aos olhos dos visitantes esclarecidos, o vulto sereno e forte do Infante D. Henrique, até a Virgem com o Menino Jesus, na côrte de adoração dos Profetas, das Sibilas, dos Apóstolos e dos Doutores exegetas, e ainda até mais alto, ao vértice da pirâmide ascendente e monumental, que levanta o Arcanjo da Anunciação.

Que mundo orquestrado na pedra sai da fachada do templo da Santa Maria de Belém, como a chamar as almas à contemplação da Fé e da História de uma Nação!

Apenas vemos comparável a esta a composição do pórtico da igreja do Convento de Tomar, ambos do mesmo João de Castilho, ambos da mesma inspiração, mais sumptuosa todavia na obra de Belém.

A abóbada do cruzeiro, ainda do mesmo mestre arquitecto, alcança o milagre do arrojo. O claustro de Boitaca e de João de Castilho não tem par no Mundo. No portal virado ao Poente, lá deixou Nicolao Chanterene o retrato escultórico do real fundador e da Rainha D. Maria, sua espôsa, no cenário naturalista de iconografia cheia de vibração.

As águas do Tejo vinham quási tocar estas pedras; neste murmúrio, a nave da igreja tinha ainda maiores «sugestões de gruta marinha, cruzada de estalactites», na imagem feliz de Reinaldo dos Santos (2).

O delicado poeta funchalense, João Cabral do Nascimento (3), que

(1) Reinaldo dos Santos, *A Arquitectura em Portugal*, no «Livro de Portugal», da Exposição de Sevilha, Lisboa, 1929, págs. 19-20.

(2) Obr. cit., pág. 20.

(3) João Cabral do Nascimento, *Litoral*, Funchal, 1917, págs. 45-46; subintitula-se assim o livro: «Variações sobre o tema da Nau Catrineta».

tem alma de rapsodo do Descobrimento, estro de lusíada lirismo, publicou em seu livro de versos *Litoral*, com os ecos dos búzios e a bulha das ondas, êste soneto marinho:

Meio dia. O sol aquece.
A esbelta Nau aportou.
E dentro dela aparece
tôda a gente que embarcou.

Mais formosa já parece
a nave que os embalou.
E o que chega, tomba e esquece
nos braços da que ficou.

Na igreja, que ao mar defronta,
rezam-se missas sem conta
e Deus se alegra de vê-los.

E entre brados e vitórias,
contam-se lendas, histórias
de arrepiar os cabelos...

Não é verdade que parece quadrozinho bem movimentado, bem patente, da chegada alegre de uma Nau da Descoberta à praia do Restelo? Sem a pompa das partidas, cerimonial das chegadas, com o Rei no meio da gente e com os capitães às mesuras (1), esta chegada é a de quási tôdas, sereninhas e familiares, à Praia das Lágrimas.

Lá em cima, na lombada suave da cêrca dos Jerónimos, no mesmo monte onde esteve milhares de anos atrás o aldeamento dos primitivos habitantes do sítio, pousa como pomba branca a ermida de S. Jerónimo, obra gentil de Boitaca, o mestre das obras reais. A ermida comanda a paisagem; sentinela do mar, guindada em terra, parece espreitar ainda as naus, que partem ou regressam do Além, êsse além muito longe.

«...hemos de concluir que, não obstante as obras do mosteiro terem começado, ainda existia em baixo a primitiva ermida, fundada pelo Infante D. Henrique, sôbre a areia da praia, no mesmo sítio dos Jeróni-

(1) Da solenidade usada na partida das naus de Vasco da Gama dá-nos informação Camões, nas estâncias, acima transcritas, do Canto IV dos *Lusíadas*. Na partida de Pedro Álvares Cabral, o Bispo de Ceuta D. Diogo Ortiz, matemático e cosmógrafo, que servira D. João II, sagrou o capitão-mor da armada.

nimos, que nos primeiros tempos estavam à beira d'água», anota o Dr. Jaime Cortesão (1).

Na parte ocidental do surgidouro do Restelo ergueu D. Manuel a Tôrre de S. Vicente, anteriormente conhecida por baluarte do Restelo e hoje por *Tôrre de Belém*. Com seu ar de conventozinho armado dentro de tôrre de homenagem, onde se conjuga a fantasia de inspiração manuelina e hispânico-mourisca, Francisco de Arruda cinzelou esta jóia de especial mérito, quando regressou da construção de fortalezas em Marrocos. Nenhuma outra cidade, além de Lisboa, tem a honra de apresentar à entrada uma tôrre assim; se lhe serviu de guarda, e nunca foi mais artística a obra de defesa, serve-lhe hoje de ornamento e prova de grandezas, como peças de arte antiga no átrio pomposo de casa nobre.

Última das obras de arte do século XVI, sem falar na *Bíblia dos Jerónimos*, actualmente no Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo, vejámo-la na majestosa e sugestiva *Custódia de Belém*, de ouro com esmaltes, mandada fazer por D. Manuel com as páreas de ouro, que Vasco da Gama trouxe de Quiloa, por tributo do rei, em 1503: «tam rica na obra, como no peso», ao dizer do cronista João de Barros, nas *Décadas da Índia* (2). Damião de Goes refere-se a ela também: «mandou el-rei fazer uma custodia para o Sacramento do altar, guarnecida de pedras preciosas, que mandou oferecer ao mosteiro de Belem» (3). Gil Vicente, mestre da balança da Casa da Moeda de Lisboa, concluíu esta maravilha em 1506; $0^{m},73$ de altura, $6^{kg},350$ de pêso, a custódia de Belém custou a mestre Gil e seus mesteirais nada menos de três anos de trabalho. Está hoje no «Museu Nacional de Arte Antiga».

O mosteiro dos Jerónimos tamanha riqueza artística teve nestas praias do Restelo de Belém, que faz hoje de solar opulento, cujo senhor desperdiçou às mãos largas os bens dos antepassados.

Aí fica esboçado o que para Portugal é Belém. O que representa na História e na Arte. Enumerados os monumentos, que ligam Belém do século XV e do século XVI aos tempos de hoje, e recordam a actividade náutica e civilizadora dos Portugueses, cumpre verificar como Belém de hoje honra os monumentos e os heróis.

Afonso de Albuquerque tem monumento em Belém; preferível seria a de Pedro Álvares Cabral, que de Belém partiu para o Brasil. À memó-

(1) *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, vol. II, p. 36, nota 88.
(2) J. de Barros, *Décadas*, I, Liv. VI, cap. VII.
(3) D. de Goes, *Chronica de D. Manuel*, I, cap. LXX.

ria de Vasco da Gama lançou o estado com grandeza a primeira pedra, há muitos anos; uma triste e paupérrima tabuleta de madeira indicou vagamente o lugar, como a marcar sepultura de vagabundo. Hoje tudo desapareceu: e talvez melhor seja assim. Na alameda dos Jerónimos, em frente do pórtico lateral da basílica, alinharam algumas estátuas de vultos preclaros da expansão ultramarina: o Infante D. Henrique, Vasco da Gama, Albuquerque, e a estátua do sublime cantor dos feitos marítimos. A Praça do Império desterrou-as para o limbo, e ainda não as vemos repostas ou substituídas.

Os Jerónimos, que antigamente distavam do rio trezentos passos, olham-no agora sem receio das tormentas, que lhe atiravam as águas revoltas às pedras respeitáveis. Para a nossa sensibilidade e admiração, Belém mostra-nos gràcilmente o mosteiro.

A capelinha de Boitaca, lá no alto, essa coitadinha tem servido para tudo. E se reintegrássemos nela o culto para que foi levantada? Decidiu a Câmara de Lisboa que se fizesse aí miradouro do Tejo, miradouro de Belém, prestável à visita de todos e à admiração dos artistas.

Mas, a maior sombra de Belém, e não pequena vergonha, está no tratamento da Tôrre de Belém, a jóia prima das tôrres de todo o mundo: o gasómetro bárbaro a enegrecê-la! Peçamos a Deus um terramoto, apenas para o gasómetro, que o venha demolir e atirar de vez ao Tejo.

* * *

As casinhas, que, por atracção do sítio e cultivo das terras circundantes, apareceram nas proximidades da ermida do Restelo, facto previsto nas disposições da doação do fundador, constituíram o segundo aldeamento em terras de Belém [1]. As construções régias dos Jerónimos e as obras da Tôrre de Belém, chamaram e prenderam neste núcleo incipiente a legião de trabalhadores e de arquitectos, empregados nelas.

Bufarinheiros e mercadores de tôda a ordem enxamearam e estabeleceram vendas. O Dr. Jordão de Freitas mostrou recentemente, por documentação própria, que o arquitecto João de Castilho fizera para si casas

[1] Luís Chaves, «Belém na Prehistória», in *Boletim Cultural e Artístico*, da Câmara Municipal de Lisboa, vol. I, n.º 2, Abril-Junho de 1932, págs. 175-184.

a Nascente da basílica dos Jerónimos; o mesmo documento revela a construção de edifícios que afrontavam o mosteiro e contra os quais protestavam os frades [1].

Lá em cima, no século XV, aparecera uma imagem de Nossa Senhora em gruta natural. Os milagres de curas e outros auxílios celestes por via da invocação da imagem aparecida, impuseram-lhe o nome laudatório de Nossa Senhora da Ajuda. Teve culto crescente. Acudiam os devotos. Surgiram as primeiras casotas para socorros temporais aos peregrinos, em volta da ermida, onde a imagem recebeu guarida. E, ao mesmo tempo que no Restelo, formou núcleo de povoado o conjunto de tais casebres: em baixo nasceu *Belém;* em cima nasceu a *Ajuda* [2].

O segundo aldeamento do Restelo deu definitivamente Belém.

Belém ia desenvolver a importância, que lhe vinha do local, quer de terra para o mar, quer do mar para a terra. Cresceu. Desenvolveu-se.

Em 20 de Dezembro de 1693 o «Regimento do Provimento da Saude para o porto de Bellem» mostra a organização. No pôrto haveria Guarda-mor, Provedor da Saúde, escrivão, guarda da bandeira, e intérprete. Determinava que as embarcações ficariam abaixo da Tôrre.

LUÍS CHAVES.

(1) Jordão de Freitas, «João de Castilho, Arquitecto do Mosteiro dos Jerónimos», in-*Revista de Arqueologia*, Lisboa, vol. II, 1934-1936, págs. 265 e segs.; e «O mosteiro dos Jerómimos e as edificações construídas em sua frente nos séculos XVI e XVII, in-*Ethnos*, vol. I, Lisboa, 1935, págs. 259 e segs.

(2) Mário de Sampaio Ribeiro, «Do sítio de Nossa Senhora ao actual Largo da Ajuda», in-*Anais das Bibliotecas, Museus e Arquivos Históricos Municipais*, Lisboa, n.º 18, Outubro-Dezembro de 1935, págs. 150 e segs.

D. PEDRO II
Imperador do Brasil

O Brasil era uma recordação e uma saüdade; mas só saüdade e recordação.

DOS sete filhos de D. Pedro I e de Maria Leopoldina, arquiduqueza d'Austria, primeira imperatriz do Brasil, só quatro sobreviveram: D. Maria, que foi raínha de Portugal; D. Januária, que foi condessa d'Aquila; D. Francisca, que foi princesa de Joinville e D. Pedro II, que nasceu no dia 2 de Dezembro de 1825.

Sôbre o nascimento do herdeiro da coroa imperial do Brasil, o boletim oficial do médico do Paço reza: «Sua Majestade deu à luz a um Príncipe com a maior felicidade possível no meio de um trabalho bem que de quási cinco horas, todavia assás incómodo, tanto pela posição pouco favorável do tronco à entrada do estreito superior da bacia, que não deixava sem grande dificuldade descer a cabeça (primeira parte que se apresentou), aliás bem situada, como pela distância dos ombros. Esta circunstância, unida à primeira, influia grandemente para dificuldade do parto, para o bom êxito do qual foi mister a intervenção de socorros, que foram prudentemente ministrados.»

O segundo imperador do Brasil, D. Pedro de Alcântara, o príncipe filósofo, como lhe chamou Lamartine, foi um dos maiores soberanos do seu tempo. Aparentado com as principais casas reinantes da velha Europa, entre as quais se destacam a dos Braganças, Hapsburgos e Bourbons, D. Pedro II foi proclamado imperador dos brasileiros aos 5 anos de idade, por abdicação de seu pai, mas só aos 15 começou a governar, com a colaboração de notáveis estadistas, esta antiga e rica possessão portuguesa que um filho de D. João VI, tornára independente.

Consorciou-se a 4 de Setembro de 1843, com a princesa D. Teresa Cristina de Bourbon, a *Mãe dos Brasileiros,* filha de Francisco I, rei das Duas Sicilias, irmã da grã-duquesa da Toscana e dos condes d'Aquila e de Trapani.

O Palácio Imperial de Petrópolis, em cuja catedral se realizou, no dia 29 de Outubro de 1942, pomposamente, o casamento do Senhor Dom Duarte, Duque de Bragança com uma princesa da casa imperial do Brasil, foi a residência preferida por D. Pedro II e levou a construir aproximadamente 10 anos. Sem ter a grandiosidade dos grandes palácios reais europeus, é, no entanto, digno de ser visitado nem que seja, pelo menos, por ter servido de residência ao último imperador do Brasil.

Foi naquele histórico palácio, mais tarde transformado em Museu Imperial, que o rei filósofo se dedicou apaixonadamente aos seus estudos e viveu os melhores dias da sua vida.

Êste Museu, que o govêrno do Presidente Vargas houve por bem instituir, numa larga visão política, como homenagem nacional ao grande Patrióta, tem por objectivo, como diz o decreto que o criou: «recolher, ordenar e expor objectos de valor histórico ou artístico referentes a factos e vultos dos reinados de D. Pedro I e, notadamente, de D. Pedro II.

Do *Anuário do Museu Imperial*, editado pelo Ministério da Educação e Saúde, transcreve-se uma página da vida do imperador:

«O Palácio de Petrópolis constituiu a sua residência predilecta. Em geral, mais de 5 meses no ano, desfrutava êle em sua cidade daquele sossêgo de espírito e disposição de saúde que o permitiam desenvolver os seus cuidados íntimos de estudo e deleite pessoal. Subia a serra, via de regra, em Dezembro, e nos últimos dias de Maio, algumas vezes só Junho entrante, volvia à Côrte.

«Sem embargo, por que fôsse Petrópolis a cidade dos diplomatas em carácter permanente, devido às endemias da Capital, as audiências no Paço de Petrópolis tinham mais cerimónia do que no Rio. O traje era casaca, e as condecorações sempre ostentadas. O próprio imperador diàriamente trazia casaca, a placa do Cruzeiro e a insignia do Tosão de Ouro. Os criados tinham libré e o Camareiro de serviço estava sempre a postos. A carruagem de Sua Majestade deixava-se puxar a seis cavalos. Fora das cerimónias oficiais, pouco freqüentes, Pedro II, levava em Petrópolis uma vida especialmente marcante para si, sua família e sua cidade. Madrugador, seu almôço era às 9 e o jantar às 4 horas. Depois das refeições, entretinha-se um pouco com o bilhar e conversa com os veadores, moços fidalgos e médico de semana, bem como a leitura dos jornais. Às quintas-feiras jantava com a filha no Palácio da Princesa, onde ouvia música de excelentes concertos, exibindo-se muita vez Artur Napoleão.»

Deve-se a D. Pedro II e a sua filha, a princesa D. Isabel, que a his-

tória mais tarde cognominou de *Isabel, a Redentora*, a glória da abolição da escravatura.

É, sem dúvida, uma das páginas mais brilhantes da História do Brasil.

Joaquim Nabuco, um dos mais dedicados paladinos de tão grandioso empreendimento, afirmou: «A data de 28 de Setembro marcará para sempre o comêço do nascimento do movimento em favor da reparação nacional, efectuado em 13 de Maio de 1838, e isto basta para que hoje o imperador e a princesa possam experimentar a satisfação de haverem igualmente concorrido para a libertação de sua pátria».

Heitor Lyra, personalidade de grande projecção nos meios intelectuais brasileiros, na sua obra *História de D. Pedro II*, diz-nos algo sôbre o assunto:

«Sua preocupação pelo maior problema político e social que jamais abalou o Brasil vinha como se sabe, de longa data; pode-se dizer que desde os primeiros anos do reinado. No comêço, também êle como os estadistas que o cercaram tiveram a atenção voltada ùnicamente para a questão do tráfico dos negros. É o que o preocupa, criança ainda, apenas inicia o govêrno. A liberdade dos recém-nascidos, depois a dos velhos e, finalmente, a abolição total de todos os escravos, são questões que só depois e progressivamente ocorrem e amadurecem em seu espírito; que só mais tarde são cogitados, agitados e, por fim, resolvidos.»

A horrorosa tragédia da guerra civil norte-americana fêz ver, claramente, ao imperador os perigos que daí poderiam advir para a integridade do Brasil, se não se desse a solução imediata a tão importante problema.

Do memorandum de 14 de Janeiro de 1864, podem ler-se as seguintes palavras dirigidas a Zacarias, quando êste estadista organizava o seu segundo gabinete:

«Os sucessos da União americana exigem que pensemos no futuro da escravidão no Brasil, para que não nos suceda o mesmo que a respeito do tráfico dos africanos. A medida que me tem parecido profícua é a liberdade dos filhos dos escravos que nascerem daqui a certo número de anos. Tenho reflectido sôbre o modo de executar a medida; porém é de ordem das que cumpre realizar com firmeza, remediando os males que ela necessàriamente originará, conforme as circunstâncias o permitirem.»

Recebeu o imperador uma mensagem da Junta Francesa de Emancipação, assinada, entre outros, por Broglie e Laboulaye.

A êsse documento respondeu Sua Majestade nos seguintes têrmos:

«A emancipação dos escravos, conseqüência necessária da abolição do tráfico, não é senão uma questão de forma e de oportunidade. Quando as circunstâncias penosas *(referia-se à guerra do Paraguai)* em que se encontra o país o permitirem, o govêrno brasileiro considerará objecto de primeira importância a realização daquilo que o espírito do Cristianismo há muito reclama do mundo civilizado.»

A maior parte da população brasileira era constituída por escravos, únicos trabalhadores do campo então existentes. Os homens de Estado — escreve Lyra — não ousavam encarar de frente a solução de um problema que iria tocar nos alicerces da nação. Todo o seu cuidado era evitar qualquer acto que pudesse perturbar o equilíbrio dos dois pratos da balança: a agricultura de um lado e a escravidão do outro.

Suprimido definitivamente o tráfico de escravos, para honra da dignidade humana, tornava-se uma necessidade desenvolver o comércio e a agricultura.

O Brasil, que não dispunha nessa altura da mão de obra precisa para explorar as suas enormes riquezas, tivera de recorrer à emigração europeia, à qual D. Pedro dispensou tôda a sua valiosa protecção.

Em 1850 foi inaugurada a primeira linha de navegação a vapor entre a América do Sul e a Europa. De 1854 a 1858 deu-se início à construção das primeiras linhas férreas, linhas telegráficas, estradas, escolas, fortalecendo-se especialmente o desenvolvimento da agricultura, a maior riqueza do país. Em 1873 era inaugurado o cabo submarino.

Graças ao génio do grande imperador e à acção de alguns notáveis estadistas, foi possível, com maravilhoso êxito, contribuir para a civilização do Brasil.

Gladstone, célebre político britânico, que considerava a monarquia brasileira uma democracia coroada, referindo-se a D. Pedro, disse: «Eis o que eu chamo um grande e bom soberano, homem que, pela sua conduta, está em condições de tornar o alto pôsto que ocupa um exemplo e motivo de louvor para a sua raça».

As muitas e valiosas biografias que se publicaram na América e na Europa, biografias que foram firmadas por alguns príncipes das letras e das ciências dão-nos bem a certeza de quanto interêsse despertou a personalidade dêste homem ilustre, entre os mais ilustres, e verdadeiro amante da sua querida pátria.

Magalhães de Azeredo, um dos seus biógrafos, dá-nos alguns traços

da sua fisionomia moral através dum pequeno livro publicado pelo Anuário do Brasil, do qual, com a devida vénia, se transcrevem alguns períodos:

«Na imaginação de um menino, em quem a sensibilidade artística já predominava, o aspecto físico, tão notável daquêle em quem se encarnava a pátria, contribuía sem dúvida para acentuar a devota reverência. Mais tarde, no meu país mesmo e no estrangeiro, individualidades eminentes, conversando comigo sôbre o valor intelectual e moral de D. Pedro II, não deixavam de revelar-lhe a fisionomia majestosa, a presença genuìnamente imperial. Um velho e douto estadista, em Atenas, disse-me, com palavras coloridas, a impressão da primeira vez que o vira, numa das maiores côrtes europeias: «Era o *grand seigneur* por excelência. Quem entrasse naquele vasto salão cheio de gente autênticamente aristocrática, adivinharia por instinto qual, entre aquêles fidalgos todos, era o imperador.

«Nestes dias nossos, em que tantos herdeiros de tradições milenários, procuram, quási delas vexados, esconder entre a banalidade da turba os sinais da sua predestinação histórica, soaram-me aos ouvidos aquêles conceitos como o elogio que de um César medieval ungido na cidade eterna proferisse um *curiale* acostumado às memorandas pompas do sacro romano império. E, entretanto, êle falava do mais moderno, do mais democrático príncipe da sua época, e tal como, por ventura, só na América podia ter nascido.»

D. Pedro, que no grande mundo literário e científico universal gozava de merecido prestígio, dominava admiràvelmente tôdas as línguas, entre as quais o grego e o árabe. Na matemática, na filosofia e na astronomia, que estudou apaixonadamente, era um mestre, na opinião dos sábios.

Membro correspondente do Instituto de França e de outras doutas Academias estrangeiras, Sua Majestade mantinha as melhores relações de amizade com as maiores mentalidades do século XIX, como Vítor Hugo, Lamartine, De Amicis, Wagner, de quem era fervoroso admirador e Pasteur, a quem protegeu grandemente. A 15 de Novembro de 1888, quando foi inaugurado em Paris o Instituto com o nome dêste eminente cientista francês, foi igualmente inaugurado o busto em mármore do segundo imperador do Brasil.

Carlos Ribeyrolles afirmava que, para se ser um povo, era preciso primeiro ser-se uma pátria, e D. Pedro, que considerava a instrução do povo a base para o progresso dum país, dedicou-lhe os maiores cuida-

dos, fundando numerosos institutos científicos, escolas agrícolas e seminários. Em 1857 apenas haviam 2.595 escolas primárias; em 1886 já existiam 6.605.

Numa das suas viagens a França, estando um dia em Cannes, onde era muito estimado, afirmou a alguém: «Se eu não fôsse imperador desejaria ser mestre escola. Nada conheço mais nobre do que dirigir inteligências jovens e preparar os homens do futuro.»

O príncipe Adalberto da Prússia, não escondeu a sua admiração por D. Pedro, tinha êle 17 anos, quando visitou o Brasil em 1847.

«O jovem soberano — escreve o príncipe na descrição da sua viagem — mostra muito talento para a arte, especialmente pintura, e a precocidade do seu carácter revela-se no interêsse por tudo que é grande e nobre. O assunto predilecto do seu lápis é o retrato de grandes homens de Estado, célebres na história, cujo exemplo deve-se seguir.»

Wanderley Pinho, numa conferência pronunciada a 2 de Dezembro de 1939, no Instituto Histórico de Petrópolis, focando com brilhantismo alguns aspectos da personalidade do último imperador, começou por dizer que não queria «de nenhum modo alterar-lhe a efígie, talhada já no mármore da história por tantos buris de mestres».

Ocupou-se depois com interêsse do arquivo da Casa Imperial, guardado em França, no Castelo d'Eu, e do apêlo dirigido ao príncipe D. Pedro de Orleans e Bragança, para que os documentos do imperador pudessem ser consultados no Brasil por todos aquêles que se dedicam ao estudo da história pátria.

Referiu-se também, largamente, aos vários aspectos do poder pessoal do monarca e à sua doença, e à influência da Raínha Vitória.

O Conde d'Eu — prosseguiu — que nas suas cartas ao duque de Nemours apreciava com lucidez os acontecimentos, — o enfraquecimento do trono desde a partida do imperador em 87, os progressos da idéia republicana, os descontentamentos causados pela abolição, — às vezes se animava com a melhor aparência do sogro, mas não se iludia quanto aos efeitos da falta de saúde de D. Pedro II. A 12 de Novembro de 1888 comunicava: «Aqui também as perspectivas não são brilhantes. A decadência da monarquia se acentua cada vez mais, o público não tendo custado a perceber que o imperador com a melhor boa vontade não pode mais governar como fazia antes de cair doente. Disso resulta uma inércia notável na acção governamental, enquanto as manifestações republicanas se multiplicam de todos os lados.»

Continuando o ilustre conferencista disse:

«Alheiando-se ao trono confiando-se nas letras, Pedro II, no apagar-se de um lento desaparecimento, não se sentia infeliz.

«A moléstia que o deixava tão outro no mando, na vontade, na opinião, não lhe decompôs no mais a personalidade, nem o torturou.»

Joaquim Nabuco assinalou como uma das conseqüências da perda de saúde o que a mim me parece uma das características normais — a mais sedutora e nobre daquela alma honesta.

Estaria pronto, porventura, a deixar o trono, se visse nisso a felicidade do povo, se suas previsões lhe não alvitrassem que a abdicação, ou renúncia da dinastia poderia ser o comêço da anarquia, do caudilhismo ou do desmembramento.

Conversando com Vítor Hugo (foi isso em 1877), escapou-lhe a expressão — «meus direitos», mas, presto, atalhou: «eu não tenho direitos, não tenho senão um poder devido ao acaso. Devo empregá-lo pelo bem, pelo progresso, pela liberdade.

«O desprêzo pelo fausto; seu democratismo um tanto *rastaquera* no trajar e viajar, não parecem modos de quem insiste em disfarçar as aparências do rei, de quem está sempre a sacudir da cabeça uma coroa que lhe pesa?...»

Referindo-se à proclamação da República, afirmou:

«O golpe de 89 poderia surpreender a todos, menos ao imperador. Estava preparado e pronto, feito o exame de consciência, que ainda teve fôrças de mais tarde gravar na sua *Fé de Ofício*. Era para êle um alívio!... Êsse estado de espírito, um ano e meio depois (Julho de 1891) definira melhor, em conversa com Afonso Celso Júnior: «sob o ponto de vista individual lucrei imensamente. Sou hoje mais livre. Vivo como entendo, satisfazendo as minhas vontades, à lei das minhas inclinações, sem despertar críticas nem incorrer em pesadas responsabilidades. Leio, estudo, passeio e movo-me desembaraçadamente. Não me vejo forçado a sacrificar a devoção à obrigação. Gozo, demais, de repouso, de que já ia precisando. Creio que não me negam, quando menos, o o título de empregado público consciencioso.»

É ainda Magalhães de Azeredo que nos fala do imperador:

«Quanto ao desinterêsse pessoal de D. Pedro II, desafia qualquer comparação, e excede qualquer louvor. Em meio século de reinado êsse estóico não cogitou de ajuntar para si e os seus a mais medíocre fortuna, de confiar capitais a bancos nacionais ou estrangeiros. Todo o valor, digo todo, da sua lista civil, que não era sumptuosa, êle o despendeu, deduzidos os gastos de subsistência e representação (a sua côrte era a

mais simples das côrtes), em obras de utilidade pública, e de caridade inteligente, auxílios a iniciativas beneméritas, pensões a escritores e artistas de talento e famílias necessitadas. Segundo depoimento de testemunha ocular, no paço imperial se distribuíam, cada sábado, sete contos de réis de esmolas; cinco em nome do imperador, dois em nome da imperatriz; o imperador tinha apenas oitocentos contos de reis anuais, dos quais, portanto, dava, só nessa forma de beneficência, mais de duzentos e cinqüenta!

«Não admira, pois, que, ao ser proclamada a república, êle se achasse literalmente pobre — exemplo único nos anais da realeza! O govêrno provisório mandou-lhe oferecer cinco mil contos de reis (cêrca de quinze milhões de francos, então), para as suas primeiras despesas. Êle recusou, como teria seguramente recusado os honorários de cento e vinte contos anuais, que lhe arbitrou mais tarde a constituïção da república, se houvesse chegado a ter conhecimento dessa doação. Preferiu recorrer a um empréstimo, aceitando o oferecimento de um amigo rico. No exílio viveu modestíssimamente; o seu quarto era, como êle dizia, e como aliás já o fôra entre os esplendores da quinta de São Cristóvam, quarto de estudante. Mas as suas liberalidades não cessaram, na pobreza a que estava reduzido.

Uma vez que o seu médico e amigo, conde de Mota Maia, recebeu do Brasil algum dinheiro pertencente ao imperador, observou com espanto que êste, sempre tão indiferente a questões pecuniárias, mostrára grande alvorôço com a notícia. Mas teve logo a explicação do caso: D. Pedro II puxou de uma gaveta da sua secretária um maço de petições, todo feliz porque a soma inesperada lhe permitiria socorrer a multidão de indigentes que tinham invocado a generosidade do seu coração!

Li recentemente num jornal que a liquidação total dos seus haveres pessoais no Brasil deu a quantia de vinte e três contos de réis (menos de sessenta mil francos, ao câmbio actual!). Na realidade, êle só possuia uma genuína riqueza — a sua biblioteca. Legou-a ao Estado, sob a condição única de ser chamada biblioteca Dona Teresa Cristina, em homenagem à santa imperatriz.»

Proclamada a república a 15 de Novembro de 1889 — dia em que nascia no Paço de Belém o Senhor D. Manuel II — entregou D. Pedro aos republicanos a nação devidamente organizada e preparada para o grande futuro que lhe estava destinado e para o qual tanto contribuíra durante os 50 anos do seu glorioso reinado.

Quando o imperador passou por Lisboa a caminho do exílio, a sua

primeira visita foi a S. Vicente de Fora, ao túmulo de seu Pai, o irrequieto e amoroso D. Pedro I.

Hospedou-se Sua Majestade no Hotel Bragança, com sua família e comitiva, onde recebeu todos aquêles que o procuraram para lhe apresentar as suas homenagens.

Visitou vários estabelecimentos de estudo, entre os quais a Academia de Ciências e a Escola Politécnica, onde foi homenageado por todos os alunos. Nos Jerónimos depôs uma coroa no túmulo de Alexandre Herculano, de quem era amigo e admirador.

Estava-se então em vésperas das cerimónias da coroação de D. Carlos I e D. Pedro, com a modéstia que lhe era peculiar, não querendo com a sua presença perturbar tão importante acontecimento nacional retirou-se para o Pôrto.

Um grande golpe feriu rudemente o coração do imperador durante a sua estada na capital do norte: a morte repentina da imperatriz.

No seu diário lê-se: «Não sei como escrevo. Morreu haverá meia hora a Imperatriz, essa Santa!

«Custa-me a crer. Sempre desejei precedê-la na morte. Abriu-se na minha (vida) um vácuo que não sei como preencher.»

Depositada em S. Vicente de Fora, para onde mais tarde iria fazer-lhe companhia, partiu o imperador com os seus familiares para Baden-Baden.

Pires Brandão, uma das pessoas que o acompanhou, conta que num concêrto a que foram uma tarde, a convite de D. Pedro, quando a figura imponente do imperador apareceu no recinto, todos se levantaram como se uma mola os tivesse impelido ao mesmo tempo. O regente da orquestra veio ao encontro do imperador e fez-lhe entrega do programa do concêrto. Sua Majestade, visivelmente comovido, voltando-se para o conselheiro Silveira Martins, que colocou à sua direita, disse-lhe: *«Isto não é feito a mim; mas ao nosso Brasil»*.

Rocha Pombo, grande historiador brasileiro, retrata o sábio imperador desta forma: «D. Pedro tinha predilecções pelo estudo, e amava o convívio dos sábios e dos artistas. Dir-se-ia que era mais um filósofo, sacrificado pela fatalidade do nascimento, que um verdadeiro director do povo. Foi talvez o monarca que, no seu tempo, mais viajou. Por três vezes deixou o seu ofício para ver o novo e velho mundo. Na Europa, como na América do Norte, procurou os grandes homens, e viu o que havia de mais notável em tôdas as esferas da civilização e da cultura. Tudo isso, porém, era para êle uma forma de servir a nação.»

Parece, segundo alguns biógrafos, que as causas primaciais que originaram a queda da monarquia no Brasil, foram a abolição da escravatura que quebrou o prestígio dos grandes senhores; o espírito liberal do imperador que permitiu a propaganda republicana e, principalmente, a falta de um herdeiro que conquistasse as simpatias do povo.

D. Pedro — diz ainda Rocha Pombo — foi realmente um monarca tão liberal e, sobretudo, de uma tolerância tão completa, que se tem quási razão para julgar tudo isso, menos como qualidades intrínsecas do seu carácter do que como falta de confiança na sorte do regime que representava. Nunca se opôs a nenhuma reforma exigida pela nação; antes tomava afoitamente o patrocínio de muitas que excediam aos programas dos partidos.

Sua Majestade morreu em Paris a 2 de Dezembro de 1891. Os seus restos mortais vieram para Lisboa, para S. Vicente de Fora, sendo em 1920, definitivamente, trasladados para o Rio de Janeiro, juntamente com a imperatriz, para o panteão dos imperadores, em Petrópolis.

Tôda a imprensa europeia e americana consagrou grandes editoriais à memória do Ilustre Brasileiro.

O Jornal do Comércio, em telegrama de Paris, escreveu: «A câmara mortuária é uma verdadeira capela de flores. Não há mais espaço onde colocar os tributos florais que estão chegando. Nas duas ruas do hotel fazem comprida e ininterrupta cauda grande multidão de pessoas ansiosas por inscreverem os seus nomes nos registos que se acham para êsse fim no escritório do hotel. O pátio interior dêste, assim como as suas proximidades, estão repletos de tudo que Paris conta de mais notável nas letras, nas artes, na política, nas finanças, no comércio e na indústria, e também na aristocracia francesa.»

O Journal des Debats, relatou: «D. Pedro inaugurou uma era de prosperidade até então desconhecida. Exilado, infeliz, pobre, tendo recusado a pensão que lhe foi oferecida, D. Pedro veio encontrar de novo em França a mesma hospitalidade que recebera aqui em dias melhores.»

Morreu o venerando Brasileiro com 66 anos de idade, iluminado pelos clarões da glória e da imortalidade. A história não deixará de prestar o preito da mais sincera e da mais justa admiração, àquele que morreu, lembrando-se até ao último momento da pátria, fazendo votos pelas prosperidades e felicidades do Brasil que tanto amára.

ABÍLIO COELHO.

O problema do descobrimento da Madeira [1]

I

A HISTÓRIA

O DESCOBRIMENTO da ilha da Madeira continua a ser uma incógnita na história dos descobrimentos dos portugueses, não obstante os esforços que, para esclarecerem o mistério, têem empregado muitos historiadores assim antigos como modernos. Paira em volta da encantadora «Pérola do Atlântico» uma névoa que, estamos convencidos não mais será possível desvendar por completo, por grande parte das alegações feitas sôbre quem descobriu a Madeira se basearem numa lenda, embora esta o seja apenas por não existir um único documento a comprovar a sua veracidade. Tal lenda, é a-de-mais, multiforme; como ao diante se verá, nem todos a narram pela mesma forma nem com os mesmos nomes. Com o decorrer dos tempos ela foi-se modificando e completando, perdendo, contudo, grande parte do elemento poético que a tornava tão grata aos corações sensíveis.

Tal é a romântica história dos amores de Roberto Machim e de Ana d'Arfet, tão sèriamente perfilhada por Henry Major, o historiador do infante D. Henrique, a qual foi pela primeira vez divulgada pelo ilustre D. Francisco Manuel de Melo na admirável novela por êle cognominada de *Epanáfora amorosa*. Não anteciparemos, porém.

Pinheiro Chagas, que na sua *História de Portugal* tratou com desenvolvimento êste assunto, parece admitir que o descobrimento da Madeira foi ordenado pelo Infante depois de Gonçalves Zarco e Tristão Vaz lhe irem dar parte do encontro de Pôrto Santo. Supõe que êste grupo de ilhas

(1) Êste estudo é um desenvolvimento do que, com o mesmo título, foi publicado em *Ocidente*, vol. VII (1939), págs. 403-423; vol. IX (1940), págs. 86-96; vol. X (1940), págs. 110-126.

figurava num dos portulanos de D. Henrique; quando os dois navegadores lhe comunicaram o descobrimento, o Infante, consultando as cartas, teria notado que a situação da nova ilha era mais ou menos a mesma da que no mapa figurava com o nome de Pôrto Santo.

E então teria ordenado a Zarco e a Tristão que prosseguissem no seu descobrimento, pois a ilha fazia parte de um grupo a que faltava ainda a principal [1]. Seria de facto assim? A hipótese não parece inverosímil; falta, porém, obter a certeza de que nos portulanos anteriores ao século XV figurava já o grupo madeirense, ou melhor, que êsse grupo não fôra acrescentado a tais portulanos posteriormente ao seu descobrimento em 1419 20.

Nos nossos trabalhos de investigação àcêrca dos descobrimentos dos portugueses deparou-se-nos a já hoje rara *Découverte de l'Afrique au Moyen Age* do historiador da Marinha Francesa Charles de La Roncière. Nessa obra, que, a par de um monumento de erudição, é, também, uma verdadeira maravilha gráfica, há numerosas reproduções de portulanos anteriores ao século XV e outros dêste século e posteriores. O primeiro em que figura o grupo madeirense é o planisfério, em reprodução colorida, do judeu convertido Mecia de Viladestes, de Maiorca, existente na Biblioteca Nacional de Paris e datado de 1413. O grupo apresenta a seguinte disposição e nomes:

porto santo
inssola de lenyame
insola dest.e

insole saluages [2].

E o mais interessante é que entre a configuração arbitrária dos contornos de tôdas as ilhas atlânticas é precisamente a *de lenyame* (Madeira) a que mais se aproxima da natural.

Segue-se um planisfério catalão do século XV, existente na Biblioteca Estense, de Modena, e no qual as denominações são:

porto sancto
illa da madeyra
illes dstes
illas saluatges [3].

---

[1] *História de Portugal*, 3.ª ed., Lisboa MDCCCXCIX, 2.º vol., pág. 226.

[2] *La Découverte de l'Afrique au Moyen Age*, Le Caire, MDCCCCXXV, tôm. I, pág. 1.

[3] Ib., pág. 120.

No atlas catalão de Carlos V, da autoria de Abraão Cresques, de Maiorca, datado de 1375 e existente na Biblioteca Nacional de Paris, lá vem o mesmo grupo:

porto sto
insula de legname
insule des'te.

insule saluatges (1).

Noutro planisfério catalão do século XV e existente na Biblioteca Nacional de Nápoles, as denominações são análogas, faltando apenas a de *legname*, que é ilegível:

porto santo
[.....]
insula deste

insula saluatge (2).

No planisfério italiano do século XV da Galeria Vaticana as denominações permanecem: *porto Santo, Isola de madra, Isole deserte* e *Isole seluagie* (3). assim como noutro planisfério catalão do século XV, que se encontra na Biblioteca Nacional de Florença: *p Santo, ill... da madera, illes destes* e *illes saluages* (4). Tais denominações são *mutatis mutandis* as da carta do planisfério de Giacomo Giroldi, de Veneza, datado de 1426. já quando as ilhas deviam ser conhecidas: *P. Santo, y.a d. madiera. y.e dessertes* e *y.e saluages* (5).

E se consultarmos outros portulanos, além dos que vêem reproduzidos na obra de La Roncière, lá encontramos o mesmo grupo, com a mesma disposição e, mais ou menos, os mesmos nomes (6).

Êstes foram os portulanos, ou melhor as reproduções de portulanos que pudemos consultar, mas os escritores da especialidade são pródigos

(1) *La Découverte de l'Afrique au Moyen Age*, Le Caire MDCCCCXXV, tôm. I, pág. 128.

(2) Ib., pág. 136.

(3) Ib., pág. 144.

(4) Ib., pág. 168.

(5) Ib., tôm. II, pág. 25.

(6) Por exemplo o famoso portulano laurenciano, datado de 1351, do Atlas Mediceo e existente em Florença, a que Ch. Reazley chama «*the most remarkable of all the Portolani of the 14 th century*» (*Prince Henry the Navigator*, London, 1931, pág XIII). Aí as ilhas têem o nome de: *porto stõ, I. de leygname* e *I. deserte*, não figurando o grupo das Selvagens.

em citações de vários outros em que figura o referido grupo de ilhas com os mesmos nomes ou semelhantes. Pregunta-se agora: ¿eram tais denominações o resultado do conhecimento exacto das ilhas, ou foram interpolações posteriores dos cartógrafos ou dos pilotos à medida que novas terras se iam descobrindo? Não nos parece defensável esta última hipótese pois, como acertadamente diz o sr. dr. Duarte Leite, «é inverosímil a repetição do mesmo aditamento em mapas de diversa procedência, de épocas muito espaçadas e dispersos por lugares afastados» (1). Os partidários do não conhecimento do arquipélago antes do Infante opinam, por sua vez, que nesses portulanos já aparece também uma *Insula del Brazil* e uma *Antilia* que os cartógrafos modernos de modo nenhum identificam com o Brasil nem com as Antilhas.

¿Como, porém, se dá o caso de as ilhas do arquipélago madeirense possuírem ainda hoje os mesmos nomes que já figuravam nos velhos portulanos dos séculos XIII e XIV: *Pôrto Santo, Madeira* (= legname, madiera), *Desertas* e *Selvagens?* ¿Seriam já conhecidas dos portugueses que as teriam descoberto em tempo de Afonso IV, por ocasião das viagens às Canárias? (2). ¿Como chegariam ao conhecimento dêstes? Talvez já fôssem conhecidas dos fenícios que as teriam encontrado quando nos seus

(1) *¿Quem descobriu o arquipélago da Madeira? Coisas de Vária História*, Lisboa, 1941, pág. 112.

(2) João da Rocha (vide *A Lenda Infantista*, págs. 66-67) insurge-se contra a opinião, hoje corrente e fundamentada, das navegações portuguesas em tempos de Afonso IV.

«Nada, absolutamente, — diz êle — prova que no tempo de D. Afonso IV os portugueses fôssem à Madeira, como nada prova que outros a tivessem avistado antes, mas tudo prova que êles foram lá no tempo do infante D. Henrique. Entre as duas épocas (1351-1418) aparecem em cartas nomes de ilhas que se sabe terem sido os que os portugueses do infante deram: *Madeira*, por ter grandes florestas; *Pôrto Santo*, por ter sido a salvação dos descobridores; *Deserta*, por não ter sido colonizada. Por que motivo se dá tão singular coincidência? Como poderiam italianos e catalães adivinhar que os portugueses viriam a dar êsses nomes às ilhas? É mais verosímil supor que os italianos e os catalães marcaram os nomes das ilhas em mapas, já feitos, depois do infante ter mandado buscar à Sicília com que cultivá-las e a Malhorca o famoso mestre Jácome. O segrêdo dos descobrimentos não se guardava ainda, e, assim, é de crer que a notícia do achado das ilhas tivesse chegado primeiro [*como? porquê?*] à Itália e à Catalunha e os navegantes de lá marcassem nas cartas que então usavam, nas que estavam mais em dia por serem mais modernas, os nomes traduzidos dos que os portugueses lhes deram [*vimos já que tal doutrina é indefensável*]. Repetimos. Se a descoberta fôsse dos súbditos de Afonso IV, e se esta fôsse notória, mais natural seria encontrar as ilhas marcadas em *todos* os mapas ou portulanos desde êsse tempo até 1418.

frágeis barcos se dirigiam para as ilhas Afortunadas (Canárias) ou para as Cassitérides (Hébridas? Shetland? Sorlingas?). Possìvelmente uma remota tradição, talvez italiana e trazida a Portugal pelo célebre almirante Pezagno, levasse os marinheiros portugueses à procura das ilhas e êles as encontrassem e baptizassem com os nomes que ainda hoje possuem. Seja como fôr, o facto é que a colonização de tais ilhas só principiou em tempo do infante D. Henrique, depois de êste, ao regressar da emprêsa de Ceuta, se abalançar ao grande empreendimento que lhe daria o renome que tem e tornaria a humanidade inteira devedora do seu esfôrço sobrehumano.

Que os portugueses poderiam ter descoberto essas ilhas é facto que ninguém de boa fé poderá negar. O Infante não foi o primeiro que se propôs a desvendar os mistérios do Oceano; para os receosos navegantes da Idade Média, o mar encontrava-se povoado de gigantes e de estátuas monstruosas, ou cheio de pavorosos abismos que levavam ao Inferno. A actividade marítima dos portugueses em tempo de Afonso IV é inegável, e se as ilhas descobertas não foram logo colonizadas, deveu-se à «guerra que sustentamos e nos propomos sustentar com os agarenos, nossos vizinhos pérfidos e poderosos» (1). O que é desconcertante neste assunto — em que devemos caminhar cautelosamente sob pena de, num momento, se cair da história na fantasia — é que tal tradição se perdesse num espaço de tempo relativamente curto, como é o que medeia entre o reinado de D. Afonso IV (1325-1359) e o de D. João I (1385-1433). Tal facto não nos parece fácil explicá-lo hoje, porquanto entre a vária documentação que possuímos nada nos pode oferecer quaisquer indícios que possamos seguir com segurança. Se houve muitos documentos perdidos devido a causas diversas, deve haver muitos outros que ainda não despertaram do seu sono secular. Mas desconcerta, na realidade, que nem Diogo Gomes (ou

---

E isso é que se não verifica [*os meios de comunicação não eram então os de hoje, e nem todos os cartógrafos tinham conhecimento das novas terras que iam sendo descobertas*]. A tradição das ilhas — e por isso muitas apareciam nas cartas antes das descobertas — existia desde muito mas como lenda, como miragem, como produto do misticismo medieval, como sinal de lugares privilegiados e pouco atingíveis de felicidade e bem-aventurança ou como sobrevivência saüdosa de terras já desaparecidas.»

Reservamos para um ensaio posterior, a inserir nesta colecção, a discussão do problema do alcance das actividades marítimas dos portugueses antes do Infante, designadamente em tempos de D. Afonso IV.

(1) *Carta de D. Afonso IV ao papa Clemente VI.* Vide *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, vol. I, pág. LXVII.

Behaimm por êle), nem Gomes Eanes de Zurara, vivendo ainda tão próximos da época e quando poderiam fàcilmente documentar-se, não nos deixassem nada escrito sôbre o assunto ou, ao menos, não nos dessem quaisquer indicações que pudessem servir aos investigadores.

O sr. dr. Jaime Cortesão, há anos, num interessante ensaio publicado na extinta revista *Lvsitânia*, defendeu, pela primeira vez, a teoria do «sigilo» oficial nos descobrimentos dos portugueses. As suas razões não nos convencem, pelo menos no sentido de que tal «sigilo» começasse a ser seguido em tempos do Infante, quando êste não havia ainda, talvez, estabelecido um plano definido e concreto. Não vemos razões que possam convencer-nos de que se procurasse guardar qualquer espécie de segrêdo sôbre o descobrimento da Madeira pelos portugueses, quando ela figurava nos portulanos anteriores ao tempo do Infante. De resto parece-nos que seria então muito mais plausível apresentar todos os documentos que então possuíssemos e pudessem garantir-nos a posse das ilhas, sabido como durava então (e ainda duraria), o pleito com Castela pela posse das Canárias, o qual já vinha desde D. Afonso IV.

Se, pois, não podemos explicar fàcilmente as razões por que se perdera a tradição do descobrimento das ilhas atlânticas, podemos, todavia, admitir, embora cautelosamente, um certo número de hipóteses que nos parecem aceitáveis e compreensíveis. Tais são as aventadas há poucos anos pelo sr. João de Freitas Ribeiro, relator da *Comemoração do descobrimento dos Açôres*, no relatório publicado então no *Boletim da Sociedade de Geografia* de Lisboa [1]:

«Ocorre preguntar: se as nossas ilhas atlânticas eram já conhecidas desde o tempo de D. Afonso IV, porque se conservaram elas abandonadas até ao tempo do Infante Navegador? Pelas seguintes razões: 1.ª — As guerras com Castela e depois com os Sarracenos desviaram-nos as atenções das Canárias e, portanto, da Madeira e dos Açôres que, por seu afastamento, nenhum ponto de apoio ofereciam para qualquer operação militar contra o império marroquino. 2.ª — Naquele tempo apenas se faziam viagens com intuitos mercantis ou para combater os infiéis, e aquelas ilhas, então desabitadas, não interessavam os navegadores nem os missionários. 3.ª — A exigüidade da população não sugeria a conveniência das colónias de povoamento, tanto em Portugal como nos demais países da Europa. 4.ª — Não surgira ainda a Escola de Sagres a desenvolver a

(1) 52.ª série, n.os 3 e 4, Março-Abril de 1934, pág. 95.

astronomia náutica e a aperfeiçoar a arte da navegação, a habilitar os pilotos a marcarem com precisão aquelas ilhas e a demandá-las com segurança em carreiras regulares, sem risco de se perderem na vastidão do Oceano; e dificilmente se encontrariam emigrantes que aí desejassem fixar-se, na pavorosa espectativa de ficarem isolados do convívio do mundo.»

E acrescenta: «Pelas razões apontadas, fàcilmente se concebe que as nossas ilhas, embora conhecidas na sua existência, continuavam incertas na arrumação cartográfica. Podemos, enfim, aceitar, que o conhecimento da Madeira e dos Açôres é anterior à época henriquina; mas no que todos havemos de convir é que não estavam integradas na geografia da humanidade, porque eram mui dificilmente demandáveis, estavam fora da linha dos portos de escala, e, sendo desabitadas, nenhum interêsse ofereciam à navegação do século XIV, tanto particular como oficial.»

Vejamos agora como é que se divulgou a atribuïção do descobrimento da Madeira a João Gonçalves Zarco e a Tristão Vaz Teixeira.

O mais antigo testemunho, embora só muito posteriormente fôsse reduzido a escrito, é o de Diogo Gomes, moço de câmara do Infante e almoxarife do paço de Sintra. Trata-se duma testemunha coeva dos factos e de quem até hoje todos reconheceram a honorabilidade e a fidelidade do relato:

«*Tempore Infantis Domini Henrici* — começa — *quaedam carauela cum tormento vidit insulam paruam, quae est justa insulam de Madeyra quae vocatur nunc Porto Sancto, non populatam. Et in ista insula de Porto Santo sunt multae arbores. quae vocantur dragoeyros, qui emittir resinam pulcherrimam rubei coloris, quae vocatur sanguis draconis. Et reuersa est illa carauela nuntians Infanti terram inuentam, de qua secùm portauerunt sanguinem draconis et ramos aliarum arborum, de quo Dominus Infans multum gauisus est.*

«*Post modicum tempus misit Dominus Infans vnam carauelam ad visitandum et respiciendum insulam inuentam de Porto Sancto, in qua iuit pro piloto Alfonso Fernandez de Vlixbona, et intrauerunt in illam. Et vltra transierunt recte ad insulam, quae nunc vocatur de Madeyra. Et ibi erat alia insula prope, quae nunc vocatur Deserta; et inter vnam et alium inuenerunt locum, qui dicitur Funchal, pars insulae de Madera, vbi nunc maxima populatio hominum est, et ibi nascuntur multae aquae. Et quaesiuerunt insulam in parte occidentis et inuennerunt, plura flumina et loca pulcherrima ad abitandum, quae*

nunc sic vocantur, ·s· Funtschal, Camera de Lobos, Ribeira Braua, Ribeira de Akurudus et Sancta Cruz, Matschico, Caniso, omnia pulcherrima loca ad habitandum. Tamen ipsi non potuerunt videre terram, quae talis erat, quia plena erat arboribus de cedris et alijs arboribus, qui reuersi ad Dominum Infantem nuntiantes illi noua qui gauisus est multum» (1).

Por esta parte do relato verifica-se que entre os navegadores, que pela primeira vez puseram pé na Madeira, ia o pilôto Afonso Fernandes, de Lisboa. Dos restantes, ignoramos o nome e a qualidade. Referindo-se a seguir ao modo como a ilha foi povoada, Diogo Gomes continua:

«Post non multum tempus miles quidam familiaris et nutritus Domini Infantis, nomine Joham Gonçalvez Zarco, non multum diues petiit capitaniam illius insulae a Domino Infante, qui dicebat se illuc ire una cum vxore et familia ipsius, et ipsam populare. Et placuit Domino Infanti, qui prauit carauellas mittens in eas vaccas, porcos, oues, et caetera animalia domestica. Et euntes accesserunt ad locum praedictum de Funtschal» (2).

---

(1) «No tempo do senhor infante D. Henrique uma caravela, com tormenta, viu uma ilha pequena, que está perto da ilha da Madeira, a qual se chama hoje de Pôrto Santo, despovoada. Nesta ilha de Pôrto Santo há muitas árvores, que se chamam dragoeiros, as quais dão uma resina lindissima, de côr vermelha, a que se chama sangue de dragão. E aquela caravela regressou anunciando ao Infante a terra encontrada, da qual levaram sangue de dragão e ramos de outras árvores, do que o Senhor Infante ficou muito contente.

«Passado pouco tempo o Senhor Infante mandou uma caravela a visitar e examinar de perto a ilha descoberta de Pôrto Santo, na qual foi por pilôto Afonso Fernandes, de Lisboa, e entraram nela. E passaram além directamente à ilha, a que se chama agora da Madeira. E ali perto havia outra ilha, a que se chama agora Deserta; e entre uma e outra encontraram o lugar, que se chama Funchal, parte da ilha da Madeira, onde agora há grande população, e ali nascem muitas águas. E visitaram a ilha, na parte ocidental e encontraram muitos rios e lugares belissimos próprios para se habitarem, que se chamam agora: Funchal, Câmara de Lôbos, Ribeira Brava, Ribeira dos Acorridos e Santa Cruz, Machico, Caniço, todos lugares belissimos e próprios para se habitarem. Porém êles não puderam ver que tal era a terra, porque estava cheia de árvores, de cedros e de outras árvores, pelo que voltaram ao Senhor Infante com aquela notícia, de que êle se alegrou muito.» Vide *O manuscrito «Valentim Fernandes»*, edição da Academia Portuguesa da História, Lisboa, MCMXL, págs. 203-4.

(2) «Não muito tempo depois um cavaleiro familiar e criado do Senhor Infante, de nome João Gonçalves Zarco, não muito rico, pediu a capitania daquelas ilhas ao Senhor Infante, o qual dizia que êle iria para ali com a mulher e a família, e a povoa-

A seguir entra o autor em particularidades sôbre os primeiros trabalhos efectuados por Zarco para desbravar a ilha, e mais adiante apresenta em cena novo personagem:

«*Post modicum tempus miles quidem nomine Tristan petiit Dominum Infantem, vt ei daret aliam partem insulae de Madere, quae etiam erat terra optima ad populandum, quod nunc vocatur Matschico. Et Dominus Infans dedit illi, et sic diuisa est insula sic, quod partem occidentalem Funtschal obtinuit Johannes Gonçalez* [...] *Partem vero orientalem Matschico obtinuit Tristan* [*Teixeira*], *vbi etiam crescunt omnia supradicta; tamen pars occidentalis est melior*» (1).

Insistimos: trata-se dum indivíduo coevo dos factos, embora o relato se fizesse passados mais de trinta anos após o acontecimento. Daqui se conclui que nem Gonçalves Zarco foi o descobridor (ou re-descobridor, se o preferem) da ilha, nem Tristão Vaz o acompanhou, antes o seguiu «*post modicum tempus*».

O segundo, pela ordem cronológica, a narrar o acontecimento foi Gomes Eanes de Zurara, que em dois pontos da sua crónica se refere à Madeira.

O primeiro é no capítulo onde enumera os méritos do Infante:

«Elle fez povoar no grande mar Occiano cinquo ilhas, as quaaes ao tempo da composiçom deste livro, estavam em rezoada povoraçom, specialmente a ilha da Madeira» (2).

Mais adiante, porém, refere-se largamente ao descobrimento (3).

«... em casa do Iffante avya dous scudeiros nobres, de criaçom daquelle senhor, homẽes mancebos e pera muyto, os quaaes despois da

ria. E agradou ao Senhor Infante, que preparou caravelas, metendo nelas vacas, porcos, ovelhas e outros animais domésticos. E chegaram ao dito lugar de Funchal.» *Ibid.*, pág. 204.

(1) «Pouco tempo depois um cavaleiro de nome Tristão pediu ao Senhor Infante que lhe desse a outra parte da ilha da Madeira, que também era terra óptima para povoar, que se chama agora Machico. E o Senhor Infante deu-lha e assim se dividiu a ilha desta forma—a parte ocidental, Funchal, obteve-a João Gonçalves [...]. A parte oriental, Machico, obteve-a Tristão [Teixeira], onde crescem também tôdas as supraditas [plantas]; todavia a parte ocidental é melhor.» *Ibid.*, pág. 205.

(2) *Chronica do Descobrimento e Conquista de Guiné*, Pariz, MDCCCXLI, edição do Visconde da Carreira, cap. V, pág. 30.

(3) *Op. cit.*, cap. LXXXIII, págs. 385 e segs.

viinda que o Iffante fez do descerco de Cepta, quando a o poderyo daquelles rex mouros teve cercada juntamente, segundo ja dissemos, requererom que os avyasse como podessem fazer de suas honras, come homẽes que o muyto desejavam, parecendolhes que seu tempo era mal despeso se nom trabalhassem algũa cousa per seus corpos. E veendo o Iffante suas boas vontades, lhes mandou aparelhar hũa barcha, em que fossem darmada contra os Mouros, encaminhandoos como fossem em busca de terra de Guinee, aqual elle ja tiinha em voontade de mandar buscar. E como Deos querya encaminhar tanto bem para este regno, e ainda pera outras muytas partes, guyouhos assy que com tempo contrairo chegarom aa ilha que se agora chama do Porto Sancto, que he junto com a ilha da Madeira, na qual pode aver sete legoas em roda. E estando assy ally per alguũs dyas, sguardarom bem a terra, e pareceolhe que serya grande proveito de se povorar. E tornando dally pera o regno, fallarom sobrello ao Iffante, contandolhe a bondade da terra, e o desejo que tiinham acerca de sua povoraçom; deque ao Iffante muyto prouve, ordenando logo como podessem aver as cousas que lhe compriam pera se tornarem aa dicta ilha. E andando assy em este trabalho de se encaminarem pera partyr, se ajuntou a sua companha Bertollameu Perestrello, huũ fidalgo que era da casa do iffante dom Joham; os quaes teendo todas suas cousas prestes, partiram vyagem da dicta ilha. E acertousse que antre as cousas que levavam consigo pera lançarem na dicta ilha, assy era hũa coelha, aqual fora dada ao Bertollameu Perestrello per huũ seu amigo, indo a coelha prenhe em hũa gayolla; e acertousse de paryr no mar, e assy levarom todo aa ilha. E seendo elles allojados em suas cabanas pera ordenarem suas casas, soltarom aquella coelha com seus filhos pera fazer criaçom, os quaaes em muy breve tempo multiplicarom tanto, que lhe empacharam a terra, de guisa que nom podyam semear nhũa cousa que lhe elles nom stragassem. E he muyto pera maravilhar, por que acharom que no anno seguinte que ally chegarom, matarom delles muy muytos, nom fazendo porẽm mingua; por cuja rezom leixarom aquella ilha, e passaronse aa outra da Madeira, que sera quareenta legoas em cerco, e doze do Porto Sancto, e ally ficarom os dous, scilicet, Joham gilz, e Tristam, e Bertollameu Perestrello se tornou pera o regno.

«... E foe o começo da povoraçom desta ilha no anno do nacimento de Jhũ Xpõ de mil e iiijç XX annos...»

Êstes são os dois depoïmentos mais antigos e, como se vê, contraditórios. Sendo ambos fidedignos e coevos, ou dos acontecimentos ou das

pessoas que nêles intervieram, torna-se difícil, senão impossível, destrinçar a verdade. Diogo Gomes narra os factos com mais sobriedade do que Zurara, mas o testemunho dêste não deve ser para desprezar dada a sua privança com D. Henrique, de quem foi amigo e cronista.

Para Diogo Gomes quem descobriu a Madeira foram os navegadores anónimos que tinham aportado a Pôrto Santo numa caravela «*cum tormento*», e que «passaram» *(transierunt)* à Madeira noutra caravela que levava como pilôto Afonso Fernandes, de Lisboa. Zarco só aparece mais tarde a pedir a capitania da ilha, e Tristão a seguir faz pedido análogo.

Para Zurara os descobridores de Pôrto Santo foram Zarco e Tristão, os quais, devido à abundância de coelhos que tornava qualquer cultura impossível naquela ilha, «passaram» à Madeira com Bartolomeu Perestrelo, que também não é mencionado por Diogo Gomes. Se ambas as narrações divergem, no que as duas concordam é em dizer que os descobridores *passaram* à ilha da Madeira, sem qualquer dos dois cronistas dar indícios de espanto da parte dos navegadores. Segundo êstes dois testemunhos coevos a Madeira era já conhecida, embora não colonizada. Todavia apesar de Diogo Gomes ser, cronològicamente, a testemunha mais antiga, entendemos que é Zurara quem deve estar mais próximo da verdade, atendendo ao cuidado com que procurou documentar-se para escrever a sua *Crónica*, bem como à convivência com os descobridores e navegadores da grande era.

(Continua).

ANTÓNIO ÁLVARO DÓRIA.

Credos & Superstições Milagres & Outros Sucedimentos...

(Continuação da pág. 188 — vol. XIX)

Onde se trata do grande milagre de S. Tiago menor

O ano de 1521 trazia consigo a peste e mantendo duro o alastrar da maleita a divina ira castigava os povos pelos desvios cometidos, e com arrebatar ao grémio caseiro da família alguns dos seus pares pasmava as gentes no chôro do arrependimento.

Nenhum remédio humano, nenhum voto para cumprimento de promessa esquecera às amofinadas gentes. Os protectores elegidos pelos homens bons já se não contavam, tantos êles eram em seu número corrido por todo o agiológio. Mas a peste, o terrível flagelo, lá continuava a varrer cada vez mais gente e, cada vez mais em número maior de vítimas escolhendo para sacrificar à morte, a insaciável ceifeira de vidas. Nada havia que se não tivesse tentado para aplacar a cólera de Deus, mas tudo baldado. O povo esmorece, desanima.

E assim se chega ao ano da graça de 1538, ao dia um do mês de Maio, no qual a Igreja festeja o glorioso apóstolo S. Tiago menor.

Esclarecidos por sobrenatural inspiração, resolveram o Senado da Câmara do Funchal e o Cabido da Sé, que, *em continuação do voto* prestado em 1533 (1), fôssem juntos em procissão à Igreja de S. Tiago, não sòmente os escorreitos mas ainda os atacados do terrível mal.

---

(1) No dia 24 de Janeiro de 1523, na Capela-Mor da Sé Catedral e com a assistência do Sr. Capitão Donatário do Funchal, Nobreza, Clero, Senado, e com o concurso do mais povo, caiu a sorte, a que se procedia para escolha de protector da cidade, em S. Tiago menor. Do auto do voto lavrado nas notas do tabalião Antó-

Diz-nos Gaspar Frutuoso, *de verbo ad verbum*, que *na mesma procissão que se fêz por seu dia no primeiro de Maio*, lançaram pregão que todos os feridos dêste mal, e os sãos fôssem juntamente misturados...» e que na Igreja, sem haver separação entre doentes e incólumes se oferecesse ao santo protector as varas dos guarda-mores, *com todo o cuidado do seu officio, esperando, confiados, na sua interceçam com Deus, o remedio, q. havia dezasete annos, não tinhão achado contra tam contagioza epidemia* (1).

Publicadas as ordens deu-se execução ao voto.

Na Igreja, estando todos juntos, colocaram-se as varas, como se estabelecera e ficara assente na assembleia, no altar de S. Tiago menor, e depois de se seguirem preces pela debelação do flagelo e de rezada a missa com sermão de encomenda, terminado o santo sacrifício viu-se que o mal desfalecera, e, no dizer de Noronha, instantaneamente, *de sorte q. não só então, porem nunca mais athe hoje, se vio semelhante mal nesta terra*, e o certo é que, como deixou escrito Frutuozo, quando os penitentes se recolhiam à cidade traziam consigo os feridos todos sãos ùnicamente pelos muitos *merecimentos do Bemaventurado Santiago* e, por seu favor, nunca mais correndo ao povoado a desgraça.

O milagre era evidente, pelo que por desnecessário, — garante Noronha — *se não autêticou, por serem todos testemunhas de tam grande maravilha*, mas que do têrmo q̃. *se mandou fazer na Camara desta Cidade*, consta êle em pormenor.

O voto ainda hoje se cumpre e todos os anos, mesmo naqueles mais calamitosos, sai a procissão dos maios sempre com grande concurso de gentes. Recebe o nome do facto de, na procissão, todos quantos nela se encorporam — Senado, Clero, nobreza, mistéres e povo, noutros tempos; Clero e povo, em nossos dias; — trazerem consigo um rosário de malmequeres amarelos, (conhecidos por maios certamente por abundarem neste mês pelos campos) enfiados pelo coração.

---

nio de Almeida, se vê que havia sido organizado «*hu roll de Samtos a saber ho nome de Iesu Nosso Senhor & da Uirgem nosa Senhora S. Johannes Bautista & os doze appostolos*, e que ao santo em que recaiu a eleição se lhe prometia dar-lhe Casa propria *em cham de Antonio Espinhola*, e sair com solene procissão todos os anos. E assim, para o futuro, e à responsabilidade do Senado e Cabido, se ficou realizando todos os anos a procissão do 1.º de Maio: *a procissão dos maios*, nome por que é ainda hoje conhecida. Noutro lugar dela nos ocuparemos.

(1) Afirma desta feita Henrique Henriques de Noronha, em *Memórias Eclesiásticas e Seculares*.

S. Tiago menor foi, para futuro, tão grande protector dêste povo, *q. por fé da sua devoção, tem o seguro de se lhe não repetir já mais como também a certeza de lhe acodir em todas as ocaziões de aperto, e necessid.e o q̃. se verificou por m.tas vezes, continuandose, quazi por milagre continuo à advertẽcia, de que sempre no outavario do dito S. se ve soprida esta Ilha com algum Navio de Trigo, e sendo o tempo em q. ordinariam.te se sente à sua falta, pella necessid.e q. tem, de q. lhe entra algum de fóra, p.a o seo sustento* (1).

Na igreja primitiva existia, segundo nos assevera Noronha, uma inscrição, na qual se afirmava para os vindouros o milagroso sucedimento: «*No anno de 1538 levantou N. Senhor a peste desta cidade, pellos rogos deste Santo*» (2).

Onde se trata do mais atrevido : rapto de todos os tempos :

Ia o século XVI ainda em sua primeira metade deu-se um acontecimento cuja fama, pela novidade do extravagante na compostura dos costumes e pelo afogueado da façanha na quietude dos tempos, célere correu mundo e espantou as gentes pacatas da urbe.

Muitos domingos, por muitos lustros, foi êle assunto nas assembleias dos homens bons reünidos pelos adros da Igreja depois de recolhida a Conventual. Foi motivo para poetas, matéria para memoriais da data pelo singular do tema, e nêle encontraram os historiadores grossa soma de elementos para a descrição da época.

A bela Izabel, nobre Insulana, encontrou cantor no vimaranense Manuel Tomás até merecer-lhe algumas das suas melhores oitavas. Não a esqueceu o conspícuo Frutuoso, dando-lhe lugar destacado em algumas laudas da sua benemérita e sempre útil História das Ilhas.

---

(1) Vid. Henrique Henriques de Noronha, lug. cit.

(2) Estela que se diz ter existido *em hua genella da parte da Epistola junto à porta principal.*

A primitiva igreja do voto foi demolida por 1752, para em seu lugar se alevantar novo e mais amplo templo.

Em 1803, a quando da terrível aluvião que castigou os povos e arrastou para o mar com a igreja de Nossa Senhora do Calhau, sede da paróquia, passou a nova Igreja de S. Tiago menor, padroeiro, ao serviço do culto como sede da freguesia de S.ta Maria Maior.

À elegante Isabel de Abreu, se refere o académico Henrique Henriques de Noronha nas suas «Memórias Eclesiásticas e Seculares para a composição da História da Diocese do Funchal na Ilha da Madeira», consciencioso manuscrito do século XVIII (1).

Dama de nobre aspeito e formoso semblante, prendada em seus merecimentos, reünia Isabel à beleza com que Deus a fadara uma das maiores casas da Ilha em terras de sesmaria, ouro negro e acrescida ainda de bom metal sonante.

Filha mais velha de João Fernandes de Andrade, aquêle mesmo gentil homem a quem, por fundador do sítio do Arco junto à vila da Calheta, lhe deu El-Rei D. João II, Nosso Senhor, novas Armas (2) e ainda o apelido *do Arco*, nascendo a feliz e ditosa Isabel do seu casamento, recebido pela Santa Madre Igreja, com D. Brites de Abreu, senhora do melhor sangue e qualidade como filha que era do Alcaide Mor de Elvas Rui de Abreu.

E porque era Isabel do Arco, Senhora dotada de grandes merecimentos não só pela nobreza de sangue e boas partes pessoais, mas pelos bens da melhor fazenda, como herdeira que fôra de seu avô Alcaide-mor, a pediu o *magnífico* (3) 3.º Capitão Simão Gonçalves da Câmara para seu filho João Rodrigues de Noronha, o qual andando na Índia, onde chegou a Capitão-mor do mar da Costa de Diu e depois Capitão de Ormuz ao tempo do govêrno de seu cunhado D. Duarte de Meneses, ali obrou

(1) Há poucos anos mereceu estudo valioso na revista *Esperança*, onde o assunto foi proficientemente tratado com o costumado brilho de P. C., colaborador assíduo desta revista católica do Funchal e erudito estudioso das cousas da Madeira, da sua história e do seu povo.

(2) «em campo de ouro um sagitario, metade do homem e metade do cavallo, o homem nú da sua côr, o cavallo entre muzello e castanho escuro com um arco armado nas mãos de vermelho e a corda de prata, a frécha empenada de verde, elmo de prata serrado, paquife de ouro e de verde e por timbre o meio sagitario com seu arco».

— João Fernandes de Andrade, primeiro povoador do Arco da Calheta serviu, como seus filhos, a El-Rei em África pelo que tomou armas. Era nobre descendente dos mui nobres Andrades da Galiza, Condes de Vilhalva. Seu filho Francisco de Abreu matou, em África, uma onça, cuja pele ofereceu a El-Rei D. Manuel e outro seu filho é aquêle António de Abreu, muito conhecido pelas suas valorosas acções na Índia, de que a história está cheia. No *Arquivo Histórico da Madeira* (último volume) há um autorizado estudo acêrca dêste António de Abreu.

(3) Vide nosso ensaio sôbre a Embaixada que Simão Glz. enviou ao Papa Leão X, já publicado nesta série.

tarefas de valentia como aquela em que meteu a ferros e trouxe cativo o Rois Xarife, como narra o cronista.

Autorizado o nó com o «sim» preliminar foi o ajuste imediatamente tornado irrescindível por escritura passada em casa da noiva, a quem seus pais, o rico João Fernandes do Arco e sua mulher D. Brites de Abreu logo dotaram com 10.000 cruzados novos *e hua das suas terças por sua morte.* Por seu lado o pai Capitão Donatário consignou, à nora, por arras ou garantia do contrato o equivalente a 4.000 dobras de ouro, como tudo consta da mesma escritura (1) passada nas notas do tabelião Francisco Rodrigues, da nobre vila da Calheta.

Pouco viveu o casal porque regressado à Madeira veio João Rodrigues de Noronha a falecer dentro em pouco, a alguns anos de casado, deixando viúva inconsolável e casa sem filho. Aqui começa o drama desta Senhora. Possuïdora de larga e rendosa fazenda pelo falecimento de seus pais, viúva, moça, e bem dotada com a natural graça da formosura, agora, para mais, herdeira por seu marido, de outras tantas terras de sesmaria, conseguiu haver uma infinidade de apaixonados que se deram a cortejá-la em demonstrações de incendiado amor e grande servilismo. Sacerdotiza do Amor, colo alabastrino, olhos de ébano e sorriso de alvura, afogueava até ao desvairo o mais cordato próximo.

No mesmo sítio do Arco, morava em N. S. do Loreto, onde tinha casa e capela com esta invocação, António Gonçalves da Câmara, aquêle que foi monteiro-mor de El-Rei o Senhor D. João III, e que, sendo primo-irmão do primeiro marido de D. Isabel do Arco, era de abastança na ilustração de seu sangue e curador de avantajados cabedais em fazendas por filho e herdeiro de Pedro Gonçalves da Câmara e de sua mulher D. Joana de Eça, a qual foi camareira da Raínha Senhora D. Catarina. Por seu pai, ainda bisneto de Zargo.

As conveniências o incitavam à união dos dois morgadios, o da Lombada do Arco pertença de sua prima D. Isabel de Abreu e o da Lombada da Serra de Água, o qual em herança lhe coubera.

Pensou no enlace e se melhor o pensou melhor o tentou, o desejou e quis.

E assim lá se foi um dia, de longada com sua grande prosápia, a pedir a mão de Isabel, mas na precipitação do desejo esqueceu as formalidades aparatosas da etiqueta pelo que houve merecida reprimenda. Não

(1) Escritura de 8 de Agôsto de 1520.

gostou nada do sucedido e vaidoso como era julgou-se *injuriado, zombado e afrontado.*

Outros afirmam ter o enamorado primo notado desde logo na Dulcineia de seus sonhos, devaneios e interêsse, certa natural repugnância no casamento das duas abastadas casas.

Fôsse porém uma ou outra as razões do não-querer, certo é não terem chegado a acôrdo no conchavo do negócio.

De verdade só se conhece a guerra que houve entre as duas casas, e é desta que nos ocuparemos, deixando o desenvolvimento do assunto para lugar mais próprio.

Não encontraremos aqui detalhada exposição, por não querermos exaustivas memórias antes resumida prova, mas aos insatisfeitos aconselhamos a consulta dos muitos escritores que enumerámos e versam a matéria. Mas se resumimos, também não quisemos olvidar, por desnecessária, esta curiosa guerra havida entre duas das mais opulentas casas islenhas e isso porque, com ela, melhor poderemos conhecer tôda uma época (1) da curiosa e brilhante história madeirense.

Diz a tradição antiga que vendo António Gonçalves o seu intento com pouco arrumo e sem esperanças de o conseguir a bem, teve traças de por uma janela, que conivência de uma moura escrava de D. Isabel deixara aberta, entrar-lhe pela casa pelo calado da noite e romper para a alcôva da dona. Vendo-se neste apêrto prontamente acudiu D. Isabel a oferecer-lhe a mão de espôsa, mas só se devendo realizar o casamento depois de, por modo conveniente à nobreza de ambos, se pedir os esponsais sem êste aparato, no que conveio o enamorado António retirando-se (2).

Sucedeu porém que uma vez livre do perigo e do susto, entrincheirou-se a virtuosa viúva em sua casa e em seu socorro chamou todos os seus parentes e criados.

Desenganado e moído pela mágoa se passou o infeliz à côrte em busca de esquecimento a seus males ou à espreita por ocasião mais benigna à vindita.

Na côrte, onde desempenhou muitos cargos palacianos, viveu dois

(1) Na nossa *Hisidria da Madeira* cuidaremos do assunto na sua simpleza, e dêle procurando tirar a lição. Nestes ensaios só queremos achegas para aquêle nosso trabalho.

(2) Seguimos de perto Henrique Henriques de Noronha nas suas excelentes *Memórias.*

anos ao cabo dos quais sentindo a saüdade mais forte se restituiu de novo à Ilha, quando já se estava no ano de 1530.

Soube esperar a vingança, mas a ocasião proporcionou-se e é então num dia em que a formosa Isabel fazia jornada pela Serra de Água dentro em romagem ao norte da Ilha quando António Gonçalves, com as suas gentes, emboscando-se numa mata, sai-lhe a caminho e, botando mão das rédeas da mula em que aquela Senhora ia, a roubou para si trazendo-a para sua casa, onde a guardou levado não sabemos se pelo desejo ou se pelo capricho. Ao conhecimento dêste ousado rapto, lestos acudiram os parentes da viúva-noiva, e como António Gonçalves lhes recusasse boa acolhida em seu solar, convocaram as justiças que prestes estiveram para o assalto quando por evitar a batalha acudiu Isabel com prontidão, e chegando à janela dela publicou em alta voz que por desejo seu ali se achava em casa de seu marido, aguardando hora para como tal o receber, e com êste ardil pela segunda vez enganou ela o pacóvio imbecil.

Uma vez neste entendimento e julgando-se amado caiu o pobre noivo no convite, às turbas que há pouco bradavam ódios e agora tanto aplaudiam alegrias, para lauto e bem preparado banquete.

Mas a ardilosa viúva apenas os teve todos juntos rompeu em lamentosas exclamações em que declarava a muita repugnância que o tolo apaixonado lhe inspirava e pedia a apartassem quanto antes daquele lugar onde se sentia tão agravada pelo vexador taloca, e isso antes que sua boa fama perigasse com mais pobreza de fidalguia na fidalguia de quem tão fidalgo devera ser.

Levaram-na para casa de sua irmã D. Águeda de Abreu, mulher de João Esmeraldo, senhores da Lombada dos Esmeraldos por cima do lugar da Ponta do Sol (1).

Considerou-se ofendido o magoado noivo e tomado de cuidados pela desforra aprontou as suas gentes que reünidas às de parentes e mais amigos, formou numeroso corpo com dois falcões e bombardas, o qual mar-

(1) Há quem assevere que D. Agueda é que, tendo conhecimento do rapto, mandou recado ao ouvidor do Funchal, o qual marchou com gente armada até à Serra de Água. E que ali postas as duas fôrças uma em frente à outra, Isabel fêz suspender as hostilidades dizendo-se engaiolada por sua livre vontade. E que depois das autoridades terem entrado no solar de António Gonçalves a convite dêste, a viúva teria clamado se lhe fizesse justiça, pois estava ali contra vontade. Para nós não interessa neste momento tomar partido por uma ou outra tradição. O estudioso lerá o trabalho de P. C. que referimos e dêle tomará a lição que reputamos mais acertada.

chou direitura à Lombada dos Esmeraldos, não sem que de caminho se não esquecessem de saquear os fortes do litoral.

Ao rufo do tambor que no seu eco enche o vazio dos montes, e se aproxima, concorrem os parentes de um e outro partido; as parcialidades cavam cada vez mais fundo, e os próprios irmãos e parentes mais chegados da noiva divididos em bandos tomam as suas posições.

Por uma mulher mais uma vez os povos se aprestam para guerra fratricida!

António Gonçalves e os seus, bandeira ao vento, caminham a cercar o solar dos Esmeraldos, tornado fortaleza da defensa do não-querer e da honra aviltada. Como em tôdas as grandes batalhas o seu futuro depende dos mantimentos do inimigo, e o primeiro cuidado de António é cortar as comunicações e a água que abastece as terras dos Esmeraldos. Faz estrondear os falcões e dispondo tudo para a batalha campal, semeia o pânico entre os sitiados que imediatamente formam conselho sôbre a melhor maneira de se ajustarem pazes honrosas. Não havendo casamento desigual pois pelo sangue e pelas fazendas eram ambas as partes grandemente abastadas e prevendo a ruína do sucesso, depois de consideradas tôdas as conseqüências dêle, conveio a noiva na aceitação do casamento, enviando parlamentários a propor tréguas até se compor a questão.

Em seguida, foram à igreja de Nossa Senhora do Loreto ali se prometendo em casamento para quando de Roma chegasse a dispensa do parentesco que entre si tinham os dois maridos, mas, o noivo e a isso não lhe minguavam as razões, receoso não fôsse pela terceira vez enganado, exigiu ainda lhe dessem reféns para garantia do cumprimento dêste contrato de promessa.

Firmaram-se finalmente as pazes com o casamento e um notável banquete, ao qual *asistirão pasante de 400 pessoas, servidos todos com pratas, e real magnificencia,* ficando sendo as mais imponentes bodas de quantas reza a história islena.

Debellatum est!

Mas, se a guerra acabou, a verdade é que a tormenta não passou inteiramente — *nullum infortunium venit solum,* diz-nos com verdade a experiência de séculos e a sabedoria dos romanos.

E assim é que ficando D. Águeda sentida no seu amor próprio por aquelas violências cometidas, para mais estando seu marido ausente na côrte e imediatamente lhe fêz aviso de todo o sucedido.

Cristóvão Esmeraldo queixa-se a El-Rei D. João 3.º, pedindo-lhe justiça, não sòmente por via de ofensa peadoura, como também para os pre-

juízos causados nas suas terras da Lombada da Ponta do Sol, não tendo sido poucos os que o desvio das águas, trazendo os moínhos em descanso um rôr de tempo, malamente interessou.

Mandou El-Rei tirar devassa do caso para o que mandou à Madeira o Desembargador Gaspar Vaz, que dizem trazia nesta alçada trezentos homens de armas, com ordem de prender o dito António Gonçalves da Câmara, o qual ao conhecer a notícia depositou sua mulher no mosteiro de Nossa Senhora da Conceição do Funchal, e passando-se às Canárias, embarcou para África, por onde andou em serviço de seu Rei e onde tanto se distinguiu que com o tempo o Rei esqueceu as queixas, e a rôgo da Camareira-mor, D. Joana de Eça, mãe dêste António Gonçalves, lhe perdoou o delito ordenando-lhe se *livrase da justiça, diante do Arcebispo do Funchal D. Martinho, p.ª o q̃. chamandose as ordens, como Freire, se meteo no Castello de Lisboa, donde sahio livre.*

Mollitur mare! Acalmado o mar de tempestades que até então sua vida fôra, só então se pôde dizer que casaram e foram muito felizes.

Quinze anos viveram casados, no fim dos quais faleceu D. Isabel sem haver descendência. Por testamento instituíu morgadio em seu sobrinho D. Gonçalo Henriques, filho de D. Afonso Henriques e neto de sua irmã D. Joana de Abreu, em cuja casa se continuou.

Com dez anos de viúvo casou, em 1555, pela segunda vez, António Gonçalves da Câmara com D. Margarida de Noronha, filha de D. Pedro, senhor de Villa Verde e capitão dos ginetes de El-Rei, os quais, passando a viver na sua casa da Madeira, foram tronco da nobilicíssima casa dos almotacés-mores.

Post tot tantosque labores, finou-se António Gonçalves da Câmara a 13 de Maio de 1567, sendo depositado em S. Francisco do Funchal, dispondo em testamento que seus ossos fôssem trasladados à Igreja do Mosteiro da Esperança de Lisboa, onde tinha seu entêrro.

(Continua)

FERNANDO DE AGUIAR.

VELHARIAS VIMARANENSES

DOCUMENTOS & EFEMÉRIDES

1844

GUIMARÃES HÁ 100 ANOS

Abril

Dia 8 *(1.ª oitava da Páscoa)* — Deram-se repiques de sinos ao amanhecer, ao meio dia e à noite, e alguns foguetes, em comemoração do aniversário da Rainha, ocorrido no dia 4, que por ser o de quinta-feira santa se não comemorou. A' noite e apesar da Câmara ter mandado deitar bando a convidar os habitantes a porem luminárias, em poucas casas as puseram, tal era o desgosto em que os povos estavam. (P. L.)

Dia 20 — A Câmara fêz escritura de compra por 200$000 réis, a Manuel Rodrigues e mulher, do Campo do Tapadinho, da freguesia de S. Tomé de Caldelas, para a construção do novo balneário das Taipas.

Dia 23 — «Vieram a esta villa 2 cirurgiões mores de Braga para inspeccionarem o general Barão d'Almargem, o qual tinha dado parte de doente, em consequencia de ser chamado a Lisboa por o Governo desconfiar d'elle por ser do partido dos que se achavam na Praça d'Almeida. A Junta julgou que estava doente, por estar de cama.» (P. L.)

Dia 25 — Por decreto D. Maria II é dado à Câmara o convento dos religiosos de S. Domingos para nêle se estabelecer o tribunal judicial.

Dia 27 — «De tarde pegou em armas toda a policia da villa por se dizer que vinham os de Fafe contra as autoridades constituidas, isto é a favor dos revoltosos, que se achavam em Almeida. Toda a tarde e de noite tomaram medidas as autoridades constituídas, e o socego não foi alterado e sómente se deram alguns tiros pela policia para as partes de S. Roque e Costa, estando na Penha e imediações algumas guerrilhas de Fafe e das partes de Amarante. No dia seguinte retiraram para Pombeiro. O recebedor do concelho fechou a secretaria e alapou.» (P. L.)

Dia 28 — «Foi preso nesta villa o bacharel formado António José Soares, filho de Domingos José Soares, negociante e morador na rua da Fonte Nova. A prisão foi feita por ordem do administrador do concelho, por ter ordem do administrador geral de Braga para o prender e para ser remetido para o Porto, por se achar envolvido em um summario que se tinha tirado em Alfena, aonde se tinham dado uns tiros em um Padre chamado P. João de Bastucos, que vinha do Porto na companhia do mesmo bacharel de quem se dizia parente. Este celebre Soares foi um que em umas eleições que se fizeram para Deputados roubou as Actas da Casa da Camara e as queimou em pleno dia, por se supor que os Deputados sahiriam cartistas.» (P. L.).

«Chegou aqui um destacamento de caçadores n.º 7 que estava em Braga, em consequencia de se ter aproximado d'esta villa no dia antecedente a guerrilha (nomeada no dia de hontem). O destacamento era de 30 homens, comandado por um official. Na noite d'este dia ainda esteve em armas o destacamento, policia.» (P. L.)

Dia 29 — «Sahe para o monte de S. Roque, em observação, o destacamento que estava em Guimarães, de caçadores 7, indo acompanhado por alguma policia. Deu lugar a este movimento o dizer-se que se dirigia a Guimarães uma guerrilha que no dia antecedente tinha apparecido em Pombeiro, a qual tinha marchado para Margaride.» (P. L.)

Dia 30 — «Chegaram a esta villa uns 40 homens de caçadores n.º 7 e infanteria n.º 3, os quais vinham de Braga. Depois de descançarem um pouco marcharam na direcção de Pombeiro e mais o destacamento que aqui estava e que tinha chegado no dia 28, em seguimento da guerrilha que estava em Margaride.» (P. L.)

«Chegou um Postilhão, vindo de Braga, o qual trazia um officio do Administrador Geral no qual participava a noticia de se ter entregado a Guarnição d'Almeida ás tropas de S. M. a Rainha, e terem ido para Hespanha os officiais e seus chefes, depois de proporem uma capitulação e não lhes ser aceite. A' chegada d'este Postilhão deram-se repiques de sinos e á noite. O Postilhão marchou na direcção de Pombeiro até encontrar a força que d'aqui tinha marchado, para lhe dar esta noticia.» (P. L.)

Maio

Dia 1 — Em virtude da capitulação da Praça de Almeida a Câmara mandou pôr luminárias. Deram-se repiques de sinos em tôdas as tôrres. As luminárias, porém, não foram gerais. (P. L.)

Dia 2 — Recolheram a esta vila os destacamentos que tinham saído no dia 30 do passado em seguimento da guerrilha que se tinha aproximado daqui. (P. L.)

Dia 3 — O destacamento de caçadores voltou a sair em perseguição da guerrilha que se tinha aproximado desta vila em 27 do mês passado. (P. L.)

Dia 6 — Regressou o destacamento que tinha saido no dia 3, sem ter encontrado as guerrilhas. (P. L.)

Dia 7 — Seguiu para Braga o destacamento que ontem tinha regressado aqui e fôra aquartelado no convento de S. Domingos. (P. L.)

Dia 16 *(Dia de Ascenção)* — Em virtude de se ter concluido o consêrto feito na igreja de S. Francisco recomeçaram lá, neste dia, os oficios divinos. O Santíssimo Sacramento foi conduzido em procissão da capela dos Terceiros para a igreja, havendo, depois, *Te Deum Laudamus*, missa cantada e sermão, e no fim da missa noa cantada ou oficio da Hora.

Esta festa foi feita com todo o esplendor e aceio, achando-se o recinto todo embandeirado. Foi muitíssimo o povo que assistiu à procissão e à festa, actos que foram feitos a expensas da Ordem. O consêrto da igreja consistiu em a forrar de novo e fazer-lhe um zimbório. Foi feito pela Ordem, a quem tinha sido dada a igreja, e pelas irmandades nela erectas. (P. L.)

Dia 26 — *(Dia do Espírito Santo)* — Como de costume, por ser o aniversário da abertura, esteve patente o hospital de S. Domingos, estando tudo no maior

asseio possível. No terreno destinado a jardim dêste Hospital foi inaugurado um lindo repuxo, todo de mármore, que tinha vindo de Lisboa. A concorrência de povo para ver o repuxo, tanto neste dia como no seguinte, foi imensa. (P. L.)

Junho

Dia 13 — O Hospital Geral da Santa Casa da Misericórdia, no extinto convento dos Capuchos, é pela primeira vez aberto à visita do público «como se costumava fazer em dia da Visitação de Santa Isabel no antigo Hospital da Misericórdia». Estava muito asseado e foi visitado por muita gente. (P. L.)

Dia 24 — Morreu D. Maria da Luz Nápoles e Alvim, da Casa do Toural, irmã de António de Nápoles, da Casa do Costeado, a quem deixou herdeiro usufrutuário e por sua morte à Ordem Terceira de S. Domingos, em cuja capela e na noite dêste dia foi depositada. Foi sepultada defronte do altar de Nossa Senhora das Dores, por sua disposição testamentária. Morava às Lages, em casa do filho de António Dias. (P. L.)

Dia 27 — A Câmara representa ao Govêrno pedindo providências sôbre a grande baixa no preço do milho, devido à importação que se fazia das Ilhas, como nacional, sendo, porém, da Barbaria e de outros países, o que constitui grande prejuízo para os agricultores.

Neste mês deu-se princípio à nova construção da Casa dos Entrevados, tendo-se removido os doentes para um dormitório velho do convento de S. Francisco. Muito concorreu para isso o seu grande benfeitor José Joaquim da Silva Pinheiro, antigo boticário da Misericórdia.

Nos fins dêste mês e princípios do seguinte choveu bastante, tendo a Primavera sido sêca. O pão teve grande baixa. (P. L.)

Julho

Dia 8 — Em comemoração do aniversário da entrada dos liberais nas praias do Mindelo, tocou ao romper da aurora, ao meio dia e à noite o sino do relógio da Colegiada. Só tocaram repiques ao meio dia e à noite na Misericórdia e em mais nenhuma igreja. Também não houve luminárias. (P. L.)

Dia 22 — Por escritura, na nota do tabelião Francisco José da Silva Basto, a Mesa da Ordem Terceira de S. Domingos comprou a João Machado Pinheiro Correia e a seu sogro Fortunato Cardoso, do Proposto, um pedaço de terreno no canto do jardim da mesma Ordem. (P. L)

Dia 29 — Veio às Caldas das Taipas o Administrador Geral de Braga, João Elias, para examinar as obras que se andavam a fazer para novos banhos, tendo-se descoberto uns banhos do tempo dos romanos. Veio, depois, a esta vila onde jantou em casa do Presidente da Câmara, António Joaquim de Eça e Leiva, regressando a Braga. (P. L.)

Agôsto

Dia 7 — «Pelas 9 horas da noite faleceu repentinamente em Braga, no Paço dos Arcebispos, João de Melo Pereira Sampaio, fidalgo da Casa Real, cavaleiro da Ordem de Cristo, natural de Guimarães e morador na rua de Santa Maria.

Este honrado cavalheiro, que havia muito sofria de uma grave enfermidade, tinha ido há tempos para Braga para a companhia do Arcebispo D. Pedro Paulo, de quem era parente e muito amigo, sendo por muitas vezes seu hóspede. Logo que a sua família teve notícia dêste triste acontecimento, partiu para aquela cidade, para tratar do seu funeral. Quando ali chegou, já o arcebispo tinha ordenado que a igreja do Carmo fôsse armada com

tôda a grandeza, para nela lhe serem feitas as honras fúnebres, e mandado vestir de Cavaleiro da Ordem de Cristo, o mais rico possível, no caso dêle ali ser sepultado; mas tendo sua ex.ma espôsa a sr.a D. Ana Margarida de Freitas do Amaral e Melo deliberado que o seu cadáver fôsse sepultado em Guimarães, para aqui foi conduzido na madrugada do dia 9, acompanhado por 12 clérigos com tochas acesas e por outros tantos lacaios, atrás, também com tochas. Vinha já vestido com o hábito da Ordem de Cristo e foi depositado na igreja da Colegiada, onde teve ofício do corpo presente, com música, descendo depois a uma sepultura que lhe foi aberta na nave do Senhor d'Agonia, defronte do altar fronteiro ao de N. Senhora da Conceição. O funeral foi feito com a máxima grandeza, com assistencia das pessoas mais gradas da terra e enorme concorrência de povo, sendo a sua morte chorada por todos os habitantes da vila, pois que todos lhe reconheceram em vida tôdas as boas qualidades de um verdadeiro homem de bem. Faleceu de 50 e tantos anos de idade.» (P. L.). Era pai do Barão de Pombeiro.

Dia 28 — Chegou, pelas 10 horas da manhã, S. Ex.a Rev.ma o Senhor Arcebispo de Braga, D. Pedro Paulo de Figueiredo. Vinha com cruz alçada e pouco ou nenhum estado, tendo-se dirigido à casa de Luís de Melo. O motivo da vinda de S. Ex.a foi apresentar cumprimentos à viúva e parentes de João de Melo Pereira Sampaio (P. L.)

Dia 30 — Foi S. Ex.a o Senhor Arcebispo à igreja da Colegiada e depois de ser recebido pelo Cabido e ter feito tôdas as mais cerimónias que se costumam fazer em tais casos às pessoas de sua jerarquia, dirigiu-se à sepultura do seu amigo e parente, o ilustre finado João de Melo Pereira Sampaio, para lhe rezar um responso, não podendo pronunciar as palavras das orações, o que causou grande emoção nos imensos espectadores. Depois desta cerimónia recolheu-se outra vez a casa. (P. L)

Dia 31 — Pelas 6 horas da manhã regressou a Braga o Arcebispo D. Pedro Paulo, que foi acompanhado, até Santo António das Taipas, pelo seu parente cónego Luís de Melo Pereira Sampaio, por mais dois cónegos da Colegiada e algumas pessoas de qualidade. Ali, onde era aguardado por bastantes eclesiásticos de Braga, apeou-se da sua liteira e teve uma pequena demora, durante a qual mandou distribuir pelos pobres algumas esmolas. — (P. L.).

Setembro

Dia 15 — Deram-se repiques de sinos, conforme o costume, mas só na Colegiada e em Santa Clara, por ser aniversário natalício do príncipe real. Não houve luminárias. (P. L.)

Foram demitidos António Pinto Saldanha e Manuel António Ribeiro, escrivães do Juízo de Direito desta comarca. (P. L.)

Dia 25 — Na sua quinta da Covilhã morreu D. Maria José Branco, moradora na rua de S. Domingos. Era viúva de Luís António Branco e mãe de José do Amaral. (P. L.)

Dia 28 — Fêz-se a primeira arrematação para a iluminação da vila a azeite, sendo arrematante João Luís Pipa, negogociante em Braga, que se comprometeu a acender cada lampeão por 74 réis e 3 oitavos, durante 3 meses, ou 63 réis por cada lampeão em cada noite, se a iluminação fôr todo o ano.

Dia 30 — Tem esta data a provisão da arrematação feita em Braga, no ano de 1852, do jardim da Ordem Terceira de S. Domingos.

Outubro

Dia 29 — Por ser o dia natalício de El-Rei D. Fernando, deram-se repiques de sino ao romper da aurora, ao meio dia e à noite. À noite só houve luminárias em casa de alguns empregados e os repiques não foram gerais. (P. L.).

Novembro

Dia 12 — Neste dia e nos dois seguintes fizeram-se preces na Colegiada, por ordem do Arcebispo, *pro serenitati cœli*, tendo chovido há alguns dias e havendo já bom tempo nos primeiros dias das preces. (P. L.).

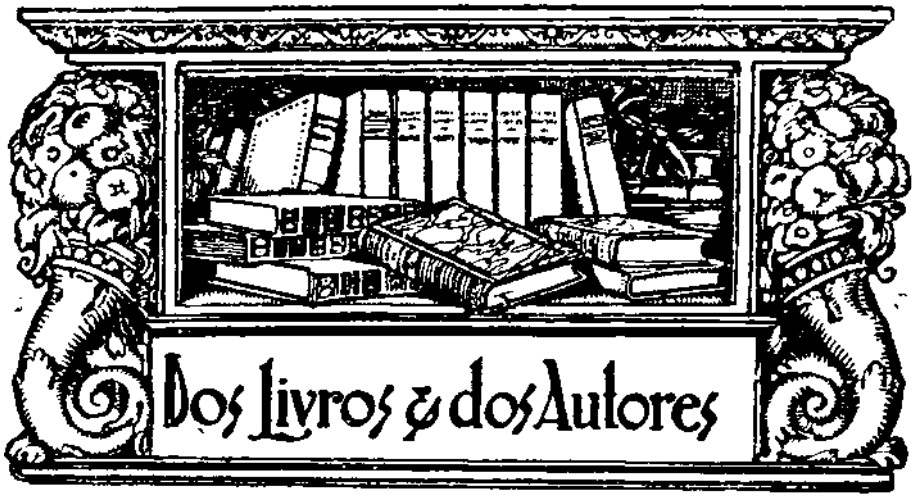
Dia 29 — Portaria nomeando médico do partido e vice-provedor de saúde em Guimarães, por decreto de 27 dêste mês, o dr. Manuel José do Souto Coelho e Oliveira.

Dezembro

Dia 15 — Principia a iluminação a óleo de purgueira, nas ruas, com 30 candieiros que ardiam até à meia noite.

Dia 31 — «Foi publicado nas igrejas paroquiais o Breve de S. Santidade Gregório XVI, pelo qual eram abolidos todos os dias santos dispensados e alguns dias santos de guarda, como S. José, S. Pedro de Rates, S. Tiago Maior, a Natividade de N. Senhora, os Padroeiros (sendo transferidos para os domingos seguintes), e as primeiras oitavas da Pascoa, Espirito Santo e Natal. Com o breve de S. Santidade vinha uma pastoral de S. Ex.ª o Sr. Arcebispo Primaz, D. Pedro Paulo de Figueiredo e Melo, em que recomendava a todos os seus diocesanos que não escrupulisassem por não ouvir missa nos dias em que S. Santidade dispensou este preceito, e que podiam trabalhar nesses dias.» (P. L.).

JOÃO LOPES DE FARIA.



UM HERÓI PORTUGUÊS NA EMPRÊSA DE TÚNIS, por *Rogério de Figueiroa Rêgo*. Lisboa, 1943. 45 páginas.

Na expedição que em 1535 Carlos V fêz a Túnis, fôjo do famoso corsário Barbarroxa, tomaram parte muitos portugueses que acompanhavam o infante D. Luís, irmão de D. João III. Entre êstes encontrava-se Heitor Bernardes Botado, moço de câmara do Infante, e cujo nome é omitido nas crónicas em que o feito é relatado, «o que é deveras singular, dado que a sua acção não foi somenos, pois lhe valeu o ser amerceado por Carlos V, com carta de brasão de armas, facto de que não se ufana nenhum outro dos seus pares nesta emprêsa, que saibamos» (pág. 12).

Neste opúsculo o sr. R. de F. R. procurou destrinçar o caso da omissão, ao mesmo tempo que esclarece pormenores referentes ao brasão do herói português que não tem sido registado uniformemente pelos heraldistas.

Em apêndice publica vários documentos referentes ao valoroso militar ou a pessoas de sua família. O opúsculo é ilustrado com reproduções do brasão de Heitor Botado, e com o fac-simile da carta de concessão do mesmo pelo Imperador Carlos V.

HISTÓRIA DE PORTUGAL, por *Luís Gonzaga de Azevedo*. Vol. IV. Edições «Biblion». Lisboa, 1942.

Êste volume é exclusivamente dedicado ao govêrno de D. Afonso Henriques, desde que, Infante ainda, tomou por suas mãos as rédeas da governação, até à sua morte. Como é a primeira vez que esta obra visita a nossa Revista, não nos parecem fora de propósito algumas palavras a seu respeito, embora elas transcendam os limites dentro dos quais nos deveríamos coerentemente manter na referência do volume presente.

O autor, falecido em 1930 em La Guardia, pertenceu à Companhia de Jesus e propôs-se corrigir alguns juízos de Herculano, sujeitando a sua *História* «a uma revisão crítica serena e objectiva, que rectificasse inúmeros pontos de vista

Nesta secção só serão feitas referências aos livros de que nos sejam enviados dois exemplares.

sob os quais, não raro, se desfiguravam factos, homens e instituïções», como no prefácio do vol. I escreveu o sr. Padre Domingos Maurício Gomes dos Santos, igualmente prefaciador dêste vol. IV. Era evidente que a emprêsa era árdua e, para a idade em que o autor a ela se abalançava, transcendia as suas possibilidades materiais. Como algumas destas *Histórias* de Portugal, tão auspiciosamente iniciadas, também esta ficou incompleta, e, curiosa coincidência, a do falecido Padre Gonzaga de Azevedo termina no reinado de D. Afonso III como a de Herculano.

Partindo dum critério muito discutível, o autor iniciou a sua *História* na prehistória de Portugal. Até hoje ainda não vimos texto algum de prehistoriador ou historiador que nos convencesse inteiramente da filiação dos portugueses nos lusitanos. Em nosso modesto parecer, e a despeito do que tantas vezes temos visto afirmado (um tanto dogmàticamente, diga-se de passagem), nada há de comum entre os lusitanos e os portugueses, a não ser a comunidade de território por ambos os povos ocupado. E se o interêsse científico reclama o estudo da vida e costumes das inúmeras tribos que povoavam esta orla da antiga Hispânia, não nos parece que, à face dos dados fornecidos pela ciência, possamos afirmar a perfeita identidade entre as tribos celtibéricas do litoral atlântico e os portugueses actuais. Tampouco achamos que seja necessário retemperar o nosso patriotismo indo até aos recessos da história, quando desde o alvorecer da nacionalidade nos fins do século XI encontramos exemplos sobejos para tal.

O autor inicia a sua *História de Portugal* nos Lígures e o vol. I termina com o reino dos suevos. Êste espraiar de matéria fêz que só no vol. III entrasse pròpriamente na história de Portugal, sendo o vol. IV, na verdade, o primeiro em que se vêem os portugueses realmente actuar como homens livres.

Êste volume é constituído por 22 capítulos, de proporção desigual, seguidos de 24 notas, que são novos capítulos adicionais. Entre os vários capítulos que o constituem não há, por vezes, a ligação lógica, de esperar em obra de tal tômo; mas o facto deve desculpar-se, atendendo a que a obra não foi revista pelo autor que, no dizer do Prefaciador, a deixou em borrão. Muito haveria, pois, que mondar, parecendo-nos por isso, um pouco descabido o título geral dado à obra. No entanto o autor procurou fazer obra honesta e imparcial, o que de certo modo conseguiu. Copiosa foi a documentação de que se serviu, especialmente colhida nos arquivos da Galiza onde tanta coisa há que interessa a Portugal. Como historiador probo o Padre L. Gonzaga de Azevedo recorreu às fontes, não se servindo do muito que se tem escrito, em grande parte em segunda, terceira e quarta mão.

São discutíveis alguns dos pontos de vista do autor, entre outros o da localização da batalha de Ourique (que identifica com o Ourique do Alentejo) e a de Ladera (que situa no têrmo de Badajoz). Tampouco nos parece que possa passar fàcilmente em julgado o panegírico incondicional de D. Afonso I, que defende, na última nota, do que chama «A Lenda de Afonso Henriques». Muito haveria que dizer quanto ao parecer do autor sôbre o assunto, se a escassez do espaço o permitisse. Reservamos a discussão do assunto para outro lugar desta mesma Revista, e esperamos, dentro da escassa documentação coeva (ou quási coeva) do nosso primeiro Rei, provar que se há uma lenda que o tem como figura central, ela não é inteiramente lenda mas assenta sôbre bases históricas. Se a figura do filho de D. Teresa nos é simpática pelos seus feitos valorosos e por ter

dado impulso decisivo à ânsia latente de independência, que existia nos barões portucalenses do séc. XII, não nos deve cegar o sentimento patriótico ao ponto de não lhe reconhecer os actos censuráveis, atribuindo êsse reconhecimento a uma «tradição caluniosa que, durante séculos, desonrou a memória do nosso grande monarca» (pág. 282). Em história, se há o critério negativista que tudo quere demolir (como o caso de Oliveira Martins revelou), há também o da exaltação incondicional, digno de censura como aquêle. E se o nosso primeiro Rei não foi o «salteador de estrada», cujo retrato nos deixou o autor dos *Filhos de D. João I*, tampouco foi (não há documento fidedigno que no-lo faça crer) o «santo» que já se pensou elevar aos altares.

Seja como fôr, a *História de Portugal*, do Padre L. Gonzaga de Azevedo revela as excelentes qualidades de investigador do autor e deixa-nos adivinhar qual o valor que a sua obra teria se a morte o não colhesse antes de chegar sequer ao meio da longa jornada que se propunha empreender. A edição, em óptimo papel, constitui uma bela iniciativa editorial, sendo apenas de lamentar a sua morosidade de publicação.

INQUIETAÇÃO & PRESENÇA, pelo *Padre Moreira das Neves*. Edições «Juventude». Leiria, 1942.

Nas palavras do sr. D. Manuel Trindade Salgueiro, que abrem o livro, êste «é, em grande parte, o retrato duma linda alma, feito, com vigor e carinho, por outra alma». Se procurarmos ser mais explícitos, diremos que o livro do sr. P.e M. das N. é a biografia mental e moral dum talentoso rapaz que traiçoeiramente a morte colheu quando êle começava a exercer uma acção decisiva na vida: — Miguel de Sá e Melo.

A morte, é certo, só pode aterrar os que não *viveram* ou *não souberam viver*; isso explica porque para o estóico, como para o cristão, como para qualquer homem que sente e pensa, ela não é o *fim*, mas o *princípio*, embora qualquer dêles tenha diferentes concepções — por vezes antagónicas — acêrca dêsse *princípio*. Mas se ela nos não deve causar pavor, nem sequer simples receio, quando, olhando para trás, para a *vida*, sentimos em consciência que *vivemos* e, mais do que isso, *cumprimos*, o facto é que ela nos causa arrepios quando, semelhante ao caçador furtivo que espia a caça, colhe de surprêsa uma vida em botão ou apenas desabrochada.

Efectivamente, é só então que o chamado mistério da morte nos aterra ou, pelo menos, nos deve aterrar. Se S. Paulo preguntava à morte onde estava a sua vitória, em presença de tantas mocidades em flor colhidas de surprêsa temos de confessar, com o coração confrangido, que ela muitas vezes vence.

Miguel de Sá e Melo foi um dêsses moços que tudo prometiam e de quem a vida tudo esperava. Afinal foi a morte quem o envolveu, sôfregamente, cinicamente, nas dobras negras do seu manto côr da noite, arrebatando-o do mundo e do convívio daqueles que o admiravam.

Não conhecemos M. de S. e M., mas depois da leitura do livro do sr. P.e M. das N. ficamos a conhecê-lo como se com êle houvéramos convivido, como se lhe ouvíssemos a palavra ardente de iluminado a consumir-se na labareda do próprio entusiasmo, como se o tivéssemos seguido passo a passo através da sua vida de estudante. Evidentemente que, pela nossa formação mental, não poderemos aceitar incondicionalmente tôdas as opiniões de M. de S. e M. que, por certo, as viria a modificar quando os anos

sôbre êle pesassem e lhe dessem às idéias aquêle equilíbrio que só a experiência da vida e da idade traz consigo.

M. de S. e M. era um crente convicto, embora fôsse tôda a sua vida um *inquieto* «no sentido tanto mais verdadeiro quanto mais cristão da palavra» (pág. 143). E todo êste livro, escrito em linguagem por vezes de intenso lirismo e em que o sr. P.e M. das N. pôs todo o ardor da amizade que dedicou ao seu biografado, todo êste livro, dizíamos, é um estudo completo, exaustivo até, do drama que foi a vida mental de M. de S. e M. «O contacto com os mistérios da vida e o seu interêsse crescente pelas possibilidades, actividades e missões do espírito, fê-lo entregar-se ao sofrimento de si próprio, que estaria na ânsia de desgarrar-se de tôdas as algêmas nefastas, até vibrar todo êle, carne e alma, nos grandes combates humanos que dão a mais pura alegria da existência» (pág. cit.). Claro que o problema da inquietação moderna, que tem sido pôsto tantas vezes e tão freqüentes — com uma freqüência que se vai tornando insistente — tem de ser encarado por muitos aspectos. Contràriamente ao que alguns espíritos comezinhos crêem, a inquietação não é própria apenas dos não-crentes: M. de S. e M. prova-o à saciedade. Simplesmente no que todos os inquietos se distinguem é nas causas da sua inquietação. A de Antero não foi, positivamente, a mesma de Oliveira Martins, como a de Pascal não foi a de Amiel, como a de Kirkegaard não foi a de Unamuno. Perante o mistério da vida (maior ainda do que o da morte) todo o homem que pensa e sente é um *inquieto*. Como cristão essa inquietação pode, como diz o Autor, ser «fome de Deus sempre crescente... o desejo fremente de chegar às cumeadas do Espírito, em saltos ordenados e heróicos sôbre a matéria» (pág. 153). Tal foi a inquietação de M. de S. e M. Pode dizer-se, segundo o sr. P.e M. das N., que essa inquietação foi a obsessão dêsse rapaz de talento tão cedo ceifado à vida. Ela foi «mais do que assunto de conversas efémeras, interêsse permanente e crescente do espírito. Nas relações com os seus amigos, nas suas cartas íntimas, gostava de falar da inquietação: — da inquietação em si e da inquietação dos outros» (pág. 154).

A inquietação de M. de S. e M. não se limitou, porém, ao profundamento do mistério da vida e do destino na sua facêta simplesmente religiosa; êle levou-a consigo a todos os campos para que a sua inteligência o levava. Daí o motivo das suas preferências claras pelo modernismo em literatura e a convivência com os mentores do movimento em Portugal; por isso êle se estreou nas letras com um ensaio — *O acêno de Deus na poesia de José Régio* — que se torna necessário ler para melhor compreender a obra do poeta das *Encruzilhadas de Deus*; por isso o mais representativo dos poetas modernistas o recorda ainda hoje com saüdade, como o prova a magnífica introdução que para êste volume escreveu o autor dos *Poemas de Deus e do Diabo*.

O sr. P.e M. das N., poeta de requintada arte, procurando profundar o problema da inquietação de M. de S. e M. vai até ao estudo desta nas gerações modernas, segue ao problema da dúvida, sobe ao testemunho da presença para concluir pelo apêlo da graça. Esta parte final do volume, muito subjectiva, nem sempre consegue convencer-nos, especialmente nos juízos, ambos rápidos, que faz sôbre os escritores modernistas, pois parte, entre outros postulados que reputamos discutíveis, do princípio que todo o poeta é sincero, o que nem sempre (quási sempre) é verdade. Mas a discussão de tal tese não é para

as breves páginas desta nótula, pelo que nos abstemos de ir mais longe. Devemos, porém, acentuar que o livro do sr. P.e M. das N. é obra honesta e, sobretudo, piedosa, verdadeiro preito de amizade à memória dêsse pobre rapaz morto em plena ascensão. Cremos que com isto lhe fazemos o melhor dos elogios porque não é fácil hoje encontrar obras determinadas por tão imperioso mas — tantas vezes! — tão esquecido dever.

Encerra o volume uma bela fotografia do biografado, um desenho-*charge* do mesmo, e outra fotografia em que figuram o Autor e M. de S. M.

⊠

O Cego da Colegiada, por *Jerónimo de Almeida*. Pôrto, 1943. 31 págs.

O Autor desta pequenina peça não é um desconhecido, sobretudo nesta cidade que se tem congratulado com os seus triunfos. Poeta de suave inspiração, J. de A. só de longe a longe nos visita dando-nos os seus versos límpidos, em que não se vislumbra a mais ténue sombra de inquietação. Êle é, com efeito, o poeta da serenidade, pelo que as suas obras podem ser refrigério para tôdas as almas inquietas ou que tal se julgam.

Há anos já anunciado, *O Cego da Colegiada* vê agora a luz em elegante edição do Autor, depois de representado com êxito em récita académica no Teatro Jordão desta cidade.

A cena passa-se no século passado, mas é uma evocação histórica que nos transporta ao tempo em que D. João I, vitorioso em Aljubarrota, esteve em Guimarães para agradecer a vitória à Senhora da Oliveira. Essa evocação é o sonho do Cego, sineiro da Colegiada.

Escrito em redondilha cheia de suavidade e de ritmo, é mais uma obra valiosa na série das que J. de A. publicou, e atesta bem as qualidades do Poeta que o velho burgo de Mumadona estima.

⊠

Retalhos dum passado histórico, por *Rollin de Macedo*. Lisboa, 1943. 117 págs.

Constitui o volume onze artigos em que o Autor relata diversos casos históricos e se refere a algumas individualidades portuguesas do passado.

Num breve prefácio *Em estilo de intróito* confessa-nos que nunca sentiu «predicados ou sequer inclinação para historiador», pelo que procura justificar a razão do seu trabalho, nascido principalmente das suas relações de amizade e de convivência com o sr. dr. João Martins da Silva Marques, professor da Faculdade de Letras de Lisboa, o que o levou a manusear velhos documentos que o habilitaram a colaborar na Imprensa versando assuntos de história. Daí passou a colaborar na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*.

O campo em que o Autor lavra é o da *petite histoire* que tantas vezes esclarece mais do que um passo da História. Em França tem havido cultores muito ilustres do género, à cabeça dos quais está o G. Lenôtre das *Vieilles maisons, vieux papiers*, que tanto ajudam a compreender muitos actos da Revolução. Em Portugal pouco há quem se dedique a tais assuntos, talvez por todos os que se sentem atraídos pelo gôsto da História sentirem em si qualidades que, ai de nós!, tantas vezes não existem senão na imaginação dêsses tais.

O sr. R. de M. confessa lealmente a sua primitiva falta de coração para a história, o que o não impediu de ao de-

pois tratar tantos assuntos históricos com segurança e probidade. Se êste seu volume, o primeiro no género, não pode agradar aos que preferem a literatura *à sensation*, cheia de côr e de vida mas de problemática verdade, o Autor não deve, por certo, sentir-se vexado com o facto, porque a sua obra será devidamente apreciada pelos que na história nada mais buscam além da verdade. E parece-nos que o sr. R. de M. se deve dar por bem pago ao reconhecer tal facto.

⊗

CURIOSIDADES DE GUIMARÃES, por *Alberto Vieira Braga*. Vols. VIII E IX. Guimarães, 1942-1943. 159 págs.; 143 págs.

O sr. A. V. B., distinto colaborador da nossa Revista, é bem conhecido como um dos mais ilustres etnógrafos dos nossos dias. Espírito curioso, mas dotado duma grande modéstia, não faz alarde dos seus conhecimentos profundos na matéria em que é Mestre eminente: investiga, interroga, vê, compara, mede, pesa e lança em curiosos trabalhos os resultados do seu labor metódico e probo. Podemos, sem favor e sem intuitos de lisonja, apresentá-lo aos novos — e até a alguns velhos... — como exemplo de trabalho indefesso, dotado da humildade e da modéstia que devem ser o timbre do verdadeiro intelectual.

Apaixonado pela sua terra, desde há muitos anos vem investigando e estudando tudo o que a ela se refere. Não nos deu ainda a grande obra de conjunto que alguns poderiam esperar do seu trabalho, mas parece-nos que não é êsse o alvo a que o sr. A. V. B. mira. Êle sabe muito bem que não há história sem documento, ainda que êste seja ùnicamente a tradição, um dos menos seguros é certo, mas tantas vezes o único que subsiste. Para se ordenar obra de conjunto é necessário recolher prèviamente os materiais que habilitem o historiador a expor a sua obra. Mas que soma de trabalho, que energias, que canseiras, quantas horas de desânimo se não deparam àquele que pretende recolher êsses materiais, tantas vezes dispersos, tantas vezes contraditórios, tantas vezes, até, insuspeitados e que podem vir a esclarecer definitivamente passos controversos da história dos povos!...

O sr. A. V. B. não dedica, em especial, as suas atenções à história, é certo, mas dedica-as à etnografia e ao folclore, duas ciências que podemos considerar auxiliares daquela e ajudam a melhor compreender e interpretar a alma ancestral das nações. Tôdas as suas buscas e tôdas as suas investigações se confinam a Guimarães e seu têrmo, mas nem por isso os seus trabalhos deixam de interessar por a cada passo nos referir crenças, crendices e costumeiras afins, o que mostra que a alma dos povos é, no fim de contas, a mesma em tôda a parte, sempre ansiosa duma espiritualidade, que tantas vezes não atinge ou não concebe bem como seja, mas que não deixa de se traduzir em tantas e tantas crenças ingénuas ou ridículas.

Iniciando em 1928 as suas *Curiosidades de Guimarães*, a cujos volumes oportunamente nos referimos em *Gil Vicente*, o sr. A. V. B. brinda-nos agora com mais dois volumes: *Mortórios* e *Cercos e clamores*. No primeiro, que abre com uma página magnífica — *A ideia da alma*, em que o Autor nos revela uma facêta inédita do seu talento — refere-se o sr. A. V. B. às tradições, crenças, preconceitos e crendices do povo de Guimarães e seu têrmo quanto aos mortos, à sobrevivência da alma e enterramentos, documentando-se copiosamente as informações com transcrições de testamentos, esta-

tutos de Confrarias e Irmandades, de Constituïções Sinodais e outros.

No segundo volume trata desenvolvidamente dêsses curiosos cercos e clamores, ainda vivos na tradição do nosso povo e que na província do Minho tão vulgares e freqüentes eram.

Estes dois pequeninos volumes são preciosos pelas informações ministradas e pelo que de novo revelam ao leitor estudioso, ao mesmo tempo que literàriamente constituem uma espécie digna de menção pela elegância da linguagem e elevação de pensamento que o Autor manifesta em ambas elas.

⊠

SANTA ISABEL NA DOENÇA E NA MORTE, pelo *Dr. José Crespo*. Coimbra Editora, Ltd.ª Coimbra. 1942.

Já tivemos há tempos ocasião de referir-nos a um excelente trabalho do sr. dr. J. C., o qual, embora fôsse de reduzida extensão, contribuiu eficazmente para esclarecer um ponto controverso de natureza médico-histórica: a morte de D. João II.

Êste novo estudo é obra de maior fôlego, pois nos dá um conhecimento completo, em grande parte de carácter clínico (mas que não deixa de ser precioso para o historiador), sôbre a rainha Santa Isabel.

Começa o autor por se referir desenvolvidamente à obra de assistência e de medicina social daquela excelsa soberana, analisando o modo como ela exercia a medicina e como ela lutou contra a prostituïção, acentuando que a obra da mulher de D. Dinis «não é, como muita gente julga, de natureza contemplativa» pois «amava a Deus e ao próximo, buscando na devoção fôrças para a servir, socorrer e pacificar os homens. A sua caridade não é meramente conventual. No campo social e para a época é, até certo ponto, revolucionária» (pág. 3). E adiante:

«A obra de assistência de Santa Isabel tinha finalidade e base científica. Obedecia a um plano. Conhecendo e sentindo os males do corpo e da alma, quis preveni-los ou remediá-los. Fêz obra de higiene social, moral e física» (pág. 5).

Referindo-se à acção desenvolvida pela grande Rainha na luta contra a prostituïção, o sr. dr. J. C. tem estas palavras sensatas e justas:

«D. Isabel encarou a prostituïção como médico e como cristã. Foi uma precursora. (...) Parece que para Santa Isabel a prostituta era uma doente: doente do corpo e da alma. A' profundidade quási inacessível de seis séculos temos muito que aprender com o plano simples, mas eficaz, de D. Isabel, que queria acabar com as prostitutas, semelhantemente ao que se fêz para acabar com os leprosos. Há um excesso de verbalismo nos moralistas de hoje, que consideram a prostituïção sem ver as prostitutas, como um médico que encarasse as doenças abstraindo dos doentes» (pág. 24).

«D. Isabel — continua o distinto clínico — não se preocupou com o aspecto jurídico do problema (é verdade que também não estava nas tradições do seu tempo): interessou-se pela prostituta, pelo doente, porque acabando com os doentes a doença pràticamente desaparece, apagando-se todos os prejuizos que lhe são inerentes» (pág. 25).

Estudando desenvolvidamente a acção educativa da Rainha, que mandava ensinar uma profissão aos enjeitados do Hospital de Enjeitados por ela fundado em Santarém, e referindo-se aos vários métodos e processos pedagógicos para se descobrir as aptidões profissionais, o

sr. dr. J. C., partindo da norma adoptada por D. Isabel — que mandava que se aplicassem os rapazes a ofícios «segundo os génios —, concluíu:

«D. Isabel mandava aplicar à orientação profissional dos seus pupilos êste *test* que nunca falha: a observação pessoal. Isto representa um esbôço de organização científica do trabalho, a concepção da psicotecnia, da psicologia aplicada ao trabalho» (pág. 65).

Na II Parte estuda o Autor a doença e a morte da Rainha, pronunciando-se pela sua morte causada pelo carbúnculo partindo dos sintomas que a *Lenda da Rainha Santa* relata. Refere-se, seguidamente, ao suposto embalsamamento da Rainha, hipótese que o sr. dr. J. C. combate estribado em provas que nos parecem irrefutáveis.

Na III Parte ocupa-se o Autor da constituïção e hereditariedade de D. Isabel, concluindo, quanto a esta, que «é possível descobrir em D. Isabel dois estigmas de degenerescência; um físico — o estrabismo; o outro psíquico — as alucinações» (pág. 137), e termina por estabelecer um curioso paralelo entre a Rainha Santa e seu marido o rei D. Dinis.

Em apêndice é indicada a extensa bibliografia médica, histórica, etc., consultada pelo Autor para a elaboração da obra, que é ilustrada também com muitas gravuras representando a Rainha e outras que servem de prova a certas afirmações do sr. dr. J. C.

Resumindo: trata-se duma obra séria, bem arquitectada (embora o capítulo referente à assistência social nos pareça extenso em demasia, afastando-se do ponto que realmente interessa), escrita em linguagem clara, fluente e atraente, e que passa a constituir obra fundamental que não pode ignorar o historiador que estudar a vida da Rainha Santa.

A obra é ilustrada na capa com um belo desenho a lápis do artista Fausto Gonçalves, e que representa a cabeça da estátua jacente da Rainha no seu túmulo em Santa-Clara.

⊠

PASTORAIS E ÉGLOGAS, por *Francisco Rodrigues Lôbo*. Editora Educação Nacional, Ltd.ª Pôrto, 1942.

Integrado na excelente colecção «Autores Clássicos» que, sob a direcção proficiente do sr. dr. Mário Gonçalves Viana, a infatigável Editora Educação Nacional, do Pôrto, vem editando há tempos, contém êste volume trechos escolhidos do grande poeta seiscentista, discípulo e herdeiro de Camões com quem, algumas vezes, rivaliza.

Os trechos que êste volume encerra, em prosa e em verso, pertencem à *Primavera*, ao *Pastor peregrino*, ao *Desenganado* e às *Églogas*, e estão criteriosamente seleccionados, dando um conspecto geral e breve do talento de Rodrigues Lôbo e da sua obra de prosador e de poeta lírico. Promete-nos o seu ilustre anotador, e nesta mesma colecção, outro volume de «Poesia e Prosa» do mesmo autor, com o que lucrarão os estudiosos e os amantes das letras pátrias.

Como todos os anteriores volumes da colecção, abre êste com um extenso «Ensaio histórico-crítico» do sr. dr. M. G. V., no qual é descrita a biografia do autor do *Condestabre*, e se analisa o seu pastoralismo, o seu lirismo, o seu bucolismo, e o «saüdosismo», o Amor e a Mulher, os pastores e as pastoras e o subjectivo nas suas obras. Profusamente anotado, como todos os outros volumes, muito contribui êste para o conhecimento perfeito da obra dum dos maiores nomes da nossa literatura, para mais escrito em linguagem fluente e castigada.

Um índice remissivo dos nomes pró-

prios e outro dos principais assuntos versados na obra tornam-na sobremodo preciosa.

A GRANJA DE STEPANCHIKOVO, por *Dostoievski*. Portugália Editora. Lisboa, 1943. 289 págs.

É interessante notar a soma de curiosidade que despertou há poucos anos pelos escritores russos do século passado e que levou os editores portugueses a lançarem no mercado traduções dos mais representativos. Nos tempos já distantes da nossa juventude apenas se encontravam traduções detestáveis de Tolstoi e de Gorki; os restantes escritores moscovitas liam-se em francês em traduções magníficas através das quais se sentia o frémito do génio que animara os cérebros prodigiosos de Dostoievski, Gogol, Turguenef. Os outros conheciamo-los apenas pelo que Melchior de Vogüé dêles dissera no seu livro famoso.

Mas os tempos passaram e os editores de Portugal, tardiamente embora, resolveram apresentar em nossa língua as obras mais notáveis dos russos novecentistas. Toistoi conta já novas traduções, e Dostoievski começa a revelar-se aos que nem de nome o conheciam.

Portugália Editora, a cuja devoção editorial aqui prestamos sincera homenagem, depois de Tchekov, dá-nos êste curioso romance do autor poderoso de *O Idiota* e de *Os irmãos Karamazov*. Das menos conhecidas, *A Granja de Stepanchikovo* é um interessante estudo psicológico dum doente da vontade que se deixa dominar por um antigo bobo e parasita de seu pai, depois de cuja morte se instala em casa da viúva como senhor absoluto de tudo e de todos.

Embora por vezes a obra atinja aspectos caricaturais, sente-se bem que os personagens de Dostoievski foram *pris sur le vif* e que a sua fantasia pouco ou nada deve ter alterado a verdade. Para o conhecimento da sociedade russa da província nos meados do século XIX êste livro serve admiràvelmente e é mais um quadro magnífico pintado por mão de mestre.

A tradução, que nos parece feita do francês, tem deslizes que uma revisão cuidadosa fàcilmente suprimiria.

AS PUPILAS DO SENHOR REITOR, por *Júlio Dinis*. Domingos Barreira — Editor. Pôrto, 1943. 384 págs.

O operoso editor portuense sr. D. B. resolveu, e ainda bem, incluir as obras do bucólico Júlio Dinis na sua «Colecção Portuguesa» onde figuram outros que o bom gôsto pedia se afastassem dela. As famosas *Pupilas* é o primeiro livro do grande escritor que muitos consideram fora de moda, mas muitíssimos mais continuam a admirar com justiça.

A crítica desta obra está feita há largos anos, e nada teremos a dizer a seu respeito, o que poderia parecer impertinência e estultícia. Falaremos apenas da edição, ilustrada com magnífica capa de mestre Alberto de Sousa e com o retrato do autor. Revista pelo distinto professor sr. dr. Augusto César Pires de Lima, foi a edição feita com o maior cuidado, restituindo-se à sua forma primitiva. Ainda que isso custe a acreditar, a verdade é que sucessivas reedições da obra alteraram, por mão de revisores pouco cuidadosos e menos ainda cultos, os dizeres do autor, alterações que foram até à supressão de palavras e de frases inteiras. E assim esta edição da obra famosa oferece tôdas as garantias aos escrupulosos, apesar da ortografia ser a oficial, o que é perfeita-

mente compreensível, atendendo ao carácter que o Editor pretendeu dar à colecção.

⊠

COMO NAUFRAGOU O «CENTAURO» E OUTRAS AVENTURAS, por *Celestino Gomes*. Edições Gama. Lisboa, 1943. 174 págs.

Livro de novelas de que, ao contrário do usual, é a última que lhe dá o nome. Novelas exóticas quási tôdas, escritas em linguagem com o seu quê de artificial e rebuscado, revelam a cada passo a influência de Loti, de Lafcádio Hearn, e do nosso Venceslau de Morais. Apesar das palavras amáveis do falecido João Grave, insertas na capa do livro, sentimos ter de afirmar que a técnica do sr. C. G. nos parece muito discutível. É que se é difícil escrever um longo romance, dificílimo é condensar um vasto assunto em poucas páginas.

A edição, como tôdas as da editorial «Gama», é cuidadosa e atraente.

⊠

O GRITO DA SELVA, por *Norberto Gonzaga*. Edições Universo. Lisboa, 1943. 295 págs.

Já tivemos ocasião de, oportunamente, nos referirmos a N. G. por acasião da publicação do seu livro *África de sangue, do oiro e da morte*. Tratava-se, porém, dum trabalho de reportagem, sem outras preocupações além de dar a conhecer o que o Autor vira e sentira numa longa viagem ao interior do continente negro. Com *O Grito da Selva* revela-nos N. G. nova facêta do seu talento: a de novelista.

A África parece ter exercido sôbre o Autor forte sedução, o que, aliás, sempre se dá com quem uma vez lá viveu e a não percorreu meteòricamente apenas para ter uma idéia da côr local. E que essa sedução não se desvanece com facilidade, prova-o o facto de N. G. nos ter já dado três livros sôbre a África e nos prometer mais um, que, por certo, não será o último. Todavia, entre os já publicados, *O Grito da Selva* merece referência àparte, por ser apenas obra de ficção.

Efectivamente, constituem-no dez novelas, a primeira das quais dá o título ao livro. Em tôdas elas palpita a alma misteriosa dessa África perturbante, que há longos séculos vem exercendo sôbre o europeu uma influência sortílega muito mais profunda do que o Oriente asiático. N. G. sentiu bem o «clima» africano; a alma do negro encontrou neste jornalista de talento quem a compreendesse e não a visionasse literàriamente através das narrativas de alguns exploradores apressados, ou pelo que ouvisse nos cais de Dacar, de Luanda ou de Lourenço Marques. Como Loti, êsse mago, verdadeiro «cidadão do mundo» como o concebiam os renascentistas, também N. G. se deixou prender fortemente do sortilégio da *África de sangue, do oiro e da morte*, e no-la procura revelar, ainda que sòmente ao de leve, através de dez novelas escritas com nervos, com alma e com paixão. N. G. deve ter sentido a injustiça que há séculos pesa sôbre a África e procura repará-la dentro das suas possibilidades. Êle sabe que o negro tem uma «alma» e que esta é susceptível dos mesmos anseios, das mesmas dúvidas, das mesmas ambições que a dos brancos, ainda que pese aos que o julgam ser inferior na escala humana. Por isso nós o vemos a agir no seu meio natural, longe de tôda a civilização, ser livre na imensidade infinita da selva ou do deserto, naturalmente cruel, mas

sinceramente humano, sem os requintes da perversidade que só longos séculos de civilização são capazes de dar.

Pelo nosso gôsto preferimos a primeira novela às demais, parecendo-nos a sétima a menos equilibrada e menos perfeita. A última — *A minha saüdade negra* — é um verdadeiro hino em louvor dessa África ardente «viril e moça, forte e majestosa, que nos esbrasseia a carne como carícia sexual e enche a alma de grandeza e ansiedade» (pág. 295).

Auspiciosamente inaugura N. G. a sua carreira de novelista. Sinceramente desejamos que não fique por êste volume e nos dê brevemente novas provas do seu real talento para o difícil género da novela, cujos segredos conhece e para o qual possui estilo rico, dúctil e vibrante.

⊠

VINTE ANOS DE COIMBRA, por *D. Manuel Gonçalves Cerejeira* (2.ª edição). Lisboa, 1943, 234 págs. Edições «Gama».

Coligem-se neste volume alguns dos escritos que o Sr. Cardeal Patriarca publicou na imprensa de Coimbra durante os 19 anos que ali se conservou, quer como estudante quer como doutíssimo lente. E é isto o que convém ter presente quem o ler, pois em alguns dos primeiros artigos notam-se aquelas indecisões e fraquezas próprias dos anos juvenis.

Constituem o volume nove artigos, de desigual extensão, prefaciados pelo Sr. Bispo de Henelópole, a que se acrescentou a alocução proferida pelo falecido e sábio mestre dr. Ribeiro de Vasconcelos, quando o sr. dr. Gonçalves Cerejeira foi recebido no seio do Corpo Docente da gloriosa Universidade.

Escritos com leveza, às vezes com branda ironia, sempre com fé militante, constituem êstes artigos documentação bastante e fundamental para o perfeito conhecimento do espírito do Sr. Cardeal Patriarca que, durante bastantes anos, foi digno ornamento da velha Universidade de D. Dinis.

⊠

MINIATURAS, por *Gonçalves Crespo* (7.ª edição), 1943. Domingos Barreira — Editor. Pôrto. 231 págs.

Incluído na «Colecção Portuguesa» que o sr. D. B. vem editando há tempos, êste volume aparece em 7.ª edição, cuidadosamente revista pelo sr. dr. A. C. Pires de Lima. Livro de superior beleza, é dos que mais brilham nessa colecção de que fazem parte algumas obras primas da nossa rica literatura e cuja aceitação por parte do público leitor é prova cabal de que o bom gôsto ainda existe no nosso país. Continue o sr. D. B. no caminho encetado e por bem pago se dará do seu sacrifício vendo que os seus livros não são agentes deletérios e corrutores, como tantos outros que por aí pululam.

O volume é ilustrado com uma bela aguarela de mestre Alberto de Sousa.

⊠

DOM MIGUEL II E O SEU TEMPO, por *Manuel de Bettencourt e Galvão* Edições «Gama». Lisboa, 1943. 418 págs.

A figura do filho varão do vencido de Évora Monte não é ainda bem conhecida dos portugueses que não lhe fazem, ainda hoje, a justiça que merece. O sr. M. B. G. meteu ombros à emprêsa difícil de reconstituir a personalidade do Príncipe D. Miguel movendo-se no seu tempo, para o que teve de recorrer a basta do

cumentação inédita ou não, a qual lhe permitiu dar a lume esta obra volumosa e recheada de factos, muitos dêles mal conhecidos ou absolutamente desconhecidos.

É de louvar o esfôrço do A. para reconstituir uma época tão agitada como a que decorre desde a morte de D. Miguel I à de seu filho.

O volume termina com extensas notas esclarecedoras do texto, e é profusamente ilustrado com fotografias do Senhor D. Miguel II e de membros de sua família.

O CONVENTO, por *Pio Baroja*. Traduzido do espanhol por *João Pedro de Andrade*. Portugália — Editora. Lisboa, 1943. 122 págs.

Esta pequenina novela encantadora faz parte das *Memórias de un Hombre de Acción*, vasto aglomerado de romances históricos do discutido autor espanhol, espécie de *Comédia Humana* da sociedade do país vizinho durante o século passado. É uma história escrita ao gôsto romântico, embora o autor esteja, pela sua obra, nos antípodas de tal gôsto. Nela ainda vemos o rapto duma donzela que um jovem de alma sonhadora amava, e que, com a cumplicidade dum amigo decidido e expedito, é arrancada à clausura do convento onde os pais a haviam encerrado. O *processus* lembra um pouco o nosso Camilo, até pela ironia de certos passos.

Traduzida correctamente, é precedida dum breve prefácio do sr. Charles David Ley em que se foca, embora ao de leve, a personalidade do autor. É o 10.º volume da «Biblioteca de Algibeira» em que a Portugália Editora vem divulgando alguns dos mais célebres novelistas mundiais.

O CLUBE DOS SUICIDAS, por *Stevenson*. Traduzido do inglês por *Cabral do Nascimento*. Portugália — Editora. Lisboa, 1943. 149 págs.

Novela do género «tétrico», pôsto em moda pelo americano Edgar Poe, *O Clube dos Suicidas* é uma das mais curiosas do autor famoso da *Ilha do Tesouro* e do *Estranho caso do dr. Jekyll e de Mr. Hyde*, êste popularizado pelo cinema sob o nome de *O médico e o monstro*. Lê-se com interêsse crescente até final e lamenta-se que o fim seja tão próximo do princípio para nos limitar o deleite da sua leitura.

E' o 12.º da interessante «Biblioteca de Algibeira» e está traduzido com correcção.

HISTÓRIA DE PORTUGAL PARA MENINOS PREGUIÇOSOS, por *Olavo d'Eça Leal*. Livraria Tavares Martins. Pôrto. 267 págs.

O fim do livro di-lo o Autor no título, embora o processo empregado seja muito discutível. Todavia devemos fazer justiça às suas intenções patrióticas de pôr ao alcance dos jovens portugueses obra acessível à sua inteligência rudimentar e em que os grandes feitos dos nossos maiores são narrados em linguagem entusiástica capaz de comover os pequeninos leitores a quem o livro se destina. Trata-se, pois, de obra didáctica escrita com o mesmo espírito com que, há mais de 50 anos, Pinheiro Chagas escreveu a sua *História Alegre de Portugal*, embora esta fôsse dedicada ao povo simples que não possui cultura bastante para se abalançar à leitura dum tratado histórico. Fazemos, por isso, justiça ao Autor, apesar de não podermos concordar com um ou outro dos

seus juízos por nos parecer que se o conceito liberal e derrotista da história é censurável, mais censurável ainda é o daquele que justifica todos os actos dos nossos antepassados sem os passar prévia e cuidadosamente pelo crivo duma crítica severa.

A edição é muito elegante e luxuosa.

⊠

CARTAS, por *Manuel Laranjeira*. Com prefácio e cartas de Miguel Unamuno. Portugália — Editora. Lisboa, 1943. 183 págs.

Subordinada ao título de «Documentos humanos» a Portugália Editora iniciou uma nova colecção com as *Cartas* de Manuel Laranjeira. Espírito sequioso de saber, alma aberta aos mais nobres ideais, embora naturalmente duma impetuosidade a roçar pela rudeza, M. L. é hoje um desconhecido para os moços portugueses, aquêles que não o conheceram, que não o ouviram, que não puderam sentir-se contagiados pela vivacidade da sua palavra quente, cheia de juvenis ardores, como que presago do fim breve e triste que ia ter dentro de poucos anos.

E no entanto M. L. foi alguém no seu tempo e no seu meio, êsse Pôrto ardente dos fins do século passado e princípio do actual onde iam morrer as últimas vagas desfeitas dos violentos temporais que o haviam agitado nos meados do século XIX. M. L. exerceu poderosa influência nos moços de então, êsses moços em cujas cabeças já alvejam hoje as cãs e sôbre que já pesam muitas desilusões. E no entanto êle foi um inquieto mental, homem permanentemente insatisfeito consigo mesmo e, sobretudo, com a vida. Escrevendo a Amadeu de Sousa Cardoso, êle referiu-se ao seu «demónio interior» o qual «anda continuadamente a conversar comigo e a mostrar-me o lado hediondo e grotesco da existência. E o que surdamente me enferma, é, como médico, saber qual é o mal que me corrói e não poder dar-lhe remédio. Você imaginará esta tortura duma criatura que sente *morrer a vida* (vá o paradoxo) e não pode tomar uma atitude. Creio que não é um produto exclusivo dêste século a tal doença esquisita, que em calão médico tem um nome grego e em linguagem vulgar se chama *não poder talhar a vida ao nosso ideal*. Não poder talhar a vida ao nosso ideal: eis o mal do século, o cancro dos tempos» (pág. 66). E noutra carta ao mesmo, escrita um ano mais tarde, diz:

«Não, amigo, não: eu ainda não falhei na vida. A vida é que me tem atraiçoado» (pág. 87).

E porque se sentiu, anos depois, um verdadeiro vencido da vida, ao contrário dos outros, os grandes, que se confessavam como tal mas pràticamente demonstravam não o ser, M. L. liquidou por suas mãos a vida tal como Camilo, Antero, Soares dos Reis e outros que igualmente se sentiram traídos por ela.

A figura dêste curioso espírito precisa, realmente, de tornar-se conhecida, até mesmo dos que julgam conhecer bem os homens ilustres do passado. Bem fêz, por isso, a Portugália Editora em lhe editar as cartas, que é pena não serem mais numerosas. Apesar de tudo constitnem, na realidade, um «documento humano» admirável, capaz de atestar o vigor da inteligência de M. L. e o que com a sua morte veio a perder-se.

A edição é magnífica, ornada com um admirável retrato do autor devido ao pincel do grande artista António Carneiro. A obra abre com um prefácio do ilustre pensador espanhol Unamuno, grande amigo de M. L., e fecha com algumas cartas do mesmo ao seu amigo português.

A COMUNIDADE INTERNACIONAL, por *Paulo Durão, S. J.* Edições «Juventude». Leiria, 1942.

Pequeno de formato e de volume (pois não tem mais de 50 páginas) é todavia grande pela intenção e pela doutrina êste trabalho do ilustre inaciano que todo o homem culto de Portugal conhece. Foi escrito para ser proferido como conferência no Centro Universitário de Estudos Sociais, de Lisboa, durante o ano lectivo de 1940-41, e, nos dizeres do próprio Autor, não pretende mais do que «comentar o mais fielmente possível o pensamento da Igreja Católica a respeito do problema internacional».

O problema das relações dos Estados entre si tem preocupado todos os grandes tratadistas e todos os políticos de envergadura. Matéria vastíssima e de aspectos multiformes, pode dizer-se que, àparte a Igreja, com doutrina assente sôbre ela, não há duas pessoas que a êsse respeito tenham as mesmas idéias. Daí as dificuldades de se chegar a acôrdo, as quais por vezes se reflectem na vida dos povos, quantas vezes em seu malefício.

O sr. P. D. começa por, à maneira dos escolásticos medievais, expor a dificuldade, que, em sua opinião, se pode resumir dêste modo: «a comunidade nacional e a sociedade internacional são efeitos de duas tendências diversas e até mesmo antagónicas, — o nacionalismo e o internacionalismo; é pois uma quimera tentar estabelecer o equilíbrio e harmonia entre elas. Antagonismos radicais não se harmonizam nem equilibram; um dêles acaba por destruir e subjugar o contrário» (pág. 7).

Exposta a dificuldade, entra o Autor na discussão, falando no facto inegável e necessário que é a interdependência dos Estados e na natureza da comunidade internacional. Citando sempre a propósito os textos das encíclicas expõe em forma clara, fàcilmente compreensível até por qualquer pessoa de inteligência mediana, o sr. P. D. esclarece-nos sôbre assunto de tão grande importância, especialmente no momento trágico que estamos a viver, fala-nos das dificuldades da organização e constituïção duma sociedade de carácter internacional, espécie de utopia que tantos têem procurado realizar, que com a S. D. N. teve efémera existência, mas que poderá ser um facto desde que tal sociedade assente sôbre bases humanas, quere dizer, cristãs.

Livro tão pequenino como é êste, levanta perante nós problemas formidáveis que nos obrigam a pensar sèriamente no futuro, porque nos põe ante os olhos o espectáculo do que é o mundo hoje e, por contraste, o que deveria ser. Todo o homem que pensa, ao acabar de ler êste livrinho, sente a alma encher-se-lhe de tristeza, porque vê que aos homens seria fácil enveredar pelo caminho da paz e da felicidade, isto é, pelo caminho do progresso, se antes de ouvirem a voz rude dos instintos ancestrais, prestassem antes ouvidos à do Pastor, cuja voz tem, pelo menos, a autoridade duma tradição milenar. Êsse pouco...

Qualquer que seja a maneira de pensar dos homens — crentes ou descrentes, sábios ou ignorantes, cristãos, israelitas ou muçulmanos, latinos, germanos ou eslavos — êles tinham o dever de ouvir a voz da Igreja, considerem-na embora instituïção meramente humana, porque se por vezes os seus homens erraram, o fizeram por incompreensão da doutrina. E essa é tão simples, tão clara, tão cristalina, que só a sua cegueira tem feito que errassem por a não compreenderem.

Nesta hora grandiosa, em que o mundo está a gerar uma nova civilização, novas concepções da vida, novas vias

por onde os homens se hão-de encaminhar, ouçam todos a voz augusta dos mortos que um dia ocuparam a cadeira de S. Pedro, e daquele que actualmente a ocupa, porque, fazendo-o, poderão obter a certeza antecipada de que o mundo futuro não envergonhará o do passado.

⊠

NOTAS SÔBRE A VIAGEM DE SUA ALTEZA REAL O SENHOR DUQUE DE BRAGANÇA AO BRASIL EM 1942, *Coligidas Pelo Conde de Almada*. Edições «Gama». Lisboa, 1943. 191 págs.

O sr. Conde de Almada e Avranches, herdeiro dum nome aureolado pela bravura e pela lealdade, foi uma das três pessoas que, em 1942, acompanharam ao Brasil o sr. D. Duarte de Bragança. Mas não limitou a essa simples função a sua ida, pois resolveu, e muito acertadamente, tomar nota pormenorizada de tudo o que viu durante o tempo que acompanhou o sr. Duque de Bragança. De tudo isso é êste volume o relato fiel que, para mais, é acompanhado de fotografias magníficas tomadas em vários passos dessa jornada.

E assim conta-nos o ocorrido desde a hora em que S. A. embarcou em Lisboa no *Clíper* transoceânico até que, no mesmo, regressou cinco meses depois e já na companhia de S. A. a sr.ª Duqueza de Bragança, com quem se consorciou na linda cidadezinha de Petrópolis. Aqui e além embrecha na sua narrativa uma ou outra reportagem dos jornais brasileiros, deixando falar os outros para melhor complemento do que escreve, não se esquecendo de vincar bem o significado especial duma viagem cujas conseqüências futuras poderão ter larga projecção nos destinos das duas Pátrias que o Atlântico, longe de separar, mais une.

A edição, luxuosa, honra Autor e Editores e constitui espécie bibliográfica de valor entre a aluvião de livros que viram a luz da publicidade no ano findo.

⊠

GRAÇAS E MATIZES *(Crónicas humorísticas)*, por *Luís Barradas (Almedina)*. Latineia. Lisboa, 1943. 115 págs.

Trata-se duma série de crónicas humorísticas, como o indica o seu subtítulo, em que o sr. L. B. revela as suas capacidades e as suas possibilidades na difícil arte do humorismo. Embora de valor desigual quanto às qualidades risíveis das suas crónicas, algumas há que estão escritas com mão de mestre, em estilo leve e despretencioso, mas escorreito.

É uma obra cuja leitura se recomenda como antídoto da tristeza dos revoltos tempos que vivemos.

A edição é elegante e cuidada.

ANTÓNIO ÁLVARO DÓRIA.

Registo de obras recebidas (*)

Ofertas dos Autores:

Júlio Dantas e José Maria Rodrigues, por *José da Mota Lopes.*

Grandezas e misérias da profissão — A repressão do abôrto criminoso visto através dum velho manuscrito do século XVIII, por *José Crespo.*

Ofertas dos Editores:

Edições *Gama.* Lisboa:

O vinho é sangue, por *Folgado da Silveira.*

Notas sôbre a cultra da árvore tungue, por *Duarte de Almeida Toscano.*

Escola Franciscana, por *P. Ilídio de Sousa Ribeiro* O. F. M.

Posição de António Sardinha, por *Luís de Almeida Braga.*

Edições *Universo.* Lisboa:

A saúde pela educação física, pela *Dr.ª Deolinda Martins.*

Editorial *Nós.* Braga:

Frederico o Grande, por *Macaulay.*

Livraria Tavares Martins. Pôrto:

Pano acima, teatro, original de *Abreu e Sousa.*

Lá-Lás. Comédia em 3 actos. Original de *Alfredo Cortez.*

Lapónia, por *Jean Gabus.*

Câmara Municipal do Pôrto:

Centenário da ponte pênsil. Palestras e catálogo.

Academia das Ciências de Lisboa:

As comemorações do segundo centenário de Lavoisier.

(*) Nesta secção registam-se todos os livros que nos forem enviados.

O Poeta Frei Francisco de Santo Agostinho de Macedo

Cultor do Classicismo Latino (*)

CAPÍTULO I

Uma vida gloriosa e triste

Fr. Francisco de Macedo, de Coimbra, parece ter nascido em 1596, ignorando-se, porém, em que dia e mês.

Aos catorze anos entrou como aluno para a Companhia de Jesus e nela professou e se manteve durante muito tempo ensinando Retórica, Filosofia e Cronologia.

Chamado por Filipe IV de Espanha para «mestre das letras humanas», deslocou-se para Madrid, indo ensinar no Colégio Imperial.

Em data incerta saíu da Companhia. Se é certo ter feito a profissão dos quatro votos em 1630, conforme diz Niceron (1); e se é exacto, também, que deixou de ser jesuíta sete anos depois de ter feito a profissão (2), a data deve ser a de 1637.

Alguns dos seus biógrafos dizem desconhecer os motivos que o levaram a sair da Companhia.

Barbosa Machado também não nos elucida muito a êsse respeito, quando afirma que Fr. Francisco de Macedo deixou de ser jesuíta «para

---

(*) Consta o presente trabalho de quatro capítulos.

O primeiro apresenta a biografia do poeta; o segundo mostra as influências que a época exerceu na sua obra e aprecia o valor geral da mesma.

No terceiro capítulo estuda-se o mérito poético de Fr. Francisco de Macedo através de um carme seu: *Questus in Fortunam.*

O quarto dá a tradução desta composição poética.

(1) In-*Mémoires pour servir à l'histoire des hommes illustres*, tômo XXXI, pág. 315.

(2) Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana*, tômo II, pág. 77.

se justificar de huma culpa maquinada pela malevolência dos seus emulos, em que teve mayor parte a credulidade, que a malicia» (1).

Em 1642, tendo obtido dispensa do Sumo Pontífice, professou na Ordem Franciscana e Província de Santo António dos Capuchos, tomando, então, o nome de Fr. Francisco de Santo Agostinho.

Nesta Ordem permaneceu três anos, durante os quais foi professor de Filosofia e Teologia no Colégio da Pedreira, na Universidade de Coimbra.

Cultíssimo, falando várias línguas europeias, e dotado de um espírito arguto, não é para admirar que D. João IV o chamasse para acompanhar as embaixadas que enviou às côrtes de Paris, Londres e Roma com o intuito de ser por elas reconhecido como rei legítimo de Portugal.

«Obedeceu à ordem do seu soberano» — escreve Barbosa Machado — «e para que mais prontamente se dedicasse ao seu serviço, passou no ano de 1645, da Província de Santo António para a Observante de Portugal, onde permaneceu até o fim da vida» (2).

Em 1650 era nomeado por D. João IV cronista latino da monarquia portuguesa. Da sua actividade neste cargo pouco ou nada se sabe.

É provável que as obras latinas que escreveu para defender os direitos de D. João IV ao trono português tivessem levado êste rei a nomeá-lo seu cronista latino.

Essas obras são:

Panegyris Apologetica pro Lusitania uindicata a seruitute iniusta, ab iure iniquo, a tyrannide immani Castellae, iure, uirtute et opera Ioannis IV. Iusti Regis, Legitimi Domini, optimi Parentis anno captivitatis sexagessimo.

Ius succedendi in Lusitaniae Regnum Catharinae Regis Emmanuelis ex Eduardo filio neptis, Doctorum sub Henrico rege ultimo Conimbricensium setentiis confirmatum; ab Anonimo Lusitano Latinitate donatum.

Addita appendice de actu possidendi et iure postlimini.

Regis Ioannis IV (3)

---

(1) Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana*, tômo II, pág. 77.

(2) Obt. cit., pág. 77.

(3) Segundo diz Barbosa Machado, esta obra é a tradução da *Alegação de direito, que na causa dêste Reyno se fez por parte da serenissima Senhora D. Catherina...* impressa em 1580.

Só o apêndice, referente a D. João IV, é original do P. Macedo. A obra *Ius succedendi...* foi dedicada por êste ao cardeal Richelieu.

e ainda

Propugnaculum Lusitano — Gallicum contra calumnias Hispanias Hispano-Belgicas, in quo ferme omnia utriusque regni tum domi tum foris praeclare gesta continentur.

As duas primeiras foram impressas em 1641 em Paris, para onde se dirigira o P. Macedo no fim do ministério do cardeal Richelieu.

A última foi igualmente impressa na mesma cidade em 1647.

Fr. Francisco de Macedo ainda se encontrava em França em 1648 quando começaram a agitar-se as questões suscitadas por Jansénio, bispo de Ypres.

Tomou parte nelas e chegou a ser acusado de comungar em tais doutrinas.

Mas valeu-lhe o ter escrito a obra *Mens diuinitus inspirata summo Pontifici Innocentio X super quinque propositiones Iansenti* que opôs às doutrinas jansenistas condenadas pelo Papa Inocêncio X (1).

O P. Macedo distinguiu-se ainda em Inglaterra, em cuja capital viveu.

Em *O Ramalhete*, jornal de instrução e recreio, conta-se um episódio passado durante a estadia de Fr. Francisco em Londres.

O caso não deixa de ser pitoresco e, a ser verdadeiro, mostra que o nosso compatriota não só «tinha na ponta da língua os textos dos poetas, teólogos e humanistas», mas ainda boas respostas que demonstram a desenvoltura e viveza do seu espírito.

«Na Inglaterra se escolheram os homens mais doutos na língua latina, para no parlamento responderem ao P. Macedo; mas vendo-se um sábio inglês vencido lhe disse:

—«Scias nos Anglos elegantius scribere quam loqui» — saberás que nós, os inglêses, escrevemos com mais elegância do que falamos.

O Padre lhe respondeu: «Noveris nos lusitanos aeque eleganter scribere ac loqui». Sabe que nós, os portugueses, escrevemos e falamos com a mesma elegância» (2).

Pierre Bayle, ao traçar a biografia de Thomas Anglus, padre anglicano, fala em duas obras dêste: *Tabulla Suffragialis de terminandis fidei*

(1) Moreri, *Supplement au grand dictionaire historique et critique*, tômo II, pág. 4.
(2) *O Ramalhete* n.º 146, de 19 de Novembro de 1840.

litibus ab Ecclesia Chatholica fixa e *Tesserae Romanae euulgatio,* escritas contra Fr. Francisco:

«Les deus derniéres pieces furent publiées contre le fameux Pére Macedo, qui, dans les guerres de plume, a été un véritable chercheur d'occasions, un Chevalier errant toujours prêt à rompre un lance» (1).

Os biógrafos de Fr. Francisco de Santo Agostinho não nos dizem em que ano êste esteve em Londres, e Bayle apenas nos dá notícia dessas obras que o padre inglês escreveu contra aquêle, sem indicar a data em que foram publicadas.

Pelo que se deduz das palavras de Bayle, ainda a respeito destas polémicas, as duas publicações de Thomas Anglus foram uma réplica ao ataque de Fr. Francisco de Macedo:

«Il attaqua Thomas Anglus; mais au lieu de reppliquer aux Tabullae Suffragiales et aux Tesserae Romanae evulgatio *qu'on avait opposé à son attaque* (2), il recourut à des intrigues, qui firent condamner ces Pieces par la Congrégation de L'Index» (3).

Niceron, porém, no catálogo que nos dá das obras de Fr. Francisco menciona uma cujo título é: *Tessera Romana Auctoritatis Pontificiae aduersus Buccinam Thomae Angli, et Classicum Heterodoxum* publicada em Londres em 1653 e que julgo ser a que Macedo escreveu contra Thomas Anglus.

Portanto em 1623 o P. Macedo estava em Londres e em 1654 ainda aí se encontrava, como se depreende pelas datas das obras que veem no catálogo de Niceron e que foram publicadas naquela cidade.

A extraordinária cultura de Fr. Francisco de Macedo, a sua erudição e prodigiosa memória suscitaram a admiração de quantos o conheceram e escutaram ou leram os seus escritos.

Foi sobretudo em Itália que mais se notabilizou, quer como Catedrático das Universidades de Roma e Pádua, quer como polemista acérrimo, em Veneza.

Durante a sua permanência em Roma conciliou a admiração e amizade de várias personalidades, dentre as quais se destacava o Papa Ale-

(1) In-*Dictionaire historique et critique*, tômo III pág. 239.
(2) Sublinhado por mim.
(3) Obr. cit., pág. 932.

xandre VII «que por ser insigne cultor do Parnaso, lhe era muito inclinado, admirando o natural génio que tinha para a Poesia» (1).

Foi por êste Pontífice nomeado mestre de Controvérsia no Colégio de «Propaganda Fide», lente de História Eclesiástica na «Sapiência», de Roma, e Consultor da Inquisição Universal.

Perdeu, porém, o favor do Pontífice por não condescender em riscar uma palavra no epitáfio que êste lhe mandara fazer para o Mausoléu de Monsenhor Favorito, seu Prelado doméstico.

Deixou, então, Roma e passou a Veneza onde, em 1658, durante três dias sucessivos, defendeu teses públicas que intitulou *De omni scibili.*

No *Supplement au Grand Dictionaire historique*, de Moreri, vem a referência a êste acontecimento: «...le Pere Macedo y fit paroitre un genie superieur quoiqu'agê alors de soissant ans on l'entendit repondre sur le champ en vers Latins a quantité de questions differents aux quelles il n'avoit pas lieu de s'attendre» (2).

Em data desconhecida foi preso em Veneza por ter sido acusado de furto. Mas, provada a sua inocência, foi pôsto em liberdade e cumulado de honras, conforme reza a notícia que precede as suas obras no *Corpus.*

Foi agitadíssima a sua vida, durante o tempo que viveu em Itália.

Sustentou várias polémicas com os Padres Henrique Noris, da ordem de Santo Agostinho, e João Bona, geral dos Cistercienses.

Moreri, referindo-se a estas polémicas, diz do P. Macedo: «il manquoit de moderation et de politesse, et la plûpart de ses écrits polémiques sont remplis d'aigreur et de vivacité.

«Il a eu des démêlés assez vifs avec le cardinal Bona, au sujet du pain azyme, et le cardinal Noris; et la reponse qu'il fit au premier fut trouvée très mauvaise, et fut mise à Rome à l'index des livres défendus.

«Macedo ne s'en irrita pas, mais ayant appris que son adversaire l'avoit traité de «petit frère», il fit réimprimer sa reponse avec des corrections considerables, et il mit en tête toutes ses qualités en ces termes:

> «*Disquitio theologia de ritu azymi et fermentati, S. P. D. N. Clementi papae X dicata: Authore patre fratre Francisco à Sancto Augustino Macedo Min. Obseru. Lusitano, Magistro Conimbricensi, Lectore sui Ordinis Iubilato, Professore publico Patauino, Exlectore Regio Madriti, Pontificio Romae in Collegio de Propaganda Fide et*

(1) Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana*, tômo II, pág. 77.
(2) Pág. 4, tômo II.

in alma sapientia: Exqualificatore S. Officii Romani, Concinatore et Consiliario Regis Christianissmi et Ser. Lusitaniae Regis Historico Latino, Ueneto ciue.»

«Macedo a affecté ici de mettre toutes ses qualités, pour faire voir au Cardinal Bona qu'il n'avoit pas affaire à un simple Moine, et pour les opposer aux termes peu obligeans avec lesquels on lui avoit fait accroire que ce Cardinal avoit parlé de lui» (1).

As questões que teve com o cardeal Noris — diz Moreri — foram «au sujet du Monachisme de S. Augustin, que celui-ci soutenoit, et que le premier attaquoit, et au sujet des sentiments de ce saint sur la grace, dont ils ne convenoient point entre eux» (2).

Tal questão entre êles azedou-se, e ambos foram proïbidos de escrever mais sôbre o assunto.

O P. Noris obedeceu à ordem, mas Fr. Francisco, espírito altivo e ardente, para não parecer que o adversário ganhara a causa, enviou-lhe um desafio por escrito, no qual expunha, segundo as leis da cavalaria medieval, o assunto da questão que havia entre ambos, e o provocava para o combate, em campo aberto ou fechado, em Bolonha, onde o iria esperar para o ouvir e responder às suas razões.

O grão-duque, porém, sabendo que o Papa tinha imposto silêncio aos dois antagonistas, não permitiu que o P. Noris fôsse a Bolonha defrontar-se com Fr. Francisco de Macedo (3).

Êste foi o desfecho.

Como tivesse vagado na Universidade de Pádua o lugar de professor da Cadeira de Moral, Fr. Francisco de Macedo, a pedido dos Venezianos, apresentou-se como candidato.

E assim, durante oito dias consecutivos — de 26 de Setembro a 3 de Outubro de 1667 — defendeu as teses que apresentou sob o título *Leonis Sancti Marci Rugitus Litterarii* e que causaram assombro nos que ouviram a sua exposição.

Foi movimentada a discussão dessas teses e para tanto muito contribuíu o nosso compatriota P. Macedo.

É interessante o que, sôbre o assunto, escreve Barbosa Machado: «Concorrerão a êste litterario combate os mayores sabios que aquella

(1) Obr. cit., pág. 4.
(2) Obr. cit., pág. 4
(3) Moreri, Obr. cit., pág. 5.

idade respeitava na Europa atrahidos huns de admiração e estimulados outros de inveja, de que hum homem se animasse, posto que ornado de sublime talento a huma empreza, que ainda era árdua para todos os Cathedraticos da mais douta e florente Universidade.

«Porém a experiencia os enganou reconhecendo que era Macedo animada Encyclopedia, e vivo erario de todas as sciencias as quaes possuia com tanta eminencia, que a tudo quanto se lhe preguntou, e arguio se não equivocou em huma só palavra, e muito menos se suspendeo pelo mais breve espaço a todas as respostas que dava; antes para evidente prova de como a cõprehenção do juiso, a felicidade da memória se não tinhão perturbado com tão diversos argumentos, e logravão de huma perfeita serenidade, emendou a hum dos arguentes hum Texto da Escritura erradamente citado; e a outro lembrou hum Verso de Vergilio, que lhe esquecera...» (Pág. 78).

Não menos curioso é o que, ainda a êste respeito, diz a notícia biográfica que precede as obras de Fr. Francisco, no *Corpus:*

«... cum Academici moris esset biduum dicturis indulgere, solitae pepercit indulgentiae; regansque, an ligate, soluteue esset dicturus, ueluti despicatui habitus, ac ut amens, et praeceps irrisus, dicere ligate fuit demandatus.

«Illico, nullo interiecto spatio, bene tornata mille uersuum Poesi triginta priorum Pontificium uitas exposuit. Quae res, non ante uisa, quotquot aderant in admirationem coniecit.»

Dentre os numerosos candidatos, foi escolhido o nosso compatriota «não só por voto da Academia mas por vontade de todos os que o escutavam» *(Corpus illustrium poetarum).*

E em galardão dêste triunfo concederam-lhe honras de cidadão Veneziano e o seu retrato foi mandado colocar na Biblioteca de São Marcos pela República de Veneza.

Pouco tempo depois, desde 18 de Dezembro de 1667, vêmo-lo a reger a cadeira de Ética ou Filosofia Moral, conforme relata Barbosa Machado (1).

Embora Fr. Francisco de Santo Agostinho contasse inúmeros admiradores e amigos, a malquerença de indivíduos mal-intencionados, zelosos, talvez, dos seus triunfos literários, pareceu persegui-lo sempre.

Acusado de ser «turbulento e sedicioso», foi, por êste motivo, encar-

(1) In-*Biblioteca Lusitana*, tômo II, pág. 78.

cerado por dois anos, ao fim dos quais foi pôsto em liberdade por influência do Imperador da Alemanha, segundo rezam os dados biográficos insertos no *Corpus*.

Voltou de novo para Pádua, continuando a reger a cadeira de Ética até à data da sua morte.

No dia 1 de Maio do ano de 1681 entregou a alma a Deus com 85 anos de idade, segundo uns; com 88 ou 90, segundo outros.

Assim passou a vida do P. Macedo de quem Ferdinand Denis escreveu que foi «l'improvisateur le plus extraordinaire de son siècle, de même qu'il en fut l'auteur le plus fécond» (1).

(Continua)

MARIA EMÍLIA ALVES.

(1) *Résumé de l'histoire littéraire du Portugal*, pág. 351.

O problema do descobrimento da Madeira

(Continuação da pág. 66)

O ilustre Visconde de Santarém, no prefácio da edição da *Crónica* feita a expensas do Visconde da Carreira, acentua em vários passos o que afirmamos:

«...a *Chronica da Conquista da Guiné* (1), por *Gomes Eannes d'Azurara*, [...] é incontestavelmente não só um dos monumentos mais preciosos da historia da gloria portugueza, mas tambem o primeiro livro escripto por autor europeo sobre os paizes situados na costa occidental d'Africa alèm do Cabo *Bojador*, e no qual se coordenárão pela primeira vez as relações de testemunhas contemporaneas dos esforços dos mais intrepidos navegantes portuguezes que penetrárão no famoso mar *Tenebroso* dos Arabes...» (2).

Mais adiante, depois de elogiar a erudição de Zurara, acrescenta:

«A sua fidelidade como historiador é incontestavel. O seu escrupulo e amor da verdade era tal que preferia antes deixar a relação de alguns acontecimentos imperfeita, do que completá-la quando não podia obter já as noticias exactas dos que os tinhão presenciado (3). A sua autoridade

---

(1) Pròpriamente: *Chronica do Descobrimento e Conquista de Guiné.*

(2) *Op. cit.*, pág. VII.

(3) Essa relação imperfeita dos acontecimentos parece, na opinião do sr. dr. Jaime Cardoso, ser devida, não a escrúpulo demasiado de Zurara, mas a propósito deliberado, ou do autor ou de quem lhe encomendou a *Crónica*.

No referido ensaio, há anos publicado na *Lvsitania*, aquêle ilustre investigador e escritor compara e estuda os passos das *Crónicas* dos reinados de D. João I a D. João II e, nomeadamente, da *Crónica* de Zurara, para provar ter havido propósito de destruir tudo o que pudesse fornecer informes de qualquer ordem acêrca dos países por nós descobertos.

«Sôbre as explorações atlânticas, a ocidente dos arquipélagos dos Açores, Madeira e Cabo Verde, realizadas desde o reinado de D. Afonso V e continuadas em

como escriptor contemporaneo é immensa, pois *Azurara* viveo com o Principe immortal que elle idolatrava, conheceo pessoalmente os principaes, e intrepidos descobridores, os quaes pela maior parte erão criados do Infante, e educados scientificamente debaixo dos seus auspicios.» (1).

Noutro lugar, volta o ilustre homem de ciência a fazer o elogio do cronista.

«O testemunho deste chronista — diz — é da maior importancia historica, conforme as regras da critica: 1.º por ser contemporaneo, 2.º por que escreveo sobre documentos authenticos, 3.º por que era um dos homens mais sabios e mais instruidos não só do seu paiz mas do seu tempo, 4.º emfim por que elle cita com conhecimento de causa não só muitos factos da historia da França, mas até conhecia muitas obras e Mss. francezes dos dois seculos precedentes...» (2).

Não vemos, pois, razão para a formidável investida que, no seu longo, prolixo e confuso prefácio aos *Estudos de cartographia antiga* do Visconde de Santarém, o sr. Aires de Sá faz contra o cronista acusando-o de ignorante e atrevido.

«Azurara — escreve êste senhor — na *Chronica de Guiné*, attribue, na forma dubia, de ignorante, com que elle costuma escrever, a Zarco e Tristão, este descobrimento; mas, este auctor pouco sabia do assumpto que se metteo a narrar...» (3).

E, referindo-se a Diogo Gomes, o sr. A. de S. volta a investir contra Zurara de maneira absolutamente inexplicável:

«Diogo Gomes, occupa, na historia dos primeiros descobrimentos, logar importantissimo; Gomes Eannes de Azurara, não o menciona na sua

---

tempo de D. João II, nem uma palavra existe nas respectivas crónicas. Todavia, uma dessas expedições, ordenada por êste último monarca, e antes da primeira partida de Colombo, a de Pedro de Barcelos e João Fernandes Lavrador, à América do Norte, alcançava a «parte do norte», segundo os documentos autênticos do tempo.

«O ajustamento e simultaneidade dêstes factos, bastaria, se outras razões mais poderosas não tivessemos, a evidenciar que uns se explicam pelos outros, ou melhor que tanto o desaparecimento das crónicas como o silêncio de Rui de Pina sôbre os Descobrimentos se filiam no segrêdo que envolveu desde o comêço a emprêsa nacional. As crónicas que versavam os Descobrimentos foram sequestradas ou destruídas, tal como os nossos grandes feitos navegadores desapareceram das obras de Rui de Pina.» (*Loc. cit.*, vol. I, 1924, pág. 58).

(1) *Op. cit.*, pág. XI.

(2) *Memoria sobre a prioridade dos descobrimentos portuguezes na costa d'Africa Occidental*, Paris, 1841, pág. 21.

(3) *Estudos de cartographia antiga*, vol. I, Lisboa, 1919, pág. CX.

Chronica, demonstrando, mais uma vez, o erro do principe que escolheu um homem tão ignorante ou tão venal, para auctor d'aquelle livro, escripto conforme as informações dos filhos e netos dos interessados, sem investigação authentica, sem critica, e, consequentemente, sem verdade.

«Se os principaes navegadores, do primeiro periodo, escrevessem como fez Diogo Gomes, as suas *Relações*, ter-se-hia, hoje, a historia do nosso valor maritimo, e, não, apenas, a verdade que diz Diogo Gomes e a facciosidade de Gomes Eannes de Azurara, cuja incompetencia scientifica transparece em todas as paginas do que escreveu ao sabor de quem lh'o ditava.

«Azurara, era um mal intencionado; a sua obra é a de um ignorante ou de quem simula ser ignorante.

«Um dos mais importantes documentos, do que digo, é a *Relação* de Diogo Gomes.

«Infelizmente, há só esta *Relação* e perdeu-se a de Affonso Cerveira, porque, naturalmente, referia os factos não agradaveis aos que assoldadariam Azurara (1).

«Diogo Gomes, foi technico naval, descobridor, geographo e chronista (2).

«Gomes Eannes de Azurara, não foi navegador, nem descobridor e, andou, como elle mesmo diz, a perguntar, a um e a outro, o que havia de escrever (3).

---

(1) O Visconde de Santarém, no já citado prefácio à *Crónica* de Zurara, é de parecer absolutamente contrário:

«Outra circumstancia pela qual esta chronica é tambem mui importante, consiste em nos restituir na maior parte a obra d'Affonso *Cerveira* hoje perdida, o qual primeiramente havia escripto a «*Historia das conquistas dos Portuguezes pela costa d'Africa*» e nos supprir em parte o deploravel extravio dos archivos nauticos de *Sagres* (*op. cit.*, pág. XII).

(2) O argumento é, como se vê, pueril.

(3) *Loc. cit.*, pág. CXXXIX. O sr. Visconde de Lagôa abunda na opinião do sr. A. de S., embora os termos com que se refere a Zurara sejam comedidos:

«Aceite pela critica hodierna que a obra de Azurara, não obstante o seu carácter oficial, foi inicialmente escrita e posteriormente truncada de harmonia com as conveniências da politica de sigilo que envolveu os empreendimentos maritimos portugueses, e considerada também a sua índole palaciana tendente a enaltecer personagens benquistas da côrte ou do cronista, é óbvio que a autenticidade dos factos ali narrados não pode reputar-se indiscutivel.

«A relação de Diogo Gomes, anterior à «Crónica da Guiné», e, portanto, mais contemporânea dos acontecimentos, se bem que escrita por um mareante, não quere

Mas a verdade que sai dos depoïmentos de Gomes e de Zurara é que nem Zarco nem Tristão foram os descobridores da Madeira.

Numa carta de doação, datada de 8 de Maio de 1440 e passada a favor de Tristão Teixeira, o Infante D. Henrique refere-se-lhe como um dos primeiros que foram povoar as ilhas da Madeira, Pôrto Santo e Deserta (1).

Noutra carta de doação, datada de 1446 e passada a favor de Bartolomeu Perestrelo, o Infante, doando a ilha de Pôrto Santo ao navegador, diz que fêz «esta merçee ao dito Perestrello por elle sser o primeiro que per meu mandado a dicta ylha poborou» (2).

Nem num nem no outro documento se fala em descobrimento, mas tão sòmente em povoamento, o que seria perfeitamente lógico e compreensível.

Vejamos o depoïmento de outro navegador, também coevo, mas estrangeiro que veio para Portugal ao serviço do Infante já quando a emprêsa dos descobrimentos era messe a prometer farta colheita. Trata-se de Alvise Ca da Mosto ou, como vulgarmente é conhecido, Luís Cadamosto. No seu relato das viagens que fêz enquanto esteve ao serviço do Infante, há uma referência a Pôrto Santo e à Madeira. Da primeira diz:

«Esta Ilha de Porto Santo he muito pequena, e tem obra de quinze milhas de circuito; foi descoberta haverá vinte e sete annos pelas Caravellas do Sr. Infante, que a fez habitar por Portuguezes, sendo d'antes despovoada [...] puzerão-lhe o nome de Porto Santo por ter sido descoberta dia de todos os Santos» (3).

Referindo-se à Madeira, diz:

«...o dito Senhor fez povoar esta Ilha por Portuguezes ha vinte e quatro annos para cá, sem que até então tivesse sido habitada, e fez Go-

---

dizer que o fôsse por um ilustrado incompetente. Diogo Gomes, navegador distinto e amigo dilecto do Infante D. Henrique, possuía o convívio suficiente com o idioma latino para escrever a sua narração nessa língua, e disfrutava os conhecimentos científicos que lhe asseguravam o comando de várias frotas destinadas aos descobrimentos.» Vide «*O plano infantista e a passagem do Bojador*», in-*Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, série 52.ª (1934), pág. 430.

(1) *Alguns documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo ácerca das navegações e conquistas portuguezas*, Lisboa, 1892, pág. 7.

(2) *Ib.*, págs. 10-11.

(3) «*As Navegações de Luiz de Cadamosto*», in-*Collecção de noticias para a historia e geografia das Nações Ultramarinas*, tômo II, 2.ª ed. (1867), pág. 7.

vernadores della dous seus Cavalheiros, hum dos quaes se chamava Tristão Teixeira, e este manda na metade da Ilha da parte de Machico, e outro por nome João Gonsalves Zarco tem a outra metade da parte do Funchal, e chama-se Ilha da Madeira, porque quando foi descoberta não tinha palmo de terra que não fosse cheio de arvores grandissimas...» (1).

Êste testemunho parece-nos também concludente, primeiro porque é o primeiro dos coevos que explica o nome de «Pôrto Santo», nem em Diogo Gomes nem em Zurara justificado; em segundo lugar porque também se refere a Zarco e a Tristão como simples colonizadores da ilha que nunca fôra habitada (2).

A tradução portuguesa de Sebastião Trigoso omite, porém, um pormenor que reputamos digno de atenção, e de que tomámos conhecimento pelo cotejo do texto português com o equivalente na versão francesa citada abaixo. Efectivamente, onde Trigoso traduziu «chama-se Ilha da Madeira, porque quando *foi descoberta* não tinha palmo de terra etc.», o tradutor francês escreveu «*et retient l'île ce nom de Madère, qui signifie île des bois, pour autant* ***qu'après avoir été découverte par ceux du seigneur Infant,*** *il n'y avoit un seul pied de terre, etc.*» (3). Quere dizer, referindo-se ao descobrimento, Cadamosto diz que a ilha foi descoberta *pelos do Senhor Infante* sem os nomear, ou, o que era lógico, dizer que os descobridores haviam sido Zarco e Tristão, a quem linhas acima acabara de referir-se.

O alemão Valentim Fernandes, ou Valentim de Morávia, como também é conhecido, deixou-nos um precioso manuscrito, há poucos anos editado pela benemérita Academia Portuguesa de História, e constituído por diversos relatos referentes aos nossos descobrimentos e viagens de exploração ao longo da costa da África, um apógrafo com 62 capítulos da *Crónica de Guiné* de Zurara, a famosa *Relação*, em latim, da autoria indirecta de Martim Behaim, e um *Roteiro*.

Êste Valentim Fernandes foi um impressor alemão que veio para

(1) *Op. cit*, tômo cit., pág. 8

(2) Note-se que não diz que ela não era conhecida, mas que «sem que até então tivesse sido habitada». Citamos a traducção portuguesa de Sebastião Trigoso, porquanto o volume italiano da colecção de Ramúsio que compulsámos, e se encontra na Biblioteca Pública de Braga, está truncado precisamente neste passo interessante. A tradução francesa da obra, também existente naquela Biblioteca, diz que a Madeira «*n'avoit jamais été habitée*».

(3) *Voyage en Afrique* de Jean Baptiste Ramusio. Tome 4.º, Paris, s. d., pág. 342.

Portugal, «chamado possivelmente pela rainha D. Leonor, viúva de D. João II e irmã de D. Manuel, grande protectora da literatura e das incipientes artes gráficas nacionais» (1). Não se sabe ao certo qual o ano em que para cá veio, mas devia ser no último decénio do século XV, «certamente depois de 1493 e antes de 1495, ano em que começou a imprimir em Lisboa» (2). F. M. Esteves Pereira (3) apresenta o ano de 1490 como aquêle em que o famoso impressor veio para Portugal, documentando esta data com a impressão do *Breviário Eborense* em 1490.

O falecido Com. Fontoura da Costa, em nota 36 a pág. 22 do seu citado livro, entende que estando o impressor em Sevilha em 1493 (4) só depois dessa data poderia ter vindo para Portugal. Ora tal permanência poderia ser meramente casual, nem o texto do próprio Fernandes nos dá quaisquer indícios por onde se possa concluir que êle ainda não tinha vindo.

Tito de Noronha, porém, dá como primeira edição do tipógrafo alemão a célebre *Vita Christi* em 1495 (5).

Seja como fôr, parece não haver dúvidas de Valentim Fernandes se ter estabelecido em Portugal nos fins do século XV. Mas o manuscrito das *Crónicas* não tem data, embora hoje se aceite geralmente a de 1508, com a qual Major concordou para fundamentar a sua crença na lenda do Machim. Camilo, com os seus costumados exageros, escreveu que o manuscrito «tanto pode ser de 1508, como de 1577, ano em que o copista Valentim Fernandes ainda vivia» (6), o que, além de admitir que o impressor teria morrido em bem provecta idade, não se compadece com a cronologia das suas obras impressas, a última das quais — o *Reportório dos tẽpos ẽ portugues* — tem a data de 1518. Mas fôsse qual fôsse a data em que o Ms. fôsse escrito, a verdade é que o impressor alemão manifestou sempre uma decidida curiosidade pelas descrições de viagens e relações

(1) Com. Fontoura da Costa, *Cartas das Ilhas de Cabo Verde de Valentim Fernandes* (1506-1508). Lisboa, 1939, pág. 21.

(2) *Op. cit.*, pág. 22.

(3) *O impressor Valentim Fernandes.* Vide «*Marco Paulo*». Lisboa, 1922, pág. XI.

(4) Cf. *O Manuscrito «Valentim Fernandes»*. Lisboa, 1940, pág. 233, correspondente ao fol. 340 v. do original: «Anno de 1493 estãdo eu ẽ Seuilha quãdo cõquistaraõ esta ylha [Tenerife]...»

(5) *A Imprensa portuguesa no seculo XVI... Ordenações do Reino.* Porto MDCCCLXXIII, pág. 26.

(6) *Sentimentalismo e História*, 6.ª ed. Pôrto, s. d., pág. 227.

de descobrimentos, como o provam as suas edições do *Marco Paulo*, do *Livro de Nicolao Veneto* e da carta de Jerónimo de Santo Estevão, todos três reünidos em volume de que modernamente se fêz reedição, bem como a compilação das *Chronicas* e das *Relações* de Diogo Gomes, sendo aquelas, ao que parece, da sua autoria. F. M. Esteves Pereira opina que como êle «se interessava muito pelas descobertas dos Portugueses, compôs em português uma obra, que tem por título *Chronicas das ilhas do Atlantico*, compreendendo nela as ilhas Canarias, Madeira, Açores, Cabo Verde, S. Thomé e Anno Bom. Esta obra é uma compilação de notícias acêrca das mencionadas ilhas, que alcançou de relações escritas, e do que ouviu contar a alguns marinheiros, e algumas vezes refere os nomes dos seus informadores».

E acrescenta êste pormenor interessante:

«Martim de Bohemia, que no começo do século XVI estava em Lisboa, escreveu em latim a relação que lhe fez Diogo Gomes, almoxarife do paço de Sintra, acêrca do descobrimento da Guiné, e das ilhas Canarias, Açôres, Madeira e Cabo Verde. Valentim Fernandes juntou em um volume manuscrito as duas mencionadas obras, *Chronicas das ilhas do Atlantico*, e as *Relações de Diogo Gomes*, provavelmente com intenção de o imprimir, o que não teve efeito» (1).

Não pudemos, infelizmente, consultar os variados trabalhos que há escritos, além dos citados, sôbre o famoso impressor alemão, ignorando, por isso, se, em qualquer dêles, há qualquer alusão ou referência mais demorada às *Crónicas*. O facto é que também êle, depois de pôr a correr, pela primeira vez, a lenda de Machim, como ao diante veremos, dá um relato bastante pormenorizado do descobrimento do arquipélago. Escreve êle:

«Os castellanos em cõquistãdo as Canarias vierõ ter a esta ylha de Porto Sancto cõ tempo e acharõ nella as cabras de q̃ fezerõ carnaje e assi tomarõ agoa e sangue de dragã q̃ tyrã das aruores dragoeyras e dy auãte quãdo hyã sobre os canareos sempre vinhã aa dita ilha fazer carnagẽ.

«Dalli a poucos ãnos andãdo Johã Gonçaluez Zarco darmada em hũa barcha cõtra os castellanos veo ter ao cabo de Sã Vicẽte sem auer tomado alguũs dias nenhũa *preza* nẽ sabẽdo per onde hyriã fazer preza. Emtã disse huũ castellão q̃ cõ elle andaua. Senhor se quiseres tomar boa preza

(1) *Op. cit.*, pág. XII.

vamos onde vos eu disser q̃ he a ylha do Porto Sancto, onde os cõquistadores de Canarea vam fazer sua carnajem e tomar sua agoa, por quanto como elles alli som saem se todos em terra e tomalloemos os nauios e despois catiuaremos a elles em terra. E posto que ouuesse grãde differẽça nelles no naujo toda via forõ la. E quãdo chegarõ o Porto Sancto auia ja tres dias q̃ os castellanos erã partidos, e acharõ as fogueyras feitas em terra e assi as tripas da carnajẽ e alguũ gado morto. E fizerõ tambem sua carnajẽ e tomarõ agoa e lenha e folgarõ alguũs dias e olharõ a terra muy bem e determinou logo o capitã de vijr pouorar a dita terra querẽdo ho yffãte Dõ Anrrique seu senhor. E logo ho foy a buscar ao cabo de Sã Vicẽte onde estaua o yffãte em Sagres e lhe cõtou tudo q̃ virã e os desejos q̃ tinha de pouorar aquella terra cõ sua ajuda, cõ ho qual o yffãte foi muyto ledo, e cõtẽte e espreueo logo a elrey seu padre q̃ estaua em Santarẽ pedindo lhe de merçee as ditas ilhas pera as pouorar e elrey lhes outorgou.

«Em a cronica do primeyro descubrimento de Guynee (1) achei q̃. no ãno de 1418 Johã Gonçaluez Zarco e Tristã Teixeyra hindo em hũa barcha pera Guynee cõ vẽto cõtrayro acharõ a ylha de Porto Sancto.

«Anno seguĩte Johã Gonçaluez como jrmão em armas de Tristã Teixeyra e muyto amjgo ho demoueo pera hyr a pouorar a dita ilha cõ elle. E o dito Tristã conuerteo a Bartolomeo Perestrello fidalgo da casa do dito yffãte q̃ tãbem fosse ajudar a pouorar as ditas ilhas. Os quaes forõ todos tres cõ ajuda delrey rey *(sic)* Dõ Johã e do yffãte Dom Anrrique a pouorar a dita ilha do Porto Sancto cõ seus criados e amjgos.

«Despois de estãdo na dita ilha por espaço de dous ãnos vierõ a tal differença sobre ho senhorear assi q̃ se mãtarõ dous ou tres homẽs pello qual vierõ todos emprazados pera Portugal E despois de ter cada huũ dado suas razoẽs sobre seus bãdos por Bertolomeo Perestrello ser mais fidalgo, posto q̃ fosse mais culpado, foy mais fauoreçido do rey e do yffãte, por bem do meyo q̃ tinha, e esto por ser melhor aparẽtado q̃ os outros, os fizerõ amjgos, e os fizerõ tornar pera dita ilha.

«E elles na ylha todos tres, como aquelles q̃ já nã podiã ser boos amjgos determinarõ de se passarẽ aas outras ilhas os dous ·s· Johã Gonçaluez e Tristã. Os quaes se passarõ cõ seu gasalhado e amigos e parẽtes

(1) ¿Que crónica seria esta? A de Zurara não deveria ser, porque se refere muito de passagem ao acontecimento. Tampouco seria a *Relação* de Gomes-Behaim, como se verifica cotejando os dois textos.

a Machico onde ho dito yngres [1] foy teer. E leixarõ a capitania do Porto Sancto a Bartolomeo Perestrello, e começarõ de pouorar a dita terra da ylha da Madeyra.

«Despois de quatro ãnos vierõ tambẽ a grãde differẽça amtre ambos sobre ho senhorear, assi q̃ cõuinha a Joham Gonçaluez mãdar huũ batel pella costa desta ilha q̃ buscasse alguũ porto boo ou rybeira boa pera ver de pouorar. A qual achou hũa tera q̃ se agora chama ho Funchal por respecto de se alli criar muyto funcho. Emtã se veo pera ly Johã Gonçaluez cõ seus parẽtes amjgos e criados e pouorou aquelle lugar, de q̃ agora sõ capitaẽs seus successores» [2].

Temos aqui um relato que em tudo se distancia dos citados antes, e no qual surgem os nomes de Zarco e Tristão associados ao feito, embora ainda não fôsse nêles encabeçada a autoria da proeza. Fernandes admite o conhecimento prévio da existência do grupo madeirense, e faz que Zarco ali vá aconselhado e guiado por um castelhano, que não nomeia, mas em que vemos o lendário João de Morales das diversas narrativas da aventura de Machim. O que de concreto daqui se tira é ter sido Zarco o primeiro colonizador da ilha, simultâneamente com Tristão, o que está em oposição com os dizeres de Diogo Gomes, como se viu.

¿Como é que, então, se atribuíu o descobrimento das ilhas aos dois cavaleiros do Infante? É João de Barros, o apurado historiador de Quinhentos, o primeiro a deixar correr a versão do descobrimento tal como tem sido admitida na maioria dos livros de história. Depois de enumerar, à maneira de Zurara, as causas e motivos que levaram o Infante à emprêsa dos descobrimentos, o pomposo escritor refere-se aos primeiros ensaios ou tentativas para devassar os segredos do Oceano e da costa de África:

«E vindo do grãde cerco de Cepta, [...] faláram lhe dous caualeiros de sua casa naquellas jdas da lem o tinham muy bẽ seruido: pedindolhe muyto que pois sua merce armáua náuios *(sic)* pera descobrir a cósta de Berberia & Guine, lhe aprouuesse jrem elles em alguũ náuio a este descobrimẽto, cá sentiam em si que nelle o poderiam bem seruir O jnfante vendo suas boas vontades, & conhecendo delles serem hómeẽs pera qualquér honrrado feito pela experiẽcia que tinha de seus seruiços, mãdoulhe armar huũ nauio, a que chamáuã Bárcha naquelle tempo: & deulhes regimẽto

(1) Refere-se ao Machim, cuja dramática história relatara anteriormente, e à qual nos referiremos no lugar oportuno.

(2) *O Manuscrito «Valentim Fernandes»*, pág. 108-9.

que corressem a cósta de Berberia te passarem aquelle temeroso cábo Bojador, & dhy fossem descobrindo o que mais achassem: [...] partidos estes dous caualeiros em sua bárcha, começou [Nosso senhor] nesta viagem obrar seus misterios, demonstrandonos & descobrindo a grandeza dos mundos & terras que pera nós tinha criado, com tantos tesouros & riquezas como em si continham. [...] Por que ante que chegássem à costa de Africa, saltou com elles tamanho temporal com força de ventos contrairos à sua viágem, que perderam a esperãça das vidas: por o nauio ser tam pequeno & o már tam grósso que os comia, córrendo a áruore seca á vontade delle. [...] Mas aprouue a piadade de deos, q̃ o tempo cessou, & posto que os ventos lhe fizéram perder a viágem que leuáuam segundo o regimento do jnfante, nã os desuiou de sua boa fortuna: descobrindo a jlha a que agóra chamamos Porto sancto, o qual nome lhe elles entam posseram porque os segurou do pirigo que nos dias da fortuna passaram. [...] Cõ a qual nóua sem jr mais auante se tornáram ao reyno, de que o jnfante recebeo o mayór prazer que té quelle tẽpo desta sua jmpresa tinha visto: [...] E acrecẽtaua mais a este seu prazer, dizerẽ aquelles dous caualeiros, a huũ dos quáes chamauã Joam Gõçaluez Zárco dalcunha, & ao outro Tristam Vaz, q̃ vinham tam contentes dos ares sitio & fresquidam da térra, que se queriam lá tornar a pouoálla: [...] E nã sómente elles & os outros de sua cõpanhia que a viram, mas ainda muytos polo que della ouuiam, & tambem por comprazer ao jnfante se offereceram a elle cõ este propósito de á pouoar: ãtre os quáes foy hũa pessoa notáuel chamado Bertolameu Perestrello, q̃ éra fidalgo da casa do jnfante dom Joam ser jrmão. Vẽdo elle jnfante dom Anrique, o aluoroço com que se já os hómeẽs despunham a este negócio, cõuertiasse a deos: [...] Pera a qual jda lógo cõ muita deligencia mãdou armar tres nauios, nenhuũ dos quáes deu a Bertolameu Perestrello, & os outros dous a Joam Gõçaluez & a Tristã Vaz *primeiros descobridores* (1): jndo muy apercebidos de todalas sementes & plantas & outras cousas como quem esperáua de pouoar & assentar na térra. Antre as quaes era hũa coelha que Bertolameu Perestrello leuáua prenhe metida em hũa gayola q̃ pelo mar acertou de parir, de que todos ouueram muyto prazer: [...] E çerto que esta esperãça da multiplicaçam da coelha os nam enganou, mas foy com mais pesar que prazer de todos: porque chegados a jlha & solta a coelha cõ seu fructo,

(1) O itálico é nosso. Barros é o primeiro, pois, que categòricamente chama a Zarco e a Tristão «descobridores» da ilha da Madeira.

em breue tempo multiplicou em tanta maneira, que nam semeáuam ou plantáuam cousa que lógo nam fosse royda. O que foy em tanto crecimento per espaço de dous annos que aly esteueram, q̃ quasi importunados daquella praga, começou de auorrecer a todos o trabalho & módo de vida q̃ aly tinham: dõde Bertolameu Perestrello determinou de se vir pera o reino, ou per qualq̃r outra necessidáde q̃ pera isto teue» (1).

Nesta primeira transcrição vemos já duas diferenças fundamentais entre a narrativa de Barros e a dos coevos Gomes e Zurara, diferenças que adiante acentuaremos.

No cap. III Barros passa a descrever «como Joam Gõçaluez e Tristam Vaz partído Bertolameu Perestrello descubrirã a jlha a q̃ óra chamã da Madeira».

«Joam Gonçaluez & Tristam Vaz como éram chamádos perá milhór fortuna & mais prosperidáde, nam se quisseram vir pera o reyno nem menos fazer asseto naquella jlha: mas partido Bertolameu Perestrello, determináram de jr ver se éra terra hũa grande sombra que lhe fazia a jlha aque óra chamamos da Madeira. Na qual auia muitos dias que se nam determinauã, por que por razam da grande humidade que em sy continha com a espessura do aruoredo, sempre a viam afumada daqueles vapores, & parecialhe serẽ nuuẽes gróssas & outras vezes afirmáuã que era terra: porque demarcãdo aquelle lugar cõ a vista, nam o viam desassombrádo como as outras partes. Assi que mouidos deste desejo, em dous barcos que fizéram da madeira da jlha em quéstauam, vendo o már pera isso desposto passáram se a ella: á q̃l chamárã da Madeira por causa do grãde & muy espesso aruoredo de q̃ éra cuberta» (2).

(Continua).

ANTÓNIO ÁLVARO DÓRIA.

(1) Barros, *Asia*, primeira decada, 4.ª edição, Coimbra, 1932, cap. II, págs. 14-16.
(2) Barros, *op. cit.*, cap. III, pág. 17.

O MARQUÊS DE POMBAL e os barbadinhos italianos

O Marquês de Alorna, no livro *As Prisões da Junqueira,* escrito lá mesmo durante a sua prisão, trata, no cap. V, *Dos barbadinhos italianos e de mais algumas pessoas envolvidas no mesmo caso.*

A questão é curiosa e, como as demais ali tratadas, constitui valioso auxiliar para o estudo do govêrno pombalino.

O meu ilustre Mestre e Amigo Alfredo Pimenta, nos seus valiosos (e tanto mais valiosos quanto mais impugnados) *Elementos da História de Portugal,* diz que nos não devemos *iludir e cegar não vendo por detrás do nome de Pombal a sombra de D. José I.*

Sou, no entanto, levado a crer que a vontade do Marquês de Pombal fôsse mais enérgica e violenta que a do Rei, o que nem admira conhecendo-se-lhe a ânsia de sangrar a nação e, muito especialmente, aquêles com que de algum modo antipatizava.

Porque me custa a crer que D. José tivesse tão visceralmente arraigados tão ferinos instintos quais os que se depreendem do estudo das matanças que no seu reinado se executaram, mais ou menos infundadas e por várias formas levadas a efeito.

Isto não podia ser obra senão do tiranete Sebastião José.

Vejamos a questão dos barbadinhos, seguindo de perto a narração alorniana.

* * *

Os frades barbadinhos italianos, que tinham casa em Lisboa, quando se deu o terrível terramoto de 1 de Novembro de 1755 o qual, segundo Pinheiro Chagas, apresentou *a imagem tremenda do cáhos, o ideal sinistro do Báratro,* e, na época, foi por uns interpretado como castigo de Deus e por outros justificado à face da Ciência, entenderam (e muito bem) do seu dever informar-se do estado de D. José e da Família Real.

Era a gratidão a manifestar-se pelo que deviam à Côrte portuguesa.

E, assim, encarregaram um dos seus membros, o padre Illuminato, de desempenhar-se da missão.

Dirigiu-se êste a Belém para falar às majestades, que o receberam afáveis, conversando com êle *por largo tempo* e informando-se das conseqüências dos abalos císmicos, que na sua pátria com mais freqüência se verificavam.

Havia já alguns dias que o padre Illuminato fôra a Belém, quando Ferraci fêz chegar ao conhecimento de outro barbadinho, o padre Clemente, que D. José estava tocado de melancolia. No espírito do frade nasceu logo o desejo louvável de mitigar a S. M. o seu sofrimento, pelo que partiu para Belém onde foi recebido pelo Rei, tendo, ao retirar-se, a impressão de que alguma coisa havia logrado do seu intento.

Ao outro dia, Ferraci, por ordem de David Peres, lhe mandou dizer que, após haver-se êle retirado do paço, o mandara procurar D. Mariana, espôsa de El-Rei. Tornou a Belém a saber do que se tratava. Desta vez, porém, não conseguiu falar a Suas Majestades. No entanto, pelo marquês de Angeja, *que estava de semana*, no dizer de Alorna, foi informado de que era da vontade de Seus Reais Amos que realizasse no Paço uma *missão*, pelo que lhe mandavam que escolhesse data para a iniciar.

Já quando o padre Illuminato viera a Belém, depois de falar com os Soberanos, confessara muita gente do paço que a êle recorrera a aliviar as consciências.

O padre Clemente iniciou a missão.

Sebastião José, porém, é que não gostou nada dêste serviço religioso porque, como se sabe, *as missões também foram sempre os objectos do seu ódio.*

E por isso, falando com Axioli, núncio apostólico, não pôde conter-se que com grande fúria lhe não dissesse do seu desagrado por tal motivo e lhe não prometesse tremendas vinganças a tirar dos barbadinhos.

Axioli, vendo o estado do ministro e sabendo da sua maldade e raiva aos padres italianos, julgou bom serviço preveni-los que se acautelassem porque tinha por certo que Sebastião José daria cabo dêles.

Ainda a missão não terminara, D. José parece que manifestou vontade de deixar Belém e de *passar para o Campo de Santa Clara.*

Logo que o dito chegou aos ouvidos de Martinho Velho de Oldemberg, homem de valor, «negociante rico e benquisto do soberano» (1), apressou-se êste em oferecer a S. M. casas suas em Santa Clara para

(1) D. Miguel Sotto-Mayor, *O Marquez de Pombal. Exame e hist.ª crítica da sua administração*, cap. IV, pág. 81.

dignamente aí se instalar. Ao mesmo tempo ofereceu a *El-rei milhões, ou deu arbítrio para se descobrirem os que fôssem necessários para a reedificação da cidade;* D. José, porém, nada quis resolver por si e mandou Martinho Velho apresentar a Sebastião José de Carvalho e Melo a sua boa vontade e plano da ajuda do poder em obra tão necessária como a de erguer Lisboa que o cataclismo parece que adivinhara que precisava de ser mais desafogada e, por isso, derrubara.

Martinho Velho, que não via com bons olhos o Marquês, disse logo a D. José que com êle nada queria e que, portanto, lhe não apresentava a sua opinião ou o seu dinheiro, justificando ao Rei a sua aversão ao ministro e citando o mau estado em que, com êle, a fazenda real se encontrava (1).

D. José, talvez querendo proceder com justiça na averiguação e castigo de tais culpas e culpado pelo mal que ao reino causavam, mandou-o redigir as suas queixas, por escrito, e que lhas apresentasse.

Para isso recorreu Oldemberg ao *letrado Francisco Xavier* que lhas redigiu (2).

Quando Martinho foi entregar ao Rei o documento, mandou-lhe êste que o levasse ao Padre Clemente o qual se não mostrou muito reconhecido por esta atenção régia, porque, disse a Martinho, assim como S. M. jamais se intrometera nos negócios da religião assim também êle desejava manter-se afastado dos da política.

Lúcio d'Azevedo chama manhoso ao frade por esta posição em que se colocou *(O Marquês de Pombal e a sua época).*

Martinho Velho, porém, a quem não deviam agradar estas demoras e êste andar de casa de Anás para casa de Caifás, procurou convencer o frade das vantagens que advinham da sua ingerência naquele assunto.

E conquanto com suas razões não conseguisse de todo demovê-lo, acedeu êste a ouvir a leitura de parte do escrito, mas só o que fôsse necessário e suficiente para poder dizer alguma coisa a tal respeito a S. M.

---

(1) O Marquês de Pombal também não gostava de Martinho Velho de Oldemberg, pois até o apelidou de *quimérico negociante.*

(2) J. Lúcio de Azevedo diz que êste libelo que o letrado fêz para Martinho Velho era inspirado, senão cópia, na *Carta que de Portugal se escreveu a um grande de Espanha* (Ms. Bibl. Nac. Cod. 852, coll. Moreira) em que o mesmo autor apresenta contra Pombal grandes acusações, embora falhas de verosimilhança e antes desabafos de despeitados e com a voz do povo como argumento de autoridade. *(O Marquês de Pombal e a sua época).*

E quando teve de ir a Belém, no fim de falar com El-Rei acêrca de coisas várias, fêz referência à exposição de Martinho Velho dizendo que, a ser verdade o que êle dizia, andava S. M. muito enganado quanto à administração pública. Ao mesmo tempo lhe pediu em nome de Martinho que nunca deixasse o documento ir à mão do Marquês ao que o Rei acedeu assegurando que não deixaria.

Com esta confiança que D. José lhe dava, o frade, continuando a ir pelo paço em serviço da sua *missão*, falava a S. M. em assuntos que lhe não pareciam incompatíveis com a sua dignidade.

Assim, por exemplo, foi com a influência dêle que as freiras de Marvila conseguiram obter do Rei licença para tomarem para si umas casas do seu mosteiro que um desembargador ocupava não querendo abandonar e de que elas necessitavam para se instalarem como convinha em virtude do terramoto (1).

Com a sua influência também, é que a viúva dum cônsul veneziano conseguiu mercê em virtude do juiz de fora de Sintra, onde morava, lhe ter tomado parte das suas casas.

Ora Sebastião José, que já por causa da *missão* no paço havia dito ao Núncio que se vingaria, não podia também consentir que o padre Clemente andasse a exercer tal influência no ânimo de El-Rei.

Era o intento pulha de isolar o soberano do contacto com a Nação e de lhe esconder misérias e os seus próprios desmandos de ministro déspota.

E como Deus, às vezes, permite aos maus circunstâncias que lhes favorecem seus depravados instintos, sucedeu que foram apanhadas no chamado *Gabinete de abertura* umas cartas que fr. Manuel de Guimarães, «suposto cúmplice» (D. Miguel Sotto-Mayor), que sabia do papel de Martinho Velho, escrevera a António Freire de Andrade Encerrabodes, então ministro em Haia, manifestando-lhe o desejo de o ver ocupar o lugar de Sebastião José, para o que agiam animadamente Martinho Velho, êle, dois frades barbadinhos e mais alguns ainda, entre os quais parece que se contavam Diogo de Mendonça e um tal monsenhor Araújo.

Diogo de Mendonça, de facto, auxiliava no govêrno o plano dos

(1) Camilo, que não desconhecia o livro do Marquês de Alorna a que me tenho cingido, diz, no entanto: «Os alvitres respectivos às freiras desenclaustradas, aos frades, ao culto, e às procissões penitenciárias promanaram do patriarcado.» (*Perfil do Marquês de Pombal*, cap. «O Marquês de Pombal e o terramoto», pág. 96, 3.ª edição, da Companhia Portuguesa Editora, Ld.ª, 1932.

inimigos de Pombal, afirma Lúcio de Azevedo, ao passo que D. Miguel Sotto-Mayor diz que contra êle nada se provou no caso de Oldemberg [1].

. Êste deitar de foguetes antes do tempo foi o abortar de tudo o que da escuridão dos segredos de secretaria devia vir à luz pública.

D. José entendeu que andava ali conspiração. Imediatamente foram presos o padre Guimarães, o doutor Francisco Xavier, Manuel António do Oradil, Martinho Velho, fr. Clemente e fr. Illuminato, êstes dois últimos respectivamente em casa do corregedor do Rocio e do corregedor de Mocambo. Todos os membros da ordem dos frades presos haviam sido avisados de que seriam despachados para as masmorras, também. Como nada sentiram de que pudessem acusá-los, não fugiram.

Alguns dias após, entraram de interrogar os barbadinhos presos. D. Luís da Cunha servia de ministro e o corregedor da Junqueira de escrivão.

* * *

Antes de passar à frente convém apresentar algumas considerações acêrca de um personagem que no decurso desta história se nos deparou já.

Êste *letrado Francisco Xavier* não era o Francisco Xavier de Oliveira, amigo que o Pombal conhecera em Londres e em Viena, autor das *Cartas* publicadas em Amsterdam em 1742, e do *Amusement periodique* publicado em Londres em 1751, e que exerceu, segundo Camilo afirma no *Perfil*, «notável influência nas reformas inquisitoriais» do Marquês.

Amigo e orientador que, apesar de tudo isto, Pombal não deixou de mandar à fogueira, na mesma altura em que o padre Gabriel Malagrida era, também, queimado (mas com a diferença do padre ser assado cadáver e o *Cavaleiro de Oliveira* o ser em estátua), em 1761. O padre foi queimado por acusado de hersiarca; o Oliveira foi-o por ter escrito contra a Inquisição e adulado o Marquês. E, para cúmulo da amizade de Pombal ao Oliveira, no fim da cremação, presidiu aquêle a um jantar, no Palácio da Inquisição, que Paulo de Mendonça oferecera.

De facto, Oliveira só morreu em 1783, miseràvelmente, em Hachney. *Miseràvelmente* para expiar o mal feito em hostilizar a Inquisição e adular o Marquês.

Mas, voltando ao caso, o letrado Francisco Xavier das *Prisões* do

---

[1] Diz o mesmo quanto ao Encerrabodes.

Alorna era o doutor Francisco Xavier Teixeira de Mendonça, de Vila Real.

Advogou a questão de Gonçalo Cristóvão contra o Marquês de Pombal que reinstaurara a demanda que seu avô, Sebastião de Carvalho e Melo, havia perdido contra Bernardo José Teixeira Coelho de Melo Pinto de Mesquita, pai de Gonçalo, demanda esta em que pretendia entroncar na família de Bernardo José Teixeira quando se vira a escorregar para o abismo da miséria após a vida airada que levara (1).

Camilo dá Inocêncio Francisco da Silva como «incorrectamente informado» quando diz no seu *Dicionário bibliográfico*, tômo 3, pág. 97, que o letrado Xavier fôra preso em 1758, dois anos após Gonçalo Cristóvão, ambos por causa da questão com o Marquês, e que nunca mais se soube da sorte dêles.

Camilo dá-o como preso pelo mesmo motivo que o Marquês de Alorna apresenta nas *Prisões da Junqueira*, e morto em fins de 1761.

Gonçalo Cristóvão foi outra vítima de Pombal por causa de um sobrinho a quem tentara contrariar o matrimónio com uma mulher de baixa condição.

* * *

Retomando o fio desta histórica meada, acrescente-se desde já que o interrogatório feito aos presos tinha fim diverso do judicialmente natural. Queriam antes *achar crimes, do que satisfazer bem e moderadamente o que mandam as leis*, como diz o Marquês de Alorna.

Pretenderam a todo o transe arrancar aos frades confissões sôbre pretensa *conjuração armada* contra Sebastião José. Ameaçaram-nos, acarearam-nos com um servo de Martinho Velho para ver se de alguma ocasião tinham estado fechados com êle Martinho na *barraca* que possuía junto dos frades. Donde resultou apurar-se que só para o confessar é que o padre Clemente estivera com êle na *barraca*, acrescentando o padre Illuminato e o criado de Martinho que, o que se dissesse dentro da mesma, com facilidade seria ouvido fora em virtude dos panos esburacados que dividiam o aposento e dêste ser aberto por outras partes. O padre Illuminato acrescentou, no entanto, que duma vez vira o papel de Martinho e que acêrca dêle lhe fizera considerações de prudência, etc.

(1) Camilo, *Perfil do Marquês de Pombal*.

Esta declaração de ter visto o papel era já motivo mais que suficiente para serem atirados à morte lenta dos sepulcros prisionais do tempo.

Foram ainda confrontadas as suas declarações com as do padre Manuel de Guimarães que escrevera a tal carta ao Encerrabodes. A pedido do padre Clemente declarou o padre Guimarães que jamais tratara com Freire de Andrade Encerrabodes de nada a que a carta dizia respeito, que quando a escrevera não estava de uso perfeito das suas faculdades mentais e que o fizera por atenção e confiado no bom êxito da tentativa de Oldemberg.

Houve grande má vontade da parte da justiça para com os barbadinhos, procuraram fazer-lhes crer ser tão grande crime o que se dissesse contra o ministro como contra El-Rei (a que ponto de infâmia faziam descer D. José com esta comparação soez!), acusaram-nos de coniventes, de ter expulso os barbadinhos genovezes e meteram-nos a ridículo por realizarem missões que se consideravam dispensáveis por sermos uma nação católica, insolências a que êles responderam na medida do merecimento de tão ignaras acusações. Foram até querer obrigá-los a confessar o que tinham dito a Sua Majestade e como estas Reais Pessoas lhes responderam.

Os frades, é claro, *zombaram desta pergunta*.

O padre Clemente disse-lhes ser sigilo absoluto aquilo que aos reis se confia, e o padre Illuminato não creu que S. M. tivesse vontade de levar até êste ponto a investigação.

Os membros da justiça, porém, é que num atrevimento nada jurídico, queriam obrigá-los a falar sôbre tal.

Até esta altura já os padres haviam insistido sem resultado que lhes dessem o sacramento da confissão. E o padre Illuminato, vendo que mais uma vez lho negavam, resolveu fugir, numa ocasião em que ia da cadeia para ser interrogado. Foi, no entanto, detido na Beira e enviado para a côrte. E, quando quiseram fazer troça dêle por causa da fuga, respondeu que não a executara por mêdo da justiça mas por lhe negarem aquilo que nem em *terra de bárbaros* se nega, a confissão.

Depois de interrogados foram os padres entregues ao corregedor de Belém.

Juntamente com o padre Guimarães foram metidos em enxovias lôbregas, em currais que deixavam a perder de vista aquêles em que se guardavam as bêstas lazarentas de qualquer lazarento da época.

Alorna refere-se nestes termos à prisão de um dêles:

«A do padre Clemente era uma casa subterrênea muito úmida, e

muito fria, ficava-lhe por cima a cozinha do escrivão do crime, com um sobrado muito arruinado, donde caía continuamente poeira, caruncho, águas sujas, etc., que causavam um descómodo inexplicável. Além disto de noite concorria de tôda a parte uma praga imensa de arganezes, contra a qual era preciso ao padre dormir sentado com um pau na mão para se livrar dêstes animais que por todos os lados o investiam. Clamou o padre para que o mudassem para outra habitação, mas nunca foi deferido, e o conservaram nesta mesma dois anos e sete meses.»

Algum tempo depois, para ver se conseguia melhoria de situação, resolveu o padre pedir para ser ouvido a fim de declarar o que entre êle e S. M. se passara como os ministros haviam querido saber.

O resultado obtido foi grande lisonja por parte dos hipócritos ministros e nada mais.

Ainda por cima o transferiram, levando-o, com outros presos, da *Quinta do meio* e *Páteo dos bichos* (1) para a Junqueira onde deviam apodrecer em vida.

Foi todo o êxito do seu mêdo de tormentos por renitência em não declarar o que lhe preguntavam.

Apareceram depois na prisão uns *papéis públicos* em que se espalhavam umas aleivosias contra os barbadinhos, acusando-os de servir os interêsses dos jesuítas, no paço, que lá os introduziram e que convidaram fr. Clemente a prègar contra a Companhia do Maranhão, segundo depoimento (reforçavam o dito) dos irmãos da religião do frade.

O Marquês de Alorna, depois de falar do espanto dos alvejados e seu natural receio de que mais boatos contra si houvessem propalado, diz que êles não se consolavam *com a circunstância de estarem então os Padres da Companhia (jesuítas) com todos os Confissionários do Paço, e nada necessitados do socorro alheio, nem com o conhecimento que todos tinham de não ser formada a Companhia do Maranhão, senão depois da sua prisão* nem de não haver testemunhas de tal convite.

Acredito piamente na 1.ª razão exposta. Perante a 2.ª, porém, não me permite a história tomar atitude idêntica.

Que a Companhia do Maranhão foi formada após a prisão dos barbadinhos, diz o autor das *Prisões*.

Ora isto não é verdade.

---

(1) O *Páteo dos bichos* ficava situado na casa do Conde de Aveiras, que foi, depois, o Paço de Belém.

A Companhia do Maranhão foi fundada em Junho de 1755.

Em um manuscrito que possuo, de autor anónimo, do ano de 1785 (reinado de D. Maria I), intitulado *Historia do Sr. D. José 1.º, Rey de Portugal* (à margem: *Hist. da leg. Portug. no tp.º do Sr. Rey D. José 1.º de Portugal)* se lê no §.º 40: «... a Companhia G.al do Pará, e Maranhão creada a 6 de Julho de 1755...»

Pascoal José de Mello Freire in-*Historia Juris Civilis Lusitani*, cap. XI, pág. 84, § CLL diz: «Pro rebus vero in Magnum-Pará invehendis, vel evehendis 7 Jun. 1755...»

Na obra já citada de Dom Miguel Sotto-Mayor se lê que a Companhia do Maranhão foi fundada por diploma de 6 de Junho de 1755, dia do aniversário de El-Rei.

O autor do manuscrito que possuo difere de Pascoal um mês e um dia.

Dom Miguel Sotto-Maior diverge um dia de Pascoal.

Apoiando-me em Pascoal, a quem cabe a obrigação de ser o mais correcto dos três citados, tenho, então, que a Companhia do Maranhão foi fundada em 7 de Junho de 1755, *em virtude das coisas que deviam ser exportadas ou importadas para o Grão-Pará.*

E tendo a prisão dos barbadinhos ocorrido após o terramoto, como pode o Marquês de Alorna invocar para os defender a circunstância que vimos quanto à referida Companhia?

O que não confere verosimilhança à acusação feita do padre Clemente ter sido convidado para prègar contra a mesma.

Pois que se, de facto, aos jesuítas não agradou a Companhia, não creio que para a combater se servissem dos barbadinhos ou que êstes aceitassem a incumbência se, *quod absurdum,* para tanto os jesuítas lhes solicitassem os préstimos.

Por isso tenho como certa a inocência dos frades presos, em tal capítulo, apesar do manifesto êrro em que o Marquês de Alorna podia induzir qualquer, êrro que desfiz, segundo creio.

Que do processo constassem tão mentirosas declarações contra os presos não lhes era de estranhar pelo seguinte: a seguir às declarações por êles feitas, os ministros da justiça deixaram grandes espaços em branco fazendo-os assinar muito mais em baixo. Acrescendo ainda que a redacção que deram aos seus depoimentos era muito ambígua, feita de «um modo torcido e susceptível de diversos sentidos», no dizer de Alorna.

Conquanto os atingidos sempre houvessem protestado contra tal, jamais alguma coisa conseguiram de útil.

Ora naqueles tais espaços que iam do fim das declarações dos réus às suas assinaturas, não ia de encontro à convencional justiça pombalina introduzir, malvadamente, infâmias que lhe servissem o seu intento.

O desembargador da Junqueira, um bípede bestial ao serviço de Sebastião José, procurou fazer que os barbadinhos, que naqueles sepulcros de vivos cumpriam a pena de prisão perpétua [1] que lhes fôra cominada, não cantassem os seus psalmos e orações, como costumavam por nem mesmo nas masmorras quebrarem os hábitos monásticos.

Manuel António do Gradil foi, também, condenado a prisão perpétua.

Enquanto estiveram na Junqueira, Martinho Velho Oldemberg e o padre Guimarães penitenciaram-se bastante de suas culpas.

Martinho Velho e o doutor Francisco Xavier foram degredados para Angola.

O Bispo do Pará, D. Fr. João Queirós, que fôra amigo do Pombal e a quem êle pagou a amizade com ingratidão por contar uma crueldade pombalina, crueldade que foi nem mais nem menos que o procedimento contra o colega do ministério, Diogo de Mendonça Côrte Real, que nos aparece no decurso dêste artigo, o Bispo do Pará, dizia eu, escreveu numa carta para o Governador do Maranhão, datada de 7 de Setembro de 1762, que Martinho Velho e Gonçalo Cristóvão morreram degredados *entre Benguela e Angola.*

Diz Camilo que o antístite confundira Gonçalo Cristóvão com o doutor Francisco Xavier Teixeira de Mendonça, estando, pois, de acôrdo com a informação de Alorna, tendo já afirmado que o *letrado* morreu em Benguela em 1761.

Na ocasião de serem sentenciados houve quem pretendesse dar morte de garrote, na prisão, ao doutor Francisco Xavier. Camilo aponta o Marquês de Pombal como tendo sido quem tal alvitrou.

Houve, porém, um voto contrário, pelo que foi comutada a pena para a de degrêdo.

O votante em contrário foi D. Luís da Cunha Aragão que se jactou disso ao Marquês de Alorna, na prisão, por (disse) discordar de *semelhantes actos ocultos da justiça.*

Devia mesmo ter sido por escrúpulos de consciência que o Aragão votara contra o Marquês!

---

(1) O padre Guimarães parece que foi para a Tôrre de S. Julião cumprir esta pena.

A sua relutância pela violência devia andar de braço dado com a de Pombal...

Como fica dito, o doutor Francisco Xavier morreu no degrêdo bem como Martinho Velho Oldemberg.

António Freire de Andrade Encerrabodes, logo que Pombal o pôde fazer, em 1756, entrou na Junqueira onde padeceu imensos maus tratos, tanto morais como materiais, e só de lá saiu no reinado de D. Maria I que o restituíu à liberdade com honras de chanceler-mor.

Enquanto esteve na Junqueira, um dia o desembargador apanhou-lhe cartas, de um barbadinho que era seu director espiritual, que só continham matéria do mesmo carácter.

Pois até por isto aquêle alma do Diabo evidenciou a sua crassa estupidez e maldade ferina.

Os três barbadinhos e Manuel António do Gradil também só quando D. Maria I começou a reinar é que saíram da prisão.

Contra Diogo de Mendonça Côrte Real, que não aprovava as irregularidades de Pombal e que o padre Guimarães denunciou com aquela sua estólida carta, houve um procedimento em tudo espectacular.

O *abbé de Mendonça*, como lhe chamavam os membros do corpo diplomático era Secretário da Marinha e Ultramar.

Após um jantar que ofereceu aos ministros estrangeiros, de 29 para 30 de Agôsto de 1756, foi-lhe cercada a casa e preso pelo ministro D. Luís da Cunha Melo e pelo corregedor João Inácio Dantas. O motivo da prisão nunca se soube. O decreto em que Pombal, escudado no Rei, se desfazia do colega, dizia protervamente que por causa de «... grande desordem e inquietação com bárbaros e infiéis pretextos do real serviço» que o preso movera.

Foi primeiro deportado para três léguas da côrte, escoltado por tropa e pelo corregedor para uma quinta das cercanias do Pôrto, daqui para a Beira e de lá para Mazagão.

Em 1765 foi transferido para as Berlengas e depois para Peniche onde morreu sem jamais saber porque assim fôra afastado do serviço da côrte e tão mal pago de seus trabalhos.

Por contar isto, o Bispo do Pará, fr. João de S. José Queirós, a quem o Marquês dera a mitra, foi preso na noite de 14 de Outubro de 1763, no seu Paço, mandado para Lisboa, por ordem assinada por Pombal, e depois encarcerado no mosteiro de S. João de Pendurada onde acabou.

* * *

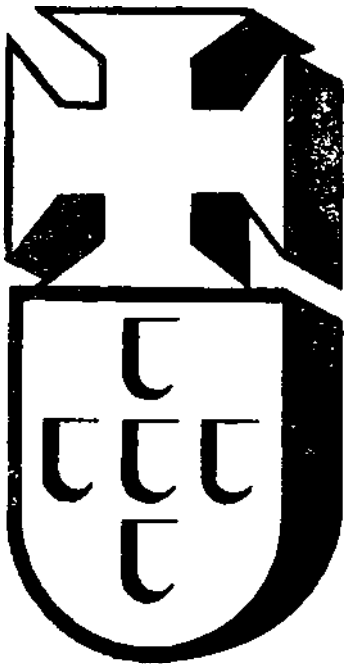
É esta a triste história em que andaram metidos os barbadinhos italianos e que levou o Marquês de Pombal a cometer mais um crime que foi o de fazer crer a D. José que se tramava contra a sua régia vida.

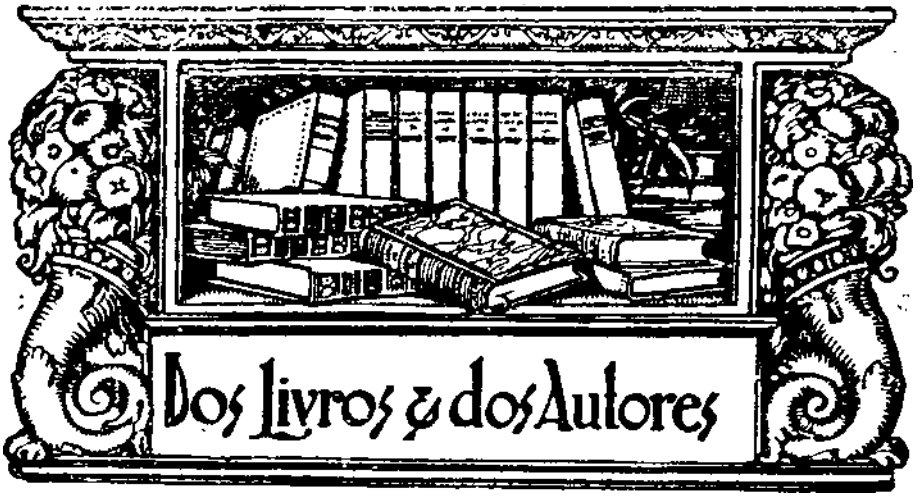
O leitor há-de estar aborrecido de tanto crime narrado.

As façanhas de Pombal são assim. Como os elos duma cadeia, pucha-se uma e tôdas as outras deslizam após, sucedendo, até, às vezes, que aquêles de quem fazia instrumentos da sua política, eram depois vítimas suas.

Apesar das razões de estado com que mascarava os seus crimes, Pombal não deixa de merecer a execração que se vota aos grandes facínoras.

A. PINTO ALMEIDA.





HISTÓRIA DUMA GOTA DE ÁGUA *(e outros contos para crianças)*, por *Eduarda Frias* e *Francisco do Carmo Costa*. Editorial «Nós». Braga, 1943. 199 págs.

O nosso século viu em Portugal o alvorecer da literatura infantil, quando tal espécie de literatura atingira em Inglaterra, na França, nos Estados Unidos, na Alemanha e, até, na vizinha Espanha pleno desenvolvimento como ainda não alcançou no nosso país.

Mas não obstante os esforços de alguns escritores devotados, que dedicaram a sua vida a criar pequeninas obras primas no género, que as crianças devoram gulosamente, não podemos dizer que tal espécie de literatura seja muito florescente, pelo menos no que respeita à qualidade.

Há, é certo, muitas obras que se apresentam como próprias para crianças; há por aí à venda numerosas colecções infantis, variadas revistas para crianças, abundante literatura para leitores de palmo e meio.

Todavia, dizêmo-lo com tristeza, no meio dessa abundante messe, grande parte é constituída por joio entre o qual mal aparece o trigo abençoado.

Bem sabemos que à criança portuguesa não convém o que convém à inglêsa, à alemã ou à francesa, visto como diversíssimas são as respectivas psicologias, pelo que não preconizamos a imitação servil do que se publica hoje naqueles países.

Parece, porém, que os autores portugueses não conseguiram ainda despir a velha capa dos antigos autores que supunham a criança apenas interessada pelos contos de fadas, pelo maravilhoso cristão e por tudo aquilo que constituíu durante mais de um século o tema obrigatório da literatura infantil. Ao mesmo tempo, àparte excepções limitadas, embora honrosíssimas, êsses mesmos autores parece que não acham a criança portuguesa digna de se lhe falar em assuntos sérios, apresentados tal como êles devem ser, sem virem mascarar e, até, deturpar a verdade sob os ouropéis dum simbolismo falso e ridículo.

Cremos bem que é já tempo de arripiar caminho, e muito humildemente ousamos rogar aos escritores do género

Nesta secção só serão feitas referências aos livros de que nos sejam enviados dois exemplares.

que enveredem definitivamente pelo caminho da verdade, seguindo o exemplo que, entre outros, lhes legou D. Ana de Castro Osório; e aos editores pedimos que procurem tornar cada livro infantil uma pequenina obra prima de bom gôsto e de arte, só por si capaz de atrair a curiosidade da criança e de lhe educar o bom gôsto e nela despertar o amor pelo belo.

O livro que temos presente, e que motivou estas despretenciosas notas, é o primeiro que de tal especialidade editou a emprêsa bracarense «Editorial Nós», recentemente instituída. Constituem-no o conto que lhe deu o título e mais treze contos de variável extensão.

Contra a nossa espectativa, tal volume não pode considerar-se obra prima no género, até pelo descuido da linguagem que, em certos passos, roça pela vulgaridade, enquanto noutros é dum pretenciosismo absolutamente deslocado. Os Autores entenderam seguir o velho molde de linguagem em uso há 30 ou 40 anos nesta espécie de literatura, agravado ainda com o facto de, a cada passo, recorrerem ao maravilhoso que já hoje não pode despertar a curiosidade infantil nem tampouco constituir meio profícuo de ensino, sabido como a moderna pedagogia o proscreve *in limine*. De resto perdoaríamos a culpa se, ao menos, os temas fôssem tratados de modo que pudessem fazer de cada história um exemplo moral capaz de ficar permanentemente gravado no espírito da criança. Apenas o primeiro conto constitui trabalho de merecimento, equilibrado e perfeito. Os Autores teriam feito bem em seleccionar com o maior cuidado os seus contos, joeirá-los do que de inaproveitável contivessem, de passá-los pelo rigoroso crivo duma crítica sincera antes de os lançar a público, evitando dêste modo que a crítica imparcial se pronunciasse desfavoràvelmente sôbre um livro que representa, é inegável, muito trabalho.

A edição é elegante, ilustrada com desenhos à pena, e impressa em excelente papel, sendo de lamentar que a revisão fôsse tão descuidada que deixasse passar gralhas numerosas e algumas graves. Nota-se, também, a falta de um índice.

COSTUMES NUPCIAIS DOS ANIMAIS, *Prefácio de Jean Rostand*. Editora Educação Nacional, Ld.ª Pôrto, 1943. 279 págs.

Curiosíssimo êste livro, sob todos os aspectos. Constituído por algumas dezenas de ensaios devidos à pena de vários especialistas, explica-nos o fenómeno da reprodução dos animais desde os Infusórios até aos Primatas. O facto de serem diferentes os autores não torna a obra «descosida» como quási sempre acontece quando muitos escritores escrevem os capítulos dum trabalho. Pelo contrário: há um fio a ligar os estudos entre si, o que torna o volume de leitura atraentíssima para todos os que o compulsarem.

É, antes de mais, trabalho de divulgação, mas o ser devido a especialistas dá-lhe a seriedade requerida em obras de tal natureza. Traduzido brilhantemente pelo sr. dr. A. de Oliveira Alves, é pena que não seja acompanhado de gravuras ou fotografias, que muito contribuíriam para a elucidação do leitor.

TEÓFILO BRAGA, por *Alfredo Pimenta*. Guimarães, 1943. 8 págs.

Os nossos leitores conhecem já êste ensaio do distinto colaborador desta Revista e aqui publicado por ocasião do

1.º centenário do nascimento de Teófilo Braga. Publicado, agora, em separata é de esperar que os leitores, a quem êstes problemas interessam, meditem com serenidade as palavras de A. P. que, na sua sobriedade, são, acima de tudo, justas.

O PÔRTO SEISCENTISTA. *Subsídios para a sua história coligidos por António Augusto Ferreira da Cruz.* Gabinete de História da Cidade. Pôrto, 1943. XI-199 págs.

Êste precioso volume é constituído, na sua maior parte, por documentos existentes no Arquivo da Câmara Municipal do Pôrto e que o seu Autor comenta com proficiência. Constituem-no dois capítulos: *Sob o domínio dos Filipes* e *Sob o signo de Portugal Restaurado.* Através de ambos êles se documenta e comprova fartamente o acendrado amor dos portuenses à sua terra e à sua pátria de modo insofismável. Desde as horas negras de 1580 até ao final da primeira fase da guerra da Restauração, vemos perpassar por tôda a obra figuras de portuenses aureoladas por êsse amor pátrio sem rival em todo o Império.

O volume ora editado benemèritamente pela Câmara Municipal do Pôrto insere documentos do mais alto valor, a par com outros muitos diversos, como os Capítulos particulares da Cidade do Pôrto que foram apresentados às Côrtes de 1668, os quais abrem por uma referência directa aos «muitos privilégios, jurisdições e isenções e liberdades» que os portuenses obtiveram dos Reis de Portugal, e de que sempre se mostraram ciosos e orgulhosos até êsse orgulho se tornar proverbial.

Abre a obra com um *Prefácio* do seu distinto compilador em que se evocam algumas das mais notáveis figuras de portuenses do período da Restauração. É o volume o 10.º da valiosa colecção *Documentos e Memórias para a história do Pôrto* que o Gabinete de História da Cidade vem editando há anos.

OS FIDALGOS DA TÔRRE *(romance)*, por *Sarah Beirão.* 3.º milhar. 2.ª edição. Domingos Barreira — Editor. Pôrto, 1942. 271 págs.

Escrito em linguagem despretenciosa e com intuitos moralizadores, como todos os escritos da Autora, esta novela — que não podemos classificar de «romance» — lê-se com agrado. Embora não possamos crer que tudo quanto lá se diz ocorresse na vida, parece-nos, no entanto, satisfazer inteiramente os desejos da Autora, pois apresenta, no decorrer da sua acção, «exemplos edificantíssimos, que podem aproveitar aos vindouros» (pág. 5).

É o 9.º dos volumes da «Colecção Portuguesa» e ostenta uma linda capa, aguarela do mestre insigne que é Alberto de Sousa.

IBERO-AMERIKANISCHES-ARCHIV. Jahrgang XVI. Oktober 1942 — Januar 1943. Heft 3-4. Jahrgang XVII. April-Juli 1943, Heft 1-2.

Esta excelente revista publica no seu fasc. 3-4 do XVI ano valiosa colaboração, entre a qual: *Johann Moritz Rugendas Ein deutscher Maler aus des ersten Hälfte des 19. Jahrhunderts in Ibero-America* da sr.ª dr.ª Gertrud Richert; *e Fray Marcos de Niza entdeckt New Mexico in Jahre 1539*, de Martin Gusinde, assim como a habitual secção de biblio-

grafia ibero-americana, que tantos serviços presta aos estudiosos.

O n.º 1-2 do XVII ano é, talvez, o mais valioso de todos do que até hoje se publicaram, pois é constituído por 93 nitidíssimas fotografias, a primeira das quais a côres, reproduzindo em todos os seus pormenores o famoso globo de Nurimberga e da autoria do célebre Martim Behaim, conhecido entre nós por Martinho de Boémia, que tão assinalados serviços tem prestado aos estudiosos da história dos nossos descobrimentos. Acompanha estas fotografias um ensaio do sr. dr. Oswald Muris e intitulado *Der «Erdapfel» des Martin Behaim.*

PSICOLOGIA DA AMIZADE, por *Mário Gonçalves Viana.* Domingos Barreira — Editor. Pôrto, 1943. 272 págs.

Com êste volume inaugura-se a «Biblioteca de Cultura Portuguesa», novo empreendimento editorial do operoso e infatigável Editor portuense.

Trata-se de trabalho dirigido ao grande público, por isso de divulgação, e nêle procura o distinto poligrafo seu Autor estudar e focar o problema da amizade sob tôdas as suas facêtas. Não poderíamos exigir profundeza de conceitos numa obra que é, antes de mais, destinada à divulgação de idéias, mas desejaríamos que o sr. dr. M. G. V. evitasse, por vezes, cair na trivialidade. É sempre difícil escrever para um público tão heterogéneo como é tôda a gente, é certo; mas também é certo que o dever do autor dum trabalho de divulgação é elevar ou procurar elevar o leitor até si, e não descer até ao leitor.

Pôsto isto, que em nada pretende desmerecer o valor do trabalho do sr. dr. M. G. V., diremos que o livro se lê com agrado, embora possamos achar, por vezes, excessivas as citações. Escrito com correcção, é trabalho para guardar, pois trata monogràficamente um assunto sôbre que tão pouco se escreveu, e êste mesmo disperso por várias obras.

A edição, como tôdas as do sr. D. B., é de estremada elegância.

OS ESQUIMÓS, por *Jean Gabus.* Tradução portuguesa de *Carlos Valle.* Livraria Tavares Martins. Pôrto, 1943. 309 págs.

Integrado na magnífica colecção «Por Terras de Maravilha», êste volume é uma admirável, pormenorizada e sentida descrição da vida das tribos esquimós, particularmente das que vivem nas margens da Baía do Hudson, ao norte do Canadá. É livro de geografia, de viagens e, sobretudo, de etnografia.

A vida dos esquimós conhece-se mal, e do pouco que sôbre êles se tem escrito muito não corresponde à verdade. Se é certo que a vida dêles é, aparentemente, tôda material, ao que são obrigados pela dura lei da vida num clima rigorosíssimo, também é certo que não são inteiramente destituídos de vida psíquica, o que o Autor, suiço de nascimento, regista por diversas vezes. Êste último, espírito curioso de viajante, misto de jornalista, viveu longos meses entre os esquimós, fazendo a mesma vida que êles, sofrendo as mesmas inclemências do clima, comendo as mesmas carnes cruas congeladas ou acabadas de arrancar ao corpo dêsses *caribus* que constituem a alimentação quási exclusiva dos esquimós, J. G. adaptou-se inteiramente ao ambiente a tal ponto que no final, já de regresso, sentiu a saüdade pungi-lo, embora se dirigisse para a civilização,

para países onde não há tempestades com a duração dum mês e fomes tão prolongadas como aquelas a que assistiu e que sentiu no *barrenland* canadiano.

Cremos ser J. G. o único, ou um dos poucos, que até hoje — salvo os missionários — mais tempo viveram entre as tribos esquimós do Canadá e também dos que registaram pela primeira vez manifestações, rudimentaríssimas embora, do que poderemos chamar a sua literatura oral.

Livro curiosíssimo, lê-se com o mesmo interêsse duma novela, para o que muito concorre a excelente tradução.

ESTRADA REAL, por *Fernando Amado*. Edições «Gama». Lisboa, 1943. 254 págs.

Livro de filosofia política, embora visando à sua aplicação prática e imediata, constitui um verdadeiro *vade-mecum*, melhor *idearium*, da idéia política por que se bate *Gil Vicente*.

Escrito com sábia elegância, em linguagem de grande elevação, nesta obra foca o sr. dr. F. A. todos os problemas mais instantes que interessam a Portugal, preconizando o regresso puro e simples à Tradição, salvaguardadas as conquistas que em mais de cem anos de liberalismo o espírito do homem fêz e o obrigou a não aceitar essa Tradição no sentido literal de volta ao passado, mas sim de continuïdade dêsse mesmo passado.

Nêle há muito que aprender e muito para meditar, quer pelos simples curiosos ou estudiosos de filosofia política, quer mesmo pelos que algum dia tiveram responsabilidades de Govêrno ou de orientação.

ANTÓNIO ÁLVARO DÓRIA.

Registo de obras recebidas

Ofertas dos Autores:

Ressurreição — Vida e Morte (I), por *António Pôrto-Além*.

Ofertas dos Editores:

Biblioteca Nacional:

Diário do 3.º Conde de Linhares, Vice-Rei da Índia (tômo II).
Index das notas de vários tabeliães de Lisboa (séculos XVI-XVIII), tômo 3.º

Livraria Tavares Martins. Pôrto.

Educação da castidade, por *R. P. Ruiz Amado, S. J.*
Diário, por *Katherine Mansfield*.

Uma nota de música, por *Rosamond Lehmann*.

Edições *Gama*. Lisboa.

Vento sôbre a charneca..., por *Álvaro Maia*.

Edições S P N. Lisboa.

Historiazinha de Portugal, por *Adolfo Simões Müller*.

Domingos Barreira — Editor. Pôrto.

Jogos e canções infantis, por *Augusto C. Pires de Lima*.

A. Figueirinhas, Ld.ª Pôrto.

Um grande amor, por *Augusta Falcão da Costa*.

Nesta secção registam-se todos os livros que nos forem enviados.

UM ECONOMISTA PORTUGUÊS

JOSÉ ACÚRSIO DAS NEVES

COMPLETARAM-SE, no dia 6 de Maio passado, cento e dez anos sôbre a data em que morreu José Acúrsio das Neves, um dos autores mais injustamente esquecidos pelas gerações do liberalismo, só empenhadas em glorificar os luminares da facção. Não virá pois a despropósito relembrar alguns traços biográficos dêsse honrado português cuja vida foi exemplo de coerência e dignidade.

Nascido a 11 de Dezembro de 1766, no Casal de Cavaleiros, no distrito de Coimbra, concluíu com distinção o curso de Direito e enveredou pela carreira da magistratura, lendo no desembargo do Paço em 1795 e vindo a ser despachado juiz de fora na cidade de Angra, onde ficou a exercer o cargo de corregedor quando chegou a seu têrmo o prazo da comissão. Ali se manteve até fins de 1807, em que regressou ao Continente, recolhendo-se logo à casa que herdara de seus pais, no lugar de Sarzedo, em conseqüência da primeira invasão francesa.

Restam dêsse período da sua estada em Lisboa, após a expulsão dos invasores, alguns opúsculos referentes à dominação napoleónica, em que o panfletário revelava grande coragem e entranhado amor pátrio.

Em 1810 recaíam em José Acúrsio das Neves as nomeações de deputado da Real Junta do Comércio, de secretário do respectivo Tribunal, de deputado da Junta de Liquidação dos Fundos da extinta Companhia do Pará e Maranhão, de deputado da Direcção da Real Fábrica das Sêdas e Obras das Águas Livres, permanecendo porém no lugar de deputado da Real Junta do Comércio, e sendo simultâneamente promovido a desembargador da Relação do Pôrto sem vencimento de ordenado.

Por se haver mostrado contrário às instituïções liberais proclamadas no dia 24 de Agôsto de 1820, foi por êsse motivo demitido de todos os seus cargos e empregos, com a excepção apenas do primeiro que relacionei.

Pouco depois, era eleito deputado às Côrtes ordinárias de 1822, o primeiro Parlamento que se reünia em Portugal, e onde o seu nome se notabilizou como ardoroso defensor da Rainha D. Carlota Joaquina, a quem o partido demagógico queria impor o juramento da Constituïção.

Nesse mesmo ano publicou êle a primeira parte das *Cartas de um português aos seus concidadãos*, continuadas em 1823, após a queda do regime liberal, provocada pelo pronunciamento militar de Vila Franca.

Em conseqüência dessa transformação política — classificada pelo Conde de Palmela, numa circular dirigida aos nossos representantes no estrangeiro, de «grande e feliz mudança que efectuou neste reino o unânime e espontâneo movimento de tôdas as classes» — viu-se José Acúrsio das Neves restituído a todos os seus empregos; mas, logo no ano seguinte, pelo movimento da *Abrilada*, em que aliás não se envolvera, esteve dezanove dias incomunicável, preso três meses no Limoeiro, e era em seguida expulso da capital.

Eleito procurador pela cidade de Lisboa às Côrtes de 1828, coube a José Acúrsio das Neves o encargo de responder ao discurso de proposição do Bispo de Viseu, D. Francisco Alexandre Lôbo, revelando-se no decorrer da reünião, dos Três Estados, um inteligente e zeloso defensor da legitimidade dinástica.

No exercício dos seus cargos se manteve em Lisboa até 1833, donde só retirou quando a cidade foi assolada pela epidemia da cólera-morbus. Passou então às Caldas da Rainha; deu-se depois à redacção do boletim do exército miguelista e acolheu-se, por fim, ao seu lar de Sarzedo, onde veio a acabar os seus dias, a 6 de Maio de 1834, em lamentáveis condições de miséria e abandono, mas sem ter experimentado porém a mágoa de assistir ao trágico desmoronar de uma causa a que votara as suas melhores energias.

Referindo-se à morte de José Acúrsio das Neves, diz Brito Aranha, na continuação do *Dicionário Bibliográfico*, que possuía uma carta de pessoa insuspeita e conterrânea do escritor, na qual se lia o seguinte:

> — «Posso dizer que foi encontrado morto ao abandono nas vizinhanças de Sarzedo, em um palheiro, que muitas vezes tenho visto, para onde de vez em quando se retirava ou refugiava, com receio da perseguição, que na Beira foi desbragada em tôda a extensão da palavra, desde 1834 até 1839, contra os que se haviam mostrado afectos à causa de D. Miguel.»

Lembrarei ainda, para completar êstes apontamentos biográficos, que o procurador às Côrtes de 1828, a quem já se tem atribuído a coordenação e redacção do célebre *Assento dos Três Estados do Reino*, pelo qual foi proclamada a legitimidade de D. Miguel, pertenceu à Academia das Ciências, e com o grau de cavaleiro, às Ordens de Cristo e da Conceição.

É vasta e valiosa a bibliografia que José Acúrsio das Neves nos legou, deixando o seu nome vinculado ao movimento cultural português por algum dos mais notáveis trabalhos históricos, económicos e políticos que viram a luz da publicidade no decurso do século passado.

Como historiador consciencioso e documentado se afirmou, principalmente, ao traçar o quadro das invasões francesas, de que fôra testemunha, numa obra por completar — *História geral da Invasão dos franceses em Portugal, e da restauração dêste reino*, obra em que se encontram reünidos copiosos subsídios para o estudo dessa época tormentosa da nacionalidade, e que ainda hoje se pode ler com proveito e aprazimento, por virtude da linguagem e abundância de pormenores.

Bem mais vincada se nos apresenta, decerto, a sua personalidade de economista, pois foi José Acúrsio um dos autores que surgiram com maior autoridade a rasgar novos caminhos, num período em que tanto rareavam os trabalhos da especialidade.

Percorrendo as suas obras, como, por exemplo, as *Variedades sôbre objectos relativos às artes, comércio e manufacturas, consideradas segundo os princípios da Economia Política*, a *Memória sôbre os meios de melhorar a indústria portuguesa* e as *Noções históricas, económicas e administrativas sôbre a produção e manufactura das sêdas em Portugal* — obras a que ainda hoje não pode dispensar-se de recorrer quem queira informar-se convenientemente da evolução das doutrinas económicas entre nós — verificamos a sua constante preocupação de remediar o atraso em que êsses estudos se encontravam, chamando para êle as atenções dos seus contemporâneos, esforçando-se por demonstrar a urgente necessidade que havia de dar maior incremento à cultura das ciências económicas. Também a literatura colonial lhe deve um ensaio de valia, as *Considerações políticas e comerciais sôbre os descobrimentos e possessões dos portugueses na África e na Ásia*, e a cosmografia, um volume que não teve continuação, o primeiro tômo dos *Entretenimentos cosmológicos, geográficos e históricos*, publicado em 1826.

Da sua actividade política, já ficou dito o suficiente para que seja necessário insistir nas características do pensamento que o orientou;

basta-nos acentuar que José Acúrsio das Neves foi um autêntico precursor do nacionalismo português. As suas *Cartas* não se impõem sòmente pelas páginas descritivas do terramoto vintista, do «grande terramoto constitucional que — na expressão de Eça de Queirós — tudo nivelou e achatou — tipos, costume e caracteres». Encerram ainda admiráveis conceitos doutrinários, e tão copiosos, que os devemos justamente considerar como um dos melhores documentos da nossa bibliografia política.

Eis a traços largos, imperfeitos, o perfil dêsse honrado português que se chamou José Acúrsio das Neves. A historiografia de partido, não conseguindo envolver-lhe a memória na sua teia de calúnias, pretendeu, cautelosamente, apagar-lhe quanto possível o nome glorioso. Relembremo-lo nós, nesta hora adiantada do nacionalismo português, em que voltam a resplandecer algumas daquelas verdades eternas por que êste *vir bonus* combateu até à morte, sem temor nem desfalecimento.

FERNANDO CAMPOS.

EUGÉNIO DE CASTRO

Morreu Eugénio de Castro, Artista de rara personalidade e um dos poucos nomes portugueses reconhecidamente universais.

Pela pena distinta do nosso colaborador sr. dr. Alfredo Pimenta, vai *Gil Vicente*, no próximo fascículo, prestar a homenagem que é devida ao poeta dos *Oaristos*, publicando, também, vinte cartas de Eugénio de Castro dirigidas àquele nosso colaborador.

O problema do descobrimento da Madeira

(Continuação da pág. 115)

BARROS é terminante na sua afirmação: Zarco e Tristão descobrem Pôrto Santo, casualmente, acossados por um temporal; de volta ao reino, o Infante arma três navios cujos comandos são entregues respectivamente aos dois descobridores e a Bartolomeu Perestrelo; devido à multiplicação dos coelhos, que tornaram tôda a cultura impossível, êste último regressa ao reino e os outros dois resolvem investigar de perto a razão do negrume que os fazia cismar e não passava de névoa a encobrir a ilha da Madeira (1). Por conseguinte, os descobridores foram Zarco e Tristão, e a Madeira é-nos revelada como se até ali não existisse; precisamente o oposto do que Diogo Gomes, Zurara e, mais tarde, Valentim Fernandes escreveram, pois da leitura dêstes fica ao leitor a impressão de ser a ilha já conhecida, embora não habitada. O mais curioso é que Barros se afasta notàvelmente da versão de Zurara (a mais digna de crédito, como já dissemos), quando em dois passos, pelo menos, desta década se confessa seu tributário: «Gomezeanes de Zurára chronista mór destes reynos em as cousas do tempo do jnfante dom Anrique (do qual nós confessamos tomar a mayór parte dos seus fundamentos, por nã roubar o seu a cuio e)» (2); «Gomezeanes de Zurára q̃ foy cronista destes Reynos de cuja escriptura nos tomamos quasy

(1) Em Portugal dá-se o mesmo fenómeno com a serra de Sintra que em certos dias — a maior parte do ano —, devido à abundância de arvoredo numa região naturalmente nua de árvores, está envolta em névoas, o que lhe dá, vista de longe, aspecto estranho. Êste facto, devemos acentuá-lo por curioso, já era registado no século XV pelo geógrafo árabe Ibne Abde Almunime (Cf. *Portugal no tempo dos Mouros*, pelo falecido e ilustre arabista Dr. David Lopes, em *Liceus de Portugal*, n.º 2 (Novembro de 1940), pág. 98.

(2) *Op. cit.*, prólogo, pág. 3.

todo o processo do descobrimeto de Guine... em soma diz q̃ abos estes caualeiros [Zarco e Tristão] descobrirã esta jlha» (1). Esta última afirmação, como se viu, não é precisamente verdadeira, porquanto Zurara não diz que os dois navegadores *descobriram* a ilha mas que *passaram-se* a ela, o que denota conhecimento prévio da sua existência.

Mas no cap. I do liv. II da *Ásia*, Barros, voltando a referir-se a Zurara (a quem chama «hómem neste mistér da história asáz diligente, & que bem mereceo o nome do officio que teue» (2), diz que as coisas que o cronista «escréueo deste descobrimento do tempo do jnfante dom Anrique (segundo elle diz) já as recebeo de hũ Afonso Cerueira que foy o primeiro que as pos em órdem (3): [...]. E pósto q̃ tudo ou a mayor párte do que té qui escreuémos seja tirádo da escriptura de Gomezeanes, & assy deste Afonso Cerueira: nam foy pequeno o trabálho que tiuémos em ajuntar cousas derramádas, & per papees rótos & fóra da órdẽ que elle Gomezeanes leuou no processo deste descobrimento» (4). Seria, pois, natural supor que tendo Barros consultado a *Cronica* de Zurara e a de Cerveira, — a qual, no dizer do sr. dr. Jaime Cortesão, «foi escrita antes da de Azurara e era muito mais minuciosa que a sua» (5), — e afastando-se a sua narrativa da de Zurara na descrição do descobrimento da Madeira, esta sua versão deva ser a de Cerveira e não a de Zurara. Mas êste manifesta-se em vários passos da sua *Crónica* (6) tributário de Cerveira, o que vem deixar perplexo o historiador que pretenda destrinçar a verdade no meio de problema tão emmaranhado (7).

Duarte Pacheco Pereira não é mais claro neste ponto, pois refere-se

---

(1) *Ib.*, cap. III, pág. 18.

(2) *Op. cit.*, pág. 63.

(3) Barros ignorava a existência do Ms. de Diogo Gomes.

(4) *Op. cit.*, págs. 63-64.

(5) *Lvsitania*, vol. I (1924), pág. 54.

(6) Nomeadamente a págs. 165, 259 e 393.

(7) O próprio Infante não é mais claro, pois na carta de concessão, à Ordem de Cristo, do espiritual das ilhas da Madeira, de Pôrto Santo e Deserta diz apenas:

«... comecei de povorar a minha ilha da Madeira averá ora trinta e cinco annos, e isso mesmo a do Porto Santo, e deshi, proseguindo, a Deserta, das quaes ilhas que assim edifiquei e novamente achei» [vd. *Alguns documentos*, etc., pág. 26].

Ora sendo a carta datada de 18 de Setembro de 1460, trinta e cinco anos antes seria no ano de 1425. Os testemunhos são quási unânimes em atribuir o «achado» da Madeira ao ano de 1420, pelo que a afirmação do Infante pode entender-se de dois modos: 1.º — mandou povoar as ilhas em 1425, porque se lhe não oferecera oportunidade antes, embora já as conhecesse quando iniciou o ciclo dos descobrimentos; ou 2.º — desco-

apenas em dois passos do *Esmeraldo* ao descobrimento da Madeira, e ainda assim com brevidade:

«...ho Infante Dom Anrique [...] mouido por diuinal misterio com muitas & grandes despezas de sua fazenda & mortes de criados seus naturaes portuguezes mandou descobrir a Ilha da Madeira, & a mandou pauoar» (1). «Muitos beneficios tem feytos o virtuoso Infante Dom Anrique a estes Reynos de portugal por que descobrio a Ilha da Madeira no anno de nosso senhor de mil CCCCXX & ha mandou pauoar...» (2).

Ambos êstes depoimentos se referem ao descobrimento, embora nos não citem o nome do descobridor ou descobridores, deixando na igno-

bertas as ilhas em 1418-1420 só em 1425 encontrou quem as fôsse povoar voluntàriamente ou por ordem sua.

É verdade que aquêle «novamente achei» poderá ser interpretado como querendo significar ter encontrado as ilhas *de novo*, visto já terem sido descobertas anos antes; mas neste, como em outros casos semelhantes, o advérbio tinha então um emprêgo com acepção diferente da com que hoje o empregamos; assim, *novamente achei* deverá significar *encontrei pela primeira vez*, o que de certo modo parece contrário à opinião corrente de o arquipélago ser já conhecido. Êste passo parece-nos que, longe de a esclarecer, ainda mais complica a questão, a não ser (o que não é plausível) que às vésperas da morte o Infante sentisse a memória falhar neste ponto como em outros.

Mas no seu citado artigo «Quem descobriu o arquipélago da Madeira?», o sr. dr. Duarte Leite, depois de nos dizer que o Infante estava «convencido de que os seus navegadores avistavam as ilhas antes de quaisquer outros, e lhes deram os nomes actuais», explica que «a palavra *nouamente* da carta henriquina é susceptível duma interpretação menos rigorosa do que a indicada. Na côrte de D. João I desconheceram-se, ao que parece, as viagens portuguesas às Canárias sob D. Afonso IV, mas as formosas ilhas nelas encontradas em estado de abandono não se tinham por certo apagado da memória tenaz dos marítimos portugueses: passaram ao vasto pecúlio de terras lendárias com que entretinham a imaginação, tal a muito procurada mas nunca achada ilha das sete cidades, inscrita em mapas e ainda lembrada quando Cristovam Colombo foi parar às Antilhas. Foi plausìvelmente a tradição oral que levou à busca dessas ilhas misteriosas, conhecidas sòmente pelos nomes, e quando a atenção de D. João I se voltou para os mares, o infante D. Henrique iniciou a busca, utilizando algum dos navios armados em côrso contra os infiéis, que corriam as costas algarvias e da Espanha mourisca, e iam até ao Levante. Foram felizes na tarefa os seus capitãis, e o príncipe pôde dizer com razão que achára novamente as ilhas, convertendo-as de lendárias em realidades úteis, porque pouco depois as povoa, serviço bem mais valioso do que o seu achado casual.»

Parece-nos especiosa esta última interpretação; tirar do texto henriquino tal explicação será torcer ou forçar o seu sentido. O que nos parece mais natural é a interpretação que o próprio texto nos dá e a que acima aludimos.

(1) *Esmeraldo de Situ Orbis*, Lisboa, 1892, prólogo, pág. 1.

(2) *Op. cit.*, cap. 33.º, pág. 57.

rância quem procure averiguá-lo por seu intermédio. Em todo o caso foi João de Barros o primeiro que afirmou ter sido Pôrto Santo descoberto por Zarco e Tristão, ali levados por uma tempestade, e que os dois descobriram também a Madeira, pelo desejo de esclarecerem o mistério da névoa que viam persistentemente imóvel na direcção SW. E é na peũgada de Barros que seguem todos os historiadores subseqüentes, quer portugueses, quer estrangeiros, que narram o descobrimento anàlogamente ao autor da *Ásia*, e o atribuem a Zarco e a Tristão. Assim faz Damião de Góis na *Chronica do Prinçipe Dom Ioam*, quando refere que, regressado D. Henrique do descêrco de Ceuta, em 1419, «mandou per duas vezes nauios a descobrir, hos quaes passaram, & ho mais lõge, q̃ se entã nauegaua da Europa pola costa Dafrica: tornados estes nauios, hũ Ioã gõçalvez, zarco dalcunha, & Tristã vaz teixeira pola vontade q̃ viam no Infante, de cuja criaçã erã, lhe pedirão que fosse sua merçe seruirsse delles no tal negoçio, do q̃ ho Infante houue prazer, & lho agradeçeo muito, mandãdo logo armar hũ nauio de q̃ deu ha capitania a Ioã gonçaluez, por ser mais velho que Tristão vaz, hos quaes com temporal que lhes deu, sem chegarem à costa Dafrica nauegaram tanto aho pego, q̃ acabada ha tromenta se acharam à vista de hũa ilha pequena, & deserta; que logo foram demandar, & pola merçe que lhes Deos fezera, alem de hos saluar de tamanha tempestade, em lhes deparar ha tal ilha, lhe poseram ho nome de Porto Sancto, quomo se agora chama, cõ ha qual noua se tornarão aho Infante, a quẽ logo hũ seu criado per nome Bertholomeu perestrello pedio ha capitania della, que em companhia destes Ioam gonçaluez, & Tristam vaz ha foi pouoar, por ser ilha de bõs ares, & bõas agoas de fontes, & pouco tempo depois andando Bertholameu perestrello no Regno, Ioam gonçaluez, & Tristam vaz acordaram de em barcos irẽ demandar hũa sombra de nuuẽs q̃ muitas vezes viã, nam muĩ longe daquella ilha onde stauã, dõde partirã em tam bõa hora, q̃ cõ pouca dificuldade lhe quis Deos deparar outra ilha tãbẽ deserta, muito mór q̃ ha do Porto Sancto, à qual por ser cheia de bosques poseram nome de Madeira: com este tam prospero successo se vierã aho Infante, a quẽ aprouue em galardã de tam bõas nouas, lhes fazer a ambos merçe della, dãdo ha capitania da bãda do Funchal a Ioã gonçaluez, & da bãda do Machico a Tristam vaz, hos quaes per sim, & cõ suas valias, & fazẽda começaram a pouoar esta nobre, & rica ilha da Madeira no anno do senhor de M.cccc xx.» (1).

(1) *Op. cit.*, Coimbra, M.Dccccv, págs. 17-18.

O ilustre cronista quinhentista só de passagem trata dos descobrimentos na sua crónica do filho de D. Afonso V, porque o fim que tinha em vista era tão sòmente ligar os factos do reinado do *Africano* aos dos reinados imediatamente anteriores. Por isso não podemos estranhar que não seja prolixo em datas, sabendo como o próprio Zurara, numa crónica em grande parte ligada aos descobrimentos, trata tão brevemente dos factos que se prendem ao achado da Madeira. Ainda assim Góis dá duas datas fundamentais: 1419 (Pôrto Santo) e 1420 (Madeira). No entanto temos de concordar que esta última data nunca poderia ser a do início da colonização da ilha, já porque o próprio Infante indica a de 1425, já porque o descêrco de Ceuta se fêz em Agôsto de 1419, tendo o Infante permanecido em África até Novembro seguinte. «Para que o comêço da povoação se realizasse em 1420, forçoso seria admitir, esquecendo o inverno, o tomar das decisões e os precalços das viagens, que em 13 meses caberia o aparelhamento de uma barca, o descobrimento do Pôrto Santo, outro aparelhamento com todo o necessário para colonização, e a estada consecutiva de um ano, pelo menos, na referida ilha» (1).

De resto a data pelo Infante indicada é confirmada por um documento do século XV inserto no *Livro das escrituras de Pedro Alvares Sêco*, o qual nos diz que «tanto que estas Jlhas descobrio loguo em vida Del Rey seu pay no anno do Sẽor de 1425. começou a pouoar de moradores estas Jlhas E as fazer cultiuar» (2).

Mas, para o que particularmente nos interessa, vemos que Góis atribui também o descobrimento de Pôrto Santo e o da Madeira a Zarco e a Tristão Vaz Teixeira, relatando, pela primeira vez, o pormenor do negrume produzido ao longe pelas névoas que envolviam a Madeira. O cronista, cuidadoso como era, deve ter procurado documentar-se bem para escrever a sua *Chronica*, podendo nós, por isso, conjecturar que recorresse, para os descobrimentos, a fontes mais tarde perdidas. No entanto, erra a data do início da colonização da ilha da Madeira. Talvez já no seu tempo os herdeiros e descendentes de Zarco houvessem feito desaparecer quaisquer documentos em que os factos fôssem relatados de modo a obscurecer a fama do seu antepassado. Góis não deve ter co-

(1) João Franco Machado, *Descobrimento e colonização do arquipélago da Madeira*. Vide *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, vol. I, Lisboa, 1937, pág. 277.

(2) *Apud* João Franco Machado, *loc. cit.*, pág. 285. O passo faz parte do Cód. 737 da Biblioteca Nacional de Lisboa, onde figura no fól. iij.

nhecido o relato de Gomes-Behaim, como é mais que certo não ter lido (ou pelo menos aproveitado) a relação de Valentim Fernandes, aliás não teria atribuído tão categòricamente o descobrimento a Zarco e a Tristão.

Por esta mesma época o famoso António Galvão, que deu curso à lenda do Machim relatada pela primeira vez por Valentim Fernandes, conta que, em 1418, João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira, cavaleiros da casa do Infante, vendo «os desejos que elle tinha de descobrir terra: e elles de o seruirem na tal empreza, lhe pediraõ hum navio, e licença em que foraõ a este descobrimento, e junto da Costa de Africa lhes deu tal tormenta que se naõ poderaõ juntar a ella, e se perderaõ de todo se Deos os naõ socorrera com lhes amostrar huma terra, e porto a que pozeraõ o Nome Santo, onde se salvaraõ: e estiveraõ aqui dous annos. No anno de 420. descobriraõ as Ilhas da Madeira, e se passaraõ a ella [...] Outros dizem que vendo hum Castelhano os desejos que o Ifante tinha de descobrir novo Mundo, lhe dera conta como elles acharaõ a Ilha do Porto Santo, e por ser cousa pequena naõ faziaõ della estima. Que foy causa de mandar lá o Ifante Bertolameu Perestrelo, Joaõ Gonçalvez o Zarco, Tristaõ Vaz Teixeira: e pollos sinaes, e derrotas que o Castelhano dera do Porto Santo, foraõ ter a elle, e despois de alli estar dous annos, no de 420. se passaraõ à Ilha da Madeira» (1).

Neste, como noutros passos da sua obra, Galvão escusa-se a dar uma opinião sua fundamentada em fontes que consultou, limitando-se a apresentar em resumo os pareceres dos autores das obras em que colheu elementos para o seu livro. Como vimos no que atrás ficou transcrito, mostra-se Galvão ecléctico, conjugando os dois pareceres correntes no seu tempo, um que considerava Zarco e Tristão redescobridores da Madeira, outro que dêles fêz meros colonizadores. Qualquer dos dois, porém, admite um conhecimento prévio da ilha, ou pela aceitação da lenda do Machim, ou pela do descobrimento por espanhóis que se dirigiam às Canárias.

(Continua).

ANTÓNIO ÁLVARO DÓRIA.

(1) *Tratado dos Descobrimentos Antigos e Modernos*, Lisboa, 1731, págs. 20-21.

O Poeta Frei Francisco de Santo Agostinho de Macedo

Cultor do Classicismo Latino

CAPÍTULO II

1 — Fr. Francisco de Macedo e a sua época

Fr. Francisco de Macedo, nascido quási no alvorecer do século XVII, numa época essencialmente caracterizada pelo ideal literário conhecido sob a designação geral de gongorismo, não pôde furtar-se às influências dêste.

Embora não vá aqui fazer-se um estudo sôbre o movimento gongórico, alguma coisa deve dizer-se a seu respeito.

O gongorismo é uma conseqüência do exagêro com que se imitavam os autores greco-latinos.

Essa imitação exagerada e, ao mesmo tempo, servil, teve como resultado o culto excessivo da forma em detrimento do fundo.

«A produção literária começou a ser, em grande parte, dominada pelo processo.

«Nos autores clássicos a escolha na palavra própria era a pedra angular de qualquer construção literária.

«Êste empenho em aproveitar e situar rigorosamente o vocábulo segundo a sua propriedade etimológica é legítimo e proveitoso. Mas, passada a novidade, explorada a mina, as palavras acabaram de dar tudo o que podiam.

«O que aconteceu é que, depois de certo tempo, já se encontravam exaustas; e a insaciável sêde de beleza dos que sentiam na alma o tormento do dom divino, procurava instintamente alguma coisa mais.

«Êste recurso desconhecido eram a imaginação e o sentimento... Além disso, o número de temas poéticos era muito reduzido e sucedeu

que os artistas começaram a enveredar por dois caminhos: ou a exigir dos vocábulos efeitos superiores às suas posses, dando-lhes tantas voltas que vieram a cair no culto dos falsos ouropéis verbais, ou a alambicar os conceitos, procurando, nesse requinte, a beleza que a imaginação, de asas atadas, lhes não podia buscar pelo azul infinito» (1).

Êste culto excessivo da forma dominou a literatura de seiscentos sobretudo no campo poético.

A poesia de então, na sua maioria, era tudo menos a exteriorização dos sentimentos do poeta.

Nas Academias literárias a poesia passou a ser considerada como um exercício que podia ser versado e proposto em assembléia, submetendo-se, assim, à prova o engenho do poeta.

Os temas propostos eram totalmente destituídos de interêsse poético, como podemos ver neste, que foi versado na Academia dos Singulares:

> *Uma dama que por livrar uma borboleta do fogo de uma vela, queimou uma guedelha.*

A literatura, na sua quási totalidade, era, portanto, «criada muito mais para distrair da vida do que para exprimir a vida».

Fr. Francisco de Macedo, pôsto que tivesse escrito a maioria das suas obras em latim, nem por isso deixou de ser contaminado pela corrente de mau gôsto que caracterizou a sua época.

Em todos os países em que viveu, essa corrente tomou incremento sob designações diferentes, é certo, mas, no íntimo, com a mesma essência.

E a sua influência reflecte-se bem clara em obras de Fr. Francisco. Não que saibamos qual o conteúdo de algumas delas, de maneira a podermos avaliar o estilo em que estão escritas, pois, na sua maioria, foram publicadas em Espanha, Inglaterra e Itália e muitas por lá ficaram.

Apenas lhes conhecemos os títulos que, por si só, são já bem significativos, pois, se os compararmos com os das conferências dos académicos de seiscentos, vemos que há afinidades entre êles, não pelo assunto que versam, mas pelo rebuscamento dos conceitos e pelos «falsos ouropéis verbais» de que nos fala o autor do artigo já atrás citado.

---

(1) João Mendes, «Poesia e Gongorismo», na *Brotéria* de Dezembro, 1939, pág. 497.

Chamam-se assim algumas dessas obras de Fr. Francisco de Macedo:

Parnassi nemus poeticis arboribus consitum.

(Bosque do Parnaso plantado de árvores da poesia).

Uiridarium eloquentiae rethoricis floribus distinctum.

(Vergel da eloqüência matizado de flores da retórica).

Lituus lusitanus buccinae anglicanae Thomae Angli cauenti occinens.

(O clarim português soando contra a retumbante trombeta anglicana de Tomás Anglo).

As duas primeiras são dissertações apresentadas em Madrid e publicadas em 1628 juntamente com uma outra e num só volume: *Theses Rethoricae in unum uolumen coniectae;* e a terceira foi escrita contra o inglês Thomas Anglus e publicada em Londres, em 1654.

No catálogo que Niceron nos dá com as obras de Fr. Francisco de Macedo figura esta:

Discorso Academico. Qual goda con piu dilleto la Representation comica, ó Tragica ó mista di um Palco; se un cieco che senta ó un sordo che veda.

(Discurso Académico: Quem experimentará mais satisfação com a representação cómica, trágica ou mista, de uma peça de teatro: um cego que a ouça, ou um surdo que a veja?...).

¿Em face dêste título, não podemos afirmar que Fr. Francisco fêz parte de uma Academia italiana?

E essa Academia devia ser a dos «Inflamados» de Pádua, visto que o discurso foi publicado em 1676 nesta cidade e Fr. Francisco de Macedo já aí vivia desde 1667.

Niceron, num breve comentário a êste discurso, escreve: «on voit par les qualités que Macedo prend ici, qu'il étoit de l'Academia des Umoristi de Rome et de celle des Ricovrati de Padoue» (1).

(1) *Memoires pour servir à l'histoire des hommes illustres*, pág. 336, tômo XXXI.

Sousa Viterbo, tratando de Fr. Francisco de Macedo, transcreve um soneto em castelhano da autoria dêste, e «que se encontra no «Amphiteatro de Filipe el Grande», colecção de versos destinada a celebrar o tiro disparado pela escopeta do monarca contra um touro que foi o herói de um combate de animais ferozes efectuado em Madrid» (1):

Va triunfa el toro, y com los pasos mide
Del natural orgullo la fiereza,
Cuando de lo alto la sonante alteza
Sulfureo rayo com furor despide.

Clavó el lugar do su virtud reside,
Voló el acierto en las alas de presteza,
Al son previno la mortal flaqueza
Del toro, à quien la muerte el cursu impide.

Viose entre fieras golpe mas hermoso?
Que redime a las vivas de su afrenta,
Por quien el toro en muerte vida alcanza?

Hace este tiro al mundo un rey famoso,
Tienne en su lance que justicia ostenta
La virtud el premio, y el furor venganza.

Êste soneto é bem uma prova de que a Fr. Francisco de Santo Agostinho também não se lhe dava entreter-se com essa poesia de futilidades e bagatelas que

.....Quando vemos o que dentro encobre,
Quatro paus carunchosos nos descobre.

2 — Valor da sua obra poética

Felizmente estas influências a que o douto frade foi sujeito não se reflectiram, senão em parte, na sua obra que foi vastíssima, a avaliar pelos catálogos de Niceron e de Barbosa Machado e ainda pelas produções poéticas que ocupam todo o sexto volume e parte do sétimo do *Corpus*.

(1) Apud *Arquivo histórico português*, vol. VIII, pág. 201.

NOTA: — O poemeto «Spectaculum ferarum Madritense», que figura no *Corpus*, a págs. 359 do vol. VI, relaciona-se com êste combate a que alude Sousa Viterbo.

Analisaremos a sua obra poética, visto que é aquela de que temos conhecimento. Ela vale não tanto pela inspiração como pelo que aí representam o conhecimento profundo da língua latina, patenteado pelo poeta, e a maneira elegante por que se serve dela.

A ser verdade o que nos contam os seus biógrafos, o conhecimento do latim adquiriu-o êle desde muito novo, pelo contacto com os escritores do Lácio.

Barbosa Machado escreve a seu respeito:

«...quando contava onze annos, já repetia fielmente o Poema de Vergílio e metrificava com tal elegância e valentia que não somente imitava, mas excedia a este Principe da Poesia heroica, causando mayor assombro, que antes de saber a quantidade das syllabas e os preceitos da Poetica, compunha primorosamente todo o genero de versos, assim na lingua latina, como na materna» (1).

Pondo de parte certos exageros, expressos por Barbosa Machado nestas notas biográficas, como o de dizer que Fr. Francisco, aos onze anos, «metrificava com tal elegância e valentia» a ponto de exceder o próprio Vergílio, e «compunha primorosamente todo o genero de versos na lingua latina, desconhecendo, embora, a quantidade de sílabas e os preceitos da poética, um facto deve ser verdadeiro: «repetia fielmente o poema de Vergílio».

E se o repetia era porque bem o conhecia.

Não nos admiremos de que assim sucedesse, porquanto já Nicolau Clenardo, no século anterior ao de Fr. Francisco de Macedo, citava o exemplo de um menino de sete anos que viera a conhecer no nosso país e que o maravilhara recitando passos da Eneida, e exibindo outros conhecimentos da língua latina.

O gôsto pela cultura clássica fêz que Fr. Francisco adquirisse o conhecimento das línguas respectivas.

A sua educação completou-se num dos Colégios dos Jesuítas, em Coimbra, para o qual entrou aos catorze anos de idade, como já vimos na sua biografia, e acêrca dela escreve Sousa Viterbo:

«Os textos, sobretudo dos poetas, dos theologos e dos humanistas, tinha-os na ponta da língua e dava sota e az a quem lhe fizesse qualquer objecção ou pozesse em duvida a authenticidade de qualquer phrase» (2).

---

(1) In-*Biblioteca Lusitana*, pág. 76, tômo II.

(2) Apud *Arquivo histórico português*, vol. VIII, pág. 200.

A obra poética de Fr. Francisco de Macedo — refiro-me à que é conhecida por intermédio do *Corpus* — está escrita em latim e é composta essencialmente de panegíricos, carmes genetíiacos, epinícios, epitalâmios, epigramas, elegias, uma tragédia, etc.

Verificamos, por ela, que Fr. Francisco foi mais um exímio metrificador do que um verdadeiro poeta.

Acrescentemos, ainda, que êle foi também um repentista.

Já vimos como na discussão das teses *Leonis Sancti Marci rugitus litterarii* êle se comprometeu, no último dia em que falou sôbre a Poesia, a responder em verso a tudo o que lhe fôsse preguntado, tendo recitado «extemporaneamente mil versos Latinos com hum Epigrama em louvor da República de Veneza...» (1).

No *Corpus* figura a tragédia *Jacob* que o seu autor diz ter sido escrita de improviso — «extemporaneo calamo descripta».

No entanto, na sua obra em verso há muitas passagens, sobretudo as descrições, de verdadeira inspiração poética.

Assim, dá-nos uma bela descrição da paisagem que rodeia a casa de campo do arcebispo de Aix e chega a condensar num só verso tôda a tranqüilidade da natureza, a quietude da paisagem serena que os olhos percorrem com satisfação:

Grata quies oculis per prata errantibus (2).

E mais adiante, na mesma poesia, esta descrição que não é inferior às do género em Vergílio:

.....facili concepta paratu
Uis olerum tumida surgit tellure, solutis
Edita uisceribus: nec deficit unda canales
Deducta in uarios, series qua tota rigatur
Herbarum, nitido pellucent gurgite lymphae,
Et ivcunda oculis pariunt spectacula, gustus
Iam latura nouos et fercula grata palato (3).

Em muitas das suas composições, a par de versos belíssimos, surgem outros totalmente despidos de interêsse.

(1) Diogo Barbosa Machado, in-*Biblioteca Lusitana*, pág. 78, vol. II.

(2) *Rusticanae domus Ludouici Bretelii. Archiepiscopi Aquensis descriptio*, vol. 19.º, pág. 183, no vol. VI do *Corpus*.

(3) *Ibid.*, vols. 29-35.

É para lamentar, realmente, porque, se Fr. Francisco soube dar-nos alguma coisa de valor, é que não era verdadeiramente um mau poeta, ao contrário do que diz Niceron quando escreve: «personne ne s'est jamais avisé de le mettre au rang des Poetes et tout ce qu'il a fait en ce genre est tombé absolument dans l'oubli» (1).

A verdade é que embora Fr. Francisco não fôsse uma «águia» como poeta, não se deve negar-lhe valor, e não se pode dizer que a sua obra poética tenha ficado esquecida.

A prova temo-la nessas numerosas composições publicadas no *Corpus* e precedidas da biografia do autor e dos elogios de vários a seu respeito.

Dois factores deviam ter contribuído para que a sua obra não fôsse inteiramente perfeita: a influência do ideal literário da época e as muitas polémicas e discussões em que andou envolvido.

Podemos, talvez, acrescentar a êstes ainda um outro: a preocupação de transcrever, nas suas poesias, versos total ou parcialmente idênticos aos de Vergílio, Horácio, etc., o que decerto lhe cortava os vôos da inspiração pessoal.

Desta maneira quando o seu estro falhava, recorria aos poetas latinos.

Era o inconveniente que tinha o saber de cor os textos dos autores de Roma...

Ferdinand Denis afirma que Fr. Francisco de Santo Agostinho não prestou grandes serviços à literatura portuguesa porque escreveu quási sempre em latim, espanhol e italiano (2).

Ora se Fr. Francisco tivesse escrito as suas poesias em português seria, quando muito, um dêsses poetas que o século XVII nos deu em grande número, e com isso Portugal não se sentiria mais ufano.

Nada sabemos sôbre o número das obras que escreveu em espanhol e italiano. Deviam, no entanto, ser muito poucas em relação ao resto da obra em latim.

Não foi, portanto, êsse diminuto número de obras espanholas ou italianas que prejudicou a literatura portuguesa...

O próprio Fr. Francisco não se sente diminuído no seu valor por

(1) Obr. cit., págs. 316-317.

(2) *Resumé de l'histoire littéraire du Portugal et du Brésil*, Paris, 1826, pág. 218.

se ter servido, nos seus escritos, de línguas estrangeiras. Na carta ao leitor, que acompanha os seus *Ellogia poetica in serenissimam rempublicam Uenetam*, êle escreve:

«Omni linguae licet libere loqui, et fidenter scribere cuique, et suo et alieno idiomate» [1].

E, se a sua obra foi quási tôda escrita em latim, foi êsse, realmente o grande mérito de Fr. Francisco de Santo Agostinho de Macedo.

Nela devemos ver a projecção do classicismo no século XVII.

(Continua)

MARIA EMÍLIA ALVES.

(1) Vide *Corpus illustrium poetarum*, vol. VII, pág. 131.

COUSAS DA MADEIRA

Credos & Superstições Milagres & Outros Sucedimentos...

(Continuação da pág. 75 — vol. XX)

O Santo tanoeiro

VINDO do Machico, correndo-se tôda a costa por obra de meia légua chegamos a portinho do Seixo, que guardando a freguesia de Água de Pena (1), é sítio ameno e bucólico devedor de suas graças à existência de cristalina fonte de veio contínuo em terras de sesmaria pertencentes a Henrique Teixeira, homem de *«grossas terras para oeste da villa de Machico»*, e dos mais antigos colonos de esta povoação. Foi ali, nos calhaus do Seixo, onde, no dia que se seguiu ao do desembarque em Machico, Zarco e Tristão Vaz, com João Afonso, Gonçalo Aires Ferreira, mais João Lourenço e Rui Pais, todos de nobre linhagem, e com outros homens ainda, como êles, de sangue limpo, e seus pares da companha, quando mareando pela costa, *sempre apegado com a terra* — no texto de Frei Gaspar Frutuoso — *acharam em hum fresco valle e ameno prado hum ribeiro de agua, que vinha sair ao mar com muita frescura.* Descidos alguns em terra firme ali encontraram a uma outra fonte, *que sahia debaixo de hum grande, antigo e liso-seixo, e era tão preciosa e fria*, que Zarco mandou com ela se enchesse outra vasilha para levar ao Senhor Infante, e por via disto a êste pôrto se pôs o nome de *Seixo*, nome que ainda hoje traz a pequena praia de mar que faz serventia à Água de Pena, actual paróquia de Santa Beatriz, virgem e mártir do agiológio romano.

Percorrida a apertada Água de Pena (2), e andada uma outra puxada

---

(1) Desta freguesia, sua origem, seu povo e costumes cuidaremos em lugar mais próprio: *Romagens & Romarias.*

(2) Não se faça confusão com o que acima dissemos sôbre a origem do nome à freguesia e ao seu pôrto de mar. Em outro lugar trataremos, como já dissemos e com desenvolvimento, dos toponímicos, emitindo-se então a nossa opinião. Por agora basta dizermos

meia légua, temos a vila de Santa Cruz, em cujo pôrto podem *anchorar 20 navios*, no dizer do clássico.

Tem o pôrto de Santa Cruz *de comprido 255 passos de 4 até 25 brassas de areya limpa, neste porto sueste, e lestesueste, he travessta,* segundo refere ainda Henrique Henriques nas suas *Memorias.*

A nobre vila de Santa Cruz, tomou nome da *insignia da nossa Redenção*, ali plantada, por Zarco e seus companheiros, no chão onde mais tarde ficaram a igreja matriz e o jardim público.

Situa-se em *hu Espassoso valle ao pee de hu monte, e na Margem de huã Ribeira q copioza de agoa a alava p.la p.te do Poente, e p.la do mejo dia lhe baja os pés do Ocianno.*

Sua igreja de três naves foi mandada construir por El-Rei D. Manuel a diligências de João de Freitas, fidalgo de Sua Casa e criado do Duque D. Diogo, seu Irmão. Êste João de Freitas havia passado a viver nesta vila com seu pai Gonçalo de Freitas, que foi monteiro-mor do Infante D. Fernando e criado da Casa de El-Rei D. Afonso 5.º, depois da desgraçada e infeliz morte do Duque, seu Senhor e Amo, quando êste a tempo de querer matar a Seu Primo e Rei natural, foi dêste apunhalado na vila de Setúbal.

Na capela-mor da igreja de Santa Cruz tiveram os Freitas enterramento, por mercê de El-Rei D. João III (1), havendo respeito aos serviços de João de Freitas, gastos que fêz com a edificação da Igreja, e ainda atendendo à grande qualidade de sua pessoa.

Na pacatez de setecentos floresceu em virtudes até merecer o nome de Tanoeiro Santo um humilde artífice de Santa Cruz.

Nasceu António Pereira em Santa Cruz aos 28 de julho do ano de 1641, sendo filho de matrimónio de Gonçalo Fernandes e de Catarina de Araújo, sua mulher. O sacramento do baptismo foi-lhe ministrado pelo cura beneficiado João Ferreira que era então o pastor de almas naquela localidade.

Nos 58 anos de sua vida terrena sempre foi de todos respeitado e por todos tido como privilegiado do céu. Era oficial tanoeiro, e daí o

---

que, segundo me parece, o nome de *Seixo* ao pôrto teria sido dado, de facto, pela existência dêsse grande seixo a que se refere Gaspar Frutuoso e que o de Água de Pena terá sido devido a, talvez, *só com grande pena* se deixar a bebida de tão precioso líquido. Devemos ir buscar aqui, a toponímia, mais talvez à origem popular do que à via erudita.

(1) Por provisão de 19 de Setembro de 1533.

ficar na sucessão dos tempos conhecido pelo Tanoeiro Santo. Pôsto que seu mister de tanoar fôsse então um dos mais rendosos pelo muito vasilhame que, nesses tempos bons, era necessário ao vinho para embarque que sempre havia, o certo é ter sido a sua maior ocupação *assistir na Igreja até se levantar a Deus*, e só então se recolhendo à oficina onde até ao tarde, com pasmo geral, compunha e fazia uma pipa, depois do que, regressando de novo à igreja, ali em oração se conservava até por volta da meia noite. Êste era seu viver de dia a dia que Deus botava ao mundo.

Mas de sua vida exemplar se contam alguns casos singulares.

Diz-se que de uma vez se esquecera de comprar o azeite com que acendia à noite a lâmpada do Santíssimo, como estava no seu costume e voto. Aflito pelo não poder remediar a falta por se estar a horas minguadas, lhe deu inspiração o Senhor de que fôsse à vasilha onde costumava guardá-lo, não houvesse alguma gota mal escorrida, e a achou cheia do precioso bâlsamo.

Contam testemunhos antigos que, em uma outra certa noite, estando recolhido em oração junto do altar da Virgem do Rosário, Senhora muito de sua devoção, a tempo que ouvindo *um grande terramoto, concebeu algum favor*, quando a imagem da Senhora lhe falou dêste modo: *Não temas António q. aqui estou eu* (1).

De outra vez, a hora tarda, lembra-se o Santo Tanoeiro de terras de Santa Cruz de que, por imperdoável descuido seu, havia deixado sòmente encostada a porta da casa onde era costume recolher-se a cêra e outros mais trastes do serviço da confraria de aquela Senhora; chegando apressado para fechá-la, encontrou a guardá-la dois grandes vultos *armados com armas brancas*.

De outra noite ainda, quando depois das Avé-Marias ia dar as graças do dia, saíu-lhe a caminho, mas com diferente indumento, um horrível e enorme negro, o qual, encostando-se à porta do templo, lhe defendia o acesso; não vacilou e benzendo-se com o sinal da santa cruz para todo o sempre o afugentou. Eram ciladas do *bicho mau*, como sói dizer-se entre as gentes...

...E casos dêstes muitos outros lhe aconteceram vezes sem conta...

O povo crédulo e bom como sempre, respeitava-o, beatificando-o com a sua justiça, e o crédito de António ia em aumento, subindo a ponto

(1) Henrique Henriques de Noronha, lug. cit.

de entre os próprios mercadores inglêses herejes gozarem de fama os seus prodígios; conta-se que êstes lhe davam a madeira com que fazia as pipas sem tomarem conta das medidas, pois, como o confessavam, as aduelas nas mãos de mestre António cresciam no tamanho a ponto de renderem muito mais do que estava nos usos da terra.

Na Paz do Senhor morreu êste Seu servo a um sábado, que era 5 de Setembro, do ano da graça de 1699, contando 58 anos, um mês e nove dias de idade, e ficando sepultado ao pé do altar de Nossa Senhora do Rosário da Colegiada de Santa Cruz (Senhora de quem em vida tão devoto sempre fôra!) e onde se lê como elogio fúnebre ser ali *Sepultura de Antonio Pereira e Maria Pestana*, a qual lhe deu o Ilustríssimo Bispo D. fr. José de Santa Maria, «que o respeitava *particular.te pellas suas virtudes*». Era esta Maria Pestana, uma sua prima, mulher também de grande santidade e que com êle sempre assistiu nas suas obras pias.

E as memórias narram que no depoimento de Manuel Pereira de Olival, *homem fidedigno* que ainda vivia em 1722, êste confessou ter encontrado a cêra de que se serviram no funeral do António Tanoeiro tão crescida em volume, e em tamanho, que ao recolhê-la a não pôde acomodar no caixão próprio.

Muitas outras cousas se contam dêste santo varão, o qual nunca tomou estado, e sendo em Santa Cruz commumente chamado por António Pereira da Igreja, era no Funchal e outros mais lugares tido pelo nome de *Tanoeiro Santo*.

Profetas e Profecias

Nas suas razões lá diz o povo que *quem adivinha vai para a porta da Sé*.

Provérbio veterano êsse, mas de que ainda corre a notícia e cuja história de todos os islenos é conhecida, pelo que talvez valha a sua memória neste lugar.

Pôrto Santo, ilha vizinha da da Madeira, nascida do mesmo tronco desta e atirada ao mundo quási ao mesmo tempo, é-lhe, no entanto, muito oposta no seu *parecer*.

Pôrto Santo, afigura-se mais ao velho Portugal, progenitor comum; a Madeira deve mais aos deuses do Olimpo que a geraram e a deixaram cair sôbre o Mar sem fim, como pérola cara e rara em colo de dama formosa mas mui vaidosa de suas galas.

Pôrto Santo pouco deve à mãe Natureza; criou-se por si, e é pobre, muito pobrezinho. A Madeira tudo deve àquela; é rica, mesmo muito rica.

Pôrto Santo é português inteiriço dos pés à cabeça; na sua constituïção, na sua vida, nas suas águas, na miséria do seu solo.

A Madeira é terra do Paraíso e só nos costumes, na índole do seu santo povo, com Portugal se parece. No seu resto, é terrunho de Deus. É farta, a semente lançada à terra germina e dá o rendimento quási sem o trabalho do homem; no Pôrto Santo não; o fruto colhido traz muito do suor do homem que trabalha contra o solo, contra a mãe Natureza ingrata, contra as estiagens.

A Madeira é fértil; o Pôrto Santo passa fomes e as memórias de todos os tempos assim no-lo dizem. Na Madeira o solo é escravo do homem, e para êle produz e dá; no Pôrto Santo, pelo contrário, o homem é escravo da terra e é o homem quem produz e a obriga a produzir.

A Madeira é festejadíssima lá fora na estranja; o Pôrto Santo é quási um desconhecido, ¡e no entanto que pena assim seja, sempre tão bom e gentil, tão fidalgo na humildade da sua nobreza!

Pôrto Santo, metade da sua costa anda por formosa praia de areia fina e loura, na qual o mar quási não a toca com mêdo de não a maltratar na sua fragilidade de encanto. É terra de marinheiros e de banhistas. Pode orgulhar-se de possuir uma das melhores praias de banho do universo, mas a sua pobreza é primitiva, pois por apartado do mundo está fora da rota batida. O governante nunca desta gente se lembra; o navio, quando ali passa, é tarde e a más horas, e por meses, muitos meses há, em que as águas do Pôrto Santo não são acordadas pela sirene das embarcações nem batidas pelo marulhar das hélices. A comunicação entre as duas Ilhas faz-se quási sempre por primitivos barcos à vela guiados com perícia por homens de Pôrto Santo, marinheiros desde a hora em que o pai os botou ao mundo e logo os trouxe às cavalitas pelo mar adentro. A **travessa**, língua de mar que separa as duas Ilhas irmãs, conhecida por quantos nautas como de más entranhas, é corrida pelos marinheiros de Pôrto Santo quási de olhos fechados, tão bem êles penetram os segredos do mar...

A Madeira pela doçura e riqueza do seu solo, pela benignidade do seu clima, enfim pelo muito que deve à mãe Natureza, não precisa quási de trabalhar pois a terra tudo lhe dá; o Pôrto Santo, nisso mais parecido ao velho Portugal, seu Pai, de tudo carece. O Pôrto Santo ama muito ao seu Portugal, o seu velho Pai, mas dêste quási não costuma ser aten-

dido, empenhado como êle anda sempre nos vícios da política e nos calores das eleições. Nem uma carícia, nem uma prenda de anos. Lá continua como a mãe Natureza ingrata o trouxe no seu seio e um dia o deu a Portugal — nuzinho de ruindades, másculo nos ganhos da sua pobreza, e despido das grandes riquezas da irmã, sempre assim já lá vão dobrados os quinhentos, e muito por êles dentro. Mas indo cada dia mais forte na moral dos seus usos e costumes.

O Pai, mau para com esta filha que o estremece, só dela se lembra para dela muito exigir e só dela cuida para os senhores votos. É uma esquecida, e no entanto, quão linda ela é... ¡se é o retrato vivo do Pai! E apesar de olvidado e de nada mimado, ainda não acalentou a ingratidão.

Coube Pôrto Santo, na partilha que das descobertas se fêz, a Bartolomeu Perestrelo, fidalgo da casa do Senhor Infante D. João, filho de El-Rei D. João da Boa Memória.

Está situada ao nordeste da Ilha da Madeira, e *he pequena e quazi redonda, por ter de comprido tres legoas e meya, e quazi duas de largo.*

O seu comprimento vai do pôrto das Cagarras, a nordeste, ao Ilheu do Boqueirão, para sudoeste; tem uma ribeira de poucas águas salobras, a qual corre norte a sul. Algumas fontes, mas poucas. Águas minerais algumas; águas de regadio, nenhumas.

É terra pouco montanhosa, no que se não aparenta com a Madeira, titular de avantajados montes e arrogante na verdura de suas vestimentas. Não tem estradas, mas caminhos estreitos, ínvios. Não tem monumentos nacionais. Terra pobre em tudo, menos na bondade e na fidalguia. A sua formosa praia *he larga, e aberta,* o que *a fas pouco forte, cauza* porque viu muitas invasões e desembarques de piratas e corsários; em 1617, os mouros infiéis a deixaram quási despovoada pelas presas que de lá trouxeram para a escravidão; em 1690, e de novo em 1708, os roubaram os franceses, calvinos herejes.

Para estas ocasiões de maior traição encontravam abrigo em um monte de marinhosa encosta, onde todos os vizinhos se acolhiam fugidos aos ódios invasores. Êste refúgio *os tem enfraquecido, perdendo a grande opinião de valentes, com q. seos avós, por muitas vezes impedirão o dezembarque aos imigos sem mais reparos, q. huas covas em q. se enterravão vivos nas arcas té os peitos* (1).

(1) Vidè Henrique Henriques de Noronha, lug. cit.

Pôrto Santo usa por armas o dragoeiro, árvore que em fartura muito antigamente possuiu.

Se na Madeira abundam as superstições populares, as lendas, as tradições, os rimances, certo é que o *folklore* (1) de Pôrto Santo pela sua riqueza em quantidade e qualidade rivaliza com a pobreza franciscana que no mais usa trazer por casa.

Merecia lugar, neste nosso modesto trabalho, memorar algumas *cousas de Pôrto Santo*, e não se as julgue pouco a propósito sendo a história do Pôrto Santo a melhor lauda da História das Ilhas. No Pôrto Santo, como na Madeira, os usos de um, são os costumes da outra, as suas superstições e as suas crenças, os seus rimances e os seus modos de galhofar, as danças e as suas canções — tudo tão singelamente parecido.

E no entanto, nascidas na mesma hora grande do velho Portugal, elas são muito desiguais nas riquezas que ostentam ao mundo. Uma vaidosa, orgulhosa de si mostra ao mundo um sorriso de frescura que encanta os seus sisudos visitantes. Pôrto Santo, metido em si e aquecido pela sua pobreza não olha com êsse sorriso mas guarda no Espírito as virtudes de seu Pai. Tratado como um bastardo não se abastardou e fica sendo sempre o vigilante do seu destino bom, legítimo representante da nobreza de Alma do Portugal velho.

A Madeira por que é mais formosa, é mais mundana; Pôrto Santo, por mais acanhado, é mais de sua casa. Mas no fundo, no génio como na arrumação de seus costumes, são como duas irmãs, muito parecidas e iguais, razão por que as podemos tratar no mesmo capítulo e aceitando a lição de uma aplicá-la à outra — é sempre a lição do velho Portugal, e viver na Madeira como no Pôrto Santo é viver sempre a *pequena casa lusitana*, que para a grei jamais se corromperá nas suas qualidades de virtude e de honra.

...Mas, começamos êste ensaio por antigo ditado popular, e é tempo de a êle irmos...

Havia na Ilha do Pôrto Santo aí pelos anos de 1500, um tal Bartolomeu Nunes. Vivia no Farrobo, povoação de quinze vizinhos — no dizer do clássico — a qual deita para o norte da Ilha. Êsse Bartolomeu houve em matrimónio Fernão Bravo, o qual temeroso dos castigos do céu pelos desconcertos do mundo vivia pelos êrmos, fugido ao contacto peca-

(1) O têrmo *folklore* de origem inglêsa foi empregado a vez primeira em 1846 por Thom. É o composto *folk*. (gente, povo, grei) + lore (estudo, ciência) do verbo *to learn*.

minoso dos homens e ainda que, embora de nascimento honrado e sangue limpo, faltando aos deveres do católico.

Vivia longe do mundo, montanhês solitário, entregue ao pastoreio, mas mesmo assim a êle chegavam certos rumores do descaminho dos homens. Hoje um escândalo, amanhã outro que se repete. O mal é epidemia de todo o tempo, lepra que se declarà ao avizinhar-se de uma crise.

E então, Fernão Bravo, gasto de tanto pensar no mau caminho que trazia o mundo à beira dos seus últimos dias, propõe-se salvá-lo e trazê-lo a bom caminho.

Desceu à vila quando corria o mês de Dezembro de 1532, e, proposto à salvação das almas, busca em uma sua sobrinha chamada Felipa Nunes, *moça tambem solteira de 16 annos de idade, q. havia tempos jazia entrevada,* ajuda para a conversão dos pecadores.

Entra-lhe pela casa dentro tocando uma campaínha, do mesmo passo que diz ser enviado pelo Espírito Santo para que juntos prègassem penitência ao povo transviado.

Sugestionou a sobrinha, a quem *o Demónio tinha também induzido.*

Acodem os vizinhos ao tumulto, e a cada um dêles, por ordem e sem vacilamento, vai descobrindo os pecados, dizendo-lhes os *pôdres,* as ruindades que êstes suponham ao abrigo de infâmia e a sós roendo nas suas justiças.

Sobrinha à ilharga, lá se vão os dois pelo mundo em fora prègando a conversão, apontando os erros de cada um, que os ouvintes de consciência intranqüila, *calva à mostra,* começaram a dar-lhes tal crédito que ainda *os mais espertos, como o vigário,* persuadiram-se em suas razões e faziam quanto os profetas lhes mandavam.

Aos discursos de Fernão Bravo concorria todo o povo atento, e porque um dia um tal João Calaça, homem de bom sangue, *se poz a ler por hum livro, dando-lhe pouco asenço, mandou elle q. lhe tirassem o Demonio do corpo,* e tantas lhe deram que com pancadas o mataram.

O respeito era já tanto que ninguém os inquietava; viviam juntos e a romaria dos que os procuravam para julgadores de seus sentimentos de alma, de suas consumições e em consciência os tinham já como seus directores do espiritual era tanta essa gente que muitos aguardavam vez, dia e noite à porta dos santos.

Felipa finge não comer por o Espírito Santo a alimentar, e o povo ingènuamente a acredita.

Aos descrentes sucede como àquele Calaça que por ler à hora da prática do Profeta ficou caído por terra, sovado e sem vida.

Diz o clássico que à entrada do casebre onde Fernão e Felipa moravam, guardava-lhes a porta, como porteiro, um tal Francisco Fernandes, oficial de tecelão, de nação castelhano, o qual, altas vozes, *apregoava as suas ordens, dizendo: Ouvi o mandado dos Sanctos Profectas Fernando, e Felipa,* e que o crédito alcançado foi tamanho que em breves dias, os próprios clérigos *enganados da illuzão, os mettiaõ na confiçaõ, na missa, dizendo: «e os bemaventurados Profectas Fernando e felipa».*

As molheres principais, acrescenta o mesmo Noronha, *as fazia despojar dos vestidos, trazendo-as em camiza, occupadas em seu serviço; assim os hia dispendo, e enganando a todos, q. fizessem penitencia, porq. tal dia os havia conduzir a hum picco, chamado das cadelinhas, e q. sendo lançados dali abaixo voariaõ todos p.ª o Ceo.*

Uma procissão de voto se organizou, e nela as donas trocaram seus brocados ricos por míseros andrajos. Fidalgos houve que, humilhando-se, baixaram à condição de jornaleiros e trouxeram *os cêstos com comida, para a multidão dos que se reunião no Lombo da Feitoria, a ouvir as prédicas e predições* (1), para merecerem a bênção do profeta.

Neste tempo, como as coisas tomassem vulto (2), vieram alguns menos crédulos a Machico onde deram conta ao Corregedor de tôda aquela desgraça. Entregue em Machico notícia do sucesso imediatamente se embarcou para o Pôrto Santo o licenciado João Afonseca, corregedor com alçada, o qual levou consigo fr. Gaspar Gato, religioso franciscano, os quais devassando o caso, breve se convenceram do engano do demónio.

Presos, os gloriosos profetas Fernão e Felipa (3) vieram para o Funchal trazendo por companheiros de desdita o seu porteiro, o padre vigário, outros clérigos e muitos particulares dos que mais crédito deram a seus embustes.

Os clérigos e os particulares foram condenados em ligeiras penas pecuniárias, que cumpriram.

Fernão Bravo e Felipa Nunes, os profetas, por mais culposos foram enviados a Lisboa juntamente com a devassa, indo a acompanhá-los o escrivão Henrique Coelho, como oficial, e ali foram os dois, tio e sobrinha, condenados a figurar de carocha na cabeça — a mitra de papelão

(1) Alberto Artur, in-*Ensaios Históricos da Minha Terra.*

(2) Dezóito dias durou êste fanatismo.

(3) Tanto o profeta, como a sobrinha, à chegada da devassa fugiram para a serra, onde os foram prender.

da Santa Inquisição — onde se lia: *profeta do Pôrto Santo*, e, colocados à porta da Sé de Évora, a que pertenciam na jurisdição do Santo Ofício, cada um em seu lado da escada, à ilharga da porta principal. E assim estiveram durante à missa de reparação, êle nu da cintura para cima.

Finda a cerimónia religiosa, foram mandados em paz, mas Fernão — segundo é fama — morreu louco. Quanto a Felipa, essa casou no Reino e teve geração.

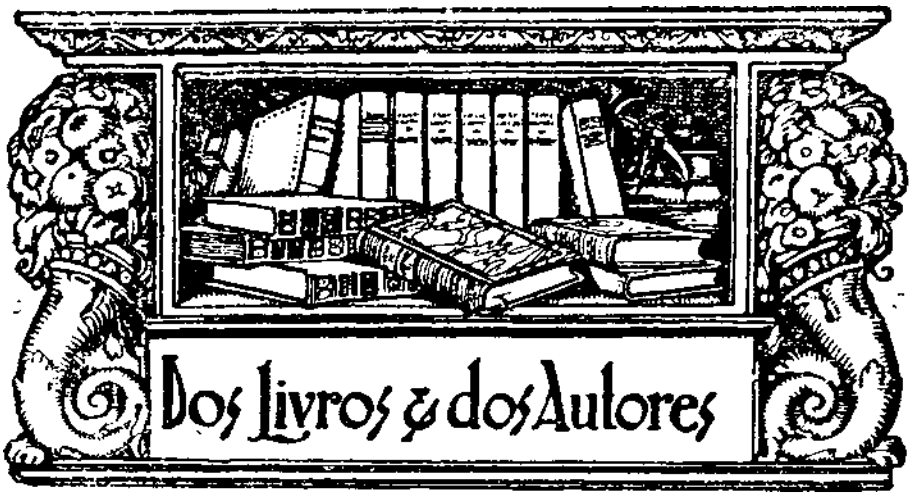
Os homens da governança da Ilha foram condenados em 10 cruzados cada um para melhoramentos, e o povo no total de 200, distribuídos conforme as fazendas.

De esta ocorrência, origem para o ditado de que *quem adivinha vai para a porta da Sé*, mano daquele outro que nos diz que *«quem adivinha vai para a casinha»*.

E daqui, ainda, se chamar *profeta* a todo o natural do Pôrto Santo, terra fidalga no receber, e que a todos quantos a visitam empresta dom.

(Conclui no próximo fascículo)

FERNANDO DE AGUIAR.



ORIGENS DO TEATRO VICENTINO. I, por *Narciso de Azevedo*. Pôrto, 1943. 53 págs.

O presente opúsculo contém dois ensaios: *Uma fonte comum do «Auto da Alma» e do «Fausto»* e *A mais notável cantiga de mal-dizer*. O primeiro foi lido, como conferência, em Novembro do ano passado a convite da prestimosa Liga Portuguesa de Profilaxia Social.

Tem-se discutido, com certa insistência, se Goethe teria lido o nosso Gil Vicente, pelo facto de se encontrarem analogias e semelhanças profundas entre o *Auto da Alma* do nosso poeta e o *Fausto* do famoso alemão.

A análise mais perfunctória do problema leva-nos à conclusão imediata de que o amigo de Schiller nem sequer conheceu de nome o ourives da rainha D. Leonor.

A língua portuguesa, apesar da nossa expansão comercial a partir dos fins do século XV, nunca adquiriu aquela voga que mais tarde o francês e o inglês adquiriram, obrigando os outros povos a aprendê-la, forçados pela necessidade do trato com aquêles que a falam.

Rica embora, tendo produzido algumas obras primas que orgulhariam outros povos, a nossa língua nunca adquiriu aquêle poder de penetração e aquêle prestígio que outras línguas alcançaram posteriormente. Não passa duma lenda sem consistência a afirmação de Erasmo ter aprendido o português para ler Gil Vicente; outra lenda, que carece de fundamento sério, é a da possível influência do *Auto da Alma* na elaboração do *Fausto*.

Há, evidentemente, analogias, mas essas encontram-se em muitas obras de autores que, possìvelmente, nunca chegariam a conhecer-se mùtuamente. Está já muito estafado, por muito citado, o velhíssimo prolóquio salomónico, de que «não há nada de novo debaixo do sol», mas nem por isso deixa de ser verdadeiro. Há verdades incontestáveis, como há temas eternos que a qualquer espírito esclarecido podem ocorrer sem para isso serem forçados a irem buscá-los a outros que já os tratassem antes. Mas, muitas vezes ocorre também um caso que não é absolutamente inédito: o de as fontes dos autores serem comuns. Tal é o que, segundo o sr. dr. N. de A.,

Nesta secção só serão feitas referências aos livros de que nos sejam enviados dois exemplares.

se teria dado com Gil Vicente e com Goethe, os quais teriam recorrido ao velho sofista Pródico de Ceos, que viveu nesse admirável século v A. C. — século que viu o apogeu de Atenas no final das guerras médicas, que admirou o govêrno deslumbrante de Péricles, e que assistiu ao início dessa tremenda guerra do Peloponeso, em que todo o mundo grego esgotou as suas mais poderosas energias — e que pela primeira vez tratou do problema da luta do Bem e do Mal, tema do *Auto da Alma* e do *Fausto*, na sua alegoria *Hércules na encruzilhada*.

O sr. dr. N. de A., em linguagem elegante e sóbria, expõe, primeiro, em resumo o assunto da obra de Pródico, através das palavras de S. Basílio, que o cita numa das suas homílias, e depois apresenta os passos da obra do poeta português em que se podem notar influências do grego. Sem partilhar completamente a tese do distinto escritor, estranhamos que não citasse, ao mesmo tempo, os passos correspondentes do *Fausto*, estabelecendo assim um paralelo perfeito da fonte e dos tributários.

De resto é problemático que Gil Vicente conhecesse a obra de Pródico, ainda mesmo admitindo que ela existisse na livraria da rainha D. Leonor, grande amiga e protectora do poeta, onde havia uma tradução de Xenofonte que refere grande parte do assunto de *Hércules na encruzilhada* nos seus *Ditos e Feitos de Sócrates*. Quanto a nós, habituados a ver levantar um «cavaleiro» onde não existe mais do que um simples «argueiro» (e muitas vezes nem êste), achamos que o nosso poeta não possuía aquela profunda cultura e vasta leitura que modernamente lhe querem atribuir. Como Shakespeare, era um espírito inculto, embora inteligentíssimo, e supriu pela inteligência e pelo génio o que lhe faltava em cultura. A única autoridade que talvez conhecesse com certo desenvolvimento era a *Bíblia*, e foi nesta que bebeu tôda a sua ciência teológica e até todo o latim que conhecia, e bem pouco era. O resto deveu-o à observação directa do que se passava à sua volta, ao que ouvia e, principalmente, ao seu génio divinatório. O tema do *Auto da Alma* deve tê-lo ido buscar ao fundo do seu próprio coração, sinceramente crente, pois não é de crer que tivesse muito tempo para andar em cata de alfarrábios, conhecidos de poucos, para aí colher elementos para os seus belíssimos autos.

Apesar disto, o trabalho do sr. dr. N. de A. é sério e constitui elemento de valor dentro da já vasta bibliografia vicentina.

O segundo ensaio do volume é uma tentativa de interpretação de certo passo da famosa cantiga de mal-dizer de Aires Perez Vuituron, escrita contra os «que deron os castelos, como non devian, a el-rei don Affonso». O assunto é curiosíssimo e já tentou filólogos da envergadura de Monaci e dos nossos J. J. Nunes e D. Carolina Michaëlis, que não conseguiram esclarecer de todo o passo enigmático.

A tentativa do sr. dr. N. de A. parece-nos racional e capaz de dar à estrofe em referência a clareza que lhe falta.

■

O PROBLEMA SEXUAL E O CASAMENTO, por *L. Goedseels, René Biot* e *E Mersch*, 1943. Livraria Tavares Martins — Pôrto. 150 págs.

Nunca são demais as obras que versem êste problema, principalmente por só nos últimos anos êle ter conseguido despertar a curiosidade dos portugueses, por via de regra alheios a tudo quanto de perto ou de longe esteja ligado aos altos problemas da cultura. (Devemos dizer que tomamos aqui a pa-

lavra «cultura» no seu sentido mais lato, no fim de contas o único que deveria ter. Também devemos acentuar que o que dissemos quanto ao horror dos portugueses pela cultura é uma generalização, e, como tal, não abrange a meia dúzia de pessoas, escassíssima minoria, a quem êsses problemas interessam no nosso país).

Se quiséssemos responder a quem nos acusasse de injustiça, de leviandade ou de precipitação no nosso juízo, limitar-nos-íamos a apontar-lhe a insignificante bibliografia portuguesa acêrca do assunto, e essa mesma constituída quási exclusivamente por versões. Não será isto prova suficiente da nossa incultura?

O problema sexual tem dois aspectos por que o devemos considerar, embora, por vezes, estejam tão intimamente ligados que se torna impossível separá-los: o médico e o moral. Pessoalmente, entendemos ser tão importante um como o outro, pelo que os devemos colocar em pé de igualdade ao tratar tão magno assunto. Efectivamente, se quisermos conseguir resultados satisfatórios ou lisonjeiros na doutrinação da sexualidade, teremos de apelar para o moral, é certo. Mas, dada a fraqueza de certos caracteres, dada até a pusilanimidade de muitos ou muitas jóvens em enfrentar o problema, só apelando para o lado médico poderemos encará-lo sem recear que o auditório nos fuja, por verdadeiro ou falso pudor.

E', na realidade, lamentável o que há tanto tempo se passa em Portugal quando alguém pretende tratar a sério êste sério problema. Tais resultados lamentáveis são filhos, antes de mais, da falsa educação que a maioria dos pais ministram aos filhos, esquecendo-se de oportunamente os iniciarem num problema da mais alta importância, que nem pode ser demorado, nem pode ser ignorado. Por via de regra a iniciação sexual dos portugueses faz-se ao sabor das circunstâncias, longe das vistas de quem, pela sua autoridade científica ou moral, deveria fazê-lo. Daí a percentagem espantosa de doenças venéreas que grassam entre a mocidade de Portugal, país que, dado o índice baixo da sua população, é dos que podem contar-se com maior número de sifilíticos na actualidade. Porque, não devemos esquecê-lo, o que um dia contrair *voluntàriamente* uma doença venérea é o *responsável moral* pelo depauperamento de todos quantos dêle provierem e a quem deveriam pedir contas pela sua cegueira, a sua idiotia, a sua fraqueza congénita, a sua tuberculose, a sua afasia, tudo, enfim, que constitui o tenebroso cortejo da sífilis.

Não somos defensores das providências draconianas previstas nas antigas leis espartanas ou praticadas na Alemanha de hoje. Devemos, porém, reconhecer que acima do indivíduo está a humanidade, pelo que admitimos possa sacrificar-se aquêle para bem desta. Por isso, em que pese aos que reputam estas idéias de inhumanas, achamos que a esterelização se impõe sempre que o indivíduo não possa oferecer garantias duma prudente continência no casamento ou fora dêle. Só dêsse modo poderia chegar-se a um revigoramento por muitos apregoado mas por pouquíssimos compreendido.

O livro que benemèritamente a livraria Tavares Martins editou é da autoria de dois médicos e de um jesuíta, isto é dois cientistas e um moralista. O dr. Léon Goedsells escreveu sôbre «O problema sexual e o casamento», que dá o título ao volume, intitulado no original *Intelligence et conduite de l'amour*.

O dr. René Biot escreveu sôbre a «Personalidade feminina e casamento». O P.e E. Mersch — caído em 1940, nesse trágico mês de Maio, quando seguia a

cumprir o seu dever de sacerdote — escreveu sôbre «Amor, Casamento, Castidade». O P.e Joseph Streignart, S. J., apensou à obra uma série de considerações oportuníssimas sob o título de «Para a formação da consciência».

Poderemos não estar inteiramente de acôrdo com as opiniões de qualquer dos autores (pessoalmente discordamos de algumas), mas não deixaremos de reconhecer que estamos em presença de trabalho sério, escrito sèriamente e para ser lido e meditado com seriedade. O estudo do dr. Léon Goedsells, sobretudo, é um trabalho perfeito, embora resumido dada a índole de divulgação da obra. O modo como êle considera o problema da sexualidade no casamento é duma clareza e dum equilíbrio que gostaríamos de ver em tôdas as obras que tratassem do assunto.

O ensaio do P.e Mersch é, para católicos e não católicos, uma síntese completa do pensamento da Igreja sôbre o assunto.

No trabalho do dr. René Biot revela-se-nos o médico e o moralista, tal como deve ser sempre que tal problema tenha de tratar-se.

Em resumo, *O problema sexual e o casamento* é obra notável que vivamente aconselhamos a todos os leitores que se interessem pelo problema, e, mais particularmente, aos pais e aos educadores para que o leiam e o meditem.

ANTÓNIO ÁLVARO DÓRIA.

Registo de obras recebidas (*)

Oferta dos Autores:

Da janela do meu quarto e Versos do meu ocaso, por *João Maria Ferreira.*

Na fonte de Hipocrene, por *Octávio Rodrigues de Campos.*

Caminhos de lirismo, por *Mário Mota.*

Coimbra na obra poética de João Maria Ferreira, por *F. Falcão Machado.*

Oferta dos Editores:

Empreza Fabril do Norte, Ld.a:

O linho, por *Flávio Martins.*

Instituto de Cultura Alemã:

Antologia de poesia Alemã.

A literatura alemã em traduções portuguesas, por *Gabriela Carreira.*

Secretariado da Propaganda Nacional:

Mocidade portuguesa feminina.

Livraria Tavares Martins. Pôrto:

Os vizinhos do rez-do-chão, por *Fernando Santos* e *Almeida Amaral.*

Diário íntimo (1.º e 2.º vols.), por *Amiel.*

Domingos Barreira, Editor. Pôrto

Sonetos de Camões, por *Joaquim Ferreira.*

Psicologia do amor, por *Mário Gonçalves Viana.*

(*) Nesta secção registam-se todos os livros que nos forem enviados.

João Lopes de Faria

(Retrato de Maltiefra)

João Lopes de Faria
aos 26 anos

João Lopes de Faria

CONTANDO 84 anos, faleceu no dia 7 de Novembro êste nosso dedicado colaborador e estimado vimaranense.

Tôda a sua vida foi um exemplo de actividade persistente de que resultou, para a história de Guimarães, a recolha de subsídios preciosos que se tornam fonte inesgotável onde os estudiosos vimaranenses se poderão dessedentar, com proveito para êles e para a Terra.

Trabalhador incansável, João Lopes de Faria, criado no ambiente salutar da Insigne e Real Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, teve no cónego José de Aquino um Mestre que o encaminhou no estudo das curiosidades da sua terra natal.

Aos 29 anos iniciou os trabalhos de investigação nos códices valiosos e nos pergaminhos da Real Colegiada. Tornou-se paleógrafo e, durante a sua vida, foi, paciente e metòdicamente, transcrevendo todos os documentos de valor que se lhe iam deparando no seu peregrinar constante pelos arquivos da Colegiada, da Câmara, do Hospital, das Ordens Terceiras, dos tombos notariais, dos cartulários associativos e paroquiais, e ainda nas buscas que fazia em tudo onde pudesse satisfazer a sua ânsia de recolha de subsídios que formam a sua grande obra manuscrita que legou, benemèritamente, à Sociedade Martins Sarmento, de que era Sócio Correspondente.

Era cavaleiro da Ordem de Santiago da Espada, e deixa colaboração espalhada em diversos jornais locais.

Em 1926 iniciou a sua colaboração na nossa revista, criando a secção «Velharias Vimaranenses», curiosa e útil pelos subsídios e informações que fornece aos estudiosos. E de tal modo o seu trabalho foi metódico que, apesar do falecimento do paciente investigador, essa secção manter-se-á nas páginas da *Gil Vicente*.

Assim, João Lopes de Faria, saüdoso amigo e Homem de bem, continuará a marcar, como até aqui, a sua presença.

Dêste modo, a sua obra, triunfando da Morte, ficará como magnífica lição a aproveitar e belo exemplo a seguir.

EUGÉNIO DE CASTRO NA POESIA PORTUGUESA

§ 1.º

EUGÉNIO DE CASTRO nasceu em 4 de Março de 1869.

Temos que deixar mergulhados em silêncio os seus livros anteriores aos *Oaristos*, publicados em 1890, porque o Autor colocou sôbre êles a pedra tumular do esquecimento, em repúdio formal, quando, em 1926, organizou a edição definitiva, *ne varietur*, da sua obra poética.

Editadas em 1890, as composições que constituem os *Oaristos* foram escritas durante o ano de 1889. É pois nesta data que devemos situar a reforma da Poética de Eugénio de Castro.

Nesse ano de 1889, no céu admirável da Poesia portuguesa, fulguravam êstes nomes de brilho mais ou menos vivo:

Antero de Quental (*Odes modernas*, 1865; *Sonetos*, 1886); João de Deus (*Flores do Campo*, 1868); Manuel Duarte de Almeida; Guilherme Braga (*Heras e Violetas*, 1869; *Os falsos Apostolos*, *O Bispo*, 1871); Gonçalves Crespo (*Miniaturas*, 1870; *Nocturnos*, 1880); João Penha; Guerra Junqueiro (*A Morte de D. João*, 1874; *A Velhice do Padre Eterno*, 1885); Gomes Leal (*Claridades do Sul*, 1875; *História de Jesus*, 1883; *O Anti-Cristo*, 1884); Conde de Monsaraz (*Crepusculares*, 1876); Conde de Sabugosa (*Poemetos*, 1882); Cesário Verde (*O Livro*, 1886); António Feijó (*Lyricas e Bucólicas*, 1884; *À Janella do Occidente*, 1885); Eduardo Coimbra (*Dispersos*, 1884); António Nobre (*Febre vermelha*, 1886; *A influência da Lua*, 1886; *Carta a Manuel*, 1888, etc.); Hamilton de Araújo (*Canções de um Bohemio*, 1888).

Uns, a dormir, já, nos seus leitos do Cemitério; outros, a experimentar ainda a consagração da glória, e outros, e outros no

início da sua ascensão magnífica — todos êles davam carácter à Poesia portuguesa, e lhe garantiam uma existência de magnitudes e deslumbramentos, empalidecendo os Patos, os Passos, os Lemos, os Palmeirins, os Amorins, que tinham recebido em cheio a influência de Castilho ou Garrett.

Basta debruçar-se a gente na leve meditação dêsses nomes, para se verificar que a Poesia portuguesa de 1889 não estava enfermiça, anémica ou longeva.

Hugo, Baudelaire, Leconte de Lisle, Teófilo Gautier, Banville, Heredia eram sóis à volta de que gravitavam aquêles nomes: realista, satânica, social ou parnasiana, eis o que era a Poesia portuguesa em 1889 — e o que continuou a ser, no fim de contas, até nossos dias, com pequenos desvios, e manifestamente efémeros, tais o caso de João de Deus, o de António Nobre, o de Eugénio de Castro...

No fundo todos românticos, porque tão romântico é o byronismo ou o mussetismo, como o heinismo ou o moréasismo. A forma, a expressão, o molde exterior, isso é que varia, desde o classicismo rígido e castiço a que Eugénio de Castro havia de aderir mais tarde, até o anfigurismo de Mallarmé. Não. A Poesia portuguesa de 1889 não era positivamente qualquer cavalariça de Augeias, a requerer a passagem do rio Alfeu.

Não esqueçamos que, ao publicar os *Oaristos* e a Mensagem que os antecede, à guisa de Prefácio, Eugénio de Castro tinha vinte e um anos. E aos vinte e um anos, tôdas as audácias são naturais — até mesmo a de se dizer que, nesse ano de 1889, «a Poesia portuguesa contemporânea assenta sôbre algumas dezenas de coçados e esmaiados *lugares communs*..., no tocante a rimas, (n)uma pobreza franciscana..., no tocante a vocabulário, (n)uma não menos franciscana pobreza».

Dez anos depois, ao prefaciar a segunda edição dêsse livro, o próprio Eugénio de Castro reconhecia haver nesse volume «uma forte dose de exagêro». E formula então o índice das inovações: a mobilização da cesura nos alexandrinos e a dos acentos clássicos no decassílabo; o esmêro no emprêgo das rimas; a escolha rigorosa dos epítetos; o alargamento do vocabulário; a restauração dos moldes arcaicos; o verso livre; a aliteração.

É rigorosamente exacta esta informação? Não é. A cesura clássica do hexámetro ou do dodecassílabo, na sexta sílaba, tinha-a

substituído Guerra Junqueiro, por cesuras novas. Por exemplo: logo no comêço da *Morte de D. João*, aparece êste verso:

«*Cantando um hymno igual aos hymnos de Moysés*»,

em que cesura se fará na sílaba 4.ª e 8.ª, ou só na 8.ª, mas nunca na sexta sílaba.

Pouco depois aparece o verso:

«*Tinha as scintillações magicas do mar*»,

em que não há cesura possível.

E neste Poema, são inúmeros os casos de abandono da cesura clássica.

Na *Velhice do Padre Eterno*, logo no poema *Aos simples*:

«*Chega-me ainda a vossa angélica fragrância*»,

em que só é possível a cesura na 4.ª sílaba; e nos versos:

«*E um dia a humanidade inteira, oceano em calma*»;
«*Ser papa, ser o rei do céu e o rei do mundo*»,

a cesura tem que se fazer nas sílabas 2.ª e 8.ª; e est'outros:

«*O vosso facho, o vosso abrigo, o vosso pôrto*»;
«*Roncar latim, zurrar sermões, brandir hyssopes*»;
«*Tombou a fé, tombou o céu, tombou o altar*»;
«*De olhos azuis, num céu de anil, túnica ao vento*»;
«*Viu-se na tela um Christo em fúria, um visionário*»;
«*A impor jejuns, benzer caixões, salgar crianças*»,

em que a cesura se faz nas sílabas 4.ª e 8.ª

No verso:

«*É o sermão, é a missa, é o entêrro, é a boda*»,

a cesura está nas sílabas 3.ª, 6.ª e 9.ª

Nos versos:

«*De tal modo imitou o papa a singeleza*»;
«*A cruzar, como S. Francisco, as mãos no peito*»,

a cesura faz-se nas sílabas 3.ª e 8.ª

E no verso:

«*O meio dia bateu já na tôrre da Igreja*»,

a cesura faz-se, a poder fazer-se alguma, na sílaba 7.ª

E não é só Guerra Junqueiro a desvertebrar o alexandrino. Gomes Leal constrói êste verso:

«*E, ó minha Sphinge, a flor pallida e azul no meio*»,

em que a cesura está nas sílabas 4.ª e 7.ª; ou êste:

«*E das balladas — como a do bom rei de Thule*»,

onde a cesura só se pode fazer na 4.ª sílaba;

ou êste:

«*Dilacerar até o sangue ver correndo*»,

em que a cesura se faz nas sílabas 4.ª e 8.ª; ou êste:

«*De certo, capital alguma do Occidente*»,

em que a cesura só é possível na 2.ª sílaba; ou êste:

«*E eu sentia-te, ó grande e triste Abandonada*»,

de cesura nas 3.ª e 8.ª sílabas.

Cesário Verde compôs alexandrinos, assim;

«*Esta aborrece quem é pobre. Eu, quási Job*»,

com a cesura nas sílabas 4.ª e 8.ª;

«*E os edifícios, com as chaminés e a turba*»,

com a cesura nas sílabas 4.ª e 10.ª

«*Fitavam-me os olhões pesados das ciganas*»,

com a cesura nas 2.ª e 8.ª sílabas;

«*Ora meu pai, depois das nossas vidas salvas*»,

com a cesura na 4.ª sílaba apenas, — o que não o impedia de se gabar de lançar, «originais e exactos», os seus alexandrinos.

Serão precisos mais exemplos para se demonstrar que, em 1889, já se tinha operado, e em larga escala, a «mobilização da cesura nos alexandrinos»?

No sector do sistema clássico da acentuação dos decassílabos, a tentativa da reforma falhou, embora pudesse alegar exemplos de Camões, Sá de Miranda e Andrade Caminha. E ainda bem, porque é insubstituível a beleza do ritmo clássico, nas suas duas formas: 6.ª e 10.ª ou 4.ª, 8.ª e 10.ª

No que se refere à «pobreza franciscana» das rimas, o exagêro é palpável, e injusto. Junqueiro é de uma riqueza rimática assombrosa, não só em relação aos seus antepassados, mas também dentro da sua própria poesia.

A sua obra poética, se peca, não é pela pobreza das rimas. Nem invalida êste juízo, o facto, por exemplo, de, na *Morte de D. João*, aparecer, por mais de uma vez, *granito* a rimar com *infinito*, como não depõe contra a riqueza de rimas de Eugénio de Castro, ess'outro facto de, por mais de uma vez, nas *Horas*, o autor dos *Oaristos* ter rimado *destêrro* com *entêrro*, ou, nos próprios *Oaristos*, *alabastro* com *astro*, *tudo* com *mudo*, e, sempre, *exangue* com *sangue*, como se, neste último caso, não houvesse outras.

Mas se fôssemos a avaliar o mérito de um Poeta pelas suas rimas, bem medíocre era Antero de Quental, por exemplo. Só nos *Sonetos*, e em operação perfunctória, colhi estas rimas:

Ade — treze rimas, com *Ansiedade*, em cinco sonetos; *Imensidade*, em quatro; *Liberdade*, em quatro; *Mocidade*, em quatro; *Piedade*, em cinco; *Verdade*, em oito sonetos.

Ão — dezóito rimas, com *Coração*, em sete sonetos; *Solidão*, em três.

Vão — em quatro.

Ário — dez rimas, com *Calvário* em três sonetos, e *Solitário* em cinco.

Iste — quatro rimas, com *Assiste*, em cinco sonetos; *Existe*, noutros cinco, e *Triste* em oito sonetos.

Ões — quinze rimas, com *Cachões*, *Clarões*, *Multidões*, *Nações* e *Turbilhões*, em dois sonetos; e *Visões*, em três.

Onte — seis rimas, com *Defronte*, *Horizonte* e *Monte*, em três sonetos.

Osa — oito rimas, com *Piedosa*, em três sonetos.

Oso — vinte e uma rimas, com *Doloroso*, em três sonetos, e *Formoso, Gozo, Monstruoso, Ocioso, Tenebroso, Tumultuoso*, e *Vaporoso* em dois sonetos, e *Doloroso*, em três.

Ua — quatro rimas, com *Flutua*, e *Insinua*, em dois sonetos.

Ura — oito rimas, com *Formosura*, em dois sonetos, e *Ventura*, em quatro.

A rima em *Angue* encontra-se apenas em *Sangue* e *Exangue*, em dois sonetos.

Não falo já nas rimas em *Ada* e *Ado*, de que conto trinta e quatro da primeira, e sessenta e seis da segunda, salvo êrro ou omissão.

Se repararmos em que o conjunto dos *Sonetos* comporta mil e quinhentos e vinte e seis versos, teremos que reconhecer que o número de cem rimas em *ada-ado* é pesado em demasia.

E verificando-se que nas sessenta e seis rimas em *ado*, as palavras *Abandonado, Amado, Arrebatado, Cansado, Cuidado, Dado, Embriagado, Magoado*, e *Velado* aparecem duas vezes; a palavra *Lado* aparece três vezes; a palavra *Sagrado*, quatro vezes, e a palavra *Fado* figura cinco vezes, somos levados a concluir que não há poeta, entre os maiores, que resista a uma análise desta natureza.

Ainda talvez se possa admitir tal critério, se nos encontrarmos diante de um poemeto que desenvolva um tema, como a *Tentação de S. Macário*. Mas é absolutamente inaceitável, aplicado a qualquer livro composto de poemas feitos em largo espaço de tempo, como os *Sonetos* de Antero, e, por mais fortes razões, ao conjunto de livros de autores diversos.

Nem o próprio Eugénio de Castro se agüenta no balanço, uma vez que tenhamos em vista tôda a sua obra poética.

Portanto, a sua crítica à Poesia portuguesa sua contemporânea, dentro dêste ângulo, é despida de qualquer fundamento legítimo.

A abundância rimática, ou o seu exotismo, ainda que se não recorra ao artifício que Eugénio de Castro chamou em seu auxílio, quando rimou com *anos, goelanos*, palavra que não existe, porque nós traduzimos para *gaivotas* o francês *goéland* < bretão *gwelan*, ou com *vidros, anidros* que nunca se pronunciou assim, pois a sua origem grega impõe o seu proparoxitonismo, — a abundância

rimática, repito, não influi na apreciação crítica de um Poeta ou de uma idade poética.

Se o problema da rima pudesse influir no juízo da Crítica, caïríamos no perigo de se aquilatar a Poesia pelo recurso maior ou menor ao Dicionário de Rimas. Ora o valor da Poesia não é função de Rimário. Se o fôsse, melhor poeta seria o que melhor soubesse de cor e salteado o Dicionário de Rimas que eu acho muito bom para mestres-de-obras do Verso ou simples trolhas, mas absolutamente contra-indicado em autêntico poeta. A poesia seria, nesse caso, obra de paciência ou chinezice, e a Rima seria o empecilho da Inspiração.

A Rima tem que ser, normalmente, expontânea, tradução natural do pensamento poético, seu elemento congénito e não acessório. Quando o pensamento, para se perfazer, busca a Rima, ou quando é esta que sugere o pensamento, há uma falha na criação poética.

Quando Eugénio de Castro nos diz, gabando-se, que no poema IV dos *Oaristos*,

«*Casamento real. Um dia de turqueza*».

que «tem cento sessenta e dois alexandrinos, não se encontra uma única rima repetida», eu hesito em pronunciar-me sôbre se estamos na presença de poema a traduzir impressões emotivas ou estado de sensibilidade, ou em face de exercício literário, a exteriorizar paciência e habilidade.

Se é digno de admiração e louvor o conseguir-se compor cento e sessenta e dois alexandrinos em que não haja uma só rima repetida, muito mais merecedor de encómio teria sido Eugénio de Castro se tivesse atingido as alturas de nos dar todos os *Oaristos* modelados pelo padrão do poema IV.

Se o não fêz, e se não foi mais além ainda, isto é, se não evitou, em tôda a sua obra poética, as rimas repetidas, não foi por falta de vontade, nem, creio eu, porque não o considerasse preferível, mas muito simplesmente por falta de paciência ou por impossibilidade.

Isto que eu digo não contraria a necessidade indiscutível da pureza, da translucidez do verso, da sua perfeição rimática, mas essas qualidades superiores que fazem a beleza dos versos adqui-

rem-se anteriormente à inspiração; são como que o cadinho dentro de que a inspiração actua. Obteem-se pela muita leitura de bons modelos que por sua vez, podem sugerir criações pessoais dentro dêsse campo.

Não fui ainda capaz de chegar a uma conclusão sôbre a origem da redondilha maior que já se revela, em tôda a sua pujança, nos primitivos cancioneiros medievais.

«Senhor do corpo delgado,
en forte pont'eu fui nado
que nunca perdi cuidado
nen afan des que vos vi
en forte pont'eu fui nado
Senhor por vos e por mi!»

Êste ritmo já fixado nos princípios do séc. XIII, e da maneira deslumbradora que o exemplo apresentado comprova, de onde provém? Seja como fôr, êle é a forma dentro de que se manifesta a inspiração popular. Anterior, portanto.

O poeta do povo, ou o seu paralelo, o poeta infantil, ouvindo repetidas vezes a música dêste ritmo, fixa-o, e é através dela que coa os seus pensamentos poéticos, ou as expressões da sua sensibilidade. Quem possua êsse instrumento de transmissão, procurará, e aí é que está o trabalho artístico, que o pensamento saia bem ajustado ao molde, como a luva afeiçoada à mão. Aqui, adelgaçará a linha; além, acentuará o traço; aí, evitará o hiato; mais longe, dissolverá a crase. Tudo isto, em obediência ao propósito de dar ao ritmo plena pureza e plena fôrça.

Não sei ainda se a redondilha maior é um ritmo originàriamente simples que posteriormente se decompôs, ou se se formou por composição (2 + 5; ou 3 + 4; ou 4 + 3; ou 5 + 2).

Nesta hipótese, êle seria produto de combinação culta; na primeira hipótese, seria possìvelmente produto espontâneo das faculdades musicais do homem. Seja como fôr, o que é indiscutível é que êsse ritmo é anterior à inspiração. O povo inculto, para exprimir os seus pensamentos poéticos, encaixa-se nêle.

Quando, nas festadas em que entra, o meu caseiro canta, ou em compita maldosa (de maldizer ou escárnio) ou em devaneios de cumprimentos, é o ritmo da redondilha maior de que se serve,

e só êsse lhe serve, mesmo que o acompanhe do seu predilecto estribilho «ai quem dera!».

Êle procura, melhor ou pior, verter na forma da redondilha maior, o que nos quere dizer, ralhando, ou fazendo cócegas aos companheiros, ou endereçando-nos a nós que o ouvimos, galantarias de agradecimentos.

O poeta culto vai mais longe: no sossêgo do seu quarto de trabalho, ajusta o seu pensamento a êsse ritmo, de modo a dar-nos, em vez da pedra tôsca que sai da bôca do meu caseiro, a pedra facetada que sai da oficina de António Correia de Oliveira, por exemplo.

Mas isto é uma coisa; outra coisa é estar homem em acto de permanente revisão das rimas empregadas por êle ou por outrem, para que não haja vestígio de repetição, na crença de que maior e melhor poeta teria sido, em relação a Camões, quem tivesse composto os *Lusíadas*, sem uma única rima repetida, ou o próprio Camões se assim o tivesse feito (1).

Não — e de uma vez para sempre, a «pobreza franciscana das rimas» a ser circunstância característica da Poesia portuguesa na penúltima década do século XIX, em nada diminuiria o seu valor.

O mesmo posso dizer em relação aos «coçados e esmaiados *lugares comuns*», em que assentava, no parecer de Eugénio de Castro, de um modo geral, a Poesia portuguesa sua contemporânea.

Dá-nos êle uns tantos exemplos, que, na sua grande maioria, promanam dos dois livros até aí publicados de Guerra Junqueiro.

Êste problema dos lugares comuns é espada de manejo difícil. A certas expressões, chama-lhes a gente, pejorativamente, «lugares comuns»; mas pode chamar-lhes também, se quiser, modelos de dizeres.

É tudo uma questão de gôsto, equilíbrio e oportunidade.

Folheio os *Oaristos*, e encontro: *mar da Ilusão; mel saboroso; verme rasteiro; cárceres estreitos; viva alacridade; lânguido abandono; recôndito segrêdo; o nome aos quatro ventos; bocejos sono-*

(1) É sabido que as 55 mil palavras que compõem os *Lusíadas* são apenas obra de 5 mil (in Afrânio Peixoto & Pedro A. Pinto, *Dicionário dos Lusíadas*). É pena que se não tenha organizado ainda, como já se fêz para a *Divina Comédia*, o dicionário das suas rimas.

lentos; lábios vermelhos; lívidos fantasmas; vibrante de amor; vibrante de paixão; espêssa multidão; ébrio de côr; passear o olhar; lua alvinitente; musselinas leves; etc. — tudo lugares comuns ou narizes de cera de cotio que nada significam, para valorizarem ou depreciarem a personalidade poética de Eugénio de Castro, pois os seus vícios e as suas virtudes estão noutro campo.

Começa porque é muito difícil à Crítica estabelecer onde principia ou onde acaba o carácter do lugar-comum. Quando é que uma expressão é lugar-comum?

Se fôssemos a podar em tôdas as obras de arte, em prosa ou em verso, quanto, com boa ou má intenção, se pode considerar lugar-comum, creio que reduziríamos a quási totalidade das literaturas a montes de cinzas...

Já o outro disse que não há nada de novo sob o sol; e as maiores novidades (não falo de inépcias ou absurdezas) não passam de velharias, ninguém podendo dizer ao certo quando estas eram jovens de fresca data.

Estilo codificado é estilo envelhecido ou anquilosado. Ora desde Quintiliano — para não ir mais longe, que se vive em atmosfera de estilo codificado.

Os melhores escritores são os que nunca abriram uma Estilística e ignoram o que sejam as Metonímias, as Sinédoques, as Metáforas, as Catacreses — empregando-as, no entanto, por muito as terem encontrado nos autores que meditam ou estudam, mas sem lhes saberem os nomes arrevezados.

Correm o risco, é certo, de decalcar os antepassados; mas os que se enlambuzam de Estilística perdem a vida.

Isto de lugares comuns, é, repito, tudo uma questão de gôsto, equilíbrio e oportunidade.

Entre as vulgaridades (se assim quiserem) dos lugares comuns de Bernardim ou Camões, de João de Deus ou Antero, de Gomes Leal ou Junqueiro, de António Nobre ou Guilherme de Faria, de Camilo Pessanha ou António Patrício, de António Feijó ou Augusto Gil, e as originalidades truanescas de Fernando Pessoa ou de algum dos seus muitos peniculários que para aí se espanejam e proliferam, em produto farto do mais descarado ambiente do Elogio mútuo — eu nem sequer pestanejo: aclamo as pretensas vulgaridades que eternizarão, a despeito de tudo, a Poesia portuguesa, e evitarão que esta chafurde no Atlântico de grotesco e

mediocridade que nos invadiu, e vai em preia-mar, mercê do enxame de critiquelhos que zumbem à sôlta nos jornais e nas revistas. Adiante.

Depois dos lugares-comuns, vem a «não menos franciscana pobreza de vocabulário». E Eugénio de Castro observa que «talvez dois terços das palavras que formam a língua portuguesa jazem absconsos, desconhecidos, inertes, ao longo dos dicionários, como tarecos sem valor em lojas de arrumação».

A censura, ou o reparo, é inoperante. Se o tempo, porque as gastou, as não usa, às palavras arrumadas na gaveta dos arcaísmos, não é à Poesia que compete ressuscitá-las. E qualquer tentativa feita nesse sentido falha. A experiência de Eugénio de Castro, em 1890, e a de Júlio Dantas, em 1896 e 99, muito mais intensa, foram estéreis. Tão estéreis, que tanto um como o outro desistiram.

O artificialismo dêsses especímenes mete-se pelos olhos dentro. E se o Poeta não canta como fala, porque a linguagem poética tem exigências que a linguagem corrente desconhece, é indubitável que também não pode cantar numa linguagem esquecida e ignorada do tempo e do meio. Camões não poetou na linguagem dos Cancioneiros galaico-portugueses, e Garrett, Herculano ou João de Deus, Antero ou Crespo não se exprimiram na linguagem de Filinto Elísio.

O Poeta que obriga o leitor a trazer constantemente no bôlso o *Elucidário* de Viterbo ou mesmo qualquer Lexico, êsse Poeta ou anda a chuchar com a tropa, ou se diverte a compor palhaçadas, e acrobatices.

Se havia dois terços (e a estatística não foi submetida a prova) das palavras portuguesas, desprezados no armário dos Dicionários a culpa não é dos Poetas, a quem nunca pertenceu a função de contínuos da Língua, mas sim da sociedade que, por êste ou aquêle motivo, prescindiu delas na sua vida de relações.

Ao lado do que afirmou não fazer ou repudiar, Eugénio de Castro indicava as coisas novas que trazia. Além da elasticidade da cesura no verso alexandrino que, como provei, lhe é todavia anterior, Eugénio de Castro citava o processo de fechar os poemas dodecassílabos em quadras [1], alterando o habitual de se conservar

[1] Eugénio de Castro não o diz; mas creio que tal processo se deve a Jean Moréas. Pelo menos, não pude encontrá-lo anterior às suas *Premières Poésies* (1883-1886).

o paralelismo até final. Esta modalidade é de facto, entre nós, nova, e é feliz.

Alega ainda a introdução do «desconhecido processo de *aliteração*».

Nem introdução — porque a Poética dos sécs. XV a XVII, com raízes na latina, o espalhara entre nós; nem desconhecido, porque os Poetas do *Cancioneiro de Rezende* e da *Fénis Renascida* o usaram muitas vezes.

Por fim, Eugénio de Castro lembra que nos *Oaristos* «pela primeira vez» se adaptou, entre nós, o *Rondó* francês, a que chama, não sei bem porque, *rondel*.

À distância de mais de meio século, tendo aberta diante de nós, em anfiteatro, a Poesia portuguesa dêstes últimos cinqüenta e quatro anos, que resposta se há-de dar a quem deseja saber a influência exercida por Eugénio de Castro na evolução da Poesia portuguesa, ou as repercussões que provocaram as suas inovações ou sugestões?

Das inovações concretas, não ficou nada: os chamados lugares comuns continuaram a correr, como moeda legal; as rimas bizarras e raras continuaram a ser raras e bizarras, o que quere dizer que inutilizáveis; os poemas dodecassílabos emparelhados continuaram a manter-se no paralelismo inicial; os arcaísmos continuaram a dormir o sono das múmias geladas; o *rondó* não se fixou, como forma atraente.

Se das inovações concretas, em pormenor, nada ficou, foi vã a acção de Eugénio de Castro? Não. A êle se deve o conhecimento da colegiada admirável dos simbolistas ou, talvez melhor, dos Versolibristas do *Mercure de France*. Numa palavra: foi Eugénio de Castro quem introduziu entre nós o Versolibrismo — porque o praticou, e porque nos deu conhecimento dos que em França o fizeram, sistemàticamente.

É possível que se Eugénio de Castro não tivesse sido caixeiro-viajante dessa maneira, outro teria desempenhado tal função. Mas o certo é que a Eugénio de Castro coube êsse papel.

O verso livre dos editados pelo *Mercure de France* nem é o verso livre de La Fontaine e do nosso Correia Garção, nem o verso livre que se pratica hoje superabundantemente entre nós — verso

livre-anúncio de jornal cuja manifestação culminante é aquêle poema genial de que não conheço o autor, mas pode ser o celebrado Pessoa ou o famoso Nemésio, e me apraz reproduzir, porque é pequeno:

«Se
alguma janela aberta
o
incomoda,
peça ao condutor que a feche.»

Melhor do que isto não conheço, na Poesia actual da nossa terra. Mas aproximado em ritmo, em substância, em universalismo e humanidade, é êste que o leitor me não perdoaria que lhe não fornecesse:

«Entra-se, sai-se, sobe-se, desce-se de mala de mão, na gare do Rossio, à tarde,
despejado de uma carruagem de terceira
que o traz
da
Porcalhota.
E chama: ó 43! ó 69!
E os raios dos moços de fretes, a rilhar castanhas,
encostados
à parede,
não ouvem
o
Barão de Jácastá
que, todo zique, zique,
quer que lhe levem a bagagem zique
ao Sud-Atlantique!»

Não sei de quem isto é, mas deve ser do sr. Vitorino Nemésio ou do sr. José Régio. E com certeza será tomado por tema, numa das próximas lições catedráticas e magistrais do sr. Hernâni Cidade. E não seria a primeira vez...

E se o leitor quere mais, no género, é só pedir, e ler... Por exemplo:

«Vou passar a noite a Sintra, por não poder passá-la em Lisboa,
«Mas quando chegar a Sintra, terei pena de não ter ficado em Lisboa».

A profundeza dêste conceito é indescritível.
Ou, então, isto:

«Ali não havia electricidade.
Por isso foi à luz duma vela mortiça
Que li, inserto na cama,
O que estava à mão para lêr —
A Bíblia, em português (coisa curiosa!) feita para protestantes.
E reli a Primeira epístola aos Coríntios*».*

Ou, para fechar, isto que já espreita as Antologias católicas:

«O seu pai era duas pessoas —
Um velhote chamado José, que era carpinteiro,
E que não era pai dêle;
E o outro pai era uma pomba estúpida,
A única pomba feia do mundo
Porque não era do mundo nem era pomba.
E a sua mãe não tinha amado antes de o ter.
Não era mulher; era uma mala
Em que êle tinha vindo do Céu...
.....
Êle.....
Corre atrás das raparigas
Que vão em rancho pelas estradas,
Com as bilhas às cabeças
E levanta-lhes as saias.
.....
Diz-me muito mal de Deus.
Diz que êle é um velho estúpido e doente,
Sempre a escarrar no chão
E a dizer indecências.
A Virgem Maria leva as tardes da eternidade a fazer meia.
E o Espírito Santo coça-se com o bico
E empoleira-se nas cadeiras e suja-as.
Tudo no Céu é estúpido como a Igreja Católica.
Diz-me que Deus não percebe nada
Das coisas que criou —
.....

E depois cansado de dizer mal de Deus,
O Menino Jesus adormece nos meus braços
E eu levo-o ao colo para casa » —.

O Autor destas torpezas e imbecilidades é considerado nos meios católicos como Poeta de primeira grandeza, e objecto do maior culto; e na multidão dos poetasinhos e poetasões modernistas, é Sol que os deslumbra.

Ora o verso livre dos homens do *Mercure de France* que Eugénio de Castro trouxe para Portugal não é nada disto, como não é o verso livre de La Fontaine ou da *Cantata de Dido.*

O verso livre é a desarticulação plena do verso clássico, e obedece, na sua forma, a um ritmo pessoal.

De sorte que se verifica esta lei fundamental: só trabalha bem o verso livre quem estiver senhor da técnica do verso clássico. Êstes bonifrates que por aí passeiam o seu manto de chita ou de cotim, a sua coroa de lata e o seu cetro de sêbo, a fingir de Reis da Poesia, não nos apresentam um verso clássico, um só que seja, não digo já impecável, mas tolerável, do que resulta não serem capazes de compor outros versos livres que não sejam absurdos mamarrachos, ou borracheiras alviducas.

Essa lei supõe est'outro princípio: começa-se pelo verso clássico, e acaba-se pelo verso livre.

A minha geração deu dois poetas notáveis que confirmam aquela lei: António Patrício e João de Barros.

É o conhecimento e a prática do verso livre, o altíssimo e irremovível serviço que a Poesia portuguesa ficou a dever a Eugénio de Castro. Até êste, ninguém se atrevera a adoptar as novas modalidades do Parnaso francês, que Gustave Kahn impusera. Nisso, sim; nisso, foi Eugénio de Castro, entre nós, inovador, e inovador de mérito, porque trabalhou o verso-livre magistralmente, combinando ritmos, tecendo movimentos, como director de orquestra a dominar todos os naipes.

E quando, anos depois, regressa à casa paterna, desiludido de quimeras e artifícios, para se consagrar à composição exclusiva das formas clássicas, deixa atrás de si um cento de páginas da mais inebriante Beleza, moldadas nas formas caprichosas do verso-livre. E não só isso: deixa também aquêles que aí o seguiram com felicidade rara, como Junqueiro, na *Pátria* — para só falar no maior.

§ 2.º

A primeira vez que vi, à luz do dia, Coimbra, foi numa triste manhã úmida e nevoenta de Outubro de 1899. Chegara na véspera, pela noite, amparado à amizade protectora de quem fôra meu contemporâneo no Liceu, mas ingressara na Universidade no ano anterior: Luís de Freitas, que seria, nesse ano de 1899-1900, meu companheiro de casa, na Rua de S. João, com outros que a morte como a êle já levou também, e dentre os quais recordo sempre o Manuel de Quadros, projecção singular de faquir...

No dia seguinte, logo de manhã, Luís de Freitas foi-me mostrar o Jardim Botânico, e a païsagem clarista.

Era uma manhã triste, com nevoeiro espêsso que quási molhava a minha capa nova de caloiro, e o meu cabelo de moço de dezasseis anos. Não sei porquê, fiquei com a impressão, que ainda dura, de que a terra que pisava era avermelhada, e o céu que me cobria, frio e antipático. Seguimos pela Rua Larga até o Castelo, e metemos aos Arcos do Jardim. Quási em frente do Liceu, Luís de Freitas tocou-me no braço, e indicando-me um sujeito que subia a rua, vagarosamente, segredou-me: «é o Eugénio de Castro...».

Não parei a contemplar o poeta das *Horas* e da *Sylva*. Conhecia-lhe os versos, declamava muita vez aquêle poema de beleza eterna que começa

«*Linda sou como as harpas e os navios*»,

ou murmurava, fascinado, o

«*Embora senhora andeis*
De finas telas vestida
Por meus olhos sois despida...»,

ou deliciava-me a ouvir-me dizer o

«*Na messe que enlourece, estremece a kermesse...*».

Mas nesse tempo, os meus deuses maiores eram Antero, Junqueiro, Cesário e o Gomes Leal do *Anti-Cristo*.

Quando, nesse ano ou no ano seguinte, nas férias grandes,

descobri Junqueiro numa das ruas da Póvoa de Varzim, meão, de barbas, todo de prêto, o chapelinho minúsculo a ensombrar-lhe a fronte, e um livro debaixo do braço — um daqueles livros de capa verde do editor Félix Alcan, da *Bibliothèque de Philosophie Contemporaine*, muito conhecidos de todos nós os que tosquiávamos o prado da Filosofia — então sim, parei, admirado, pasmado e contente, por ter visto o deus que descera à terra, e passeava entre os homens, como que igual a êles. E fui, por mais de uma vez, a Vila do Conde, na esperança de o encontrar ainda, e possìvelmente de me animar a falar-lhe...

Os meus dezasseis ou dezassete anos eram assim, cândidos e inocentes...

E ao passar por Eugénio de Castro, nessa manhã triste de Outubro, não parei, mas fixei bem a sua figura exterior — sempre a mesma, durante as dezenas e dezenas de vezes que cruzaríamos os nossos passos, na minha vida coimbrã de nove anos universitários.

Vivíamos muito longe um do outro, em polos opostos. Eugénio de Castro era um quási-consagrado, e eu um rapaz que começava. Êle era aquêle que trazia no peito, um

«*coração catholico e monarchico*»,

e eu, que começara por ser anarquista individualista, stirneriano, nietzscheniano, evoluía, mercê da acção benéfica do Positivismo, para a República ditatorial.

Causava-me espécie, tornando-mo, aliás, simpático, a circunstância de Eugénio de Castro, o poeta do *Sagramor*, consumir as horas das suas noites, a ensinar francês aos trabalhadores, na Escola Industrial de Brotero. Mas isso não era bastante para me aproximar dêle.

Formei-me, tendo atravessado temporais políticos, e sofrendo o furor de ciclones pessoais, e atirei-me ao mar da vida. Eugénio de Castro ficou em Coimbra, a poetar, nostálgico e só, e a ensinar na Escola Industrial de Brotero, pacientemente, francês, aos trabalhadores.

Em 5 de Outubro de 1910, despontou a Ventura integral, que, se não vem a reacção salutar de 28 de Maio de 1926, não sei que seria de nós a esta hora.

As novas coisas encontraram Eugénio de Castro hostil, como era natural. Tão hostil, que deixou de fazer seguir ao seu nome a qualidade de sócio da Academia Real das Ciências, porque os patriotas, ardendo em zêlo demagógico, tinham eliminado do título dessa Academia, o adjectivo *Real* que muito legìtimamente lhe pertencia. E Eugénio de Castro passou a designar-se apenas como sendo da Real Academia Espanhola.

Inimiga de Deus, a República começou logo, entre outras coisas, por extinguir a Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra que estava, de facto, a pedir reforma radical e severa, mas nunca dissolução, quando mais não fôra, pelo respeito devido às suas nobilíssimas tradições.

Mas a República extinguiu-a, transformando-a em Faculdade de Letras, não tanto, creio eu, por amor das Letras e das Artes, como pela conveniência de dar colocação aos Professores teólogos, alguns dêles de positiva valia, como Mendes dos Remédios, António Ribeiro de Vasconcelos, etc.

Para a nova Faculdade, foi chamado, em 1914, Eugénio de Castro, tendo o decreto que o nomeia, a data de 10 de Outubro dêsse ano.

Tal nomeação levantou gritaria de protestos. Chefiava o côro dos protestantes, um velho amigo meu, Quim Martins, republicano da velha guarda, erudito de Arte, escritor notável que marcara, antes da República, a sua posição de espírito e política, na direcção do velho semanário *Resistência*.

A oposição à nomeação de Eugénio de Castro para professor da Universidade irritou-me, pelo despropósito e pela injustiça.

Entendia eu que essa nomeação, à margem de tôdas as circunstâncias, pedagógicas ou políticas, prestigiaria a Universidade, em geral, e a recém-nascida Faculdade de Letras, em especial. Eugénio de Castro era nome glorioso, não só entre nós, mas na Espanha, na França, na Itália, onde os seus livros se conheciam e se traduziam. Viesse ou não viesse a dar um bom professor, não era isso que se discutia, nem podia discutir-se. Do que se tratava era da consagração condigna de um Poeta que espalhara, a rodos, Beleza, e abrira, à Poesia portuguesa, horizontes inéditos.

Embora com isso pudesse magoar ou ferir o meu velho amigo Quim Martins, não me fiquei diante do que considerava, acima de tudo, uma injustiça, e intervim, colocando-me ao lado de Eugénio de Castro.

Datam daí as minhas relações com o Poeta da *Constança* (Vidè Apêndice, doc. n.º 1).

Falamo-nos uma vez, salvo êrro, casualmente, no Chiado. As nossas relações nunca passaram da fase epistolar, cerimoniosa, distante.

§ 3.º

A morte de Eugénio de Castro provocou um sem número de artigos na imprensa. Como não a leio tôda, não sei o que em tôda ela se disse. Mas pelo que li, presumo que entre o muito que se escreveu, não há uma página crítica. Abundaram as impressões e abundaram os nomes. Chamaram-lhe muitos nomes — até pedagogo!

Eugénio de Castro teve, até à data, um único crítico — Manuel da Silva Gayo. É nos três trabalhos fundamentais dêste — os Prefácios às *Poesias escolhidas*, e à segunda edição das *Horas*, e a conferência de 10 de Dezembro de 1927, pronunciada na Associação dos Estudantes de Letras, publicada no *Instituto*, e reeditada à frente do vol. VIII das *Obras Poéticas* de Eugénio de Castro, que temos o que de melhor, ia a dizer o que de único, como Crítica, até agora, se compôs sôbre o poeta do *Interlúnio* Manuel da Silva Gayo estava em condições particularmente favoráveis para o cumprimento da sua missão: contemporâneo, e amigo íntimo de Eugénio de Castro, seu confidente, melhor do que ninguém podia interpretar a obra dêste, na acepção mais ampla da palavra.

A morte de Eugénio de Castro deu aso a que se reproduzisse, mais uma vez, a *boutade* que se atribui a D'Annunzio de que havia ao tempo, dois grandes poetas latinos: primeiro, êle, D'Annunzio (pois quem houvera de ser?!), e depois, Eugénio de Castro.

Faço a justiça ao autor da *Gioconda* e outras maravilhas, de não crer que tal tolice tivesse saído da sua bôca. E se caiu, o Poeta estava a dormir sono mais profundo do que o de Homero.

Em primeiro lugar, o poeta português e o poeta italiano não teem medida comum. D'Annunzio foi, essencialmente, poeta épico; Eugénio de Castro, poeta lírico. O lirismo de D'Annunzio não está nos seus poemas; está nos seus romances. Como poeta, foi

heróico, poeta de Acção, poeta imperialista, do *querer*. Eugénio de Castro é poeta de estufa, de penumbras, de silêncio, de contemplação.

D'Annunzio é um poeta wagneriano. Na sua poesia, há metais clangorosos, estrídulos. No conjunto da sua obra poética, os poemas pròpriamente líricos, quási chegam a ser de uma triste vulgaridade. Êle é o poeta mussoliniano — antes da hora. Tôda a sua poesia, a que lhe é peculiar, e é superior, está tôda em *La Nave*.

Eugénio de Castro é doutra louça. Na sua poesia, não gritam trombetas: soluçam e murmuram harpas ou violinos. Mas o que o seduz e empolga decisivamente é o aspecto exterior das coisas: a côr, antes de mais nada. É um poeta de vitrais. Numa palavra: essencialmente lírico, de sensibilidade. Eugénio de Castro e D'Annunzio não se podem, pois, medir, nem comparar.

Por outro lado, D'Annunzio não conhecia o português, de modo a poder apreciar a linguagem portuguesa, e logo a de Eugénio de Castro, tão polvilhada de arcaísmos e imagens bizarras. E se invocasse traduções, bem fraca idéia dava da sinceridade dos seus juízos.

Em Eugénio de Castro, há a distinguir os motivos e a *forma*.

No campo dos motivos, com excepção talvez do *Interlúnio*, Eugénio de Castro foi, de ponta a ponta, e constantemente, um clássico. Aí, não variou, não se desdobrou, não viajou, não se revelou insatisfeito ou impaciente.

No campo da *forma*, sim; aqui, sem abandonar inteiramente a técnica clássica, desdobra a sua vida em duas fases perfeitamente definidas: a primeira, desde os *Oaristos* até à *Nereida de Harlem*, caracteriza-se pela preferência dada à técnica versolibrista; a partir da *Nereida de Harlem*, em 1896, Eugénio de Castro abandona essa fase, para nunca mais regressar a ela, e adopta sistemàticamente a técnica clássica, para nunca mais a abandonar. É êrro supor-se que é da *Constança* que data a readopção definitiva do clacissismo. Não. É da *Nereida de Harlem*, repito, em 1896. Nota-se já nas *Saudades do Ceu* que são anteriores à *Constança*, e que constituem seis poemas em alexandrinos, o desprêzo do processo, tão gabado nos *Oaristos*, de fechar a paralelística dos dodecassílabos, com quatro versos cruzados, formando quarteto. O poeta começa a desdenhar a preocupação inovadora.

A *Constança* nem sequer marca o início da utilização dos versos

brancos, dentro da qual, Eugénio de Castro compôs, primeiro, *A monja e o rouxinol*, e, depois, *O Cavaleiro das mãos irresistíveis*.

Nos próprios *Oaristos*, há muito do espírito clássico, denunciado no ar pagão de que todo o livro está embebido.

É que embora se diga «católico», Eugénio de Castro foi, nos períodos mais característicos da sua vida de escritor, um espírito tudo quanto há de mais pagão.

Só um pagão podia esmerar-se, como êle o fêz, nas traduções ou imitações de libertinos latinos, e na composição dos frisos célebres dos *Camafeus romanos*, ou da *Fonte do Sátyro*.

Eugénio de Castro foi o mais pagão de todos os Poetas portugueses; sem o dizer, sem o proclamar, talvez, mesmo, sem o querer.

Na Beleza que cultivou e espalhou, há voluptuosidade, a voluptuosidade de raiz que só o Paganismo é capaz de criar. Através dos dez volumes das suas obras, vêem-se, sem dúvida, pequenas nuvens brancas de espiritualismo e cristianismo: são fugas isoladas, reacções ancestrais, talvez, mas o que emana, o que rompe, dominadora e triunfante, de tôda a obra, é a labareda pagã, beijando, na sua bulímia incessante, as linhas e as côres, os planos e os volumes. É nos poemas como êsse sem par da *Filha de Rei guardando patos*, como na *Salomé*, em todo o *Cavaleiro das mãos irresistíveis*, no rimance *Meia noite, meia noite*, no poema dos *Oaristos*,

«Toda a camara tem um ar lento de estufa»,

e em outros, muitos outros, paganíssimos, todos êles, que está o que, no fundo, distingue Eugénio de Castro dos demais poetas portugueses, e o afasta do seu convívio, fazendo-o único. O fecho da *Constança*, só um poeta pagão o podia conceber e escrever.

Repare-se na impressão que o repicar dos sinos de Santa Clara produzia no Cavaleiro das mãos irresistíveis; êle anunciava

«Místicos gozos, hálitos de incenso,
Doces eflúvios de esmaiadas rosas,
Suspiros de orgãos, de embriagar fraguedos,
Doces palpitações de círios alvos
Reflectidas no oiro das casulas
E nas mansas safiras da custódia...»

Isto é paganismo puro, do mais fino quilate; nunca um poeta católico poderia escrevê-lo.

Basta percorrer com o olhar os índices da sua obra poética, para se verificar a predilecção de Eugénio de Castro pelos temas pagãos.

O Paganismo, em Eugénio de Castro, é incêndio abrasador; o espírito cristão manifesta-se, no conjunto da obra, por meio de fogos-fátuos, sem consistência ou calor. O seu Paganismo não hostiliza o Cristianismo: ignora-o; é como se vivesse, antes do aparecimento do Senhor.

Fala-se muito no simbolismo de Eugénio de Castro que nunca foi simbolista. Quem personificou o simbolismo foi Verlaine, primeiro, e Rimbaud e Albert Samain, depois. Não há ponto de contacto entre o poeta bruxo dos *Poemes saturniens*, o compositor do *Bateau Ivre* ou o encantador do *Jardin de l'Infante*, e o poeta da *Salomé*.

Eugénio de Castro foi tôda a vida um parnasiano, temperando o corte marmóreo, geométrico, de um Gautier ou de um Lecomte de Lisle, de um Herédia ou de um Dierx, com o seu temperamento luxurioso que lhe permitiu criar as ondulações e suavidades que caracterizam os seus ritmos. Ausente da impassibilidade dos parnasianos, tem dêles o requinte e a volúpia da forma.

Pagão na essência da sua poesia, na técnica, Eugénio de Castro é um ponto de cruzamento de processos diferentes que êle recebe, e adopta e transforma.

§ 4.º

Deixou-nos vinte e oito volumes — desde os *Oaristos*, publicados em 1890, aos *Ultimos versos*, editados em 1938. Com excepção do último, todos os volumes constituem o a que êle chamou, em bloco, as suas *Obras poéticas*, em dez volumes. No entanto, a *Belkiss* é em prosa, poema em prosa.

Já tive ocasião de dizer que o *Interlunio*, editado em 1894, ocupa na obra de Eugénio de Castro, lugar à parte, tanto pelos motivos, como até pela própria expressão.

Nos motivos, de uma morbideza desconcertante, quási pasqui-

nesca — o que não está no feitio e no temperamento de Eugénio de Castro, a influência de Maurice Rollinat é manifesta. Êsse livro mais parece Mensagem de um anarquista insociável do que nova manifestação do poeta da *Sylva*.

Na expressão, sente-se a influência de António Nobre (ver os poemas *Treze* e *Beijos)*, e de Guerra Junqueiro (o poema *Podridão* tem de considerar-se filho da *Valla Comum* da *Velhice do Padre Eterno)*.

Ao inseri-lo nas suas *Obras poéticas*, Eugénio de Castro hesitou, e só não o excluiu, para não desobedecer ao seu propósito formal de «continuar sem lacunas a reedição integral e definitiva» dos seus versos.

A obra poética de Eugénio de Castro não se inspira em qualquer intuito teleológico; êle não a pôs ao serviço fôsse do que fôsse, além da Beleza. Êle não tem no nicho do seu altar, o Bem ou o Mal, a Verdade ou a Mentira, a Humanidade ou a Pátria, a Guerra ou a Paz. Só conheceu uma Deusa, uma Idéia, um Ídolo — a Beleza. Tudo o mais lhe foi indiferente, e por isso se sequestrou em sistemático agnosticismo, não sei se por acção de um cepticismo inconsciente, se por efeito de um indiferentismo voluntarista.

No *Cavaleiro das mãos irresistíveis*, em que se pode encontrar a exploração da sugestionabilidade, ignoro se isso estava na mente do Poeta, ou se é uma circunstância que êle desconheceu.

Os seus versos são preciosos como esmaltes, ricos como baixelas, atraentes como tesouros. Êles teem as irizações das estrêlas, os reflexos dos diamantes, as tonalidades das pérolas, as maciezas dos veludos, as levezas das plumas, as graças das sedas. São, porém, inocentes das paixões que agitam o mundo, fechados às inquietações dos espíritos, alheios a tudo o que não seja a Beleza pura.

Não que Eugénio de Castro tivesse conseguido colocar-se, como homem, fora do seu tempo. Já vimos que reagiu à sua maneira, perante a catástrofe de 5 de Outubro de 1910. Mas ergueu entre o seu pensamento de homem e a sua obra de Artista, barreira insuperável. Quando êle nos fala do seu coração «catholico e monarchico», não é para marcar uma posição confessional ou política — mas ùnicamente para exteriorizar, diante dos Bárbaros, uma atitude artística.

Quem quiser ver, por exemplo, no *Epílogo* das *Horas*, uma

profissão de fé neo-maltusianista mascarada de continência ascética, erra o alvo. Tudo aquilo é bisantinismo estético...

A obra de Eugénio de Castro fecha-se, a bem dizer, com a *Tentação de S. Macário* que é o último lampejo de uma Arte que fôra prodigiosa.

A *Mantilha de medronhos* com os *Ultimos versos* já nada acrescentam à glória do Poeta. Nem mesmo o *Descendo a Encosta* e as *Chamas duma Candeia Velha*, onde, de vez em quando, há como que um volver de olhos a tempos distantes... E os outros volumes deviam ter ficado na gaveta, porque Eugénio de Castro não é poeta de jeito popular, não nasceu para a redondilha vulgar em que Augusto Gil e Correia de Oliveira tanto sobressaíram. A partir da *Tentação de S. Macário*, Eugénio de Castro é um poeta que sobrevive, sem fôrças para sobreviver.

O Poeta magnífico da Dona Briolanja, o joalheiro caprichoso da *Salomé*, o pintor mago do *Sagramor* — quem os vislumbra através das quadras de feição popular, monótonas, apáticas, insípidas, incolores — e algumas, de péssimo gôsto como esta:

«Ao ouvido me disseste
Que hoje não podia ser...
Todos os mezes mo dizes,
E eu tenho de obedecer...»?

Não há nesse milheiro de quadras que formam os últimos volumes das *Obras poéticas*, uma só que denuncie o poeta que, dos *Oaristos* à *Tentação*, espalhou, com mãos pródigas, a Beleza rara que a sua sensibilidade compôs.

Eugénio de Castro foi sempre e só podia ser um poeta culto, como Dante Gabriel Rossetti ou Gustavo Moreau foram sempre e só podiam ser pintores cultos.

Compreendo o Burne-Jones do *Espelho de Venus*; não o concebo a pintar o *Fado* de Malhôa.

A justificar os meus juízos: Nas *Canções desta negra vida*, em que se aproveita uma quadra:

«A vida é negra, mais negra
Que a noite nos pinheirais...
Mas é nas noites mais negras
Que as estrelas brilham mais...»,

nesse livro, há uma composição, *Outra canção da donzela envelhecida*, que não é, essa, em quadras populares:

«Como quem lança ao ar uma pela,
Atirei uma perola ao ar...
Quiz nas mãos apanha-la, mas ela
Entre a relva sumiu-se ao tombar...»

Que diferença! Tem-se a impressão de que Eugénio de Castro, liberto do espartilho apertado da redondilha, se recupera e reanima.

E todavia, a quadra popular não é forçosamente destituída de graça ou ritmo. Há anos, ouvi esta:

«Não me ponha a mão na cinta,
Diga de longe o que quer.
Não perde você que é homem,
Perco eu que sou mulher.»

E ainda no verão passado, notei est'outra:

«Nas tranças do meu cabelo
Querem teus olhos ficar;
Mas olha que sou capaz,
Sou bem capaz de as cortar.»

Eugénio de Castro não nasceu para compor estas duas flores silvestres.

Há, em todos os seus livros, até à *Tentação de S. Macário*, flores dignas de colhimento. Mais neste, menos naquele, em cada um dêsses jardins, ou, se preferem, em cada uma dessas estufas, ou em cada um dêsses museus, há preciosidades que nos tentam, e prendem, e enfeitiçam. Se de todos êles se não pode dizer que são todos, e em tudo, perfeitos, de todos êles se deve dizer que encerram perfeições.

Nas preferências, há muito de subjectivismo. Por mim, capto a beleza onde ela se encontra, independentemente das escolas ou processos. Há beleza em certas truculências ou blasfémias de Junqueiro ou Guilherme de Azevedo, como em certas ingenuïdades de

António Nobre, ou em simplicidades de João de Deus. Nos Cancioneiros medievais, há poemas que o mais exigente gongorismo não engeitaria; na *Fenix Renascida*, há modelos de candura e singeleza. Em Camões, encontro preciosismos culteranistas; nos românticos ou ultra-românticos, coruscações de diademas, etc. Detesto as escolas, os crismas, as chancelas, os clans, as chafaricas. O Poeta quer-se livre, como o ar e como o sol, como as ondas do mar, e as águias do céu. Deixem-no cantar, como êle quiser, e o que quiser, guiado apenas pela sua sensibilidade, pelo capricho do seu estro. Não lhe ponham etiquetas; não o enquadrem, não façam dêle arauto de qualquer coisa, não lhe cortem as asas... Se êle se prestar a sujeitar-se a coleira, isso é com êle, e tanto pior para êle...

O que me leva a não tomar a sério essa turba revolta de supostos poetas que, a partir da chafarica e emprêsa comercial do Elogio-mútuo denominada *Presença*, invadiu os prelos, as livrarias, as redacções, as praças, as ruas, os mercados, os liceus, as Universidades, as casas de chá, as esquinas e as alveitarias; o que me leva a encarar com um sorriso de piedade e ironia tôda essa camada de poetastros que se dizem modernistas, e enchem a boca com a Poesia pura que não sabem o que seja, é não encontrar nêles ponta por onde se lhes pegue. Não me amedrontam as rebeldias, não me afligem as irreverências, não me fazem encavacar as innovações.

Mas êsses poetastros que a galeria da crítica fácil ou à jorna proclama génios, não passam de ridículos sensaborões, sem nada, absolutamente nada que se aproveite. E quando em algum dêles se encontra a pérola do fabulista, ela pertence pela forma, pela expressão, pela côr ou pela imagem, ao não-modernismo.

Ainda êles não gatinhavam sequer na vida, e já eu usava o verso sem rima, e obediente apenas à magia interior da minha sensibilidade — como se pode ver na *Ballada do Riso*, assinalada por Eugénio de Castro, na *Tarde de Sombra da Paisagem de Orchideas*, e nos *Poemas em prosa*. Simplesmente entre êstes poemas revolucionários e essa frandulagem de Entrudo dos chamados modernistas ou presencistas, há a distância que a Crítica impessoal a compreende vinca e fundamenta, e é a mesma que vai dos *Lieder* de Schumann ou Schubert ao *swing* e outras abominações da chamada música americana.

Não! Não quero que o poeta seja portador de Mensagens, porque isso de mensagens é, por via de regra, da alçada dos moços de fretes.

Exija-se-lhe apenas que seja poeta, que fale a linguagem dos poetas, que traga nas suas expressões — Beleza, em música, em côr, em linha —, que nos dê imagens e sugestões estéticas.

Que seja clássico ou modernista, romântico ou medievo, parnasiano ou simbolista — que importa?

Dentro dêste critério, há um livro de Eugénio de Castro a que concedo a minha preferência — o *Sagramor*.

Há nêle tudo o que os outros me dão — e com mais fartura, com mais audácia, com mais orgulho.

Para mim, é nesse poema que o Poeta atinge a altura máxima da sua trajectória.

A *Constança* e o *Cavaleiro das mãos irresistíveis* coloco-os no mesmo nível, a despeito de haver, neste, a inconcebível cacofonia do cap. VIII, tão fàcilmente evitável, aliás, e que é, em tôda a literatura portuguesa, a mais monstruosa de tôdas as cacofonias. Como pôde escapar ela ao ouvido delicado e treinado de Eugénio de Castro?

O autor da *Belkiss* não foi só criador: foi também tradutor; traduziu principalmente Goethe e, entre os poetas latinos, Horácio. E como tradutor, é notável.

Em qualquer época da nossa literatura, a morte de Eugénio de Castro seria uma perda penosa, embora se possa dizer que a sua obra estava completa. Mas na hora que passa e em que a nossa Poesia se debate submergida em oceanos de mediocridade e grotesco, trombeteada, em todos os tons, por agentes fáceis de publicidade, porque se apagou o olhar daquele que presidia, por direito e por conquista, o conclave dos grandes poetas portugueses, a sua morte foi, sem discussão, uma hora de amargura.

Ao fechar o Prefácio das *Horas*, o Poeta escrevera que se Deus lhe desse «génio e saúde, para breve novas colheitas».

No seu exemplar, Fialho de Almeida sublinhando a palavra «génio», comentou, felinamente, ao lado, e a lápis: «*eu* já êle tem».

Não me sinto habilitado a proclamar Eugénio de Castro

poeta de génio. Mas Fialho, com o seu comentário pérfido, sentenciou justo. *Eu* — teve-o êle sempre. Foi de todos os poetas portugueses, do seu tempo, o que possuiu mais forte individualidade, mais vincada personalidade, mais imperiosa vontade, mais orgulhosa independência. Vergando ao pêso da sua glória de introdutor de uma técnica que se desconhecia em Portugal, e de criador de imagens, expressões e horizontes que se não sonhavam entre nós, Eugénio de Castro passou cinqüenta anos de vida, sequestrado na sua Tôrre de Marfim, «longe dos Bárbaros cujos inscientes apupos não conseguiram desviá-lo do seu nobre e altivo desdém», e cujos não menos inscientes aplausos lhe não fizeram quebrar a verticalidade impecável da sua linha estética.

Casa da Madre de Deus, ante d. III. Non. Oct. 1944, dia de luto nacional.

ALFREDO PIMENTA.

CARTAS

I

Coimbra
35, rua do Norte
28-X-1914

Ill.mo e Exm.o Senhor:

Aperto-lhe fortemente as mãos, cheio do mais vivo reconhecimento.

Abençoada guerra, a que me movem, pois graças a ella, encontrei a sympathia de V.a Ex.a a quem ha muito admiro pela nobreza do seu caracter e pelos seus altissimos dotes de espirito.

A carta de V.a Ex.a deu-me um dia feliz, d'aquelles que os romanos marcavam com uma pedra branca.

Oxalá se me deparem repetidos ensejos de mostrar que sou

De V.a Ex.a
sincero admirador e creado gratissimo,

Eugenio de Castro.

II

Coimbra
35, Rua do Norte
8-I-1915

Illm.º e Exm.º Snr.

Cá me chegou hontem, mandado pela livraria França & Armenio, d'esta cidade, o livro de V.ª Ex.ª, Alma ajoelhada.

Acabo de o ler cheio de interesse e encanto, e tambem de pasmo pela prodigiosa facilidade com que V.ª Ex.ª, das coisas grosseiras e odiosas a que tem de descer como critico e jornalista dos mais distinctos, consegue alçar-se ás altas e purificadoras regiões da belleza e do sonho.

Todo o livro me deixou uma funda impressão, deliciando-me particularmente as composições Sob a chuva, Santa Genoveva *e* Balada do riso, *que hei-de reler muitas vezes.*

Agradecendo muito a sua amabilissima oferta e felicitando-o vivamente por esta nova affirmação dos seus grandes dotes de espirito, peço-lhe que me creia sempre seu sincero admirador e creado mt.º grato

Eugenio de Castro.

III

Coimbra
C. de V.ª Ex.ª
35, rua do Norte
24-XI-1915

Exm.º Snr.

Agradecendo muito a sua amabilissima carta, peço-lhe mil desculpas pelo atraso d'esta resposta.

O nome Sagramor, *encontrei-o nos livros de cavallaria (por ex. no* Memorial da Tavola Redonda, *de Jorge Ferreira de Vasconcellos), e, encantado com a sua sonoridade, com elle baptisei o heroe do meu já velho poema. E nada mais posso dizer-lhe sobre o assumpto.*

Tenho começado, effectivamente, um conto em verso, O Cavalleiro das mãos irresistiveis, *mas não sei quando poderei acabá-lo. As minhas occupações profissionais não me deixam um momento de socego.*

Quando teremos a satisfação de o ver fazendo nova colheita no seu campo abençoado?

Aperta-lhe cordealmente as mãos o seu

adm.or mt.o dedicado e grato

Eugenio de Castro.

IV

Coimbra
35, rua do Norte
30-XI-1915

Exm.º Snr. e (permitta-me) meu Amigo:

Agradeço-lhe de todo o coração a dedicatoria do seu bellissimo soneto, e, pagando bilha d'azeite com bilha de leite, consinta que eu inscreva o seu tão illustre como honrado nome n'uma das composições dos Camafeus romanos. *Li com a maior alegria a sua* Solução Monarchica. *Felicito-o e abraço-o como*

am.º e admirador
gratissimo

Eugenio de Castro.

V

Coimbra
35, rua do Norte
22-IV-1916

Meu illustre confrade e Amigo:

Regressei hontem a esta cidade. Depois d'uns dias d'ausencia: eis o motivo do meu silencio.

Mil e mil agradecimentos pela offerta das admiraveis Palavras d'Arte *e pelas amabilissimas referencias que lá encontrei ao meu nome e á minha obra.*

Inutil será dizer-lhe que concordo inteiramente com os principios estheticos tão clara e persuasivamente expostos n'essas bellas páginas. Oxalá

elles illuminem o espirito dos que andam transviados, cultivando a Arte sem conhecerem o mysterio da sua natureza e os seus intuitos que, como V.ª Ex.ª muito bem pensa, só podem ser intuitos de Belleza.

Com a maior estima lhe aperta as mãos o

seu
admirador e am.º
mt.º grato,

Eugenio de Castro.

VI

Coimbra
35, rua do Norte
1-V-1916

Meu illustre confrade e Amigo:

Tenho estado de cama com um fortissimo ataque de influenza, que me deixou muito combalido. Levantando-me hoje primeira vez, a primeira coisa que faço é dirigir-lhe n'estas linhas a expressão do meu reconhecimento pela offerta do Livro das Orações.

Para muitos, para os barbaros, *esta amoravel collecção de sonetos será uma surpreza, uma contradição; mas eu que sou christão e pae, bem comprehendo o logico movimento que os fez conceber com tanta ternura e executar com tanto esmero.*

Felicitando-o novamente por esta comovida manifestação do seu talento tão brilhante e tão facetado, e appetecendo todas as bençãos do Céu para a trindadesinha a quem o livro é consagrado, aperto-lhe affectuosamente as mãos como

ad.or e am.º mt.º grato

Eugenio de Castro.

VII

Coimbra
15-XI-1916

Meu querido Poeta e Amigo:

Vivissimos agradecimentos pela sua carta e pelo seu artigo, que profundamente me sensibilisaram.

A sua bondade exagerou os seus louvores, mas eu que não sou vai-

doso, não me estragarei com elles, e nelles procurarei incentivo para em futuros trabalhos não desmerecer da sua honrosa estima.

Desejando-lhe as maiores alegrias, aperto-lhe affectuosamente as mãos como

sincero admirador e amigo gratissimo

Eugenio de Castro.

VIII

Coimbra
35, Rua do Norte
25-XI-1916

Meu illustre Camarada e Amigo:

A sua poesia O Cravo mysterioso *é uma das mais lindas e delicadas coisas que eu tenho lido. Nessas quadras dum tão novo e carinhoso rythmo, que nellas fica brilhantemente fixado, a voz do passado sobrenaturalmente se humanisa com ternuras de víctima innocente e resignada.*

Não costumo decorar versos, nem mesmo os meus; mas o seu Cravo Mysterioso *já o sei quasi todo de cór, tantas vezes o tenho relido.*

Agradeço-lhe, infinitamente reconhecido, a dedicatoria de tão rica joia, e mais uma vez tenho a satisfação de lhe afirmar que sou seu sincero admirador e mt.° dedicado amigo,

Eugenio de Castro.

IX

Coimbra
35, rua do Norte
8-III-1917

Meu Exm.° Amigo:

Perdoe-me! Carregado de trabalho e com duas epidemias de influenza, *uma em minha casa e outra em casa de meu Pai, não tenho tido um momento de meu.*

Recebi o seu bello livro e as suas cartas. Mil agradecimentos. Um dêstes dias lhe escreverei longamente.

São 8 da noite e vou dar a 5.ª lição d'hoje!

Repito: perdoe-me! e creia-me

Seu
devotado admirador
e grato amigo

Eugenio de Castro.

X

Coimbra
35, rua do Norte
29-III-1917

Meu Exm.º Amigo:

Só hoje disponho duns momentos para lhe dizer que saboreei com a mais enlevada delicia o seu ultimo livro. Pela bizarria da fórma, pela magnificencia e variedade das cores e pela sumptuosidade dos tecidos — que ora são lhamas d'oiro, ora veludos luminosos, ora gazes de sonho, — as suas orquideas constituem uma collecção preciosa, digna duma estufa imperial em vitrais de Burne-Jones. Orquideas de milagre, cheiram ás mil maravilhas, explendem como santas de mosaico bizantino e ainda por cima cantam divinamente como princezas encantadas, transformadas em aves do paraiso.

Felicito-o de todo o coração pela publicação desta admiravel Paisagem *que definitivamente o coloca entre os mais consumados mestres da bela arte de rimar.*

Vivos agradecimentos e forte aperto de mão do seu

admirador e Amigo
mt.º grato

Eugenio de Castro.

XI

Coimbra
35, rua do Norte
11-VI-1917

Meu Ex.º Amigo:

Vivissimos agradecimentos pela oferta do seu novo livro. Saboreei-o com o mais encantado interesse, como sucede sempre que tenho a fortuna de ler prosa sua e versos seus.

A sua concepção da Arte concorda em numerosos pontos com aquela que eu fixei ha muito para meu uso proprio; e assim, lendo as suas últimas páginas, tive o duplo prazer de admirar mais uma vez o artista, e de me ver ligado ao estéta por uma íntima concordancia de principios.

Desejando-lhe todas as glorias e prosperidades, aperto-lhe cordealmente as mãos como

admirador e amigo
mt.º dedicado e grato

Eugenio de Castro.

XII

Coimbra
35, rua do Norte
3-I-1918

Meu presado Amigo e querido Poeta:

Muito e muito grato lhe fico pela dádiva principesca das Cartas sem destino, *cuja leitura me proporcionou ante-ontem um dos mais deleitosos serões da minha vida. Agradeço-lhe vivamente o encanto dessas duas horas inolvidaveis, durante as quais quase que me esqueci de que tenho meu querido Pai gravemente doente desde Outubro, e, o que é peor, sem esperança de melhoras completas.*

Desejando-lhe um ano cheio de prosperidades, aperto-lhe afectuosamente as mãos como

admirador e Amigo
mt.º grato,

Eugenio de Castro.

XIII

Coimbra,
35, rua do Norte
21-V-1918

Meu presado Amigo:

Quando casei — ha vinte anos! — deixei na casa paterna uns caixotes cheios de papelada, caixotes que ainda lá se conservam e devem conter muitos numeros da revista Arte. *No momento actual falta-me absolutamente o tempo para lá ir desencantar os fasciculos que o meu Amigo deseja; mas logo que me começarem a luzir os primeiros alvores das ferias, logo que eu me vir um pouco aliviado de lições e exames, gostosamente me esforçarei por lhe arranjar os melhores fasciculos. Não me esquecerei, esteja certo.*

A grave doença que inutilisou meu Pai para o resto da sua vida, e a fadiga proveniente das minhas ocupações ha muito que me não deixam escrever um verso. Veremos se no proximo verão consigo fazer alguma coisa.

Desejo-lhe as maiores alegrias e aperto-lhe as mãos como

admirador e amigo
mt.º grato

Eugenio de Castro.

XIV

Coimbra
19-X-1918

Meu prezado Amigo:

Quanto lhe agradeço a sua boa carta! A tormenta foi aspera, mas passou felizmente sem fazer prejuizos de maior.

Deus permita que as suas profecias se realizem e desmintam cabalmente o pessimismo cada vez maior com que vejo as coisas da nossa terra.

Não me esqueço dos numeros da Arte, *que lhe prometi. Ainda não me foi possivel procura-los, e agora muito menos que tenho cinco doentes*

em casa. São casos de gripe, que, apezar de benignos, exigem os maiores cuidados e a mais contínua vigilancia.

Vivos agradecimentos do seu

admirador e amigo
mt.º dedicado

Eugenio de Castro.

XV

Coimbra
7, rua Dr. Luis da Costa e Almeida
17-X-1919

Meu prezado Amigo:

Recebi hontem a sua carta de 5.ª feira penultima, e por ela vejo que se extraviou aquela que o meu Amigo diz ter-me enviado ha mezes. Infelizmente, é-me absolutamente impossivel satisfazer o seu desejo. Das Poesias Escolhidas *(que vão ser reeditadas) tenho um exemplar apenas, e da 1.ª edição de* Belkiss, *dois: um em pergaminho e outro em papel de linho. Serve-lhe um exemplar da 2.ª edição que tambem está esgotado?*

Os Camafeus romanos *devem aparecer depois do Natal. Lá encontrará um que lhe é dedicado.*

Escreva muitas e muito lindas coisas, tenha saude e alegria e creia sempre na estima e consideração do seu admirador e amigo

Eugenio de Castro.

XVI

Coimbra
11, R. Dr. Luís da Costa
30-III-1921

Meu querido Poeta e Amigo:

Muito e muito grato lhe fico pelas suas duas ultimas cartas e pela oferta do seu belo Livro das Sinfonias mórbidas.

Estou cada vez mais biqueiro pelo que respeita á leitura de versos; mas os seus — coisa que ha muito não me acontecia — li-os todos dum

folego, sempre encantado com tão lindas musicas e tão suntuosas cores. Felicito-o calorosamente.

Não me queira mal pelos meus escandalosos silencios epistolares, filhos duma apatia que cada vez me prende mais e contra a qual, não posso reagir. Creia que os meus sentimentos para comsigo são e serão sempre de muita estima pessoal e artistica e de muita gratidão.

Aperta-lhe cordealmente as mãos o seu

admirador e amigo

Eugenio de Castro.

XVII

Coimbra
11-IV-1922

Meu prezado Amigo:

Perdoe-me e nunca interprete desfavoravelmente os meus silencios. Sempre carregado de trabalho, não consigo, por mais que faça, regularizar a minha correspondencia. Mas debaixo do meu mutismo, creia que nunca arrefecem os sentimentos de estima pessoal e literaria que lhe consagro.

Sei que o Vieira de Castro tem um livro seu que me é destinado, mas ainda o não recebi.

Mando-lhe por este correio o 1.º volume da tradução castelhana das minhas obras.

Aperta-lhe afectuosamente as mãos o seu

admirador e amigo
mt.º grato

Eugenio de Castro.

XVIII

Coimbra
20-X-1922

Meu prezado Amigo:

Cá me chegou esta manhã a sua boa carta. Obrigado. A amavel prontidão com que o meu Amigo acusa sempre a recepção dos meus livros,

é, no fundo da minha consciencia, uma bofetada sem mão, justamente merecida pela morosidade com que cumpro os meus deveres epistolares.

Só hoje — córo de vergonha! — lhe agradeço a oferta dos seus Pretextos e reflexões, *cuja leitura me proporcionou momentos de intenso prazer espiritual. Muito grato lhe fico pelas duas referencias que lá me faz.*

Breve lhe mandarei mais coisas minhas: Cravos de papel, A mantilha de medronhos *(impressões e recordações de Espanha)*, Descendo a encosta, A caixinha das cem conchas *e* Chamas duma candeia velha. *Como vê, tenho aproveitado bem as escassas horas que me ficam das minhas ocupações oficiais.*

Aperta-lhe as mãos, desejando-lhe todas as prosperidades, o seu

admirador e amigo

Eugenio de Castro.

XIX

Coimbra
6-IV-1923

Meu querido Amigo:

Sensibilisou-me muito a gentileza com que me dirigiu a bela carta publicada no Dia *de ante-ontem. Tanto o meu coração como o meu espirito gratamente registam com letras que nunca mais se apagarão este novo testemunho da sua estima, para mim preciosa.*

Agradeço-lhe tambem — e perdoe a demora com que o faço — as boas palavras que teve para o livrito da minha Mafalda. Com ela partirei no dia 20 para Madrid. De lá seguiremos para Bordeus, Toulouse, Lyon, Strasburgo e Paris.

Desejando-lhe muitas alegrias, abraça-o o seu

admirador e grato amigo

Eugenio de Castro.

XX

Coimbra
Rua Dr. Luiz da Costa, 9
19-II-1942

Meu Ex.mo Amigo:

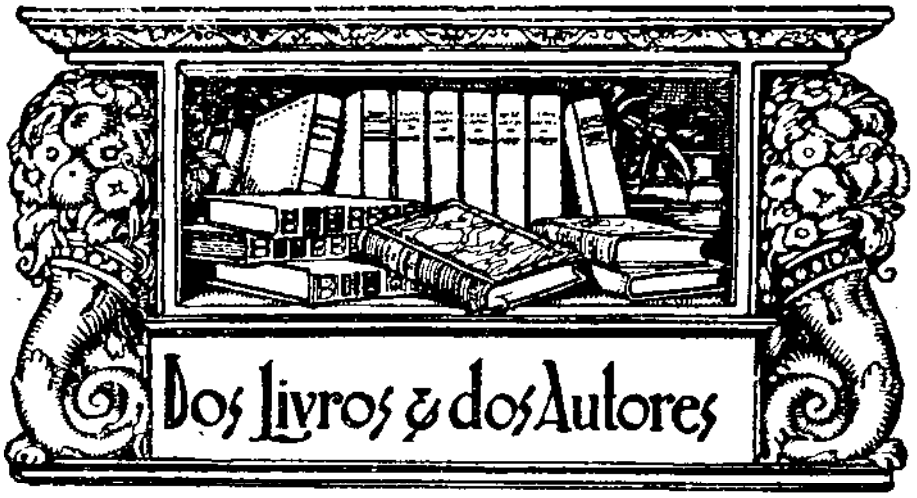
O seu livro veio encontrar-me doente de cama, o que explica a tardança com que acuso a sua recepção.

Muito grato me confesso pela oferta do volume e pela dedicatória duma das suas composições, favor este que particularmente me desvanece e que ficará gravado não só no meu espirito, mas tambem no meu coração.

Tendo cortado definitivamente as minhas relações com as Musas, por conselho do caruncho da minha idade, com melancólica simpatia olho para os que, como o meu Amigo, ainda cortejam as filha de Jupiter e de Mnèmósine e por elas são coroados de rosas.

Faço votos para que os seus ouvidos se regalem ainda por muitos anos com o murmúrio da fonte de Juventa, e aperto-lhe as mãos como admirador e amigo m.to grato,

Eugenio de Castro.



A POESIA DA MODERNÍSSIMA GERAÇÃO, por *João Pedro de Andrade*. Livraria Latina Editora. Pôrto, 1943. 58 págs.

Êste ensaio traz como subtítulo «Génese duma atitude poética», e nêle, começando por estudar o conceito de «geração» — que o Autor acha «insuficientemente claro, para que possa aplicar-se com rigor numa exposição de idéias» —, passa em revista os grandes momentos da história do modernismo português, analisando, embora com brevidade, a obra dos seus nomes mais representativos na poesia, buscando-lhes precursores, acentuando as diferenças e as analogias entre êles, todos os quais considera em tom de apologia, o que nos parece estar em desacôrdo com a índole serêna dum ensaio crítico.

A moderna crítica portuguesa, seguindo na peügada da de além fronteiras, tem-se cansado em procurar uma «inquietude» (negativista ou outra) nas obras dos escritores modernos, procurando fazer crer ao leitor que nos versos ou na prosa dêles transparecem anseios de alma, curiosidades espirituais, vagos anelos duma sociedade melhor, o que, salvo melhor opinião, achamos ser forçar demasiado a nota.

Não é para êste lugar entrar na discussão pormenorizada do assunto. Sempre gostaríamos, todavia, de preguntar aos críticos portugueses se êles estão, na realidade, convencidos de que os versos dos poetas dos nossos dias traduzam «casos» concretos e não sejam, na sua maioria, meras «atitudes» para espantar a galeria. E' sempre fácil arquitectar planos e encontrar idéias até mesmo na mais comezinha poesia, como seja a do nosso povo, de natureza tão simples e expressiva. Mas achamos arriscado levar tal processo aos extremos a que o têm levado os críticos até hoje. ¿Não há tanto de artificialismo, até mesmo na poesia de António Nobre, o poeta moderno em quem mais influiu a própria doença? Desde o advento do Romantismo, e *grosso modo*, achamos que só um poeta sentiu sinceramente os versos que escreveu, e nêles se revelou verdadeiramente um «inquieto» mental: Antero de Quental. Até os tropos in-

Nesta secção só serão feitas referências aos livros de que nos sejam enviados dois exemplares.

flamados de Junqueiro não passaram de meras atitudes de circunstância, logo abandonadas por inúteis.

Eis por que entendemos que na análise crítica duma obra se deve atender antes de mais ao seu valor intrínseco como trabalho literário, deixando para ocasião oportuna a análise das idéias, quando de facto elas aí existirem. E dos poetas, a cuja obra alude o sr. J. P. de A., muitos são ainda jovens, tão jovens que não podemos considerar com seriedade as angústias, as negações, os anseios que os seus versos procuram traduzir, exactamente como não poderemos considerar com seriedade as arrogâncias infantis.

O volume é o n.º 7 dos «Cadernos azuis» editada pela Livraria Latina.

⊠

EM BUSCA DE UM PONTO DE VISTA CRÍTICO PARA A CULTURA, por *Alberto Pimenta*. Editorial «Nós». Braga, 1943. 145 págs.

Trata-se de tese de licenciatura, com todos os seus defeitos e também tôdas as suas qualidades Quanto aos primeiros acentuemos desde já um excesso de citações — quási exclusivamente de autores alemães, cujas opiniões nem sempre são traduzidas, o que não é de molde a poder-se compreender em que corroboraram as do Autor, dada a pouca divulgação de uma língua que, por experiência própria, sabemos difícil —, e uma certa exuberância de forma que, muitas vezes, oculta o pensamento do sr. dr. A. P. Confessamo-lo francamente: nem sempre pudemos acompanhá-lo nas suas lucubrações, precisamente por nos termos visto envolvido em nebulosidades que, apesar do subjectivismo do assunto, fàcilmente se evitariam. E' certo que, nas «Palavras preliminares», o Autor se justifica dos defeitos do seu trabalho, dizendo que a circunstância de os estatutos universitários imporem a todos os licenciados a apresentação de uma tese «significa, entre outras coisas, escassês de tempo, de informação, inexperiência e pouca maturidade de espírito» o que «justificará por certo as imperfeições de que êste trabalho está inçado e que eu próprio sem esfôrço reconheço». Por isso mesmo nos parece que o sr. dr. A. P., ao resolver publicá-lo, deveria ampliá-lo, corrigindo-o dos defeitos apontados, produzindo obra de valor na escassa bibliografia portuguesa do assunto.

Quanto às qualidades, devemos acentuar o método com que o problema é exposto, a divisão lógica do assunto, a comparação das fontes e o critério escolhido. O capítulo *Conclusões*, além da obscuridade de certos passos, é, em nossa opinião, inferior, até mesmo ao tom geral da obra, capítulo em que vislumbramos o seu quê de apologético que não se compadece com a índole da obra.

⊠

O APÓSTOLO, *por Amorim de Carvalho*. VERBO DOLOROSO, *pelo mesmo Autor*. 1942. Edições do Autor.

Dêstes dois trabalhos, o primeiro é um poemeto, o segundo uma colectânea de poesias, ambos reveladores da facilidade com que o Autor maneja o verso, ainda mesmo quando lhe dá a feição formal modernista, por tantos admirada. E se, por vezes, nos sentimos chocados pelo encontro de longos versos e outros curtíssimos (o que tantos entendem ser próprio da «maneira» modernista), bastas vezes encontramos outros de corte obediente aos moldes clássicos, realçados pela harmonia e pela melodia que, no verso, são tudo.

O sr. dr. A. de C. escolheu, de preferência, temas fúnebres ou trágicos — o do *Apóstolo*, por exemplo — indicativos de um estado de alma e de uma atitude perante a vida que nos parecem um pouco forçados. Embora os dias que passam sejam de um dramatismo a roçar pela tragédia, achamos que a poesia deveria dar-nos de preferência temas saüdáveis e optimistas, capazes de nos fazerem esquecer o ódio que invadiu o mundo e tudo subverte no seu manto côr de sangue. Nos tempos recuados de Quatrocentos, os poetas do *Cancioneiro* de Resende, esquecidos da grandeza da nossa epopeia africana e atlântica, em plena pujança na sua época, glosavam temas de uma insignificância que, por vezes, nem pelo estilo se salva. Os poetas de hoje, talvez menos coerentes, deixam-se invadir pelo desalento e dão-nos obras de fundo melancólico ou mesmo trágico, que nos desola. Seria para desejar que essa atitude se modificasse, até para a poesia poder voltar a ser o que foi em tempos ainda não muito distantes: o «palácio encantado da Ilusão» a cuja porta iam bater as almas sequiosas de beleza.

CORPORATIVISMO, por *Jorge Vernex*. 1943. 53 págs.

O distinto colaborador de *Gil Vicente*, que assina com o pseudónimo de Jorge Vernex, enfeixou neste opúsculo uma série de estudos sôbre o problema que preocupa todos os Estados modernos, e em que muitos querem ver um salvatério para a Civilização, enquanto outros o consideram deslocado já do nosso tempo.

O assunto tem sido por demais debatido, para tentarmos sequer aflorá-lo nestas breves notas, que teem apenas um fim imediato: chamar a atenção do leitor para o trabalho de J. V. Devemos, porém, dizer desde já que não concordamos com o modo como o Autor defende o seu ideal, que achamos demasiadamente circunscrito ao âmbito nacionalista.

Na defesa de uma doutrina entendemos ser melhor, mais útil, mais profícuo um equilíbrio sereno, embora vibrante.

CARVÕES, PAÏSAGENS E FIGURAS, por *Pires de Lima da Fonseca*. Edições «Gama». Lisboa, 1943. 257 págs.

Livro de impressões, sem ser impressionista, é também colectânea de artigos dispersos, alguns de grande beleza, escritos pelo Autor em diversas épocas, e ao sabor da inspiração do momento. Curioso, sobretudo, é *No Solar das Águias*, o mais longo do livro, no qual P. L. da F. nos descreve, em linguagem têrsa e viva, uma travessia da Serra da Estrêla em pleno inverno, cuja selvática beleza vislumbramos por entre as palavras do Autor. Fecha o volume com três curiosos retratos, de desigual extensão, de Vicente Arnoso, de Brito Camacho e do célebre dr. Calixto, que a «Questão da Sebenta» e Camilo tornaram famoso.

LAPÓNIA. *De Helsinquia a Inari, pela Carélia*, por *Jean Gabus*. Tradução e prefácio de Carlos Valle. Livraria Tavares Martins — Pôrto, 1944. 157 págs. ilust.

Jean Gabus, irrequieto jornalista suíço, é já nosso conhecido, mercê da tradução de *Os Esquimós*, a que, nestas mesmas colunas, nos referimos há pouco tempo. A sua predilecção parece ir para as regiões convizinhas do Polo Nor-

te, para os países em que o termómetro desce a temperaturas inconcebíveis, e nos quais a desolação deve recordar os tempos primitivos em que o homem, lôbo do homem, vivia nas cavernas e se cobria de peles ainda ensangüentadas, que o próprio calor do corpo curtia.

Mas desta vez a razão que o levou a abandonar essa região ainda pacífica no meio da Europa convulsionada — a Suíça — e a partir para a Lapónia distante foi, êle o diz na *Introdução* à obra, «a violenta necessidade de ir procurar na Lapónia (...) o bem que vamos perder e que devíamos adorar de joelhos como a um deus, porque nêle reside tôda a dignidade da nossa raça — a liberdade» (págs. 19).

Por isso abalou. J. G. é um daqueles homens, nostálgicos, talvez, do passado, dêsse passado ainda não romoto, que o levou a paragens mais inclementes no ponto de vista físico, mas em que êle se sentia inteiramente liberto no ponto de vista moral. Foi, viu, observou, meditou, e, como resultado de tudo isso, escreveu êste magnífico livro que se lê de um fôlego com o mesmo interêsse crescente com que, em a nossa já afastada juventude, devorávamos os adoráveis livros de Júlio Verne, que não é, como queria o irónico Eça, o ídolo das crianças e dos convalescentes.

E assim, depois de nos descrever Helsínquia, de onde partiu para a sua digressão à terra do Sol da Meia-Noite, depois de se deter algum tempo para nos falar dessa estranha organização feminina que se chama as *Lottas*, J. G. atravessa a Carélia, sobe até além do paralelo 65 de latitude norte e atira connosco, entre receosos e deslumbrados, para a terra dos Lapões — êsses Lapões cuja miséria espiritual o nosso Damião de Góis carpiu em latim escorreito — que êle descreve, no seu estilo habitual, nervoso, incisivo, expressivo, pitoresco, quási nos deixando na alma a saüdade de uma terra que não conhecemos e não vimos, mas que, através das suas palavras, aprendemos a amar.

O livro, correctamente traduzido, é acompanhado de interessantes fotografias, tomadas *in loco* pelo Autor.

☒

POSIÇÃO DE ANTÓNIO SARDINHA, por *Luís de Almeida Braga*. Edições «Gama». Lisboa, 1943. 133 págs.

Êste opúsculo, o 1.º dos «Cadernos políticos» das edições «Gama», é constituído pela conferência que o Autor do *Culto da Tradição* proferiu há tempos no Pôrto a convite dos «Estudos portugueses». Somos dos que preferimos a palavra escrita à falada, embora reconheçamos em L. de A. B. um dos nossos oradores actuais melhor dotados, mais fluentes e de maiores recursos. Mas, já o diziam os antigos em prolóquio que os tempos teem gasto e estafado — *verba volant, scripta manent* — pelo que, passado já o entusiasmo despertado pelas palavras do Autor, temos agora de o reconstituir através do livro, que fica.

O opúsculo de L. de A. B. mereceria, talvez, outro com o dôbro do tamanho como comentário. Mas, nem os tempos nem o espaço o permitem, até porque longe teríamos de ir, ou na confirmação ou na contradita de algumas das opiniões e das interpretações do Autor à obra de António Sardinha. Limitámo-nos, por isso, a assinalar a aparição do livro, com um agradecimento efusivo a L. de A. B. pelas palavras afectuosas com que nos ofertou o exemplar que temos à nossa frente.

OS VIZINHOS DO RÉS-DO-CHÃO, *Comédia em 3 actos*, por *Fernando Santos* e *Almeida Amaral*. Livraria Tavares Martins. — Pôrto, 1944. 181 pág.

E' a estreia dos srs. F. S. e A. A. como autores teatrais, e dedicada à ilustre actriz Maria Matos, que interpretou o primeiro papel feminino quando da sua representação.

Escrita em linguagem despretenciosa, lê-se com o agrado com que a deveriam ter visto representar os espectadores, pois tem graça bastante. Os Autores souberam tirar partido das situações cómicas, não faltando o fiozinho sentimental que, lògicamente, conduz a dois casamentos, pràticamente inverosímeis, mas que falam ao sentimento das camadas populares e da baixa burguesia, para quem parece ter sido escrita, e das quais a peça constitui o elogio discreto.

Faz parte da colecção « Teatro do Povo », que a Livraria Tavares Martins tem vindo editando com êxito.

ANTÓNIO ÁLVARO DÓRIA.

Registo de obras recebidas (*)

Oferta dos autores:

Fogo maldito (poema), por *Jerónimo de Almeida.*
A Rainha D. Maria Francisca de Sabóia, por *António Alvaro Dória*
Paiva Couceiro, político-militar-colonial, por *Francisco Manso Prêto Cruz.*

Oferta dos editores:

Pro-Domo, Lisboa:

O Problema das elites no mundo moderno, por *Carlos Selvagem.*
A Revolução Francesa e as suas conseqüências, por *António de Séves.*

Edições Gama, Lisboa:

Meditações de Fátima (2.ª edição), por *José Pequito Rebêlo.*
Insurreição da carne, por *Hipólito Raposo.*
No saguão do Liberalismo, por *Fernando Campos.*
Descobridores portugueses, 2.ª edição, por *Edgar Prestage.*

Editorial Aviz:

Raça, peça em 3 actos, por *Ruy Correia Leite.*
Cartas de grandes músicos.

Portugália-Editora, Lisboa:

Afonso de Albuquerque, por *Costa Brochado.*
As mais belas líricas portuguesas, selecção, prefácio e notas de *José Régio.*
Dia longo, por *Ribeiro Couto.*
Contos franceses.

Edições S. P. N., Lisboa:

Temas corporativos, por *António Júlio de Castro Fernandes.*
Grandes Portugueses. I — **Dom Fuas Roupinho.** II — **Fernão Lopes.**

(*) Nesta secção registam-se todos os livros que nos forem enviados.

ÍNDICE DO XX VOLUME

TEXTO:

PÁGS.

Ducem caecorum — *Redacção*. 5
Couceiro, honra de portugueses — *Fernando de Aguiar*. 7
Entre precipícios — *Luís de Almeida Braga* 14
Refoios de Meneses — *Correia Marques* 19
Velharias Vimaranenses (1844) — *João Lopes de Faria* . . . . . 21 e 76
Belém no século XVI — *Luís Chaves* 33
D. Pedro II, Imperador do Brasil — *Abílio Coelho* 46
O problema do descobrimento da Madeira (I — A História) — *António Alvaro Dória*. . . . . 56, 105 e 137
Cousas da Madeira — Credos & Superstições: Milagres & Outros Sucedimentos — *Fernando de Aguiar* . . . . . 67 e 151
O Poeta Frei Francisco de Santo Agostinho de Macedo, cultor do classicismo latino — *Maria Emília Alves* . . . . . 97 e 143
O Marquês de Pombal e os barbadinhos italianos — *A. Pinto Almeida* . . 116
Um economista Português — José Acúrsio das Neves — *Fernando Campos* . 133
Eugénio de Castro — *Redacção* 136
João Lopes de Faria — *Redacção*. 165
Eugénio de Castro na poesia portuguesa — *Alfredo Pimenta* 167
Vinte cartas inéditas de Eugénio de Castro 194

Dos Livros & dos Autores:

Aguiar, Fernando de — *Em redor de Alcácer* 24
Almeida, Jerónimo de — *O cego da Colegiada* 85
Amado, Fernando — *Estrada Real* 132
Andrade, João Pedro de — *A poesia da modernissima geração* 206
Azevedo, Luís Gonzaga de — *História de Portugal* (vol. IV) 81
Azevedo, Narciso de — *Origens do teatro vicentino* 161
Baroja, Pio — *O convento* 92
Barradas (Almedina), Luís — *Graças e Matizes* 95
Beirão, Sarah — *Os fidalgos da Tôrre* 130
Bell, Aubrey F. G. — *Fernão Lopes*. 28
Braga, Alberto V. — *Curiosidades de Guimarães* (vols. VIII e IX) . . . 86
Braga, Luís de Almeida — *Posição de António Sardinha*. 209
Campos, Fernando — *O Visconde de Santarém, mestre do nacionalismo português* 31
Carvalho, Amorim de — *O Apóstolo* 207
— *Verbo doloroso*. 207
Cerejeira, D. Manuel Gonçalves — *Vinte anos de Coimbra*. 91
Colégio Dublin 30
Conde de Almada — *Notas sôbre a viagem de S. A. Real o Senhor Duque de Bragança ao Brasil em 1942* 95
Crespo, Dr. José — *Santa Isabel na doença e na morte* 87
Cruz, António Augusto Ferreira da — *O Pôrto seiscentista* 130
Dantas, Júlio — *A Severa* 26
Dias, Jaime Lopes — *Etnografia da Beira* 26
Dostoievski — *A Granja de Stepanchikovo*. 89
Durão, Paulo — *A comunidade internacional* 94
Eliade, Mircea — *Os Romenos, latinos do Oriente* 30

PÁGS.

Fonseca, Pires de Lima da — *Carvões, paisagens e figuras* 208
Frias, Eduardo e Francisco do Carmo Costa — *História duma gota de água* 128
Gabus, Jean — *Os Esquimós* 131
— *Lapónia*. 208
Galvão, Manuel de Bettencourt e — *D. Miguel II e o seu tempo* . . . 91
Godinho, Virgílio — *A Herdade dos Castros* 29
Goedseels, L., René Biot e C. Mersch — *O problema sexual e o casamento* 162
Gomes, Celestino — *Como naufragou o «Centauro» e outras aventuras* . 90
Gonçalves Crespo — *Nocturnos* 25
— *Miniaturas* 91
Gonzaga, Norberto — *O Grito da Selva*. 90
Ibero-Amerikanisches Archiv . . . . . 28 e 130
Itália e Portugallo 27
Jorge Vernex — *Corporativismo* 208
Júlio Dinis — *As Pupilas do Senhor Reitor* 89
Laranjeira, Manuel — *Cartas* 93
Leal, Olavo d'Eça — *História de Portugal para meninos preguiçosos*. . 92
Lôbo, Francisco Rodrigues — *Pastorais e Églogas* 88
Macedo, Rollin de — *Retalhos dum passado histórico* 85
Neves, P.e Moreira das — *Inquietação e Presença* 83
Pimenta, Alberto — *Em busca de um ponto de vista crítico para a cultura*. 207
Pimenta, Alfredo — *Teófilo Braga* 129
Rêgo, Rogério de Figueiroa — *Um herói português na emprêsa de Túnis* 81
Rostand, Jean — *Costumes nupciais dos animais* 129
Santos, Fernando e Almeida Amaral — *Os vizinhos do rez-do-chão*. . . 210
Sousa, José de Campos e — *A Herança de Calcutá* 28
Sousa, José Tomás de — *O Socialismo e Antero do Quental* 29
Stevenson — *O Club dos Suicidas* 92
Viana, Mário Gonçalves — *Fabulário* 24
— *Psicologia da amizade* 131

Registo de obras recebidas . . . . . 32, 96, 132, 164 e 210

Ilustrações:

Paiva Couceiro 4-A
No exílio — António Sardinha, Alberto de Monsaraz e Luís de Almeida Braga 4-B
João Lopes de Faria (Retrato de Maltieira). 164-A
João Lopes de Faria, aos 26 anos 164-B

Índice dos autores:

A. Pinto Almeida 116
Abílio Coelho 46
Alfredo Pimenta 167
António Alvaro Dória . . . . . 24, 56, 81, 105, 128, 137, 161 e 206
Correia Marques 19
Fernando de Aguiar. . . . . 7, 67 e 151
Fernando Campos 133
João Lopes de Faria . . . . . 23 e 76
Luís de Almeida Braga 14
Luís Chaves 33
Manuel Alves de Oliveira 28
Maria Emília Alves . . . . . 97 e 143